



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

SIMONE PATROCÍNIO DE ALMEIDA

A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL
DA PESSOA PÚBLICA FEMININA NO ESPÍRITO SANTO –
RITA CAMATA (1988 – 2000)

VITÓRIA - ES
2013

SIMONE PATROCÍNIO DE ALMEIDA

**A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL
DA PESSOA PÚBLICA FEMININA NO ESPÍRITO SANTO –
RITA CAMATA (1988 – 2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Orientador: Prof^ª Dr^ª Maria da Penha Smarzaró Silveira

VITÓRIA - ES
2013

SIMONE PATROCÍNIO DE ALMEIDA

**A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL
DA PESSOA PÚBLICA FEMININA NO ESPÍRITO SANTO –
RITA CAMATA (1988 – 2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Aprovada em ___ de _____ de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria da Penha Smarzaro Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a Dr^a Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a Dr^a Tatiana Gianordoli Teixeira
Universidade Federal do Espírito Santo

Catálogo na publicação elaborada pela bibliotecária Eliana Terra Barbosa / CRB 12/240

A447m Almeida, Simone Patrocínio de.

A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988-2000) / Simone Patrocínio de Almeida. – 2013.

240 f. : il.

Orientadora: Maria da Penha Smarzaró Silveira.

Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo 2013.

Inclui bibliografias.

1. Mulheres na política. 2. Mulheres – Condições sociais. 3. Mulheres – Espírito Santo (Estado) - História. 4. Mídia (Publicidade). I. Silveira, Maria da Penha Smarzaró. II. Universidade Federal do Espírito Santo. III. Título.

“Eu que quase nada sei. Mas desconfio de muita coisa”.

Guimarães Rosa

Pelos meus pais, Rosecler e Sérgio.

Por Luiz Eduardo, meu amor.

Para Cauã, minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a **Deus** pela vida e por permitir que eu chegasse até aqui. E reconheço que é necessário agradecer a todas as pessoas que passaram pela minha vida durante o período do mestrado e deixaram sua contribuição.

Eduardo, meu amor, meu amigo, que teve paciência para enfrentar comigo o desafio do mestrado. **Cauã**, minha vida, meu sorriso doce, por ser minha fonte de inspiração e minha alegria quando eu mais precisei. **Mãe, irmãos, sobrinhos, cunhadas, cunhados e sogra** por intercederem por mim e por cuidarem de Cauã para que eu pudesse estudar. **Scheyla**, por ser uma amiga e por me auxiliar nas horas mais importantes. **Marciléia Seibert**, amiga, companheira de todas as horas, que nunca mediu atenção a mim. **Philipi Gomes**, amigo que muito ajudou nas horas do desespero com uma palavra amiga, com o pé no chão e com sábias orientações acadêmicas. **Tatiana Gianordoli**, por ser minha maior incentivadora. **Amigos e amigas** que souberam respeitar meus momentos de isolamento. **Jennifer Arndt**, pelas palavras de carinho e incentivo. **Cynthia Netto**, pelo ombro amigo mesmo tão distante, mas sempre presente nos momentos certos. Agradeço, especialmente, a professora **Maria da Penha Smarzaro**, minha orientadora, que aceitou o desafio do meu trabalho e me conduziu de forma ética. Muito obrigada!

RESUMO

Considerando a importância dos meios de comunicação nos processos sócio cognitivos e as crescentes pesquisas sobre análises e reflexões dos veículos de comunicação, o presente trabalho investiga o papel da mídia no processo de construção da representação social da pessoa pública feminina. Busca-se identificar os fatores ressaltados pelos veículos de comunicação – jornais capixabas A Gazeta e A Tribuna, entre 1988 a 2000 – na elaboração das matérias jornalísticas sobre a ex-parlamentar Rita Camata. Entende-se que essas práticas discursivas, produzidas pelos meios de comunicação, são formas simbólicas que veiculam conceitos existentes na sociedade, reproduzindo crenças, valores e identidades sociais, colaborando com a transformação das relações sociais. Compreende-se a mídia como um campo no qual se pode buscar a construção das representações sociais. A partir dos conceitos de representação simbólica, discurso, dominação masculina e *habitus* jornalístico, é possível compreender a representação e o processo de construção da representação da mulher na política capixaba. Nota-se que a participação da mulher na política nacional vem crescendo, mas ainda em desvantagem aos homens. A partir do postulado por Bourdieu (1998) de que o homem é uma construção social, onde os atores sociais exercem forças uns sob os outros, dando sentido à realidade objetiva, calcou-se as bases desta pesquisa. A metodologia de análise dos periódicos centra-se na Análise de Discurso (AD) Francesa, uma vez que tal método permite formular hipóteses sobre a especificidade dos discursos a que se vinculam esses mesmos textos.

Palavras-chave: Política; Mulher; Representação social.

ABSTRACT

Considering the importance of the media in social cognitive processes and the growing interest from academia to analyze and reflect on the media, this paper will investigate the role of media in the construction of social representation of female public person, identifying the factors highlighted by the media - newspapers The Gazette and The Tribune - the preparation of news stories about former congresswoman Rita Camata. We understand that these discursive practices, produced by the media, are symbolic forms that convey concepts in society, reproducing beliefs, values and social identities, contributing to the transformation of social relations. We understand the media as a field of study in which they can seek construction of social representations. And working seamlessly with concepts of symbolic representation, discourse, male domination and habitus journalism, it is possible to understand the representation and the construction of the representation of women in politics ES. Since women's participation in national politics is growing, but still at a disadvantage to men. The centerpiece is the thinking of Bourdieu (1998) that man is a social construction, where social actors exert forces on each other, giving meaning to objective reality. Knowledge and social thought are built from the experiences with the concepts sent and received, and the mass media communication. And taking as object of study the public persona of the former Federal Mrs Rita Camata, the research will analyze newspaper articles published in newspapers The Gazette and The Tribune, the period from 1988 to 2000. The analysis will be based on the central concepts of Discourse Analysis (DA) French, since the method allows us to formulate hypotheses about the specificity of discourses that bind these same texts.

Key words: Politics; Woman; Social Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ministro Berzoini leva torta no rosto em Fortaleza	28
Figura 2 - Bertha Lutz, militante do Movimento Feminista Brasileiro	44
Figura 3 - Dilma, já com faixa, entre o vice-presidente Michel Temer e Lula	51
Figura 4 - Mulheres na política	56
Figura 5 - Judith Leão Castello Ribeiro em discurso no Teatro Glória, posse para Deputada Estadual 1947.....	57
Figura 6 - Folha de rosto da publicação “Os ‘cabeças’ do Congresso Nacional.....	77
Figura 7 - Publicação “Os ‘cabeças’ do Congresso Nacional, Brasília, 1999, p. 38 ...	78
Figura 8 - Matéria publicada no jornal A Gazeta no dia 23 de maio de 2002, p. 7	80
Figura 9 - Matéria publicada no jornal A Gazeta no dia 23 de maio de 2002, p. 7	81
Figura 10 - Revista Caras. SP: Abril, Edição 277, 26 de fevereiro de 1999	84
Figura 11 - Revista Caras. SP: Abril, Edição 447, de 31 de maio de 2002	85
Figura 12 - Matéria publicada no jornal A Tribuna. Vitória/ES. 24/06/ 2001, p.32 ...	87
Figura 13 - Rita Camata durante discurso emocionado na convenção do PMDB em Brasília.....	89
Figura 14 - Matéria publicada no jornal A Tribuna. Vitória/ES. 24 de maio de 2002	90
Figura 15 - Matéria publicada no jornal A Tribuna. Vitória/ES.30 de junho de 2002	90
Figura 16 - Matéria publicada no jornal A Tribuna. Vitória/ES. 30 de junho de 2002	91

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MÍDIA E POLÍTICA	18
2.1 UMA ABORDAGEM CONCEITUAL	18
2.2 A POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE E SUAS CONEXÕES COM A MÍDIA	23
2.3 MÍDIA, PÓS-MODERNIDADE E A IDENTIDADE FEMININA	32
3 A MULHER E A POLÍTICA	40
3.1 O FEMINISMO E SEUS REFLEXOS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES	40
3.2 A MULHER NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO	48
3.3 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO CENÁRIO POLÍTICO DO ESPÍRITO SANTO	53
4 A MULHER E A MÍDIA COMO AGENTE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ES	64
4.1 O DISCURSO DA MÍDIA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA	64
4.2 A PRÁTICA PARTIDÁRIA E AS MULHERES	65
4.3 A FUNÇÃO DA MULHER NO PARTIDO	70
4.4 RITA CAMATA: UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA	71
4.5 AS REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DE RITA CAMATA NOS CENÁRIOS POLÍTICO ESTADUAL E NACIONAL	82
5 REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA MÍDIA IMPRESSA	96
5.1 A FERRAMENTA METODOLÓGICA – ANÁLISE DE DISCURSO (AD)	96
5.2 OS MODOS DE DISCURSO NOS JORNAIS A GAZETA E A TRIBUNA (1988-2000) SOBRE RITA CAMATA	99
5.3 ANÁLISE DOS DADOS	109

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICES	122
ANEXOS	135

1 INTRODUÇÃO

A história das mulheres não pode ser vista como uma história apenas de um grupo, mas também aquela da família, da criança, do trabalho, da literatura e da mídia. Essa história, que toma a mulher como objeto de análise, é uma história que trata sobre o corpo feminino, sua sexualidade, as violências praticadas e sofridas por mulheres, das suas loucuras, dos seus sentimentos e amores. A perspectiva histórica possibilita descortinar o vivenciado pelas mulheres em suas relações sociais. Como salienta Michelle Perrot (2005), a história vivenciou por muito tempo um silêncio no tocante a presença histórica feminina. Com o advento das revisões historiográficas, especialmente a partir da Escola dos Annales, o feminino tem chamado pesquisadores ao debate. Sendo assim, aos historiadores cabe o trato de uma gama de fontes nas quais se pode perceber a movimentação das mulheres. Processos da Inquisição, processos-crime, livros de medicina, crônicas de viagens, registros de batismo, de casamento e de óbito, periódicos, são alguns exemplos de documentos nos quais podemos nos debruçar à pesquisa histórica. Os documentos, quando submetidos à crítica histórica, permitem estudar o cotidiano e as práticas femininas. As fontes possibilitam aceder às representações que se fizeram no passado sobre as mulheres.

A década de 1950 destaca-se pelo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, com destaque no setor de serviços de consumo coletivo, escritórios, comércio ou serviços públicos. O mercado de trabalho se abriu às mulheres em profissões como enfermeiras e professoras, ou seja, profissões ligadas ao cuidado e assistência. Esta inserção da mulher no mercado de trabalho exigiu das mesmas qualificação profissional, ao passo que tornava-as profissionais remuneradas. Nota-se que este novo cenário que firmava no início do século XX provocava “mudanças no status social das mulheres” (PINSKY, 2010, p.624).

Todavia, o imaginário social ainda via de modo turvo a inserção da mulher no espaço público do mundo do trabalho. Eram nítidos os preconceitos acerca do trabalho feminino na época (PINSKY, 2010, p.624). A sociedade ainda percebia a mulher apenas como mãe e dona de casa, logo, viam como incompatível manter um casamento e um vida profissional paralelamente. É tácito que foram muitas as conquistas femininas desde os Anos Dourados, mas, num plano histórico, nota-se que há traços de valores e costumes, os quais ainda se fazem presente. Atribuir as conquistas oriundas destas mudanças apenas ao avanço do tempo e às novas mentalidades seria simplório. É necessário considerar os fatores sociais, políticos, econômicos, demográficos, ou seja, inserir a questão em perspectiva história. Segundo

Norberto Bobbio (1992), o que se presenciou foi uma revolução da mulher. Todavia, mesmo na contemporaneidade, a inserção e permanência da mulher ainda é uma luta diária. É o caso da política. Universo historicamente masculino no qual a mulher ainda encontra dificuldades para fixar-se e atuar. Ser protagonista da cena pública no púlpito político requer da mulher romper os silêncios ou os preconceitos. Para a construção de uma história das mulheres, muitas vezes, é necessário romper os silêncios. Seja das fontes, da bibliografia ou mesmo dos espaços de discussão. E se o palco for o político, parece que as mulheres são meras sombras dos ocorridos. Por vezes, a história das mulheres está atrelada à maternidade, família, infância, demografia, mundo do trabalho e reprodução escrava. Poucas vezes pensa-se a mulher como aquele sujeito ativo, supracitado, proferindo vozareios nos púlpitos políticos. E as representações criadas sobre as mulheres que se dedicam a política são fruto da contribuição, em grande parte, da mídia. Na contemporaneidade a mídia se configurou como uma ferramenta formuladora e criadora de opiniões, saberes, valores, conceitos e representações. Utilizando-se de ferramentas estratégicas, a mídia nem sempre busca dialogar. A mídia acaba unidirecionando sua mensagem ao interlocutor. Como resultado, faz com que uma grande quantidade de pessoas perceba o mundo a partir de suas lentes, ou seja, ela cria representações.

Desta forma, esse estudo tem como objetivo geral investigar a mídia no contexto da construção da representação social da ex-deputada Rita Camata, através das matérias publicadas nos veículos de comunicação A Gazeta e A Tribuna, entre os anos de 1988 a 2000, para compreendermos a atuação da mídia na representatividade da mulher política. E considerando a relevância dos meios de comunicação nos processos sócio cognitivos , o presente trabalho investigou a forma como a mídia está inserida no processo de construção da representação social da pessoa pública feminina , bem como os fatores ressaltados por ela durante o processo.

O período do recorte histórico foi delimitado levando em consideração a importância do marco inicial, como o ano em que foi aprovada a Constituição Federal do Brasil e todos os parlamentares brasileiros estavam ansiosos em participar. A participação feminina no cenário político do país era muito pequena, e no Espírito Santo era ainda menor. O marco final da delimitação é o quarto mandato consecutivo como deputada federal. Em 2002, Rita Camata se afastou da Câmara Federal para disputar na chapa de José Serra.

A hipótese proposta é que a mídia se apodera de conceitos e valores sociais, reproduzindo-os nos mais diferentes campos da vida pública. Assim, os jornais capixabas teriam o mesmo comportamento dos demais veículos do Brasil, ressaltando aspectos da vida familiar e incentivando que a sociedade exija da parlamentar mulher um comportamento mais tradicional, ou seja, uma postura mais voltada para o ambiente particular.

Assim, os questionamentos sobre a mídia no processo de construção de representatividade se dá porque os veículos de comunicação social desempenham importante papel, servindo de elo entre o indivíduo e a sociedade e contribuem com a construção da realidade social. E, por isso, muito tem se discutido sobre a importância da mídia na construção dos conceitos contemporâneos, porque na atual sociedade os meios de comunicação constituem um poder social em si.

O fenômeno da comunicação assume um papel cada vez mais importante nos processos sociais, onde os atores exercem forças uns sob os outros, dando sentido à realidade objetiva, como acredita Bourdieu (1998). E os veículos de comunicação, especificamente a produção jornalística, ganha grande destaque nas críticas de Bourdieu, porque os considera instrumentos de opressão simbólica. O conhecimento e o pensamento social são construídos com as experiências, com os conceitos emitidos e recebidos e com a comunicação dos meios de massa. A partir do postulado por Bourdieu (1998), toma-se para este trabalho os sistemas simbólicos como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, os quais cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. Estes, por sua vez, contribuem à garantia da dominação de uma classe sobre a outra, ou seja, a chamada violência simbólica.

Dessa forma, pensar o papel da mídia na construção da pessoa pública, é antes de tudo, buscar compreender a influência dos meios de comunicação na construção de conceitos e visões de mundo. E tomando como objeto de estudo a ex-deputada Federal Rita Camata, abre-se um vasto leque para analisar, além da representação simbólica da pessoa pública, a abordagem simbólica que a produção jornalística dá às notícias das parlamentares mulheres.

Compreendemos que a mídia constitui um campo de estudo em que se pode buscar a construção das representações sociais. E trabalhando de forma integrada com a história das mulheres é possível compreender a representação e o processo de construção da representação da mulher na política. Uma vez que a participação da mulher na política brasileira vem crescendo, mas ainda em desvantagem aos homens. Ressaltando que optamos por não

trabalhar com o conceito de gênero, uma vez que não seria necessário a abordagem para alcançarmos o resultado almejado.

Entender a atuação da mídia se faz importante para abrir caminhos para uma reflexão ainda maior – de como os veículos de comunicação trabalham a imagem da mulher em relação aos parlamentares homens . Isso porque entendemos que os veículos de comunicação são fundamentais no processo de socialização , pois ao disseminar conhecimentos está atuando e influenciando no processo de construção das representações sociais . Entendemos que o conteúdo veiculado pela mídia caracteriza -se como um dos elementos que constitui o pensamento individual e coletivo.

A comunicação de massa permite que indivíduos em sua esfera privada tenham acesso a conteúdos sociais específicos , como também a novos núcleos de produção de conceitos e comportamentos. O que possibilita uma diversificação das representações , uma vez que os profissionais da comunicação utilizam critérios e recursos para selecionar , enfatizar e interferir na construção simbólica dos acontecimentos .

A discussão em torno do papel da mídia na construção da r epresentação social de Rita Camata nos remete a uma reflexão da história das mulheres pela lente da mídia, além de tratar-se de um campo onde , até o período estudado , a mulher era pouco representada e o eleitorado era basicamente de homens, como afirma José Eustáquio Diniz Alves (2012). Segundo Alves (2012), os anos 2000 se destacam pela presença feminina como maioria do eleitorado. A partir dos dados analisados pelo autor, o Brasil ainda estaria longe de conquistar a paridade de representação parlamentar. Ademais, o poder de voto das mulheres não aponta, na mesma proporção, em presença de fato na Câmara e nas Assembleias Legislativas.

Levando em consideração que o Espírito Santo já teve algumas parlamentares mulheres , mas nenhuma com a notoriedade estadual e nacional como a de Rita Camata , o estudo traz grande contribuição acadêmica e social . A pesquisa também considerou os fatores : juventude (quando iniciou na política); primeira-dama (esposa do então governador do Estado , Gerson Camata); beleza; e origem humilde . Dessa forma, o estudo buscou conhecer os fatores que os veículos de comunicação elegem , com suas técnicas de seleção na produção de conteúdos jornalísticos sobre pessoas públicas , e, especialmente, da mulher.

O período de 1988 a 2000 configura-se no cumprimento do primeiro mandato de Rita Camata à metade do quarto mandato consecutivo, ficando de fora da pesquisa apenas o 5º mandato. O

recorte temporal foi pensado para se trabalhar o período inicial e um momento já consolidado da carreira política de Rita Camata, ou seja, já haviam trabalhos propostos pela parlamentar que já sustentavam conteúdos propriamente políticos e não apenas pessoais.

O aporte teórico da investigação está centrado, principalmente, nos conceitos sugeridos por Pierre Bourdieu (1998) quanto à representação simbólica, política, dominação masculina, campo simbólico/jornalístico, *habitus* jornalístico e poder simbólico. Fez-se necessárias contribuições de outros teóricos para referenciar conceitos como valores individuais, representação política, esfera pública e privada e cultura política. Para isso, buscamos essas contribuições em Patrick Charaudeau, Clóvis de Barros Filho, Douglas Kellner, Antônio Albino Canelas Rubim, Néstor García Canclini, Denise Jodelet, Marshall MacLuhan, José Murilo de Carvalho, Rachel Soihet e outros.

No âmbito metodológico, trabalhamos com pesquisa bibliográfica e com o método de análise de discurso proposto por Georges-Élia Sarfati (2010). Tal metodologia trabalha com a perspectiva de texto e contexto, uma vez que Sarfati (2010) acredita que as intenções que precisamos recuperar são as intenções ilocucionárias, ou seja, as intenções ditas. O objetivo principal ao utilizar tal método é identificar as particularidades das matérias publicadas e compreender como elas duelam ou interagem nos discursos. Para Sarfati (2010), o método defendido por ele nos permite recuperar a identidade histórica de textos individuais na história do pensamento.

Ao nos dedicarmos à busca pelas matérias publicadas nos jornais A Gazeta e A Tribuna nos deparamos com desafios de disponibilidade de material, principalmente com o jornal A Tribuna. O veículo não tem material digitalizado ou microfilmado anterior ao ano de 2000 e não autoriza o acesso ao arquivo, já que as edições estão arquivadas em papel e podem sofrer desgastes. O jornal A Gazeta, com um arquivo em processo de digitalização, nos permitiu ter acesso a matérias legíveis em todos os anos que nos propomos analisar.

Além das matérias, foi necessário nos debruçar sobre as atas e relatórios do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) dos pleitos realizados de 1945 a 2012. Os documentos foram importantes para resgatarmos os nomes das capixabas que ousaram entrar na cena política, umas apenas como candidatas, outras eleitas.

Para trabalhar o aporte teórico com o conteúdo pesquisado, o trabalho foi dividido em quatro eixos. No primeiro abordamos os conceitos de mídia e política, relacionando-os com o cenário

contemporâneo e com a representatividade feminina. Trabalhamos ideias de Pierre Bourdieu (1998) e Patrick Charaudeau (2010), sobre a atuação dos profissionais de jornalismo, o discurso produzido nos meios e as técnicas de noticiabilidade. Como a política se relaciona com a mídia e como se apropria de técnicas para construir discursos.

No segundo eixo, foi trabalhada a história das mulheres e sua inserção no cenário político brasileiro. Trabalhamos a trajetória do movimento feminista no país e a representação feminina na cena política capixaba. Dessa forma, contextualizamos o Estado do Espírito Santo na história da atuação política da mulher brasileira.

O terceiro bloco traz a discussão da mulher como agente de representação política no Espírito Santo. Possibilitando a discussão sobre o real papel dos meios de comunicação na conformação do espaço social contemporâneo. No mesmo eixo, trabalhamos o discurso da mídia e a representação feminina, a prática partidárias feminina e a função da mulher no partido.

Ainda no terceiro eixo, nos dedicamos ao resgate da história política de Rita Camata, relatando sua origem, sua formação profissional e política, e seu ingresso na cena nacional. Com matérias publicadas em diversos veículos nacionais e locais, tratamos da representação midiática de Rita Camata nos cenários políticos nacional e estadual, registrando o reconhecimento político que a capixaba conquistou.

O quarto e último eixo é dedicado à Análise de Discurso (AD) das matérias publicadas nos jornais A Gazeta e A Tribuna no período de 1988 a 2000. A técnica de AD foi aplicada às matérias e o resultado está exposto de forma que nos dê indícios de como a imprensa capixaba atuou no processo de construção da representação Social de Rita Camata, nos levando a outras reflexões e abrindo caminho para outras investigações.

2 MÍDIA E POLÍTICA

2.1 UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

A abordagem do presente trabalho, onde a mídia e a política se entrelaçam, reúne conceitos tais como: política, poder, dominação, representação social, mídia e discurso. O objetivo centra-se em compreender o papel desempenhado historicamente pelos veículos de comunicação na construção da imagem pública de parlamentares mulheres. O foco teórico consiste em analisar as formas de discurso adotadas pelos meios de comunicação, com o intuito de compreender a representação social contemporânea da mulher política, bem como as alterações ocorridas na trajetória histórica da mulher brasileira.

A mídia destaca-se como fonte de composição e revelação de um cotidiano distante. Por ter sido o mesmo revelado, passa a integrar o cotidiano da sociedade. Consequentemente, a forma como as diferentes mídias revelam esses fatos, ou seja, como constroem e apresentam as notícias, cria um merecido espaço para os estudos acerca da compreensão do processo de informação. Sendo o jornalista também um ator político, fazendo parte desse conjunto de indivíduos que se pode classificar como audiência, as análises sobre as formas de produção das diferentes mídias podem colaborar na investigação das estratégias adotadas pelos principais atores envolvidos na dinâmica política.

No entendimento de Pierre Bourdieu (1997), o campo jornalístico produz e impõe uma visão inteiramente particular do campo político que, por sua vez, encontra seu princípio na estrutura do campo jornalístico. Mas, abordar as mídias para tentar analisar o discurso de informação não é de fácil compreensão. Talvez seja mais complexo do que abordar o discurso político. Porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso nele manifestado está intimamente ligado ao poder e, consequentemente à manipulação¹, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação. Entretanto, os veículos de comunicação são utilizados pelos atores políticos como meios de manipulação da opinião pública².

Patrick Charaudeau (2010, p.18) concorda com o pensamento de que os jornalistas se declaram imparciais, com uma postura contrária ao objetivo do discurso político e afirma que:

¹ Manipulação como uma forma de controle exercida por um manipulador sobre outras pessoas, sendo que ela ocorre contra a vontade e os interesses dessas pessoas. (BOURDIEU, 2011).

² A noção de opinião pública deve ser entendida como um conjunto de opiniões individuais. (BARROS FILHO, 2002).

As mídias constituem uma instância que não promulga nenhuma regra de comportamento, nenhuma norma, nenhuma sanção. Mais que isso, as mídias e a figura do jornalista não têm nenhuma intenção de orientação nem de imposição, declarando-se, ao contrário, instância de denúncia do poder.

Mas, é preciso entender que a auto-declaração dos jornalistas faz parte do *habitus* da profissão. Na realidade, os veículos de comunicação manipulam, ou tentam manipular, a opinião pública, tanto quanto manipulam a si mesmas. Sob essa perspectiva, compreendem-se os meios de comunicação como capazes de exercerem o que Bourdieu (2011) entende como poder simbólico. Para o autor, as relações de comunicação são sempre relações de poder as quais dependem, tanto na forma como no conteúdo, do poder material em subjetivo acumulado pelas partes envolvidas nas relações de poder simbólico. Dessa forma, sendo instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação, os sistemas simbólicos impõem e legitimam a dominação de uma classe sobre a outra. Construindo e desconstruindo visões e compreensões de valores sociais, assim como criando novos comportamentos entre os atores. Para Bourdieu (2011, p.11):

É enquanto instrumento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que a fundamentam e contribuindo assim, segundo expressão de Weber, para a domesticação dos dominados.

Dentro dessa relação de poder, as mídias funcionam segundo duas lógicas: uma econômica que faz com que todo o organismo de informação se comporte como uma empresa, com objetivo de fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca de bens de consumo. E uma lógica simbólica que faz com que todo o organismo de informação queira participar da construção da opinião pública.

Essa última lógica está totalmente associada à política, já que temos os atores sociais/eleitores como audiência. Assim, seguindo a ideia de Charaudeau (2010), compreende-se que dessa forma de comunicação assume um papel cada vez mais importante nos processos sociais. Por este motivo, o campo político busca, nas características do campo midiático, sua legitimidade e formas de exercer poder sobre os atores sociais.

A invisibilidade do poder simbólico, exercido pela mídia, pressupõe, então, uma relação de manipulação entre os veículos de comunicação e os agentes que são submetidos ao poder. Esse poder permite constituir o próprio sentido de realidade, estabelecendo-se como uma ordem validada pelos atores por um sentido imediato de mundo ou pelo simples conformismo lógico das instituições sociais.

A política supõe um conjunto de instituições, práticas e atores capazes de produzir sua apresentação e sua representação visíveis na sociedade. A plasticidade desses inevitáveis regimes de visibilidade obriga a política a possuir uma dimensão estética. Este cenário não pode ser desconsiderado, em particular em uma sociedade na qual a visibilidade adquiriu tal relevância, como na contemporaneidade, através da nova dimensão pública de sociabilidade. A necessidade de considerar tal dimensão torna-se algo essencial nessa nova circunstância societária. A política não se realiza sem o recurso às encenações, aos papéis sociais especializados, aos ritos e rituais determinados. E a mídia se coloca como uma importante ferramenta para práticas discursivas. Como forma simbólica a mídia veicula conceitos existentes na sociedade, reproduzindo crenças, valores e identidades sociais e colaborando com a transformação das relações sociais.

Entre os fatores determinantes para a existência do campo político está o reconhecimento de seus atores pelos jornalistas. No entendimento de Barros e Praça (2002) o jornalismo é definidor do que é político e do que é legítimo em política, porque a presença visível dos jornalistas, ao registrar os procedimentos do ritual político, confere legitimidade e crédito ao que é dito e visto pelos telespectadores e leitores.

Nesse sentido, a linguagem utilizada pelo jornalismo, fortemente condicionada por normas e convenções estilísticas, contribui no processo de construção da ordem social. Os meios de comunicação surgem como estruturas profissionalizadas, logo, estes se consolidam como uma dimensão constituinte e estruturante da sociabilidade, pois a linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável. Assim, nota-se que os valores-notícia refletem os critérios de seleção do conteúdo veiculado na mídia. E sobre essa perspectiva Barbosa (2010, p.131) explica que:

Funcionando como espécie de memória escrita de uma determinada época, o jornalismo retém o excepcional. E mesmo quando os fatos mais cotidianos aparecem fixados sob a forma de notícias, há sempre um nexo da narrativa que transpõe esses mesmos acontecimentos do lugar do comum para o do extraordinário. Aprisionando o acontecimento num suporte de excepcionalidade, reproduz-se sob a forma de letras impressas a memória do que é excepcional.

O poder de determinar se tal fato é realidade no mundo de hoje cabe aos meios de comunicação pelos próprios receptores que imputam credibilidade e legitimidade ao que é exposto. De acordo com Marshall (2003, p.51): “[...] por essa lógica, uma coisa existe ou deixa de existir hoje no mundo, à medida que é comunicada pela mídia”. O autor atribui à mídia esse poder determinante. Pensamento que se reforça em Kellner (2011) com a noção

mais ampla de que a mídia, ao colocar à disposição imagens e figuras com as quais o público se identifica, se aproxima do real e, conseqüentemente, do indivíduo. Dessa forma, toma-se o papel da mídia como uma fonte influenciadora, capaz de produzir efeitos socializantes, culturais e políticos, através de seus modelos de papéis, valores e comportamentos, em detrimento de outros.

A partir de tais conceitos buscou-se compreender o papel da mídia na construção dos discursos sobre a participação da mulher na cena política brasileira e seus estereótipos. Na condição de meios produtores e distribuidores de informação, os veículos de comunicação se convertem em centros de poder, pois moldam as opiniões recriando a realidade. Essa interferência na mídia pode ser vista e compreendida em diversas áreas com motivações socioeconômicas, políticas e culturais. A mídia se coloca para a sociedade como uma instância produtora de uma realidade em detrimento de outras leituras como as que decorrem das criações naturais da percepção individual.

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído, com critérios, regras e padrões a serem seguidos. Não é exatamente o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encaixá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que esta é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. Nela, a instância de recepção encontrará pontos de referência e, desse encontro, emergirá o espaço público.

A questão do recorte da realidade, operado pelas mídias, coloca-se de maneira diferente ao considerar-se sua origem. Ao se buscar e selecionar os acontecimentos, ou em seu término – uma vez concluída a seleção –, ao se efetuarem as escolhas dos modos de apresentação da notícia, escolhas que, ao mesmo tempo, propõem à instância de recepção certa grade de leitura dos acontecimentos do mundo. No primeiro caso, trata-se da estruturação do espaço, no segundo, das operações de distribuição em rubricas e de repartição temática, a primeira dependendo da segunda, e vice-versa.

Sobre o espaço social influenciado pela mídia, Charaudeau (2010, p.143) ressalta que:

A estruturação do espaço social depende da instância fornecedora de informação que é obrigada a construir seu propósito gerenciando a visibilidade pública dos

acontecimentos de que trata. Essa instância não pode ignorar que existe ‘uma verdadeira dialética entre a descrição inicial do acontecimento e as reações que tal descrição suscita’, porque a instância de recepção à qual se dirige detém a qualidade de ‘ator participando da vida pública’. A instância midiática deve então proceder a uma repartição do espaço público em categorias e reagir diante delas. São essas categorias – e não os fatos em si mesmos – que são apresentadas para serem consumidas. Tais categorias concernem, por um lado, ao modo de repartição do mundo social em espaços de ação e de representação que designaremos ‘domínios de atividade’, por outro lado, concerne à ‘natureza dos atores’ que dela participam adquirindo, assim, o direito de acesso às mídias.

Assim, acontece o recorte do espaço social em que para cada comunidade, reúne os conhecimentos, valores, comportamentos e crenças sobre esse mundo. E, que as mídias se encarregam de tornar visível através de uma apresentação estruturante. Sendo assim, procedem a uma racionalização, de tal maneira que o público se habitua a recortar o mundo social como as mídias o fazem.

E quando se trata de poder das mídias, estamos relacionando ao poder simbólico. Este é um poder inerente ao próprio fenômeno da mediação e ao exercício sistemático da violência simbólica. Poder este, segundo Bourdieu (2011), que legitima discursos pela imposição de sentidos das imagens de uma realidade aprisionada pelo domínio do campo imaginário – produzindo estratégias discursivas, informativas, persuasivas e, principalmente, como entretenimento.

Essa legitimidade é tão importante e influente quanto de qualquer outro líder, ou seja, como de qualquer um que se posicione como emissor de mensagens ou porta voz autorizado a falar em nome de uma ordem social política. Trata-se de um poder constituído pela enunciação, de fazer crer, confirmar ou transformar uma visão de mundo – uma influência quase mágica que permite obter o que, inclusive, pode ser obtido pela força – e isso, graças ao efeito da mobilização.

Tal poder simbólico é exercido por diversas instituições sociais como o Estado, a religião e a política. O Estado, por exemplo, age estabelecendo leis que naturalizam o direito à cidadania. A mídia jornalística, por sua vez, estabelece a violência simbólica validando as imagens e mensagens que tendem a se impor pela legitimação da chamada indústria cultural e com a massificação daquilo que é considerado popular. Torna-se fundamental reconhecer que a mídia é crucial à vida política contemporânea. Tal fato decorre dos meios de comunicação de massa expandirem o acesso aos agentes políticos e seus discursos, que ficam expostos aos olhos do grande público.

O jornalismo, por exemplo, se transformou no principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos nas sociedades contemporâneas. O jornalismo carrega diversas representações do mundo social que estão associadas aos diversos grupos. As vozes que ecoam na mídia são representantes da sociedade. Isso nem sempre deve ser tomado como positivo, pois como resultado tem-se que os meios de comunicação passam a reproduzir de forma deturpada a diversidade social. Esta ação desencadeia consequências significativas para o exercício da democracia, ou seja, trabalham interesses contraditórios que necessitam manter um mínimo de unidade.

É impossível negar a importância da atividade da mídia jornalística na formação de uma concepção do mundo adequada aos grandes consensos e na construção dos sistemas de relevância dos atores sociais. Assim, o jornalismo tende a favorecer uma construção social da realidade com uma vocação ordenadora, por conta das ações das relações sociais, as quais são cada vez mais coordenadas pela comunicação que alargou suas fronteiras de forma intensa, a partir da redução dos obstáculos geográficos e aguçaram a curiosidade humana.

2.2 A POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE E SUAS CONEXÕES COM A MÍDIA

Tratando-se da política na contemporaneidade, pode-se ressaltar que a relação mídia e política constituem uma das expressões mais significativas para a compreensão das novas configurações assumidas pela política na contemporaneidade. É preciso destacar que a comunicação sempre esteve associada aos embates eleitorais e demais pautas políticas. Justamente pelas características da mídia e pela legitimação a qual conferem aos discursos políticos, econômicos e culturais. Com a expansão e consolidação das eleições como procedimento e rito imprescindível à política na modernidade, essa relação se tornou ainda mais relevante. A comunicação adquire um *status* estruturante na contemporaneidade porque se torna dispositivo fundamental para o conhecimento cotidiano da atualidade e para costurar em rede o mundo contemporâneo, constituindo um espaço composta de espaços geográficos e eletrônicos, convivência, globalidade, enfim, de realidade.

O ambiente social contemporâneo é constituído pela permanente fabricação e mediação de sentidos pela mídia. A política procura se pautar pelos critérios da mídia para se fazer presente no processo de estruturação e significação da sociedade. Visto que as lutas sociais,

especialmente as do século XIX e XX, conquistaram uma noção de cidadania³. Mulheres e trabalhadores fizeram das eleições um componente fundamental da política moderna, juntamente com as ferramentas de comunicação existentes em cada tempo.

O papel fundamental dos meios de comunicação de massa é a promoção e sustentação do espaço democrático. Na medida em que suas principais funções seriam tanto a de permitir a regulação do poder público pela sociedade civil, informando-a sobre os atos do primeiro, como o de constituir-se como espaço de expressão das entidades representativas dos vários setores que compõem essa sociedade civil.

A presença em todas as áreas e campos da sociedade e sua manifesta exposição através da permanente fabricação e mediação de sentidos faz com que a mídia se torne um componente vital para a realização e consolidação das situações políticas e democráticas. Rubim (2002, p. 49) entende a mídia como um mecanismo que estrutura e ambienta a contemporaneidade mundial, “[...] ela afeta em profundidade a configuração da sociabilidade atual, pois se vê composta e perpassada por marcas possibilitadas pela mídia, tais como o espaço eletrônico, a televidência e a globalização”.

Nesse caso, o espaço eletrônico, caracterizado pela rápida evolução das comunicações em rede, surge como registro desmaterializado, mas, que permite atualizações contínuas. A televidência é a mídia que possibilita uma vivência à distância, desprendida da presença, porém com capacidade de vivenciar um ausente tornado (simbolicamente) presente. A globalização, nesse contexto, é o que move as redes de comunicação com informações e pela contínua disponibilização de um fluxo de signos e sentidos.

A prática política precisou se reconfigurar diante do contexto sociopolítico brasileiro dos anos de 1980. Período este demarcado pelo fim do governo autoritário, pelo avanço da industrialização e urbanização, e da abrangência dos meios de comunicação de massa. O contato do eleitor com as pautas políticas, cujas passadas antes eram através do engajamento militante, passou a ser através da mídia. Os atores políticos passaram a buscar mecanismos de sedução para alcançar visibilidade, atenção e adesão do eleitor. Passaram a se adequar às

³ Para José Murilo de Carvalho (2012, p. 8-9), no esforço da sociedade para a reconstrução da democracia no Brasil, após a ditadura militar, a palavra cidadania não só caiu na boca do povo, mas o substituiu na retórica política. “Cidadania virou gente”. Mas, o autor alerta que “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido”. Por isso, o exercício de certos direitos não garante automaticamente o gozo de outros. “Isto porque a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras”. Desta forma, “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no ocidente e talvez inatingível”.

regras midiáticas, usando da estética e do formato de texto. Nesse contexto Bourdieu (2011, p.162) entende o eleitor como um consumidor na atual forma do fazer política, e acredita que:

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lei da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análise, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais, os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados do lugar da produção.

É tácito que a utilização das estratégias do marketing e da publicidade nas campanhas eleitorais aproximou a política da chamada publicidade de imagem. De um modo geral, os partidos políticos assumem um papel secundário nas campanhas – em relação à imagem do candidato e não necessariamente na estratégia de campanha –, enquanto a mídia apresenta personalidades, muitas vezes transfiguradas através das técnicas do marketing de imagem para que sejam aceitos pelos eleitores e consumidores. Vale ressaltar que a publicidade está focada na subjetividade do consumidor muito mais que na informação precisa das características e funções do produto.

A técnica aplicada às campanhas eleitorais atua sobre os desejos dos consumidores, através da sedução, criando uma visão fascinada. O processo de construção da imagem e da marca de um produto ou candidato corresponde ao atendimento desse constante desejo. Silveira (2000, p.126) considera que:

As imagens associadas aos produtos são relacionadas simbolicamente pelo consumidor à imagem de si percebida e pretendida. O consumidor procura escolher produtos e marcas que reforcem a identidade de imagem desejada, caracterizando atributos sociais distintivos.

Pode-se entender que a espetacularização da política, através das técnicas de imagem, é um fenômeno totalmente ligado à mídia e à estética, pois tanto a publicidade como o jornalismo ditam regras de formatação para as mensagens. Enquanto na publicidade o primeiro desafio é seduzir, no jornalismo é atender aos critérios de noticiabilidade. Martino (2003, p.107) lembra que:

A produção de notícias, à vista do senso comum, parece ser o que há de mais óbvio e intuitivo dentro das práticas sociais. Todavia, a inocência dessa perspectiva é rapidamente desmentida quando conhecemos as características da transformação do cotidiano em quantidades compactadas de texto e imagem, pacotes de informação contendo os acontecimentos reais.

O que será noticiado e o que ficará na obscuridade é definido a partir de critérios, inclusive da estética. E, não apenas o que vai preencher os espaços dos noticiários, mas o espaço que cada

notícia merece ocupar. Cada fato do cotidiano é classificado e catalogado de acordo com uma espécie de preço simbólico que mostra, desde o princípio, suas potencialidades de ser transformado em notícia. Quanto maior o preço, maior o espaço na mídia. Barbosa (2010, p.131) ao estudar essa questão, destaca que:

É preciso considerar, também, que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. A memória é, antes de tudo, a dialética entre lembrança e esquecimento.

Esse cálculo – do que deve ser noticiado e o que deve ser esquecido – é incorporado pelos jornalistas apreendidos como óbvio e reproduzindo esse comportamento sem questionamento. Por esse motivo, as pautas – sejam elas políticas ou de outras áreas – precisam atender a todas as especificidades dos critérios de noticiabilidade. O grande desafio é superar a falta de reflexão em relação às pautas e se enquadrar no modelo de notícia.

Para a política, todo esse processo jornalístico, mesmo sendo algo mecânico, confere legitimidade ao evento e a seus participantes e outorga crédito ao que é dito. Ao registrar os procedimentos do ritual político, a mídia jornalística o eterniza. Processo que na interface mídia/política Barros e Praça (2002, p.27) consideram que:

Atualmente, um dos fatores determinantes da existência do campo político é o reconhecimento de seus membros pelos jornalistas. Estes últimos, com suas concorrências, suas lutas, suas hierarquias, seus conflitos pelo monopólio da informação etc. São definidores do que é político e do que é legítimo em política. A relação desses agentes do campo jornalístico com os profissionais da política é tema central do estudo ao mercado político e disputas eleitorais.

Mas, o que interessa a este trabalho é apenas um aspecto dessa complexa interdependência: a seleção temática dos fatos, atores e decisões políticas que resulta na notícia como um recorte possível do real político produzido pelo jornalista. É a mídia que escolhe o que será legitimado pelo discurso jornalístico. Mas estando entre o leque de notícias, o discurso político visa produzir e impor representações que sejam capazes de agir sobre o mundo social. A ação do discurso sobre o real é denominada, por Barros e Praça (2002, p.30) de “efeito performativo”. É a partir do efeito performativo que surgem, de forma politicamente interessada, grupos, espaços e movimentos sociais. Entende-se então, que a mídia atua como legitimadora do discurso político. Tal legitimidade é resultado da autoridade e credibilidade da mídia jornalística.

Debord (1967) lança um manifesto no qual aborda a preponderância das imagens e de outras formas de representação na sociedade contemporânea. O autor discute essa dominância e acredita ser esta uma das causas para o possível distanciamento entre os homens, os quais a passam a ser mediados por imagens e as realidades que os cercam. Esta mediação pode gerar um esvaziamento nas relações, marcada pela superficialidade inerente à sociedade do espetáculo, levando a observação do autor de que “tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 1967, p.36).

Ainda sobre essa questão, Gomes (2004, p. 32) compreende espetáculo como “o que se dá a ver, que coloca seu apreciador na condição de espectador”. Para ele, o espetáculo distancia os homens e os coloca em duas condições distintas: de um lado os agentes e do outro os atores, aqueles que representam homens em ação.

A definição de espetáculo proposta por Gomes (2004), ao ser transportada para a realidade atual, permite analogias com o papel da atuação da mídia em relação à política. Neste caso, o sentido cênico pode ser observado em fatos de excepcional visibilidade noticiados pela mídia. Tais fatos atendem a todos os critérios de noticiabilidade e conseguem convencer os profissionais do jornalismo que a pauta “rende”. Têm-se como exemplos grupos sociais em manifestações como as do *Greenpeace*⁴, que realizam manifestações de choque como forma de obter espaço na mídia. Essa estratégia é denominada por Rubim (2001) de efeito de mídia.

Como exemplo brasileiro pode-se citar o Grupo Crítica Radical⁵, composto por ex-partidários do campo da esquerda cearense e pela ex-prefeita e ex-petista Maria Luiza Fontenelle⁶. O grupo acredita que a única forma de conseguir a atenção da mídia em geral, driblando o cerco dos critérios jornalísticos de noticiabilidade é criando fatos marcantes. O grupo ainda enfrenta outros dois grandes desafios para estar presente na mídia: a linha editorial dos veículos de comunicação que não dariam abertura para a expressão de um grupo anticapitalista; e a falta de consciência crítica por parte dos próprios jornalistas, que talvez pelo *habitus* jornalístico não consiga refletir criticamente as pautas políticas.

⁴ A história do Greenpeace começou em 1971, no Canadá, quando um grupo de ecologistas, jornalistas e hippies zarparam do porto de Vancouver, no Canadá, rumo ao Ártico.

⁵ O grupo tem início no final do ano de 1973, quando Rosa Fonseca após sair da prisão, integra juntamente com Jorge Paiva, Maria Luiza Fontenele, Célia Zanetti e outros (as) militantes o grupo que contribuiu de forma significativa para a reorganização dos movimentos sociais.

⁶ Maria Luíza Menezes Fontenelle (Quixadá, 1942) é uma política brasileira, foi a primeira prefeita eleita de Fortaleza entre 1986 e 1989.

Como parte de sua estratégia, o grupo adotou visitas às redações de jornais, rádios, revistas e TV's, para reforçar suas ações e aproximar os jornalistas dos veículos. Os integrantes do Crítica Radical acreditam que dessa forma conseguem conquistar mais espaços para expor suas opiniões e ações. Com isso, uma das manifestações do grupo foi noticiada pelos principais jornais (impressos e televisivos) do país – a “tortada” no Ministro do Trabalho Ricardo Bezoini⁷, durante solenidade de lançamento do Consórcio Social da Juventude na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, em 11 de fevereiro de 2004, como lembra Bezerra (2006).



Figura 1 - Ministro Bezoini leva torta no rosto em Fortaleza

O Ministro do Trabalho, Ricardo Bezoini – então presidente do PT – foi atingido em cheio com uma torta de creme enquanto participava de uma cerimônia na Federação das Indústrias do Ceará, em fevereiro de 2004.

Fonte: Portal de Notícias Terra (acesso em 15 out. 2012).

O Grupo Crítica Radical, junto com o Movimento em Defesa ao Serviço Público fizeram protestos contra a Reforma da Previdência com faixas e bandeiras. O grupo teve a iniciativa de levar uma torta e a militante Verônica Maria Rodrigues de Souza dirigiu-se até o ministro e o atingiu. As imagens captadas por diversos fotógrafos estampou a capa de jornais e revistas e teve grande destaque na grade de notícias do Jornal Nacional, da TV Globo – telejornal de grande audiência nacional.

O objetivo dos manifestantes de protestar contra a política do então governo foi atingido, pois o fato provocou o que Rubim (2001) define como “efeito de mídia”. Um pequeno ato que

⁷ Em 2003 assumiu o Ministério da Presidência Social. Em 2004, na reforma ministerial, foi nomeado por Lula como ministro do Trabalho e Emprego (MTE). Saiu do ministério em Julho de 2005.

tomou proporção nacional através da mídia. E, a partir do apelo midiático da “tortada” o movimento ganhou notoriedade nacional. Esse ato foi o mais ilustrativo dessa estratégia de tornar o movimento pauta da mídia.

A alteração na forma e na intensidade da visibilidade e dos contratos entre os homens levou pesquisadores a se debruçarem sobre as consequências desta tendência na relação entre os campos da mídia e da política. A mídia na sociedade contemporânea incorpora uma centralidade onde as principais decisões, informações, imagens e fatos passam pelo seu espaço, ou seja: o espaço midiático. Essa centralidade é defendida por Lima (2001) que ainda ressalta que é crescente o tempo dedicado pelo homem no consumo de informações advindas dos meios de comunicação. Ou seja, cada vez menos haveria o contato direto entre os cidadãos, sendo este substituído pelo contato midiático.

Mas é preciso mencionar que nem sempre a mídia ocupa o espaço central na sociedade. A centralidade midiática não é uma regra absoluta, até porque as pautas são submetidas aos critérios de noticiabilidade e à linha editorial para então ocuparem ou não os espaços dos noticiários. Por isso nem sempre os fatos passarão pelo espaço midiático.

Alguns movimentos políticos de opinião e de mobilização não são captados pelas lentes da imprensa, mas mantêm uma relativa autonomia e acabam por surpreender e se contrapor à agenda dos meios de comunicação de massa. Esses grupos, entretanto, compreendem a importância da mídia na contemporaneidade, mas não limitam seu campo de atuação ao universo midiático. Afinal, entendem que a crítica ao sistema capitalista deve ocupar também as ruas, o parlamento, enfim outros espaços de sociabilidade.

As abordagens em questão levam a um entendimento maior das mediações que perpassam pelo discurso, pela mídia, pelo poder e pela política. A relação mídia-política está diretamente relacionada à atividade de conceituação das instâncias de representação do mundo, produzindo lógicas de produção e compreensão específicas do cenário político-social do país, um percurso multiorientado do espaço.

Esse processo de representação do mundo, através do espaço midiático, passou a ser estudado logo após a Segunda Guerra Mundial com o *mass communication research*⁸ norte-americano.

⁸ Os estudos em comunicação nos Estados Unidos são fruto da demanda de informações para a prática em uma sociedade rapidamente industrializada, que via o crescimento dos meios de massa e buscava compreendê-los à luz dos referenciais da psicologia social de uma análise de conteúdo ainda incipiente. (BARROS FILHO, 2003, p. 168).

Uma demanda muito natural já que vivíamos um crescimento dos veículos de comunicação de massa – jornais de circulação nacional, a rápida inserção do rádio, o cinema, etc. Os pesquisadores norte-americanos ficaram incumbidos de descobrir como a mídia funcionava. As pesquisas foram iniciadas com o impacto da propaganda de guerra que mobilizou a opinião pública contra os alemães, e deste modo, era preciso compreender como o público teria sido afetado pela comunicação.

A evolução histórica das pesquisas norte-americanas em comunicação mostra as continuidades de um processo identificado – de disseminação e reprodução de discursos, valores e crenças –, reproduzindo-se em níveis estruturais cada vez mais restritos, como uma espécie de distribuição das relações de poder. Sobre isso Barros e Martino (2003, p.167) fazem a seguinte consideração:

A consolidação das tomadas de posição em qualquer campo pauta-se pela eficácia das estratégias de decisão envolvidas na diferenciação progressiva entre os agentes interessados. A própria configuração do espaço simbólico só se efetiva quando da progressiva divisão de trabalho entre os membros, bem como da associação de características particulares e da discriminação dos elementos não pertencentes que, por efeito de oposição, garantem a legitimidade da ação pelo próprio procedimento.

Já as primeiras pesquisas em comunicação de massa se configuram em torno da noção “massa”, cujas características definem não apenas a comunicação, mas a cultura produzida pelos meios de comunicação. Dessa forma, a noção de comunicação de massa criava – no início das pesquisas em comunicação de massa – como função a produção de uma cultura de massa, coordenando-se conforme a lógica persuasiva das necessidades sociais, políticas e econômicas.

Os pesquisadores – ainda sob o efeito da propaganda de guerra – que se debruçavam sobre estudos em comunicação de massa, nos anos de 1920, acreditavam que a mídia era capaz de mudar comportamentos, tornando o público em servos subservientes em relação à mídia. Mas, ainda nos anos 20, a hipótese da “agulha hipodérmica⁹”, do poder ilimitado da mídia foi questionada a partir de novas pesquisas que apontavam um desvio de conduta das massas. Então, diferente das primeiras pesquisas que perguntavam “o que a mídia faz com o receptor?”, as novas pesquisas passaram a perguntar: “o que o receptor faz com a mídia?”. Os estudos dessa nova fase deixaram de considerar a mídia como uma instância inatacável de poder, passando a considerar novas perspectivas, como a comunicação interpessoal, nos efeitos sobre a audiência.

⁹ Por essa teoria, os efeitos proporcionados pela mídia atingem da mesma forma todos os indivíduos, independente de suas características culturais, psicológicas ou culturais. (WOLF, [19--]).

Tal situação aponta para uma compreensão de que a mídia participa da construção de valores, comportamentos e conceitos, mas não é a única fonte de influência. Os veículos de comunicação de massa participam do processo de construção de representações reforçando discursos, conceitos, comportamentos e valores sociais, políticos e culturais. O trabalho jornalístico encontra seu ponto de distinção no cotidiano pela reprodução dos hábitos, formas de linguagem e comportamentos interiorizados pelos profissionais e pelas limitações institucionais e empresariais que pautam hoje, mais do que nunca, a ação do jornalista.

Para Barros e Martino (2003, p.179), “[...] a mídia escrita transmite a ideia de objetividade, contribuindo para a difusão de bens simbólicos e conteúdos ideológicos disfarçados em informação neutra”. Assim, os mecanismos técnicos de escrita, as regras e o formato do texto jornalístico trabalham a informação para que o leitor receba como uma informação neutra, totalmente desvinculada de qualquer posição partidária ou ideológica. Significa que a mídia influencia no processo de construção de realidades.

Na concepção de Bourdieu (2011) essa influência é como um poder invisível – o poder simbólico. E essa invisibilidade do poder, exercido pela mídia, pressupõe uma interação entre as instituições de comunicação e os agentes que tendem a se submeter ao poder. Esse poder possibilita construir o próprio sentido de realidade, estabelecendo-se como uma ordem validada pelos atores por um sentido imediato de mundo ou pelo simples conformismo lógico das instituições sociais. Por isso, Bourdieu (2011) acredita que seja necessário descobrir o poder simbólico. Isso ocorre onde ele é mais ignorado, ou seja, onde ele mais pode ser reconhecido: no discurso. E tal poder é exercido pela força da violência simbólica com que é imposta a fixação do *habitus*¹⁰ através dos discursos veiculados na mídia.

Prevalece a ideia de que o homem é uma construção social no qual os atores sociais exercem forças uns nos outros, dando sentido à realidade objetiva. Entendendo que o conhecimento e o pensamento social são construídos com experiências, com os conceitos emitidos e recebidos, e com a comunicação dos meios de massa. E, considerando que os contextos sociais são compostos das formas simbólicas – de como essas formas são compartilhadas, interpretadas e valorizadas – é reconhecida nas sociedades modernas a contribuição dos meios de comunicação na constituição da subjetividade. O quanto os conteúdos disponibilizados pelos

¹⁰ Bourdieu (2011) considera a relevância do hábito na atribuição de sentido, “o *habitus*” [...] permite exprimir, em função de uma história de posições sociais ocupadas, uma certa significação que as coisas e os outros têm para nós. (BOURDIEU, 2011, p. 11; BARROS FILHO, 2003).

meios são determinantes na construção da representação da realidade e das relações sociais, como compreende Bourdieu (2011).

Tomando como referência o entendimento da mídia como uma das fontes influenciadoras no contexto social, pode-se relacionar o campo político à encenação da realidade através de discursos e demais recursos que a mídia disponibiliza. E, na sociedade contemporânea, essa inter-relação foi potencializada deixando o campo político ainda mais dependente da mídia no processo de reprodução e validação dos discursos políticos adotados.

2.3 MÍDIA, PÓS-MODERNIDADE E A IDENTIDADE FEMININA

É notório o uso da mídia pelo campo político na busca de legitimação e, logo, de poder. A busca por compreender o discurso midiático em relação à condição feminina permite reconhecer a complexidade das questões relativas a esse universo. Assim como as questões sociais e as formas de poder envolvidas. Interessa questionar o modo pelo qual os meios de comunicação contribuem para a disseminação de informações, como também desvendar o seu real papel como elemento essencial na criação de um espaço para constituições identitárias.

Os meios de comunicação de massa destacam-se na conformação do ambiente social contemporâneo. Eles reconfiguraram a gestão do tempo cotidiano e as fronteiras entre diferentes espaços sociais, determinados por sexo ou faixa etária; modificaram o exercício da autoridade e fragmentaram as representações mentais do mundo. Seu impacto na vida política é indiscutível, alterando as formas do discurso, a relação entre representantes e representados, e as vias de acesso para a carreira política. Ademais, a mídia reforça a definição dominante sobre o que é a política e quem participa legitimamente do campo – o que inclui a naturalização do viés de gênero nele presente.

A notícia é descrita como representação de determinados aspectos da realidade cotidiana e que através da sua existência há a contribuição para construção social da realidade e de novos referentes. O jornalismo, então, atua como instrumento vital para a troca de informações e para a participação dos cidadãos na sociedade. Além de contribuir para a definição de novos valores, novos conceitos e comportamentos.

O início do século XXI marca um momento de transição para uma nova sociedade, a qual coloca a antiga ordem industrial como ultrapassada pelo desenvolvimento de uma nova ordem

social baseada no conhecimento e na informação, estabelecendo novos paradigmas no mundo da alta modernidade. Esta noção, na visão de Giddens (2002), vai além das fronteiras das atividades pessoais e dos compromissos individuais, estando pautado pelos riscos e perigos. Os mesmos devem ser vistos não como um momento de crise, mas como um estado de coisas mais ou menos permanentes.

Não existe uma ruptura em relação à modernidade, mas alterações na forma do discurso e nos meios de disseminação do discurso. A característica central da mídia pós-moderna está no direcionamento do discurso para o “homem do povo”, “o homem comum”, “o povo”, “os leitores” a quem objetivam defender. Segundo Barbosa (2010, p. 130), atribuindo-se constantemente a missão de “censurar o abuso das autoridades” e “denunciar o próprio poder”, os veículos de comunicação, especificamente os jornais impressos, vão construindo sua autoimagem.

Deve-se entender o discurso como uma prática de significação do mundo, transformando o mundo em significado. As técnicas utilizadas pela mídia na veiculação dos conteúdos trabalham de forma a aproximar e dar significado às realidades sociais. A ideia de que o discurso possui efeitos constitutivos, contribuindo para a construção de identidades sociais e posição de sujeitos, tanto para os atores sociais como para os diversos tipos de “eu”, é defendida por Fairclough (2001). O discurso contribui também com a construção das relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. O autor defende de que a prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa, pois contribui para reproduzir e transformar a sociedade em aspectos como: identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimentos e crenças, bem como, transformar essa mesma sociedade. A constituição discursiva da sociedade não provém de ideias das pessoas, mas sim de uma prática social que está fortemente presente nas estruturas sociais.

Sendo assim, o discurso faz parte de todas as práticas sociais, sejam elas de orientação econômica, política, ou cultural, e – como prática política – estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as identidades coletivas entre as quais existem relações de poder. Como prática ideológica, o discurso contribui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diferentes nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001).

A mídia, de um modo geral, exerce grande influência na sociedade, e esse poder desempenhado por ela não se restringe a influência dela sobre o público, mas envolve também

o seu papel no domínio mais amplo das estruturas de poder social, cultural político ou econômico da sociedade. Então, a questão da identidade na pós-modernidade¹¹ diz respeito à forma como os sujeitos se reconhecem e se compreendem, seja de modo individual ou coletivo. A identidade é uma descoberta e a afirmação de uma essência inata que determina o que somos, ou também um construto e uma criação a partir dos discursos e comportamentos divulgados, conforme o entendimento de Bourdieu (2011).

Ainda sobre essa abordagem Kellner (2011, p. 298) acrescenta:

Segundo a perspectiva pós-moderna, à medida que o ritmo, as dimensões e a complexidade das sociedades modernas aumentam, a identidade vai se tornando cada vez mais instável e frágil. Nessa situação, os discursos da pós-modernidade problematizam a própria noção de identidade, afirmando que ela é um mito, e uma ilusão. É possível ler tanto em teóricos modernos, tais como escola de Frankfurt e Baudrillard, quanto em outros teóricos pós-modernos que o sujeito autônomo e autoconstituído, realização final do indivíduo moderno, de uma cultura do individualismo, está se fragmentando e desaparecendo devido aos processos sociais que nivelam as individualidades na sociedade racionalizada, burocratizada, consumida e dominada pela mídia.

As questões relativas à constituição das identidades estão ligadas aos avanços das tecnologias da informação. Principalmente no que diz respeito aos meios de comunicação de massa, influenciando sobremaneira na formação de identidades. Vieira (2004), ao tratar sobre construção social da identidade feminina, destaca o fato de que o contexto social e político também é uma fonte de influência para o ator social em sua forma de pensar e agir. Após-modernidade transformou o sujeito em um indivíduo fragmentado e disperso, e reduziu a subjetividade a um valor instrumental. Assim, a identidade feminina se transforma em “produto da negociação externa da diferença com outros sujeitos, estabelecendo um contínuo, nessa negociação, cujo propósito é a constituição do “*self*” (VIEIRA, 2004, p.4)”.

De acordo com a compreensão de Bourdieu (2011), a identidade na pós-modernidade está ligada à individualidade, ao desenvolvimento de um eu individual único. Enquanto, tradicionalmente a identidade era algo coletivo, na pós-modernidade ela é função da criação de uma individualidade particular. Como se cada indivíduo tivesse de ter um estilo para ter identidade, embora, paradoxalmente, muitos modelos de estilo e aparência são originados da cultura de massa; portanto, na atual sociedade, a criação da individualidade passa por uma grande mediação – a mídia.

¹¹ Pós-modernidade é o período histórico da sociedade, da cultura e da intelectualidade após a Segunda Guerra Mundial, que consiste em uma brusca mudança nas identidades sociais tais como elas eram definidas (HALL, 1992).

Nesse sentido, a questão da identidade está diretamente relacionada à comunicação de massa. Entre as principais formas de comunicação está o jornal diário, pois deixa claro para a sociedade que existem outras realidades em ação interferindo profundamente em toda a sociedade. Dessa forma, a disseminação de valores, opiniões e comportamentos cresce à medida que novas formas de comunicação surgem.

As transformações sociais e culturais, ocorridas nos últimos séculos, foram geradas pelas tecnologias e pelas alterações na produção e circulação simbólica, mas tais transformações não são exclusivamente causadas pela mídia – os veículos de comunicação também são resultados dos avanços tecnológicos. Canclini (2000) traz à reflexão os encontros culturais no processo de urbanização – que o Brasil vive desde o século XIX – que promovem a hibridação cultural, ou seja, a aproximação e apropriação de características culturais diversas.

Canclini (2000, p.286) afirma que:

A urbanização predominante nas sociedades contemporâneas se entrelaça com a serialização e o anonimato na produção, com reestruturações de comunicação imaterial (dos meios massivos à telemática) que modificam os vínculos entre o privado e o público. Como explicar que muitas mudanças de pensamento e gostos da vida urbana coincidam com os do meio rural, se não porque as interações comerciais com as da cidade e a percepção da mídia eletrônica nas casas rurais os conecta diretamente com as inovações modernas?

Este mesmo autor possibilita uma discussão a respeito dos limites físicos que a vida moderna impõe aos atores sociais e que as mídias – através das novas tecnologias – ajudam a superar aproximando grupos sociais distintos. Ele ressalta que “para todos, o rádio e a televisão, para alguns o computador conectado para serviços básicos, transmitem-lhes a informação e o entretenimento a domicílio”. E esclarece que os meios de comunicação contribuem superando a segmentação dos acontecimentos sociais – quando noticiam sobre fatos reais – estabelecendo redes de comunicação e tornando possível o sentido coletivo. “A mídia se transformou, até certo ponto, na grande mediadora e midiaticizadora e, portanto, em substituta de outras interações coletivas” (Canclini, 2000, p.289). A possibilidade de reprodução, através das tecnologias, permite a cada ator social montar, em seu espaço privado, um repertório de experiências sociais e culturais.

Retomando a ideia de Bourdieu (2011) de que a identidade na pós-modernidade está diretamente ligada à individualidade, ao desenvolvimento de um eu individual único, compreende-se que a construção da identidade parte do reconhecimento do ator social com os discursos veiculados nos meios de comunicação de massa. Barros (2003) acredita que o

indivíduo constrói sua visão de mundo a partir de múltiplos discursos, com diversas referências. E tal influência coloca a mídia na condição de produtora de realidade.

Jodelet (2002), sobre as representações do real, afirma que as representações sociais são leituras e interpretações sobre a realidade construída de forma coletiva, a partir de múltiplas influências. Tais representações referem-se à dimensão da relação no que diz respeito a comportamentos, práticas sociais e discursos dos sujeitos com a sua própria cultura e seu universo simbólico, e dos agentes sociais entre si. Portanto, é uma produção coletiva que opera entre o individual e o coletivo. Jodelet (2002, p.22) ressalta que a representação social¹² “[...] é uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

O processo de construção das representações sociais está diretamente ligado à mídia jornalística, uma vez que os meios de comunicação induzem o indivíduo a uma participação comunitária, expondo fatos e opiniões diariamente, permitindo que as pessoas se reconheçam, como acredita McLuhan (1974). Dessa forma, as representações sociais são construídas como realidades através de discursos dominantes reproduzidos pela mídia. E tais reproduções produzem efeitos socializantes e culturais através de modelos de papéis, valores e comportamentos.

No âmbito do jornalismo – em relação ao perfil identitário feminino na mídia – os valores sociais já estabelecidos são empregados nos conteúdos contribuindo para a naturalização de estereótipos dos modelos masculino e feminino. Thompson (1998) denomina de reificação – meios de preservar normas, valores e comportamentos como características contemporâneas justamente por serem consideradas pertencentes a uma tradição.

O uso dos meios de comunicação de massa no processo de interação social modificou a maneira pela qual os indivíduos elaboram sua percepção da realidade e a formação da opinião na esfera pública. A tendência com o avanço das tecnologias é continuar mudando a forma de interação. A interação social, com a introdução dos meios de comunicação, deixou de ser face a face e passou a ser mediada, na qual os indivíduos formam vínculos através de trocas simbólicas. Essa mediação que coloca os atores sociais de frente com a cultura de massa e com opiniões diversas sobre política, economia e cultura.

¹² O termo representação social designa um conjunto de fenômenos que vão além da percepção que se tem deles. Engloba não apenas a imagem ou a opinião do indivíduo em relação ao objeto, mas a influência e a interferência do objeto na vida do homem, assim como a influência e a interferência do homem na vida do objeto (SÁ, 1993, p. 19-43).

Como todo processo de construção das representações está exposto ao discurso dos papéis sociais do homem e da mulher, a mídia passa a reproduzir tal construção social alimentando os elementos sociais de uma sociedade com características patriarcais. Assim, a esfera pública está determinada ao homem e o espaço privado está reservado à mulher. Nos dois casos com suas cobranças e brechas para uma possível fuga do estereótipo.

Desta forma, os discursos produzidos pelos meios de comunicação são formas simbólicas reproduzindo identidades sociais e colaborando para a preservação ou transformação das relações sociais. Tanto as mídias publicitárias como as mídias jornalísticas, para representar homens e mulheres, fazem uso de padrões de categorização, hierarquização e ordenação da realidade e das relações entre os sujeitos como forma de tornar as mensagens compreensíveis. Os discursos podem existir, mas não possuem um sentido fora dos sistemas de regras e convenções pelos quais são constituídas enquanto existentes. Deste modo o discurso como prática social é constituído de significados, os quais só tomam forma e se constroem em relação a um contexto sociocultural e histórico, que envolve relações de poder e ideologia. E, como toda ação, o discurso é uma forma de o sujeito atuar no mundo e, principalmente, sobre outros agentes, além de se posicionar como uma forma de representação.

Em sentido histórico a humanidade é marcada por descontinuidades ideológicas e econômicas. Tal consciência é fundamental na tentativa de compreender os contornos dos períodos moderno e pós-moderno, buscando uma diferenciação. De acordo com o pensamento de Giddens (2000), nenhuma transformação ocorrida no período moderno foi mais profunda do que a maioria das mudanças dos períodos anteriores. Mesmo assim, as transformações decorrentes serviram para estabelecer formas globais de interconexão social, além de alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência – nossa identidade.

Para Giddens (2000) a ordem econômica do capitalismo é a força transformadora que modela o mundo moderno. Esse mesmo pensamento – de que o mundo moderno é caracterizado por um novo paradigma organizado em torno das tecnologias de informação – é reforçado em Bernardes (2009). Assim, permitindo uma interação entre os contextos cultural e institucional, bem como as situações de vida dos indivíduos.

Na pós-modernidade, encontram-se diversos questionamentos dos conceitos modernos como, por exemplo, identidade. Visualizamos e passamos a entender um mundo fragmentado, diversificado e plural. Onde a imagem foi potencializada e sua disseminação se tornou global em questão de segundos. Passamos a interagir com valores e crenças que, muitas vezes, nada

tem a ver com o que vivemos. Todo esse contato e influências diversas colocaram o indivíduo diante de uma identidade fragmentada, um eu disperso.

O pós-moderno é marcado pela efemeridade de conceitos das crenças e sentimentos, como se fossem descartáveis. No lugar do ser, surge o parecer, exaltando a imagem e o consumo de massa. Mas é preciso a compreensão de que o atual poder da imagem não é algo novo, mas sim uma característica redescoberta e potencializada a partir de uma história contemporânea da representação.

Neste novo processo de constituição das identidades está relacionado aos avanços nas tecnologias de informação. Os pólos local e global atuam de maneira direta na construção da auto-identidade, como pensa Giddens (2002). Mas é necessário considerar as questões de gênero, pois se trata de uma importante divisão em todas as sociedades, que afeta o modo como o indivíduo vai interagir com o mundo.

Cada período histórico influencia de uma forma própria o indivíduo no seu modo de pensar e agir. E, de acordo com Giddens (2002), não há uma ruptura nesses comportamentos, mas um redirecionamento nos discursos. E, diante da comunicação global, o processo de construção das identidades deve levar em consideração uma nova ordem de discurso. Assim, a pós-modernidade tornou o indivíduo fragmentado e disperso. Sobre essa perspectiva Bernardes (2009, p.81) afirma que:

A identidade feminina é concebida como produto da negociação externa da diferença com outros sujeitos, estabelecendo um contínuo nessa negociação, cujo propósito é a constituição do “self”. O espaço apropriado para essa negociação, então, é a heterogeneidade textual.

A autora afirma que as mudanças percebidas no período da pós-modernidade são transformações relacionadas à linguagem e ao discurso adotado. Essas mudanças estão presentes tanto nos discursos como nos processos concretizados fora da argumentação. Tais processos são moldados tanto pelo discurso como pelo contexto social-político. Além disso, a mídia se apropria dos recursos discursivos e passa a reproduzir. O ciclo que se forma inspira a mudança social. E, segundo Bernardes (2009, p.81):

Vale ainda ressaltar que atualmente a imprensa escrita e a oral são as principais maneiras de informar e entreter os vários segmentos sociais. As notícias representam importante papel social na interpretação da realidade por meio das correções e interpretações dos assuntos veiculados.

As abordagens cujas assertivas dizem que o significado da representação estava apenas e unicamente na linguagem, ou que a linguagem é o centro de representação e de comunicação,

inclusive quando há elementos extras e paralinguísticos, não se sustentam mais, conforme pensamento de Bernardes (2009). A autora afirma que em conteúdos impressos com textos e imagens e em matérias de audiovisual, o significado dos elementos visuais é óbvio e geralmente os elementos visuais e verbais atuam de forma tão interativa e complementar que se torna difícil desvinculá-la. E Bernardes (2009, p.85) ressalta que:

O texto midiático é ideologicamente engendrado por relações de poder. Como o texto pós-moderno, constitui-se no âmbito da multimodalidade. Sendo que desempenha importante papel no seu universo constitutivo não apenas a palavra escrita, mas todo um aparato semiótico que permite o exame de diversos elementos, desencadeado a partir da relação existente entre os aspectos textuais e os sentidos sociais.

Nessa perspectiva, observa-se que o processo de construção das representações como um resultado de múltiplas influências globais, com discursos estabelecidos e comportamentos sociais já moldados. Deste modo, a identidade feminina ela é constituída a partir de uma série de influências midiáticas – locais e globais – e pelo comportamento social já moldado.

3 A MULHER E A POLÍTICA

3.1 O FEMINISMO E SEUS REFLEXOS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

O início do século XX foi marcado por importantes transformações sociais que, conseqüentemente, trouxeram questionamentos sobre a participação da mulher no espaço público. E mesmo no contexto de mudanças era clara a concepção dos papéis que a sociedade esperava que homens e mulheres desempenhassem. Os posicionamentos contrários à emancipação feminina reaparecem em outros momentos como na década de 60 quando se debatia intensamente o direito da mulher de exercer uma atividade profissional.

Trazendo o olhar para a trajetória das manifestações de causas feministas, veremos que ela nos direciona para uma história de luta contra a ideia de discriminação, dominação e machismo. É justamente a história de luta das mulheres que dá impulso para conquistar, cada vez mais, espaço e igualdade de direitos.

Durante muito tempo a sociedade enquadrava a mulher em um modelo de ser humano frágil e submisso, de tal forma que as próprias mulheres acreditavam que era algo inato a elas. Entendemos que as mulheres que assumiam a postura de submissão, o fizeram não porque era algo próprio delas, mas porque elas foram educadas para ter tal comportamento. Por um longo período a mulher ficou em um lugar de exclusão ou de inferioridade e, até o final do século XIX, as mulheres não tinham direito a educação básica. Falar da história das mulheres é falar de conquistas políticas, dos movimentos e opressões sofridas, como pensam Nascimento e Silva (2011).

No ano de 1910, com o intuito de mobilizar a sociedade brasileira em torno dos direitos políticos das mulheres, foi criado o Partido Republicado Feminino. A fundação do partido foi através de Leolinda Daltro e Gilka Machado que, apesar de não serem eleitoras, queriam realizar eventos e manifestações em prol das causas femininas como a marcha, em 1917, pelas ruas do Rio de Janeiro. Mas o partido não durou mais que uma década.

Neste mesmo contexto, início do século XX, o Brasil passou a viver um período de crescimento industrial e, conseqüentemente, surgiu o movimento operário. Apesar das mulheres participarem como trabalhadoras, não se mantinham em condição de líderes. O movimento trazia resquícios de uma sociedade conservadora, que via as mulheres como

frágeis e dependentes de uma proteção masculina. Mas na verdade, o que se previa era uma grande perda do espaço do homem no mercado de trabalho para as mulheres, como afirmam Coelho (2009).

De qualquer forma, as mulheres que participavam do movimento operário aproveitavam para reivindicar questões mais amplas que as defendidas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada por Bertha Lutz em 1918. Criticavam o movimento de Bertha Lutz com o argumento de que era preciso mais do que o simples direito de votar. Mas a maior conquista feminina no século XX foi o direito de votar e ser votada, pois abriu caminho para outras conquistas.

Com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, em 1937, a conquista do voto feminino enfraqueceu e o ideário da mulher voltada para as atividades domésticas cabendo aos homens a responsabilidade de ser o provedor ao lar se mantém no universo social feminino. Mas a luta pela feminina pelo espaço público continuava. Crescia o número de mulheres nos ambientes sociais e profissionais e, conseqüentemente, trazia conflitos por causa do acúmulo de responsabilidades que a mulher assumiu, mudando gradativamente as bases tradicionais do papel feminino na sociedade. E coube às mulheres mais instruídas convencer a sociedade de que eram capazes de desempenhar diversas atividades fora do ambiente doméstico. Coelho (2009, p. 17) ressaltam que:

Esta reivindicação, além de tomar como referência o masculino, trazia como pressuposto uma desvalorização do feminino. Ao assumir papéis antes desempenhados pelos homens, as mulheres somaram suas novas atividades às tarefas domésticas, no que passou a ser conhecido como “dupla jornada”. Tentavam, assim, provar que poderia exercer o novo papel sem prejuízo de seu papel prioritário, relativo ao ambiente familiar.

Bourdieu (2011) credita que a produção e a circulação das ideologias são viabilizadas pelas condições sociais. Neste caso, o confinamento da mulher ao espaço privado e, principalmente, doméstico só foi possível pelas condições sociais que a família patriarcal preparou. Os atores sociais impuseram como natural o discurso dominante porque as mulheres, e toda a sociedade, eram preparadas para esperar por um comportamento de submissão.

Bourdieu (2011, p.14) lembra que o poder simbólico é um “[...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, que só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”

Se as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objectivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações (BOURDIEU, 2011, p.142).

Mas a submissão não era o único caminho a ser tomado pelas mulheres. A fuga do estereótipo submisso – na égide da dominação masculina do pai, do irmão mais velho transmitida para o marido, com o casamento, pautada inclusive em princípios religiosos norteadores de valores sociais – inicia com passos lentos, mas visualizando o possível. Assim, a luta por uma participação era possível e, por isso, a luta por uma atuação efetiva das mulheres na sociedade começa entre os séculos XIX e XX com o Movimento Feminista. Neste momento, nasce o sentimento de luta pelos direitos políticos, pela educação, pelo divórcio e pelo trabalho assalariado extra-doméstico. A mulher e seu papel, enquanto agente histórico, envolve uma compreensão das representações sociais em tempos históricos diversos ao longo da trajetória social a qual ela esteve incluída. No Brasil republicano, com as mudanças sociais e políticas e o ideário da modernidade norteando a vida urbana, inicia também a construção de um novo perfil feminino na sociedade, fortalecendo e ampliando inclusive os pressupostos emancipadores do movimento feminista internacionalmente estabelecido, ressaltando direitos sociais e políticos como bandeira de luta feminina. Sem dúvida, o Movimento Feminista foi muito importante e decisivo para os interesses das mulheres que passaram um longo tempo sob a opressão que o sexo masculino as deixou. Para Nascimento e Silva (2011, p.2) “[...] se hoje usufruímos desse novo papel que a mulher ocupa na sociedade foi graças ao esforço de mulheres corajosas e fiéis aos seus objetivos frente aos interesses da classe feminina”. Nascimento e Silva (2011) ressaltam, ainda, que apesar da visibilidade da mulher profissional e das mudanças nas relações de gênero que têm tido maior destaque depois dos anos 60, alguns indícios dessas alterações já eram percebidas anteriormente com as mudanças nos sistemas socioeconômico e cultural.

O Movimento Feminista, enquanto manifestação social, surgiu no contexto das ideias iluministas¹³ – no século XIX – e se espalhou, em um primeiro momento, em torno das demandas de direitos sociais e políticos. O movimento mobilizou mulheres da América e da Europa, tendo auge na luta sufragista. Coelho (2009, p.14) diz que “[...] a participação das

¹³ Movimento iniciado na Inglaterra e rapidamente difundido pelo norte da Europa, Condenava o Antigo Regime, combatendo assim o absolutismo monárquico, que era considerado um sistema injusto por impedir a participação burguesa nas decisões políticas e impedir a realização de seus ideais (SILVA, 2001).

mulheres nas resoluções burguesas, em especial na Revolução Francesa¹⁴, foi bastante efetiva”.

Entre os séculos XIX e XX se formou a Primeira Onda do Feminismo para lutar pelos direitos formais de cidadania, reivindicando espaço na esfera pública, através do sufrágio universal. Além disso, o movimento também reivindicava emprego, educação, legalização do divórcio e reforma na legislação do casamento. Por isso, a primeira onda feminista não pode ser reduzida à luta pelo sufrágio, pois foi se constituindo em uma manifestação ampla e altamente efetiva, que teve como grande esforço questionar e fomentar a reflexão, buscando desconstruir as diversas formas de opressão sobre a mulher, como acredita Coelho (2009).

Apesar de não ter conquistado igualdade em relação aos homens, o movimento feminista, já na primeira onda, obteve grandes e importantes conquistas para as mulheres brasileiras. O início da cidadania política feminina começava afetando estratégias patriarcais de manter as mulheres na esfera privada.

Aqui no Brasil, uma grande e importante personalidade do movimento feminista, foi Bertha Lutz¹⁵. Que ao voltar da Europa em 1918, após morar na Inglaterra e na França, e totalmente adepta aos ideais iluministas, deu início à emancipação feminina. Logo que chegou ao Brasil, passou em um concurso para o Museu nacional e se tornou a segunda mulher brasileira a ocupar cargo público. Sua competência foi comprovada também nas articulações sociais, pois rapidamente conseguiu reunir diversas damas que compartilhavam dos mesmos ideais. Soihet (2012, p.220) afirma que:

Bertha e suas companheiras organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, escrevem artigos e concedem entrevistas aos jornais. Buscam o apoio de lideranças e da opinião pública e procuram pressionar parlamentares, autoridades políticas, educacionais e ligadas à imprensa.

¹⁴ A vida dos trabalhadores e camponeses era de extrema miséria, portanto, desejavam melhorias na qualidade de vida e de trabalho. A burguesia, mesmo tendo uma condição social melhor, desejava uma participação política maior e mais liberdade econômica em seu trabalho. A situação social era tão grave e o nível de insatisfação popular tão grande que o povo foi às ruas com o objetivo de tomar o poder e arrancar do governo a monarquia comandada pelo rei Luis XVI. O primeiro alvo dos revolucionários foi a Bastilha. A Queda da Bastilha em 14/07/1789 marca o início do processo revolucionário, pois a prisão política era o símbolo da monarquia francesa (RIBEIRO 1989).

¹⁵ Zoóloga de profissão, Bertha Maria Júlia Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de votar e de serem votadas. Nascida em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da Medicina Tropical Adolfo Lutz, Bertha foi educada na Europa, formou-se em Biologia pela Sorbonne e tomou contato com a campanha sufragista inglesa (SCHUMAHER; BRASIL, 2000).

Toda essa articulação das mulheres no início do movimento não é um fato isolado, mas uma característica que foi crescendo com o tempo e com a luta feminista. E, partindo da constatação de que não eram todas as mulheres que se permitiam ser submissas, é possível compreender o ritmo do crescimento da manifestação feminina. Ou seja, a submissão não era o único caminho a ser tomado pelas brasileiras, mas sim a possibilidade de fuga de um estereótipo oprimido.



Figura 2 - Bertha Lutz, militante do movimento feminista brasileiro
Fonte: Museu Virtual Bertha Lutz (acesso em 15 out. 2012).

A conquista do direito ao voto, em 1932, deu indícios de que era o início de uma longa e promissora caminhada política. O Estado do Rio Grande do Norte, em 1927, fez mudanças em seu código eleitoral para que a mulher pudesse ser votada, já que as brasileiras já tinham o direito de votar. E com isso, Alzira Soriano, no ano seguinte, foi eleita a primeira mulher da América Latina para o cargo de prefeita (no Rio Grande do Norte), antes mesmo da mulher conquistar o direito de votar. Alzira Soriano também foi eleita vereadora e, até 1958, liderou a bancada da UDN. Em 1933, Carlota Pereira Queiroz se tornou a primeira Deputada Federal pelo Estado de São Paulo. Em 1936, foi a vez de Bertha Lutz concorrer a vaga na Câmara Federal. Ele ficou de suplente, mas assumiu após Cândido Pessoa renunciar o mandato (PAIVA, 2008).

Tudo indicava que o movimento estava se encaminhando para a consolidação do sonho feminista, quando, em 1937, a Instituição do Estado Novo provoca a dissolução do Congresso Nacional e tanto Bertha como Carlota tiveram seus mandatos cassados, e o movimento da mulher brasileira é desestruturado.

A média entre os anos de 1946 e 1978 – mais de 30 anos de Poder Legislativo – não passou de 8%. Nas eleições de 1950 duas mulheres foram eleitas para a Câmara Federal (eram 9 candidatas), oito para deputadas estaduais (dentre dez candidaturas) e duas para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro (uma do partido Republicano e outro da UDN). Entre 1951 e 1954, em todo o Brasil, apenas duas mulheres foram eleitas para a Assembleia Legislativa, o que representava apenas 3,9% do total de candidatos. Algumas delas se reelegeram, como no caso de Lygia Maria Lessa Bastos (UDN), eleita em 1946 a 1946; Sagravor de Scuvero, eleita em 1946, 1951 e 1978; e Adalgisa Nery (PSB), eleita em 1959, 1961, 1963 e 1967 (PAIVA, 2008).

A Segunda Onda de Feminismo surge por volta de 1970 com reflexões e questionamentos sobre as diferenças existentes entre as próprias mulheres. Eram reivindicações de direitos civis, sexuais, profissionais, econômicos, políticos e sociais. O foco estava na violência contra a mulher e na saúde da mulher. O movimento propunha à sociedade, e principalmente ao campo político, repensar os princípios da igualdade e da democracia, mas com um olhar emancipatório, como afirma Coelho (2009).

Neste segundo momento da manifestação feminina, cresceu um pouco mais a participação das mulheres em cargos eletivos. Em 1970, tivemos uma mulher suplente de um senador do Acre, pelo MDB. No mesmo ano, quatro mulheres se candidataram à Câmara Federal e uma foi eleita. Para as Assembleias Legislativas, o Brasil teve 39 candidatas, sendo 8 eleitas. Mesmo a participação feminina crescendo, ainda era muito pequeno o número de mulheres candidatas e eleitas (PAIVA, 2008).

Em 1975 a ONU realizou o Ano Internacional da Mulher e o reflexo da comemoração foi visto nas eleições de 1978. Depois do evento da ONU, diversos grupos de mulheres se organizaram no país todo e levaram para as eleições mulheres conscientes de sua posição social. E o resultado foi muito significativo: com várias brasileiras eleitas, inclusive para o Congresso Nacional – o que representou 20% do total de candidaturas em todo o país. As eleitas eram todas profissionais como jornalistas, advogadas e professoras. É preciso lembrar

que neste momento de luta feminina, as mulheres já podiam contar com algum apoio governamental mais expressivo.

Sandra Salim¹⁶ (MDB), por exemplo, eleita no Rio de Janeiro, em 1970, para o Congresso Nacional, recebeu o apoio do governador Chagas Freitas, obtendo quase 120 mil votos – representando 58% de todos os votos que as 3 candidatas eleitas para o Congresso Federal receberam. Além disso, das 3 eleitas, Heloneida Studart era a que mais havia se destacado em prol da causa feminina, ou seja, o apoio do governador à Sandra Salim foi fundamental para o desempenho da parlamentar nas urnas.

O fato é que desde que adquiriu o direito de votar e ser votada o número de mulheres dispostas a enfrentar os desafios políticos cresceu. Mas o número de mulheres eleitas não acompanhou esse crescimento. Na redemocratização, na década de 80, foi possível ver um avanço na representação feminina. Em 1978, por exemplo, tínhamos 2 deputadas eleitas, e chegamos a 29 em 1998. Paiva (2008, p.219) justifica tal crescimento porque “[...] a revolução constitucionalista de 1932 significou a incorporação da metade da população à dinâmica da democracia representativa, iniciando-se assim, a aproximação das mulheres com os poderes do Estado”.

Como pessoas de sua época, as militantes dos movimentos de mulheres do final do século XX lutaram por aquilo em que acreditavam, ou seja, naquilo que tornaria a situação das mulheres menos desigual em relação à dos homens; conseguindo, assim, reduzir parte do abismo que as distanciava da cidadania plena. O que o movimento feminista fez foi proporcionar um grande avanço, pois as mulheres passaram a serem pensadas para além dos papéis familiares; como pessoas com capacidades profissionais, intelectuais e com possibilidades de eleger representantes e de ocupar elas mesmas cargos públicos.

A partir dos anos 80, novos dilemas foram incorporados ao movimento feminista como, principalmente, a questão partidária. Os partidos, reconhecendo o peso da participação feminina, passaram a incluir as reivindicações das mulheres nos projetos de governo e criam departamentos femininos dentro dos partidos. Com todos os partidos indicando mulheres para as listas de candidatos, a presença feminina cresceu no meio político. Paiva (2008, p.223)

¹⁶ Sandra Raggio Salim, professora, jornalista, advogada e funcionária pública, iniciou sua carreira política na década de 70. Sandra era filha de Nelson José Salim, jornalista d 'O Dia e vereador no Distrito Federal em 1958 (partido Social Progressista), e deputado estadual da Guanabara em 1962 (partido Social Trabalhista) (BIBLIOTECA ..., acesso em 15 out. 2012).

ressalta que “é preciso destacar, ainda, que a década de 1980 teve outro marco para as mulheres, com a nova Constituição de 1988, na qual as mulheres tiveram participação efetiva, já que a grande parte das leis implementadas foram fruto da “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes¹⁷”.

A presença feminina não se limitou a cargos eletivos, mas passaram a ser confiadas para cargos ministeriais e secretarias do governo. Esther de Figueiredo de Ferraz foi a primeira brasileira a chefiar um ministério – da Educação em 1982. Entre 1985 e 1990, três mulheres ocuparam ministérios. O governo Fernando Collor de Mello incluiu duas mulheres: uma no Ministério da Economia e outra no Ministério da Ação Social. Itamar Franco também confiou às mulheres os ministérios do Planejamento, da Administração e da Indústria e Comércio. No governo de Fernando Henrique Cardoso, Cláudia Costin ocupou a pasta do Ministério da Administração. Na administração de Luiz Inácio da Silva, a Casa Civil – um dos cargos mais importantes da equipe da presidência – foi ocupada por Dilma Rousseff¹⁸. E dos 103 nomes que passaram pelos ministérios e secretarias do governo de Lula, 11 eram mulheres.

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o movimento feminista trouxe para o espaço da discussão política questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Porque para o pensamento liberal, a esfera pública está relacionada ao Estado e suas instituições e o ambiente privado diz respeito à vida doméstica e familiar. Com essa bandeira, as mulheres chamaram a atenção da sociedade para o caráter político da opressão vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal.

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força esteve em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribui ao poder e às formas em que é exercido. Ao trazer essas novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas, o movimento alterou a representação feminina no cenário político brasileiro. E o movimento feminista, apesar de inserir-se na manifestação mais ampla de mulheres,

¹⁷ Carta das Mulheres entregue na sessão de 26 de março de 1987, publicada no DANC de 27 de março de 1987, página 972.

¹⁸ Dilma foi militante, participou na fase final da ditadura militar do movimento pela anistia e reorganização dos partidos políticos legais. Foi secretária da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre, presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e duas vezes secretária de Energia, Minas e Comunicação, Ministra de Minas e Energia e Chefe da Casa Civil (AMARAL, 2011).

distinguiu-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade.

A luta feminina é uma excelente referência para conseguirmos ter ideia de como é longo o caminho das reivindicações pelos reais direitos da cidadania em qual quer segmento da sociedade. É um ótimo exemplo para compreendermos como a democratização de uma nação é resultado de um longo processo de mudanças que vão sendo incorporados nos planos político, econômico e social. E desde o século XVII, os mecanismos reais de democratização só se concretizaram quando todos os indivíduos, independente de classe social, econômica ou étnica seja beneficiário dos direitos cidadãos através de políticas públicas igualitárias, como lembra Avelar (2002).

3.2 A MULHER NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

O sufrágio universal foi um instrumento fundamental para que outros direitos fossem conquistados, trazendo junto o princípio da potencialidade igualitária, ou seja, a possibilidade de se corrigir, através de meios políticos, a estrutura desigual das sociedades. Mas a promessa de igualdade e não a real igualdade. Foi, e ainda é, preciso lutar muito para retirar da mulher a opressão social. As mulheres ganharam espaço com sua mobilização. Avelar (2002, p.41) afirma que “[...] a progressiva participação das mulheres na vida política, deflagrada no século XX, deve ser vista sob a perspectiva das mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades”.

E as grandes transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram ao longo do século XX, no Brasil, são reflexos dos enfrentamentos ocorridos que se consolidaram. Essas mudanças mudaram a vida no Brasil – provocando um reordenamento dos padrões culturais dominantes. Eis a resposta à alteração da percepção do espaço e papel social da mulher. Toda luta feminina pela ampliação dos direitos e inserção na vida política tinha como pano de fundo transformar a representação da mulher na sociedade. Fazer das brasileiras sujeitos ativos politicamente, deixando de lado a imagem frágil e inútil que durante tantos anos os valores masculinos inseriram e reforçaram no cotidiano familiar.

Visualizar todo o percurso da inserção da mulher brasileira nos espaços sociais, privados e públicos, é extremamente importante para compreender o papel atual desempenhado pelas mulheres no cenário político brasileiro. Não podemos negar que a história brasileira, assim como de muitas outras nações, determinou o domínio privado à mulher, as mantendo longe da discussão e das atividades sociais e políticas. Com um longo e gradativo processo, alguns espaços públicos foram conquistados. E em um novo tempo, com diversas transformações sociais acontecendo no mundo todo, as mulheres foram assumindo diferentes funções e papéis. E, se ainda hoje, as mulheres encontram dificuldades nas atividades políticas, em cargos eleitos ou não, é porque o trajeto ainda não foi concluído, apesar de ter sido longo e conflituoso.

Dados do Ipea (2010) revelam que o fato de as mulheres, nas últimas décadas, terem alcançado mais escolaridade e participação no mercado de trabalho está relacionado ao aumento de famílias chefiadas por elas, ou seja, a responsabilidade social e financeira aparece como incentivo. Observamos que entre os anos de 2001 e 2009 o número de famílias chefiadas por mulheres passou de 27% para 35% - o que representa em números absolutos 21.933.180. Os dados evidenciam as distâncias existentes entre homens e mulheres no que diz respeito à participação, à ocupação e à renda. Além disso, a pesquisa mostra que a maior parte das famílias chefiadas por mulheres é de mães com seus filhos, o que representa mais uma sobrecarga – no sentido de necessidade de recursos e tempo. A combinação entre os mais baixos salários e responsabilidades ainda maiores nas famílias chefiadas por mulheres tem levado à maior vulnerabilidade social desse segmento da população.

Avelar (2002, p.50) afirma que o *status* econômico baixo é um dos principais obstáculos para que a mulher chegue ao poder, tanto em cargos políticos (eletivos ou não) como no mercado de trabalho. “Quanto mais alta a posição social de um indivíduo, maior a sua presença em altos cargos políticos e governamentais”. E como a mulher continua sendo mal remunerada, o resultado é o baixo *status*.

Em 2006 duas mulheres concorreram a Presidência da República (PRP). Para os governos estaduais 12,68% dos candidatos eram mulheres. A disputa no senado teve 15,84% dos candidatos mulheres. Para os cargos de deputados federais e estaduais o índice foi ainda menor. Para a Câmara Federal 12,66% eram mulheres, e 13,85% dos candidatos que disputavam as assembleias legislativas eram mulheres.

Além dos índices baixos, poucas mulheres foram eleitas. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE/2006), das 2.498 candidatas, apenas 175 foram eleitas – 3 governadoras, 4 senadoras, 45 deputadas federais e 123 deputadas estaduais. Das 26 mulheres que disputaram o governo estadual, 5 chegaram ao 2º turno. Paiva (2008) afirma que devemos levar em conta a preocupação em tornar os centros decisórios cada vez mais democráticos, com representações diversas, e a participação da mulher é um dos tópicos de grande influência nesse processo.

E apesar da participação feminina ter crescido e ser significativa no eleitorado brasileiro e em associações e organizações voluntárias nacionais e internacionais, a participação efetiva na cena política é discreta, como compreende Paiva (2008). Essa realidade é resultado do comportamento machista de órgãos governamentais e dos próprios parlamentares. Ainda hoje, a mulher esbarra em preconceitos de representações estereotipadas, principalmente quando concorrem a cargos públicos ou algum outro cargo em que a maioria que ocupa é homem.

Um exemplo emblemático desse preconceito que a classe feminina ainda enfrenta, é a declaração do candidato César Maia (PPS) sobre a candidata adversária Jandira Feghali (PCdoB). Eles concorriam à prefeitura do Rio de Janeiro, em 2004. Paiva (2008, p.21) ressalta que em entrevista à Gabriela Nóra¹⁹, em 26 de março de 2007, Jandira Feghali comentou:

Eu acho que a sociedade brasileira tem preconceito com a mulher sim, ainda, e em várias áreas. O prefeito César Maia, por exemplo, na campanha da prefeitura, em 2004, jamais usaria o cabelo de um adversário homem para gerar preconceito. Meu cabelo encaracolado, que não é arrumadinho, que não é nórdico, nem bonitinho, foi motivo de muitas matérias na imprensa, e que a mídia comprou, e foi razão de muitas piadinhas e brincadeiras em relação a mim na campanha eleitoral. Coisa que com um homem não... Ele não tem cabelo e eu não brinquei com isso, com a calvície dele. Quer dizer, nós não temos por norma esse tipo de uso de características pessoais, de características estéticas para ficar fazendo luta política. Coisa que ele fez e que usou contra uma adversária mulher. Então, isso existe na política, na luta política e na sociedade também.

A declaração do candidato demonstra que uma parcela da sociedade não está preparada para reconhecer a importância da participação feminina na política brasileira e mundial. Não podemos negar a importância da inserção das mulheres no cenário político a partir da compreensão de que, na atividade pública, cada ator social se expressa de forma única e contribui com o desenvolvimento social, deixando sua marca, apesar da mortalidade física. Na ação e no discurso o indivíduo seja homem ou mulher revela suas características pessoais e singulares e, assim, se apresentam ao mundo.

¹⁹ Jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Mas o preconceito está no caminho das mulheres que almejam um lugar na cena política para ser superado. Para Paiva (2008), o Brasil ocupa o 104º lugar no mundo em representação feminina. A Lei de Cotas, alterada 2009, que era a ferramenta com maior expectativa de aumentar o número de mulheres no cenário político brasileiro, não foi suficiente. Os passos rumo à igualdade de participação política e social estão sendo dados, mesmo que de forma lenta. Mas o importante é não parar.

Do início do ingresso das brasileiras em cargos eletivos – na década de 20 – até 2012 é possível observar como a mulher tem se despertado para as atividades políticas, mas ainda são poucas, em relação aos homens. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a representação feminina na Câmara Federal, em 2002, não chegou a 10%. Em 2010, apenas duas mulheres foram eleitas governadoras, 1.249 conseguiram se eleger para a Câmara Federal, 8 chegaram ao senado, e 135 estão em Assembleias Legislativas.

Em 2010 ainda tivemos a eleição da primeira mulher para a Presidência da República, o que demonstra que a luta por uma representação digna e igualitária não está parada e a sociedade está atenta às oportunidades de mudança. O nome de Dilma Rousseff para disputar a Presidência era forte pela sua trajetória profissional e de militância, já que Dilma havia somado à experiência de participar da fase da ditadura militar, do movimento pela anistia e da reorganização dos partidos políticos legais (AMARAL, 2011).



Figura 3 - Dilma, já com faixa, entre o vice-presidente Michel Temer e Lula
Fonte: REVISTA VEJA VIRTUAL (acesso em 13 set. 2012)

É preciso reconhecer que a participação feminina na política ainda está muito longe de uma igualdade. A questão é que a Lei de Cotas²⁰ foi criada para reservar a participação feminina na política brasileira e de outros países, mas a mulher acaba se comprometendo com uma dupla jornada, pois as atribuições tradicionais do lar continuaram fazendo parte de sua realidade social.

O que podemos compreender é que o aspecto histórico – enquanto definidor de papéis sociais – é o ponto-chave da luta das mulheres por igualdade de direitos. A atribuição da esfera pública ao homem e o espaço doméstico à mulher está diretamente ligado à atual condição das brasileiras no cenário político. As alterações que ocorreram no campo profissional, em relação às mulheres, não ocorreram na mesma escala que a distinção do público/masculino versus privado/feminino.

Nas eleições presidenciais de 2010, os brasileiros elegeram a primeira mulher para ocupar o cargo de maior representatividade do país. Foram 55.752.529 votos para eleger Dilma Rousseff. Amaral (2011) afirma que a eleição de Dilma não é importante por ser a primeira mulher a ocupar a Presidência da República, mas porque a representação feminina no congresso não ultrapassa 10%. Amaral (2011, p.303) lembra das palavras da Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de posse – palavras que demonstram a importância da causa feminista:

É com humildade pessoal, mas com um justificado orgulho de mulher, que vivo esse momento histórico. Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui representando todas as mulheres do mundo. Mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos, aquelas que padecem doenças e não podem se tratar. Aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar. E recorro mais uma vez ao poeta da minha terra [João Guimarães Rosa]: O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim, esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. É com esta coragem que quero governar o Brasil. Mas mulher não é só coragem, é carinho também.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na disputa eleitoral de 2010, do total de candidatos aos cargos de deputadas federais e estaduais, governos estaduais, governo federal e senado – 18.613 – 20% eram mulheres. Apenas Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (PT/MA), Wesliam do Perpetuo Socorro Peles Roriz (PSC/DF), Roseane Sarney Murad (PMDB/MA) e Rosalba Ciarlini Rosado (DEM/RN) foram eleitas para os respectivos governos estaduais. Para a Câmara Federal, 45 mulheres foram eleitas e para as assembleias 137.

²⁰ Em 1996 foi criada a Lei de Cotas e o texto da lei exigia apenas a reserva de 30% das vagas para mulheres nos partidos. Em 2009 o texto foi alterado para exigir que os 30% fossem, obrigatoriamente, de candidaturas de mulheres.

Um fato que não pode passar sem a devida atenção é que em vários estados, as mulheres foram as mais votadas (para qualquer cargo) como em Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Acre, e Piauí. Os resultados divulgados pelo TSE/2011 sobre as eleições 2010 mostram que a região que concentra o maior percentual de deputadas federais é a região norte, com 10 representantes. O Amapá elegeu 37,5% de mulheres para a bancada federal. Em contrapartida, a região sul elegeu apenas 5 deputadas federais – representando 6,5% dos candidatos que disputaram.

Nas eleições que marcaram o aniversário de 80 anos do direito ao voto feminino no Brasil, o número de mulheres eleitas para as câmaras municipais superou o índice recorde registrado em 2000, segundo dados do IBGE. Em 2012, 7.648 mulheres foram eleitas e garantiram uma cadeira no poder legislativo. O maior número de mulheres eleitas foi 7.001. O índice alcançado na última eleição municipal dá um novo fôlego à luta pela igualdade de participação na política. Porque o que se observou nas eleições de 2004 e 2008, foi uma queda no número de mulheres eleitas – 6.555 e 6.512, respectivamente.

E, como analisa Coelho (2006, p.68), se as mulheres estavam, por séculos, restritas ao ambiente doméstico, hoje querem “[...] participar das discussões que estabelecem os princípios da ordem social e serem agentes na gestão pública”, invertendo radicalmente o padrão social conhecido e vivido. Enquanto existirem, nos processos de socialização, políticas de identidade que atribui à mulher um papel social mais voltado ao lar, os cuidados da casa e dos filhos, ainda que, tendo a possibilidade de exercer uma atividade profissional, o campo político permanecerá como um espaço de reduzida e difícil inserção feminina.

3.3 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO CENÁRIO POLÍTICO DO ESPÍRITO SANTO

A proposta deste capítulo é discutir a participação de mulheres que se lançaram na cena política capixaba escrevendo uma história de lutas e conquistas. Mas o aumento expressivo das mulheres nos mais variados campos de atuação profissional não se repete na política capixaba e nas urnas continuam passando poucos nomes de mulheres.

O cenário político capixaba ainda tem um longo caminho a ser percorrido em relação a participação da mulher em cargos eletivos e públicos. O Espírito Santo não acompanhou o mesmo ritmo de outros estados brasileiros como demonstram os dados do Tribunal Superior Eleitoral (2010). Em pleno século XXI, cargos e posições políticas ainda não exploradas pelas

mulheres como, por exemplo, o Governo do Estado. Em alguns cargos as mulheres estiveram à frente por suplência e não por terem sido eleitas.

A representação feminina no Espírito Santo está muito longe de uma igualdade política. Segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Espírito Santo é o estado brasileiro que menos tem mulheres nas disputas eleitorais. Embora a Constituição garanta 30% das vagas dos partidos para elas, apenas 22,2% dos candidatos a cargos eletivos, no Brasil, são mulheres. No Espírito Santo a porcentagem é de 12,9%, de acordo com dados do TSE em 2010, ficando atrás de estados como Pernambuco (13,6%) e Minas Gerais (14,8%).

Mesmo com índices de participação feminina tão baixos, o Brasil tem vivido conquistas inéditas para as brasileiras no campo político. Para os jovens do século XXI fica difícil imaginar e compreender o longo percurso que nossas antecessoras tiveram de desbravar para chegar até aqui e o quanto ainda falta para que as brasileiras sejam respeitadas como atores sociais tão capazes quanto aos homens, para exercer cargos políticos.

Das lutas travadas pelo direito político, é impossível negar que o direito de votar e ser votada, conquistado em 1933, foi uma das grandes vitórias femininas. Os cargos políticos ainda não explorados pelas mulheres deixaram de ser sonho distante e passou a ser uma realidade. As lutas travadas a partir de então não eram mais com as leis, mas com o discurso social machista, reflexo de uma sociedade que viveu durante décadas no modelo patriarcal. Mas é preciso lembrar que a política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições. Ela atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que se estabelecem entre os indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres.

Apesar da lei de cotas instituída em 1996 – e alterada em 2006 –, estipulando o mínimo 30% de mulheres nas listas de candidatos de cada partido, a presença feminina no cenário político não foi substancialmente alterada. O objetivo da lei de cotas era justamente obrigar os partidos a investir em candidaturas femininas, mas os partidos não cumprem a determinação e justificam dizendo que não há demanda das mulheres para atender a porcentagem de 30%, como coloca Paiva (2008). A autora ainda lembra que é preciso considerar que a dinâmica dos partidos é toda pensada por homens. Desde a coordenação até a estratégia das campanhas. Paiva (2008, p.29) ressalta ainda que:

É importante enfatizar que, para além da questão de igualdade de gêneros, o que está se levando em conta hoje, no mundo inteiro, é a preocupação em tornar os centros decisórios mais democráticos, com representações diversas, e a participação da mulher é um dos tópicos de grande influência nesse processo. Trata-se de um

movimento generalizado, com institutos e órgãos mundiais de avaliação periódica e com divulgação de pesquisas e interpretações.

Os números relacionados à participação feminina no Espírito Santo ainda são mais preocupantes. A média nacional de 8,6% de mulheres eleitas para a Câmara Federal está longe de ser atingida pelo Espírito Santo. Mais distante ainda está a participação da mulher no Senado. O Espírito Santo ainda não elegeu nenhuma Senadora. E, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (2010), o Senado brasileiro é composto por 16% de mulheres, como mostra o gráfico abaixo.



Figura 4 – Mulheres da política
Fonte: BRASIL (acesso em 15 out. 2012).

No Espírito Santo, a trajetória feminina em cargos eletivos teve início em 1945 com a eleição da primeira Deputada Federal, Edith Castex Olivier (ANEXO A). A parlamentar, militante das causas ligadas a educação, exerceu o mandato nos três primeiros anos e em seguida se exilou no Chile por questões políticas. Edith, filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi eleita com 473 votos. Pouco se sabe sobre sua atuação na Câmara Federal, que ainda funcionava em Niterói, Rio de Janeiro. No portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) constam apenas informações partidárias como período de mandato e cargo.

Mas Edith Castex Olivier inaugurou um perfil de militância das mulheres capixabas. A partir das propostas políticas, é possível perceber que buscava sempre causas ligadas à família e à educação, como foi o caso das parlamentares mais expressivas no Espírito Santo, como Judith Leão Castelo Ribeiro, eleita em 1947, pelo Partido Democrático Social (PDS), a Deputada Estadual, com 1.170 votos. Primeira mulher a ocupar cadeira na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Judith era defensora da educação básica, dos direitos das mulheres e dos funcionários públicos.

Nascida em 31 de agosto de 1898, no município de Serra (ES), Judith era de família com ligações políticas. Seu irmão Rômulo Leão Castello foi o 22º prefeito da cidade de Serra, município da Grande Vitória, no período de 1947 a 1951. Durante seu mandato trabalhou a urbanização da cidade e a estrutura da segurança pública, como destaca Clério Borges, em sua pesquisa sobre o município de Serra.

Judith formou-se no curso normal do Colégio do Carmo, na capital capixaba, e em 1932 publicou a tese “A educação e o ensino interessante”. Atuou como professora no ginásio São Vicente de Paulo por mais de quarenta anos, e na Escola Normal Pedro II, onde foi catedrática de psicologia e didática por 18 anos. Sua história com a política começou em 1947, quando se candidatou à vaga na Assembleia Legislativa, quando foi eleita. Em seu discurso de posse no Teatro Glória, em Vitória, ressaltou a importância da participação das mulheres na vida pública, invocando o exemplo de Luísa Garibaldi, que governou a capitania do Espírito Santo no século XVII, como registra o documentário “Judith: A Senhora Cidadã” (2010), realizado pela Lei Chico Prego – lei de incentivo a cultura do município de Serra.



Figura 5 – Judith Leão Castello Ribeiro em discurso no Teatro Glória, posse para Deputada Estadual 1947
 Fonte: Documentário “Judith: A Senhora Cidadã” (2010)

A ata de eleição do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) registrou que nas eleições de 1951, Judith foi reeleita, pela mesma legenda, com 1.528 votos. Em 1954 foi eleita para o terceiro mandato e em 1958 foi mais uma vez consagrada nas urnas para o quarto mandato. Em 1962, Judith não alcançou número de votos suficientes e ficou como suplente, assumindo diversas vezes. O documentário também narra sua trajetória como professora, a partir de 1913, como militante de causas da saúde, da educação, da mulher e do funcionalismo público.

Foi na política que Judith deixou suas marcas mais importantes para os capixabas. Em 1933, com o início do regime constitucional, Judith pôde iniciar sua vida política, no sentido estrito. Apoiou o movimento revolucionário constitucionalista de São Paulo e, em 1934, foi candidata a Câmara Federal como candidata avulsa, uma vez que a legislação em vigor dispensava legenda partidária. Isso porque Judith não concordava com a política da época, sob a orientação da interventoria.

Judith participou ativamente da fundação do Hospital Santa Rita de Cássia, em Vitória, e foi responsável pela escolha do nome. Fez parte da Associação das Filhas de Maria Imaculada do Colégio do Carmo; da comissão pró-construção da Colônia Pedro Fontes, para tratamento de pacientes portadores de hanseníase, em Itanhenga, Cariacica; da Campanha da Bondade,

promovendo eventos para arrecadar recursos financeiros para a construção do Proventório Alzira Bley, em Itanhenga, para acolher filhos dos pacientes hansenianos. Participou também da Comissão pró Obras de Catedral Metropolitana de Vitória, tendo sido indicada pelo Bispo D. Luiz Scortegagna e pelo Conselho Episcopal; da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, com sede no Rio de Janeiro, instituição criada para dar continuidade aos ideais do político nacionalista preocupado com a educação; do Conselho Estadual de Educação, na qual ocupava o cargo de secretária da Comissão do Ensino Médio, órgão que autorizava a criação de cursos superiores. Como destaca o portal da Câmara Municipal da Serra.

Mas Judith não circulou apenas em ambiente educacional e político. Em 1981, foi a primeira mulher a integrar a lista de membros da Academia Espírito-Santense de Letras, sendo a fundadora e presidente da Academia Espírito-Santense Feminina de Letras. Em 25/08/1949 ingressou na Associação Espírito-Santense de Imprensa (AEI); foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo e membro da Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás (1979).

Escrevia artigos para o jornal “Diário da Manhã” e para as revistas “Vida Capixaba²¹”, “Canaã”, “Revista do DSP”, “Revista da Educação”, quase todas editadas no Espírito Santo. Publicou crônicas e relatos da vida social do município da Serra no jornal A Gazeta; e o livro “Presença”, em 1980. Seus textos tratavam das discussões que permearam sua vida pessoal, profissional e política.

Como deputada constituinte, em 1947, apresentou 110 projetos, mostrando o quanto tinha a contribuir com a história política do estado. Durante seus quatro mandatos, destinou emendas para a construção de escolas nos municípios do interior do estado, e hospitais.

A lei estadual nº 915/1954, que dá o direito de quatro meses de licença a maternidade a mulheres servidoras públicas, é de autoria de Judith, como também a lei que determina o bônus de um salário para servidoras públicas que se casam. Mas as atividades de Judith Leão Castello Ribeiro devem ser analisadas levando em conta a sociedade da época. A política era um ambiente totalmente masculino e machista.

²¹ Revista Vida Capixaba: publicação de maior expressividade e circulação da imprensa do Espírito Santo no período de 1923 a 1954 - foi pioneira no Estado na divulgação de textos escritos por mulheres. Nela as intelectuais capixabas se posicionaram frente aos debates sobre o feminismo e promoveram reflexões quanto à participação das mulheres na política (ARQUIVO PÚBLICO, acesso em 15 out. 2012).

Foi preciso quebrar barreiras tanto na política como nas letras para se posicionar como uma cidadã digna de exercer cargos políticos. Em seus discursos, Judith afirmava que a mulher exercia com excelência as funções políticas sem se descuidar das responsabilidades domésticas. Pois como afirma Bourdieu (2002, p.18):

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a retificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.

E com todas as barreiras sociais a política capixaba se tornou um campo mais difícil para a inserção das mulheres. Isso é possível observar nos números de candidaturas femininas no Estado que vem crescendo desde a eleição da primeira mulher, em 1945. As atas de eleições do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) mostram o crescimento da participação da mulher capixaba. Mas apesar do eleitorado feminino ser maior do que o eleitorado masculino, o número de mulheres eleitas ainda está muito distante de uma igualdade. Com os documentos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), dos pleitos realizados de 1945 a 2012, foi possível resgatar o nome de todas as mulheres capixabas que ousaram se inserir na política local.

A partir da eleição de Judith Leão Castello Ribeiro, em 1947, por exemplo, mais mulheres assumiram o desafio de participar da vida política do estado. Ainda no pleito realizado em 47, duas outras mulheres participaram como candidatas: Maria Frechiani, pelo Partido de Representação Popular (PRP); e Braulia Barbosa dos Santos, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). De acordo com a ata de eleição do TRE-ES (ANEXO A), as duas candidatas não conseguiram votos suficientes para se elegerem deputadas estaduais.

Na eleição seguinte, em 1954, Judith continuou a ser a única mulher eleita no Espírito Santo. Somente em 1966 o eleitorado capixaba elegeu mulheres. Dessa vez para as câmaras municipais. Maria Caiado Barbosa, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), no município de Atílio Vivácqua; Maria Nela Geaquinto, também pela Arena, em Jerônimo Monteiro; Joaquina Teixeira de Faria, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em Apiacá; Hercília Jantorno de Azevedo, pela Arena, em Viana; e Marialva Rodrigues da Costa, pelo MDB, em Vila Velha.

Consta nas atas de eleições do TRE-ES que nas eleições de 1970 não houve candidatura de mulheres no Espírito Santo e no pleito de 1974, apenas Dilda Fraga Rocha, da Arena, foi eleita vereadora em Fundão. Mas é preciso considerar que a legislação eleitoral no período compreendido entre a disposição de João Goulart (1964) e a eleição de Tancredo Neves (1985) foi marcada por uma sucessão de atos institucionais e emendas institucionais, leis e decretos-leis com os quais o Regime Militar conduziu o processo eleitoral de maneira a adequá-los aos seus interesses, visando ao estabelecimento da ordem preconizada pelo movimento e a obtenção de uma maioria favorável ao governo.

O regime alterou o tempo dos mandatos, cassou direitos políticos, decretou eleições indiretas para Presidente da República, governadores dos estados e dos territórios e para prefeitos dos municípios considerados de interesse da segurança nacional e das instâncias hidromineiras instituiu as candidaturas natas, o voto vinculado, as sublegendas e alterou o cálculo para o número de deputados na Câmara, com base ora na população, ora no eleitorado, privilegiando estados politicamente incipientes, em detrimento daqueles tradicionalmente mais expressivos, reforçando assim o poder discricionário do governo.

Mas nas eleições de 1976 foram eleitas 13 mulheres para as câmaras municipais: pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) se elegeram Marialva Venturim Nunes, em Conceição do Castelo; Dinah Gonçalves Correa, no município de Colatina; Alzira Ambrozim Biccias e Dalza Affonso Barbosa, em Afonso Cláudio; Ângela Maria dos Santos Zanon, em Bom Jesus do Norte; Lizette Conde Rios Cavalcante e Marlusse Pestana Daher, no município de São Mateus; e Dilda Fraga Rocha, em Fundão (ANEXO A). Esta última sendo a mais votada do município, com 248 votos. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) elegeu: Nilza Espíndula Carvalho, em Fundão; Nazareth Neves Calixto, em Itapemirim; Olga Pimentel Lopes, em Guarapari; Maria Edina Fiorot, em Linhares; e Olivia Nogueira de Castro, em Vila Velha.

O Espírito Santo ficou 22 anos sem eleger mulheres para a Câmara Federal. Das seis candidatas ao cargo, nas eleições de 1978, três se elegeram: Maria Pinho Pascoal, pelo MDB, com 2.486 votos; Iolanda Lima Fleming, pelo MDB, com 2.359 votos; e Railda Pereira da Silva, pela legenda da Arena, com 1.814 votos.

No pleito realizado em 1982, para cadeiras na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa e nas câmaras municipais, foram eleitas 16 mulheres: a primeira Deputada Federal capixaba, Myrthes Bevilacqua Corradi (PMDB), com 46.604 votos; Rosilda de Freitas (PMDB), com

22.664 votos, para a Assembleia Legislativa; e 14 vereadoras. As duas deputadas eleitas deixaram marcas na política capixaba com suas atuações até 2013.

A advogada e professora Myrthes Bevilacqua abriu caminho para as capixabas no Congresso Nacional. Exerceu apenas um único mandato, mas teve uma participação ativa em atividades sindicais e órgãos de classe do funcionalismo público. Foi presidente da União dos Professores do Espírito Santo - UPES; vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil - CPB; vice-presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB; Secretária-Geral da Federação Latino-Americana dos Trabalhadores da Educação e da Cultura – FLATEC; e foi membro do Conselho Diretor da Central Única dos Trabalhadores CUT). Myrthes participou da fundação do Partido Popular Socialista (PPS) e foi militante do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), no período da ditadura militar, segundo informações da Câmara dos Deputados Federais – www.camara.leg.br. Aos 71 anos, concorreu como segunda suplente de Rita Camata (PSDB), ao Senado.

Rosilda de Freitas (PMDB), ou Rose de Freitas, desde seu primeiro mandato, em 1982, teve uma atuação evidente na cena política capixaba. Atualmente Rose tem 437 projetos apresentados à Câmara Federal, segundo o portal da câmara. Foi membro efetiva das CPI's COHAB/DER/Merenda Escolar e Banestes; da Comissão de Anistia, em 1977; da Comissão Feminina em favor dos Direitos Humanos, em 1979; do Centro de Integração da Mulher, em 1986; da Comissão Nacional Parlamentar de Proteção ao Meio Ambiente; participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988; do Grupo de Apoio ao Excepcional, em 1991; e do Parlatino. Foi vice-presidente do Grupo Interparlamentar Brasil-Bolívia, em 1991; participou dos movimentos em Defesa da Anistia, dos Direitos da Mulher e do Direito de Moradia; e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos seguintes exercícios: 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2007 e 2009. Atualmente exerce o 6º mandato como Deputada Federal.

Nas eleições de 1986 oito mulheres capixabas concorreram ao cargo de deputada federal e duas foram eleitas. Rose de Freitas (PMDB), com 36.132, para seu segundo mandato, e Rita de Cássia Paste Camata (PMDB), com 136.031 votos, para seu primeiro mandato. Neste mesmo pleito Myrthes Bevilacqua também concorreu, mas não alcançou número de votos suficientes para se eleger. Das seis candidatas à Assembleia Legislativa, nenhuma conseguiu votos para se eleger, ficando as mulheres sem representação.

Nas eleições municipais de 1988, os eleitores do Espírito Santo elegeram 39 vereadoras, uma vice-prefeita e a primeira prefeita mulher no estado. Maria da Conceição Rocha Queiroz (PTB), foi eleita juntamente com Valter Ribeiro de Barros, no município de Mucurici. E a primeira prefeita capixaba foi eleita no município de Viana. Maria Terezinha Mendes Pimentel (PFL) exerceu o mandato até 1992. A prefeitura de Viana foi administrada por mais duas mulheres: Solange Siqueira Lube, de 2002 a 2004 e de 2005 a 2008; e Ângela Maria Sias, de 2009 a 2012.

As deputadas federais Rita de Cássia Paste Camata (PMDB) e Rose de Freitas (PMDB) foram reeleitas em 1990. Rose para exercer seu terceiro mandato e Rita para seu segundo mandato. Além delas também foi eleita a bacharel em Direito, Etevalda Brassi de Menezes (PMDB). No período de 1974 a 1977 Etevalda foi Secretária de Educação no município de Linhares. Foi eleita para o segundo e último mandato em 1994.

Para a Assembleia Legislativa, nas eleições de 1990, foram eleitas duas mulheres: Brice Bragato (PT), com 5.447 votos; e Maria da Penha Vervloet Feu Rosa (PTB), com 14.111 votos. Ao todo, concorreram ao cargo 22 mulheres capixabas (ANEXO A). Brice, que já tinha histórico de participação em lutas sociais contra o regime militar, deu início a sua carreira parlamentar. E Maria da Penha que só foi eleita uma vez, ficando na suplência na eleição seguinte, também para Deputada Estadual.

A luta feminina por espaço na política continuou e nas eleições municipais de 1992 foram eleitas 92 mulheres sendo uma prefeita – Therezinha Maria Pretti Espíndula (DEM), no município de Guarapari –; duas vice-prefeitas – Zilma Zandomênicó de Barros (PMDB), em Baixo Guandu, e Nildes Nunes de Moraes (PDT), em Mantenoópolis –; além de 69 vereadoras.

Em 1994, a Deputada Federal Rose de Freitas (PMDB) se lançou na disputa pelo Governo do Estado, mas foi derrotada pelo médico Vitor Buaiz (PT). Márcia Almeida Machado (PSB) foi candidata ao Senado, mas também foi derrotada. No mesmo pleito, foram eleitas; Rita Camata (PMDB), para deputada federal, com 74.146 votos; e Maria de Fátima Rocha Couzi (PSDB), com 7.951 votos, para deputada estadual.

Podemos considerar que o grande salto na participação feminina na política capixaba foi nas eleições municipais de 1996 com 1.008 mulheres como candidatas. E mesmo elegendo apenas 47 mulheres, o movimento feminino deixou claro que a luta por uma igualdade de participação política está acesa. Para as câmaras municipais foram eleitas 46 mulheres, e uma

mulher para o cargo de Prefeita na cidade de Bom Jesus do Norte – Daisy de Deus Poubel Batista (PSDB). Nas eleições seguintes, em 1998, 34 mulheres se candidataram e três foram eleitas: Rita Camata (PMDB), com 72.706 votos, para deputada federal; Maria de Fátima Rocha Couzi (PSDB) e Leonor Lube (PTB) para a Assembleia Legislativa.

Nas eleições seguintes, até 2012, o número de candidatas e o número de mulheres eleitas no Espírito Santo se mantiveram próximo a 10% em relação ao número de candidatos homens, segundo dados do TSE. A fim de demonstrar a expressão maior da mulher na política elaborou-se uma tabela, conforme ANEXO C, a partir dos dados extraídos de documentos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TER/ES) revela a vontade das capixabas em participar das decisões políticas do estado. Desde a eleição da primeira mulher, em 1945, foi apenas uma eleição que os eleitores capixabas não tiveram a opção de votar em uma mulher. Em todos os demais pleitos realizados, o eleitorado do estado teve a oportunidade de votar em uma mulher.

4 A MULHER E A MÍDIA COMO AGENTE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ES

4.1 O DISCURSO DA MÍDIA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA

Os meios de comunicação efetivam um papel de destaque na conformação do espaço social contemporâneo. Eles funcionam como instrumentos capazes de reconfigurar a gestão do tempo cotidiano e as fronteiras entre diversos lugares sociais determinados por sexo, faixa etária e mesmo grau de autoridade. Na vida social é inegável a influência da mídia, especialmente sobre as mulheres, a partir de propagandas e imagens capazes de ditar a moda, conceitos e até alterar a rotina das mulheres. No âmbito político a mídia é capaz de “alterar as formas dos discursos, a relação entre representantes e representados e as vias de acesso à carreira política” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 56). Paralelamente, a mídia ainda contribui para a definição dominante sobre o que se entende por política e quem deve participar de modo legítimo deste universo. É neste ponto que se insere a reflexão acerca da representação das mulheres na política, uma vez que se levanta o questionamento de que até que ponto a política está interessada na presença feminina e em seus púlpitos.

Na contemporaneidade os meios de comunicação desempenham um papel primordial na cultura e na construção do pensamento dos sujeitos. Desde a metade do século XX, eles funcionam como instrumentos de configuração ao lócus da produção e da circulação de discursos acerca do modo de ser e de fazer, além do tocante à subjetividade humana.

No que se refere à comunicação publicitária, esta vincula formas simbólicas que refletem o cenário social, mas também cria representações da realidade. Logo, mostra-se basilar na construção da identidade dos sujeitos. A mídia publicitária, se tomada como objeto simbólico de representação, traduz o pensamento do senso comum. Desta forma, por conta de sua forte influência e participação diária na vida das pessoas, contribui para a naturalização de vários componentes, como papéis sociais, preconceitos e relações de poder.

Desta forma, este capítulo busca, através da análise da linguagem, compreender como a mídia interfere – seja por meio de construção, questionamentos ou estereótipos – nas representações sociais acerca das mulheres no universo da política. Tais representações discursivas, seja verbal ou não, estão subordinadas aos processos sociais. Sendo assim, devem-se tomar as representações discursivas à luz das representações sociais e da tensão contraditória presente na linguagem.

4.2 A PRÁTICA PARTIDÁRIA E AS MULHERES

A priori é necessário mencionar que o discurso político pode, e deve, ser tomado como o lugar da história, ou seja, dos sentidos e dos processos nos quais se calcam a sociedade. A história relaciona-se à política constantemente. E é justamente nesta relação que se insere o discurso político, isto é, na esfera subjetiva das identidades construídas no plano individual ou coletivo. Este discurso, por sua vez, configura-se a partir do envolvimento dos sujeitos e de suas práticas sociais. Tal como atesta Josebely Costa (2010, p.28). “o discurso político se constitui em um espaço sobre o qual a história se recompõe e onde se elucidam as transformações de uma sociedade e suas relações de poder”.

Sendo assim, esta dissertação toma o discurso político a partir do viés de acesso à historicidade e às rupturas e permanências produzidas nas instâncias sociais no palco político.

Destaca-se a relevância do estudo da política e à sua relação com o discurso político, uma vez que, não há política sem discurso. E o discurso é constitutivo da política. Neste sentido, observa-se que a política padece da ação. Está na linguagem a possibilidade da constituição de espaços de discussão nos quais se formulam o pensamento político. De modo que “a ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados” (COSTA, 2010, p.29). Assim, é justificável o estudo da política a partir de seu discurso. Todavia, vale ressaltar que o discurso político está imerso numa rede de poder, cuja mídia interfere diretamente. O poder, tal como o discurso político, não estão circunscrito ao aparelho estatal, mas estão dispersos nos diferentes espaços sociais. Segundo Costa (2010, p. 31) “a circulação do discurso político é ampla e atravessa os lugares em que as relações de poder se manifestam, bem como os seus efeitos de controle”.

Para Foucault (2003), a produção do discurso, na sociedade, é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm como papel conjugar dos discursos seus poderes e seus perigos, dominar o seu acontecimento aleatório. Assim, toma-se o discurso político como um elemento produzido, seja como dispositivo ou como estratégia de poder, no cenário da mídia, a qual não se desfaz de suas posições e ação, tais como: controle, seleção, montagem, permissão ou interdição de enunciados que obedecem a determinadas regras e visam atender a interesses, especialmente políticos.

Nesta complexa rede de poderes a presença feminina não foi de fácil inserção. Assim como em demais campos da sociedade, como o mundo do trabalho, a conquista do campo político, pelas mulheres, foi resultado de lutas. As areias da ampulheta da história mostram que em várias épocas as mulheres estiveram á margem da peça política. Quando muito, puderam ser plateia do espetáculo o qual assistiam sem legendas. Sua relevância social não era reconhecida pelas autoridades: os homens. Todavia, é tácito o papel feminino como fundamental para calcar as bases sociais.

Com o estereótipo que se atribuía a mulher de ser o sexo frágil, tentava-se mostrar que não seriam elas, mulheres, capazes de guiar sua própria vida, considerando a submissão ao homem. Assim, estariam longe de possuírem a condição de tomar decisões que interferissem no Estado.

O patriarcado brasileiro, influenciado pelo patriarcalismo cristão – com origem na mistura da tradição judaica à cultura greco-romana – pode ser tomado como, uma das explicações para a ausência das mulheres na atuação política.

A função reprodutora da mulher ao mesmo tempo justifica sua existência e é motivo de sua subordinação. Segue-se, presa a esses dois primeiros elos da corrente que ata as mulheres confinando-as à esfera doméstica e afastando-as das funções públicas; anulando ou minimizando seus direitos à propriedade e seus direitos civis, excluindo-a de toda função civil ou pública; relativizando e até desconhecendo sua participação na economia. A distribuição do espaço entre homem e mulher não é consequência inelutável da filosofia dos seres, mas elemento importante da estrutura patriarcal?. Daí se passa fácil e inevitavelmente à dicotomia inferior-superior. (PINTO, 1992, p. 66 *apud* COSTA, 2010, p.32)

Historicamente exclusão das mulheres no campo político possui uma longa trajetória. Como ilustração vale mencionar o direito de participar eleições, elegendo os representantes políticos, foi uma conquista das mulheres. Acerca deste episódio Costa (2010, p. 35) comenta que:

O direito ao voto das mulheres veio por decreto 26 do presidente Getúlio Vargas em 24 de fevereiro de 1932, vitória que, na época, soava conservadoramente, pois nem todas as mulheres poderiam votar. Vale lembrar também que, de 1937 a 1945, houve a ditadura e as reivindicações foram dispersas. O direito pleno do voto para todas as mulheres só foi instituída com a constituição de 1946. A presença das mulheres na arena política foi, assim, construída no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo um dos elementos que contribuiu para os processos de mudanças no regime político.

Data de 1932 quando foi garantido o direito de voto às mulheres, além da possibilidade delas serem votadas. Somente em maio de 1985 o direito de voto foi estendido aos analfabetos, homens e mulheres. A obrigatoriedade do voto deu-se com a Constituição de 1988 a partir da qual homens e mulheres maiores de 18 anos passaram a votar de modo obrigatório. Estando

facultativo para os analfabetos, para os maiores de 70 anos e para os maiores de dezesseis anos e menores de 18 anos.

Observa-se assim, que a cena política é de difícil inserção às mulheres. Como atestado acima, para a garantia do direito ao voto foram necessários anos de luta. Numa trajetória histórica, foi posterior a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em setembro de 1995, em Beijing/China, que a bancada feminina no Congresso Nacional, influenciada pelas boas experiências em demais países e pelo contexto oriundo da mencionada conferência, a qual constou em seus objetos de refletir e pensar em soluções para a questão do acesso ao poder às mulheres. A partir deste momento, articulou-se e propôs-se a inclusão na legislação eleitoral brasileira um artigo assegurando uma cota das vagas de cada, para as candidatas mulheres, nos partidos ou coligações (MOEHLECKE, 2002).

Em 29 de setembro de 1995 foi aprovada a Lei n.º 9.100 a qual regulamentou as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte e, determinou a cota mínima de 20% de candidatas mulheres. No ano de 1997, a Lei n.º 9.504, estendeu a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital. Ademais, alterou o texto do artigo, garantindo uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para ambos os sexos. Ambas as leis foram aprovadas junto ao Congresso Nacional. Segundo Grossi e Miguel (2001) a bancada masculina apoiou a proposta. Todavia, as autoras destacam que tal apoio necessitou ser negociado e:

[...] junto com as cotas, os parlamentares aprovaram um aumento no número total de candidaturas que os partidos poderiam apresentar nos pleitos eleitorais, o que, na prática, resultou em uma diminuição do impacto da medida aprovada (GROSSI; MIGUEL, 2001, p.169).

Ainda sobre a política de cotas, as autoras a define como uma “medida que visa alterar variados quadros de desigualdades – racial, étnica, sexual, social” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p.170). As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes na sociedade para com as mulheres, especialmente no espaço político. Desta forma, buscam agir no sentido de intervir para que tais desigualdades não permaneçam presentes na sociedade. No que se refere às cotas eleitorais por sexo, deve-se tomar tal ação afirmativa como uma forma de busca por condições propícias ao estabelecimento de um equilíbrio entre homens e mulheres, especialmente na representação política. É tácito que, num momento inicial, medidas como esta são de caráter compensatório, ou seja, que possibilitem às mulheres adentrarem espaços

que por tempos foram masculinos por exclusividade. Ademais, “são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p.170). Vale destacar que a primeira mulher eleita para a prefeitura no Brasil foi Alzira Soriano de Souza, em 1928, no município de Lages, Rio Grande do Norte. Todavia, ela não atuou em seu mandato, uma vez que a comissão de poderes do Senado impediu-a de assumir e anulou os votos das mulheres da cidade de Lages. Em 1934, Vicência Alves Cavalcante assumiu o cargo de prefeita do município de Campo Maior, no Piauí. A escolha desta não se deu de por meio do voto popular. De todo modo, Vicência Cavalcante aloca-se entre as primeiras mulheres a ocupar um cargo de prefeita no Brasil. Além dessas, deve-se mencionar ainda Luiza Erundina. Natural da Paraíba, mas com carreira em São Paulo, Erundina foi a primeira mulher a comandar São Paulo. Ela chegou à Prefeitura em 1988 e permaneceu até 1993. Representante do Partido dos Trabalhadores e foi considerada umas das principais lideranças esquerdistas do país.

Desde as primeiras mulheres prefeitas até a atualidade, várias mulheres se candidataram e algumas delas foram eleitas. Segundo dados do TSE, nas eleições para prefeitura, em 2008, de um total de 15.488 candidatos ao cargo de prefeito (a), 13.768 eram homens e 1.720 mulheres. Vale mencionar que neste período já estava em ação o sistema de cotas. Nem mesmo assim conseguiu-se atingir o percentual previsto de, no mínimo, 30% e no máximo de 70 % para qualquer um dos sexos a partir das eleições do ano 2000. Sendo assim, o resultado da eleição de 2008 mostram que 5.023 candidatos masculinos foram eleitos e, apenas 502 mulheres chegaram ao cargo de prefeitas das cidades.

Desta forma, observa-se que o mundo da política, assim como outros campos, não foi de entrada fácil às mulheres. Foi uma grande conquista fruto de lutas.

Encontrar respostas sobre o fim da subordinação ou discriminação das mulheres e, logo, da conquista por espaços de igualdade não cabem a este trabalho. Todavia, ressalta-se que para atingir tais fins são necessárias mudanças políticas. Assim, justifica-se debater as mulheres na cena política.

Confrontar a situação da mulher no cenário político abala as bases de todo um sistema de valores calcados há tempos, e, desencadeia na reformulação de conceitos e posições.

Desta forma, observa-se uma gama de ações governamentais e não-governamentais que visam assegurar os direitos políticos, econômicos e sociais das mulheres. Como exemplo, o caso da

Assembléia Geral da ONU, que em 20 de dezembro de 1952 adotou a Convenção sobre os *Direitos Políticos da Mulher*, por iniciativa da Comissão sobre o *Status* da Mulher. Este foi o primeiro instrumento de direito internacional cujo objetivo era assegurar e proteger os direitos da mulher numa proporção macro, ou seja, mundial. A partir deste fato, proclamava-se não apenas o direito de voto às mulheres como garantir-lhes a possibilidade de serem votadas para órgãos nacionais. Em seu artigo III, prescreve que as “mulheres devem ser admitidas ao serviço público e a exercer todas as funções públicas, estabelecidas pelas leis nacionais, em igualdade de condições com o homem, sem qualquer discriminação”. (TABAK, 1983, p. 21). Todavia, é tácito que a ONU não pode obrigar o cumprimento da referida convenção. Este fato destaca a importância dos órgãos não-governamentais, os quais deveriam sensibilizar-se à adoção da convenção supracitada.

Esta data foi um marco. A partir da mesma ocorreram iniciativas e eventos cujo desejo era conscientizar e incentivar as mulheres da importância de sua participação no cenário político, na vida pública de modo geral.

O papel da mulher na luta pela mudança política e social nem sempre foi assunto dos historiadores e demais profissionais das ciências humanas e sociais. Está entre as tarefas principais dos pesquisadores contemporâneos, descortinar a história dos movimentos das mulheres e estudá-las como elementos da política e não apenas como objetos passivos das decisões masculinas.

Deve-se destacar que para aumentar o número de mulheres em cargos de ditos de poder, logo, na política, é necessário que ocorram mudanças não apenas nas instituições, mas também mudanças psicológicas das próprias mulheres. “As mulheres em posição de liderança terão de estar certas de seus motivos para vencer, dispostas a competir e agredir, seguras do papel que escolheram e sem medo da situação de evidência, responsabilidade e sucesso.” (BARDWICK, 1981, p. 202-203).

Neste espetáculo entre o público e o privado, a presença das mulheres no espaço público vem promovendo quebras de preconceitos além de mudanças nas relações domésticas e sociais. Ou seja, a cena passa a ser tomada por evidências das possibilidades positivas das mulheres quando protagonistas da política. Atualmente, as mulheres ocupam metade do eleitorado no Brasil. Todavia, ainda permanecem em minoria absoluta no Parlamento, no Executivo e no Judiciário, mesmo com a existência de cotas previstas na legislação.

4.3 A FUNÇÃO DA MULHER NO PARTIDO

Dizer que as mulheres participam pouco da política ou mesmo que não têm o seu espaço devidamente ocupado é instigante à reflexão e pesquisa.

Ocorre que a política de cotas como política pública tem impacto positivo na participação e no recrutamento de mulheres na política. Assim, faz-se necessário conceituar políticas públicas. A política pública é:

[...] uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas (SOUZA, 2007, p. 68).

A partir da citação supracitada observa-se que a ação afirmativa como a cota para mulheres nas candidaturas aos cargos eletivos pode ser tomada como uma política pública. No tocante às políticas públicas brasileiras, nota-se que elas estão inseridas em ações afirmativas, em situações e contextos específicos. Podem as mesmas beneficiar minorias ou assegurar condições mínimas de exercício de direitos.

Sendo assim, a política de cotas pode ser abordada pelo viés de uma política pública. As cotas podem influenciar o sistema eleitoral e partidário do Brasil tendo em vista os processos de recrutamento e seleção de candidatos, logo, refletindo na participação política (ARAÚJO, 2005). Vale mencionar que esta cota pode ser aplicada de modos diferentes de acordo com os contextos de cada país. O modo mais comum são as cadeiras reservadas, cotas legislativas de candidatos e cotas de listas partidárias (voluntárias ou não).

No caso do Brasil, país marcado pelo paternalismo, a chamada “dupla jornada” a qual as mulheres passam, pode ser pensada como um fator que impeça a participação destas no campo político. Todavia, esta explicação seria simplista se não se considera que a negação de recursos partidários, a emancipação financeira ou a flexibilidade na carreira também podem estar associados à baixa interação das mulheres com a política. Tratando-se de um país com um sistema de lista aberta e candidaturas focadas no indivíduo, como no Brasil, e não especificamente no partido, o recurso das cotas parece ainda mais relevante. Somente no momento que as mulheres romperem de vez a cortina da diferença para com os homens, especialmente no mundo do trabalho, é que se poderá avaliar o impacto feminino por si só nas eleições e na profissionalização das carreiras políticas das mulheres (ARAÚJO, 2005). A

exclusão das mulheres na política decorre em boa parte do processo de marginalização social. Desta forma, é importante pensar as cotas às mulheres como políticas públicas.

A interação entre as cotas e os partidos políticos parece ser uma questão findada mediante a implementação de cotas para as mulheres nas eleições no Brasil. Tomando os partidos políticos como sendo legalmente monopolizadores das candidaturas, é tácito pensar que participação feminina e a política de cotas a partir da instituição partido político. Segundo Maria Álvares (2004) não existe preconceito por parte do eleitorado acerca das candidaturas femininas. O eleitor que consegue enxergar a mulher tal como outro candidato do sexo masculino elege a candidata da mesma forma.

Ocorre que as cotas eleitorais no Brasil não exigem a obrigatoriedade do preenchimento das mesmas. O espaço para a participação feminina é garantido por lei, mas não há mecanismo que obrigue os partidos políticos a preencher todo esse espaço. Percebe-se que mesmo com a inserção renovada de mulheres no parlamento brasileiro, as lógicas que operam não estão ligadas às pressões de movimentos sociais ou de uma bancada feminina como ator na formulação de políticas públicas ou de legislação. Quando da entrada das mulheres na elite política, não é possível identificar um comportamento onde a variável do sexo possa ser considerada determinante ou co-determinante no processo de conduta e comportamento legislativo (ARAÚJO, 2005). Sendo assim, mesmo com o incremento da participação feminina, o comportamento na arena legislativa segue a ordem institucional da casa. Como resultado têm-se reflexos importantes nos partidos políticos, já que são estes os atores que recrutam e formam os representantes e legisladores. Assim, a lógica partidária de preservação da instituição permanece em vista da lógica de inclusão das minorias.

4.4 RITA CAMATA: UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA

No âmbito desta pesquisa, a trajetória política de Rita Camata se expressa como um referencia norteadora de nosso objetivo de estudo, buscando compreender e explicar (por raízes históricas) a representação social da mulher capixaba na política do Espírito Santo. Com base na metodologia de pesquisa da História Oral, buscamos informações através de entrevista com Rita Camata. A referida entrevista proporcionou a formula deste capítulo de forma mais precisa, o que nos permitiu dados da pesquisa formalista a sua trajetória de vida com maior clareza.

Nascida em Venda Nova do Imigrante, em 1961, Rita de Cássia Paste Camata começou na política ainda muito jovem. Os primeiros anos de sua vida são típicos de uma família do interior com atividades agrícolas. Filha de pequenos agricultores descendentes de italianos – Antônio Paste e Anidis Venturim Paste –, Rita ajudava os pais e os irmãos nas tarefas de casa e da roça com colheita de milho e café. Aos 16 anos de idade ficou órfã de pai, vítima de um acidente automobilístico. Sua experiência no campo foi importante para que, mais tarde, como política, Rita se aproximasse dos agricultores.

Como muitas crianças que vivem na zona rural, Rita, além de ajudar a mãe, estudava em uma escola pública há oito quilômetros de casa – percurso que fazia a pé todos os dias. Aos 15 anos começou a trabalhar como professora, em Pinga Fogo – antiga entrada para Afonso Cláudio²² –, para filhos de trabalhadores rurais. Eram mais 10 quilômetros de viagem de ônibus.

Rita Camata relembra de sua infância afirmando ter orgulho de suas origens e da experiência que viveu. Acredita que toda sua trajetória e influências da família contribuíram para que seus trabalhos como Deputada Federal fossem direcionados para questões humanitárias e para a classe economicamente desfavorecida. Ela conta que:

Desde pequena, eu sempre tive no sangue um pouco da militância. Que vem de uma família humilde, descendente de italianos, onde meu pai, eu ainda estudando, de certa forma me pressionou, mas na época eu achava muito interessante, para que eu fosse professora substituta em uma comunidade pequenininha em um lugar chamado Pinga Fogo, na entrada de Afonso Cláudio.

Então eu tive desde muito nova os exemplos de vida do meu pai como líder na Igreja Católica, sempre preocupado com os outros. Ele tinha dois pequenos sítios. Ele saía recolhendo café, feijão para levar para as igrejas onde tinha seminários, onde tinham filhos de pessoas que queriam que seus filhos estudassem.

Então eu acho que esse foi o despertar do processo de tá fazendo alguma coisa por quem precisava na minha vida.²³ (APÊNDICE A)

Em 1981, com o casamento com Gerson Camata, Rita viu a oportunidade de trazer o comportamento do interior para a cidade, conciliando ações com políticas públicas de fato. No ano seguinte, quando Gerson Camata foi eleito governador do Espírito Santo, Rita assumiu a pasta de Ação Social se tornando presidente da Unidade Comunitária de Integração Social (UCIS). Para ela, este foi o segundo passo na política, o primeiro já havia construído um princípio de luta no interior como professora substituta. Ela diz que:

²² Afonso Cláudio, município do Espírito Santo, localizado na Região Serrana. Como os demais municípios desta região, a população é de maioria descendência italiana.

²³ Entrevista de História Oral com Rita Camata concedida a autora deste trabalho em 22/05/2013. Vitória-ES. Todos os depoimentos que constam nos itens 3.4 e 3.5 desta dissertação fazem parte de uma única entrevista.

[...] Aí eu vi oportunidade de toda essa formação que eu tive na minha infância de, de fato, poder não só militar, porque na faculdade eu não fiz isso, porque vim pra cá estudava, trabalhava, dava aula também. Estudava de manhã, fazia faculdade de manhã, fazia matéria à noite e dava aula para pré escola de tarde. E não pude militar. Logo casei... é... aí entrou o processo de primeiro governador eleito, depois da ditadura. Um momento de muita pujança... Represada de movimentos sindicais, de movimentos ligados aos direitos humanos, estudantis... E, nesse período, na campanha já me envolvi apaixonadamente, porque foi uma campanha extremamente bonita... E eu acho que é um conjunto dessa fase da minha vida que me permitiu tá fazendo alguma coisa. E, para isso, o mandato era um instrumento importante. (APÊNDICE A)

Rita veio para a capital capixaba estudar jornalismo na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Formou-se em 1985 e nunca exerceu a profissão, pois sua trajetória política já havia iniciado aos 20 anos de idade quando assumiu a presidência da UCIS. No mesmo período, Rita se casou com o radialista Gerson Camata²⁴ e ex-deputado Federal, que em 1983 foi eleito governador do Espírito Santo.

Relatando sua história, Rita lembra que não houve resistência por parte de familiares e amigos, mas que, em um primeiro momento, Gerson Camata não achava interessante sua esposa entrar na disputa eleitoral. Segundo ela, a grande preocupação dele era colocar em risco sua própria candidatura ao Senado, já que estava saindo do governo do Estado.

Eu tive muita resistência, mais pela... no primeiro momento pelo próprio Camata né? Ele achava que era desnecessário, e isso poderia trazer dificuldade até para ele porque ele estava disputando um mandato majoritário que ele foi candidato ao senado. Que era um passo muito largo porque minha primeira eleição foi pra mandato constituinte. Então havia uma preocupação. E a campanha foi uma campanha difícil porque eu ia pro sul e eu ia pro norte. Pra gente não tá junto, pra não haver ciúme de outros candidatos e ele tivesse a liberdade de tá pedindo voto pra todos os demais candidatos. Mas também eu não deixava a peteca cair não. Eu virava a noite, emendava a semana. Foi assim... chegou a votação, que foi a maior votação proporcional do Brasil. (APÊNDICE A)

Rita Conta que depois que nasceu a primeira filha do casal, Enza Rafaela, a rotina ficou bem mais difícil, tendo de conciliar os compromissos domésticos, a campanha para o segundo mandato e a filha ainda muito pequena, com cerca de 1 ano e meio. E, enquanto se lembra da fase de sua vida, Rita se mostra muito emocionada e afirma que a família, neste sentido, sofre

²⁴ Gerson Camata, nascido em 29 de junho de 1947, é de Castelo, sul do Espírito Santo. Formado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Foi radialista em Vitória; em 1964 apresentou o programa "Ronda da Cidade"; e foi diretor de jornalismo dos Diários Associados no Espírito Santo. Sua vida pública teve início em 1966 quando ingressou na legenda da ARENA ao se eleger vereador em Vitória; deputado Estadual em 1970; e deputado Federal em 1974 e 1978. Em 1980, Gerson Camata optou pelo PMDB, e foi eleito governador do Espírito Santo em 1982 (PORTAL SENADO FEDERAL, acesso em: 15 out. 2012).

muito. O apoio do marido Gerson é citado diversas vezes na entrevista como reconhecimento de apoio familiar e político, já que ele também sempre fez questão de deixar claro para o ambiente político que, apesar de serem casados, cada um tinha uma forma de entender política.

Já com sacrifício de filha pequena, que foi difícil conciliar isso. Eu sempre fui maezona, nunca fui aquela de deixar filho pra lá, o contrário... Às vezes eu tava em campanha em Alegre, às duas da manhã saindo de comício, porque era época de comício, minha filha tava na época com dois anos, um ano e pouco, não, era um ano e pouco, eu saía duas horas da manhã de lá, pra vim quando ela acordava tá aqui [Vitória], depois voltar pra ir pra Bom Jesus do Norte, pra Muqui que estava logo depois, você tava já praticamente lá no outro dia cedo. Então foi uma campanha difícil pra mim, pra ela, a mais velha, tanto é que tá... Você fala em política, não tem muita conversa. A família sofre muito. (APÊNDICE A)

E sobre seu desempenho nas urnas, já no primeiro mandato, Rita atribui ao trabalho desenvolvido pelo marido enquanto governador do Espírito Santo. Admite que o volume de votos foi resultado de um conjunto de fatores entre eles: por ser mulher do governador Gerson Camata e pelo trabalho que lhe foi confiado na Secretaria de Ação Social do governo. Mas ressalta que conquistou independência política com sua postura legítima e consciente do que era ideal dentro de sua forma de pensar a política brasileira.

Sei que isso foi fruto do sobrenome, não foi só mérito meu. O governo que o Camata fez foi uma coisa que marcou, e óbvio, eu como mulher dele tive aí frutos desse trabalho todo. Isso pra mim foi... tenho toda a humildade de reconhecer. Contribuí largamente. Mas depois com o mandato... ainda tinha aqueles que questionavam na hora das votações, por exemplo, que ele votava de uma forma e eu votava em outra. E uma votação muito emblemática foi “quatro ou cinco anos pro Sarney”. Eu entendia que não dava pra mudar, a regra quando ele assumiu com a morte de Tancredo [Neves], foi por quatro anos, então só o eleitor podia tá votando e sabendo, olha, vai ser um mandato de cinco anos. Que eu defendendo, acho que o executivo deve ter um mandato de cinco anos e não de quatro e acabar com a reeleição. Hoje eu tenho muita convicção disso. Mas na época eu votei quatro e Camata votou cinco. Aí você via o machismo, porque havia uma pressão grande em cima dele. (APÊNDICE A)

Segundo a ex-deputada, foi um dos momentos mais desafiadores de sua trajetória foi o período da faculdade.

Eu vejo, por exemplo... eu, mulher do governador, e fazendo curso de comunicação social foi um período pra mim de muita provação. Muita, muita. Foi o período do “balão mágico”, na faculdade... eu dirigia meu carro, mas chegava lá, todas as demandas que tinha eram jogadas por professor, departamento, por colegas em cima de mim... e eu ainda muito tímida, aquela menina que vem da roça pra cidade, casa, marido governador... Então era...esse foi um momento pra mim assim, sabe, de etapas que eu tive que queimar, e demonstrar muita firmeza pra poder terminar meu curso, conciliar com o trabalho na área social do governo e me abster da cobrança indevida, mas legítima, que existia na época com relação a efervescência democrática que os movimentos e a sociedade vivia. (APÊNDICE A)

O empenho político de Rita Camata resultou em mais de 136 mil votos nas eleições de 1986, quando se candidatou a Deputada Federal pelo PMDB. Os resultados políticos começam já na primeira disputa eleitoral: segundo o Tribunal Superior Eleitoral do Estado (TSE-ES), foi o maior número de votos direcionados a um candidato na história das eleições no Estado até aquela data.

O resultado nas urnas Rita Camata acredita que foi consequência dos trabalhos que desempenhou na pasta de Ação Social do governo de Gerson Camata e o contato que desenvolveu com diversos movimentos de classe organizados no Espírito Santo. Na UCIS, por exemplo, Rita lembra com carinho e consideração, pois reconhece que a oportunidade de estar à frente de uma área tão importante e com tanto foco no governo foi uma forma de abrir caminhos na política estadual e nacional. Sobre a UCIS ela lembra:

Pra mim foi um trabalho gratificante, sabe, mas muito sofrido, porque eu atuava junto com segmentos periféricos das maiores cidades. Coisa que na roça você não tem miséria. Você não tem ausência de uma escola, tem a falta de um professor, mas tinha escola. Aqui você não tinha creche, não tinha pré escola. Você tinha famílias morando em barroco, como até hoje. E toda essa demanda ia muito para essa área social.

E esses movimentos, sem dúvida nenhuma, eles foram extremamente importante. E se hoje eu tenho reconhecimento do meu trabalho como legisladora, das várias legislaturas que eu tive, eu tenho que agradecer muito aos movimentos de rua. Tanto sindicais, empresariais, da sociedade civil. Eles viram em mim uma pessoa que eles podiam confiar e fazer com que as pautas de reivindicações chegassem aonde tinha de fato poder de transformar aquilo em uma conquista, no legislativo, e que o meu comprometimento era de alma e ideal.

E o resultado que eu tive, com a lei que levou meu nome, como a Lei Camata, que é a origem da lei de Responsabilidade Fiscal, coisa que você aprova lei todo dia. Pra carimbar o nome do autor da lei é você se impondo e se fazer respeitada dentro de uma casa que... e ainda em um estado tão pequenininho como o Espírito Santo, porque nós somos em dez deputados. Você tem São Paulo com mais de 70, você tem Rio de Janeiro, que são bancadas enormes. Então, isso tudo eu falo, eu sempre falo que eu sempre tive muito respaldo, muita mobilização, muita confiança dos movimentos sociais. Era CNBB, movimento de meninos e meninas de rua, eram magistraturas dando suporte para a discussão quando a matéria era jurídica. A questão dos deficientes... Isso foram molas propulsoras pro êxito de avanços e conquistas legais. (APÊNDICE A)

Mais do que ser eleita com um volume de votos tão expressivo, Rita Camata foi eleita para ocupar uma cadeira na bancada constituinte. Segundo ela, não foi apenas um privilégio, mas uma grande responsabilidade, pois se tratava de um dos momentos mais importantes da história do Brasil. Para ela também foi um momento muito desafiador.

[...] acho que foi na constituinte, onde eu tive de estudar muito. Virava a noite lendo e pesquisando constituições de outros países, me aprofundando pra poder tá nas

comissões defendendo aquelas opiniões e aqueles projetos que eu acreditava que eram muito importantes pra sociedade.

E esse período eu estudava, estudava, estudava, estudava, estudava, estudava, estudava... era assim, eu não tinha hora. Então sem dúvida nenhuma... e foi um momento muito, muito rico. A gente tinha dentro do congresso nacional... era como se fosse uma avenida Paulista... movimento de gente, entidades da sociedade civil organizadas pra lá e pra cá, as audiências públicas... Então, era ter muita capacidade de ouvir, de aprofundar pra consolidar as minhas convicções diante de votos que tinham que ser dados.

Sem dúvida nenhuma, acho que fomos privilegiados. E com o privilégio dentro da representatividade que eu acho que é você fazer o possível nessa escuta que a gente tentava fazer, de ser interlocutor realmente dos anseios da sociedade. Então, isso pra mim ... prazer?, não, responsabilidade. (APÊNDICE A)

Na Câmara dos Deputados a campeã de votos se tornou também a campeã de leis aprovadas – foram 76 leis, um dos mais altos índices na história do Legislativo, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)²⁵. Com a bandeira “família e trabalhadores rurais” Rita Camata se dedicou a projetos voltados para os problemas sociais. Transformou o seu trabalho parlamentar, na Assembleia Nacional Constituinte, em uma trincheira em defesa das conquistas dos trabalhadores, elaborando projetos de leis a partir de demandas dos movimentos sociais do Espírito Santo.

Os projetos mais importantes da carreira política de Rita Camata são: Lei Licença Maternidade de 120 dias também para trabalhadoras rurais, mulheres de pescadores e garimpeiros; Lei Camata que limita em 60% os gastos públicos com folha de pagamento de pessoal, que originou a atual Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei dos Recursos Minerais que dá participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais; Lei dos Estabelecimentos Rurais, que regulamenta a mão de obra agrícola; Lei do Plano de Custeio e Plano de Benefícios da Previdência Social; Lei da Licença Vestibular, que abona a falta do trabalhador para fazer o vestibular sem prejuízo no salário; Lei da Redução de Poluentes que acrescenta 20% de álcool à gasolina em veículos automotores; Lei da Sudene²⁶, que inclui 27 municípios do norte do Espírito Santo na área de influência da Sudene.

²⁵ DIAP é o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983 para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional e, excepcionalmente, junto às assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora (DIAP, acesso em: 8 jan. 2013).

²⁶ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE é uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, criada pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SUDENE, acesso em: 8 jan. 2013)

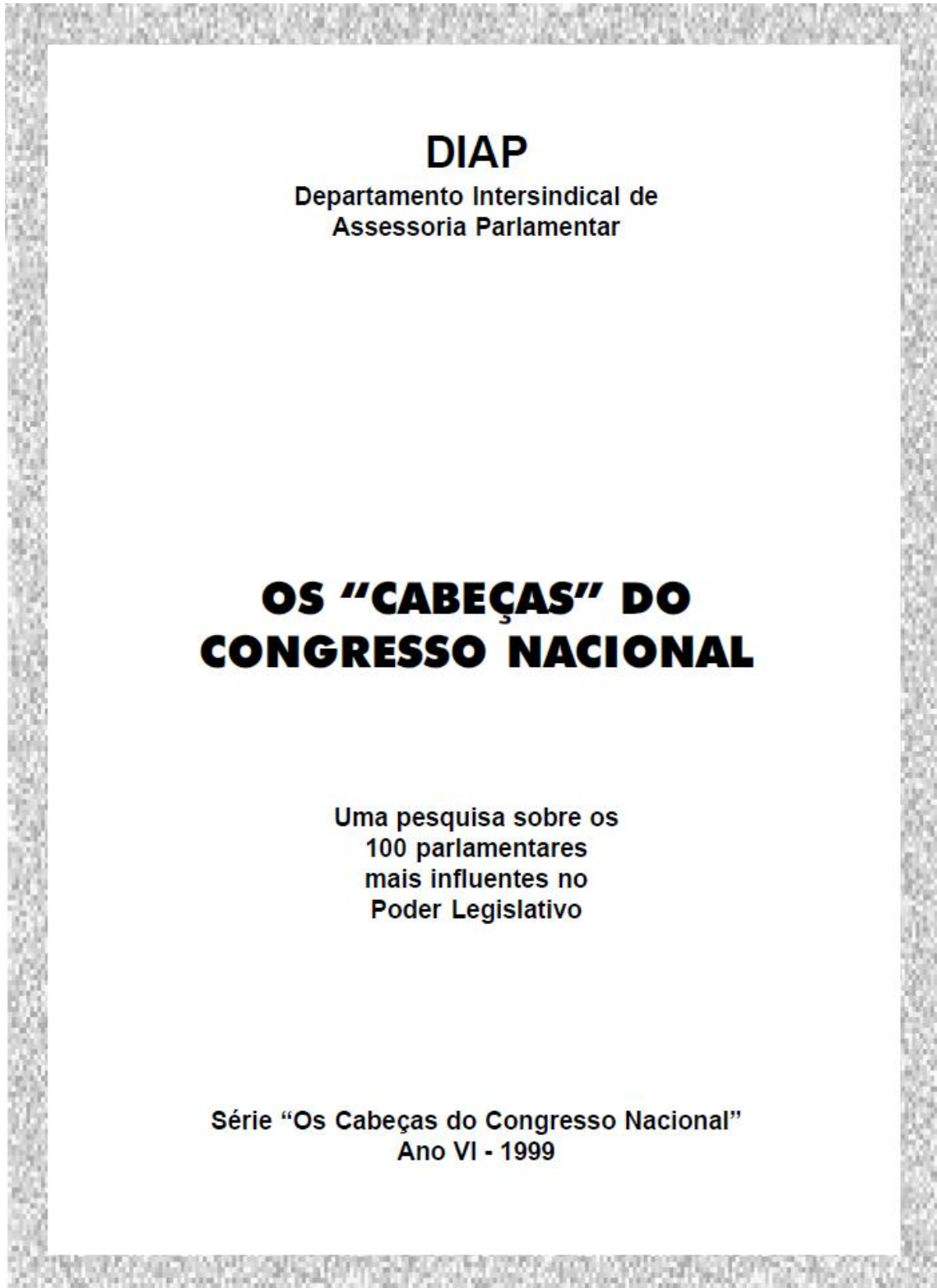


Figura 6 - Folha de rosto da publicação "Os 'cabeças' do Congresso Nacional, Brasília, 1999.

Pedro Simon - PMDB/RS

Senador, 3º mandato, advogado e professor universitário. Uma das reservas morais do Parlamento, é considerado um dos melhores, se não o melhor, orador do Senado. Ético, trabalhador, responsável, é um político com passado limpo. Membro do grupo autêntico do PMDB, foi um dos principais articuladores da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Ministro da Agricultura no governo Samey, eleito governador do Rio Grande do Sul, foi líder e coordenador político do governo Itamar Franco no Senado. Bom articulador político, é uma das estrelas da CPI dos Bancos no Senado. Crítico da política de juros elevados do governo, apóia o presidente Fernando Henrique, de quem é amigo. Defende a instalação da CPI das empreiteiras. Destaca-se como excelente debatedor. Centro.

**Renan Calheiros** - PMDB/AL

Senador, 1º mandato, advogado. Parlamentar dinâmico e de boa formação, foi líder do governo Collor na Câmara. Rompeu politicamente com o ex-presidente antes da instalação da CPI. Ministro da Justiça de Fernando Henrique, um dos mais populares, saiu por não concordar com a nomeação de um delegado acusado de torturas para a chefia da Polícia Federal. Bem articulado, é um dos principais líderes do PMDB nacional. Foi 2º secretário da Mesa do Senado, quando coordenou uma comissão de reforma daquele órgão do Poder Legislativo, que deseja dinâmico e ágil nos debates e tomadas de decisão. Centro-esquerda.

**Rita Camata** - PMDB/ES

Deputada, 4º mandato, jornalista. Com bom trânsito entre os líderes de opinião do Congresso, suas prioridades estão voltadas para a área social, notadamente nas questões das mulheres, infância e adolescência, idosos e minorias. Na Constituinte, integrou a Comissão de Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. Excelente articuladora, é membro ativo da Comissão de Seguridade Social e Família. Coordenadora da Frente Parlamentar pela Criança no Congresso, destaca-se como formuladora. É autora da lei, entre outras, que limita os gastos com pessoal no serviço público e da nova lei que dispõe sobre o



acesso da mulher no mercado de trabalho, coibindo e punindo medidas discriminatórias. Centro.

Roberto Brant - PFL/MG

Deputado, 4º mandato, mineiro, advogado e professor. Parlamentar experiente, foi presidente da Caixa e do Banco de Desenvolvimento Mineiro, além de subsecretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado (1972-73) e secretário da Fazenda do Estado, no Governo Tancredo Neves (1991-94). É considerado um dos homens fortes do esquema do ex-governador Hélio Garcia. Já passou pelo PP, PMDB, PRS, PTB, PSDB e recentemente filiou-se ao PFL, sob a promessa de ser indicado para a presidência ou relatoria do Plano Plurianual. Especialista nas áreas financeira e tributária, é privativista e adepto da economia de mercado. Goza de bom trânsito no Congresso e da admiração do presidente Fernando Henrique. Destaca-se como formulador. Centro.

**Roberto Freire** - PPS/PE

Senador, 1º mandato, pernambucano, advogado. Parlamentar experiente, foi líder do governo Itamar Franco na Câmara. Grande debatedor e competente negociador, integra e lidera os setores reformistas da esquerda, destacando-se pela moderação e qualidade de suas intervenções. Antes de eleger-se senador pelo PPS, candidatou-se pelo PCB à Presidência da República. Na eleição de 1998, foi candidato a vice na chapa liderada por Ciro Gomes, seu amigo e companheiro de partido. Hábil articulador, com grande visão dos problemas nacionais, está empenhado em formar uma grande coalizão de centro-esquerda para disputar a Presidência em 2002. Respeitado pela seriedade com que se dedica ao trabalho parlamentar, inclui-se entre os formadores de opinião do Congresso. Centro-esquerda.

**Roberto Jefferson** - PTB/RJ

Deputado, 5º mandato, carioca, advogado. Político profissional, com passagem pelo MDB e PP, defende no Congresso os interesses do setor hospitalar privado. Parlamentar atuante, bem articulado, foi presidente da Comissão de Seguridade Social da Câmara. Relator do projeto que permite a união



Após mais de 30 anos de atuação política, Rita Camata afirma que seu destaque na política capixaba e nacional teve dois pontos de partida: a beleza e a pouca idade, pois iniciou na política muito nova, antes dos 20 anos, e o apoio dos movimentos sociais que atuavam como uma ponte interlocutora entre ela e os anseios da sociedade. Com o tempo e com um comportamento forte, Rita deixou de ser apenas a primeira dama para se tornar a deputada Federal Rita Camata, reconhecida por sua atuação política.

Outro projeto que deu ampla visibilidade a Rita foi o Estatuto da Criança e do Adolescente. A capixaba foi escolhida para ser relatora de uma das leis brasileiras mais polêmicas. A implementação parcial da lei acabou sendo associada à imagem da ex-parlamentar. Acusada de apoiar penas brandas a menores infratores, Rita amargou em diversas campanhas eleitorais acusações de adversários. De qualquer forma, nunca se esforçou para desvincular sua imagem, já que acredita que seja “uma das mais espetaculares leis já formuladas no Brasil”.

Eu tive o privilégio da relatoria, ouvindo todas essas entidades, toda sociedade civil e é um projeto que prevê a prestação desde a gestação pra fazer os pré-natais, ter acesso a exames de pezinho, todo processo preventivo... Tem um capítulo pra aquele que não teve nada no decorrer da sua vida, nem a família, nem a sociedade presente, pra dar um suporte pra ele ser um cidadão respeitado, que hoje tá delinquindo, tem um capítulo sobre delinquente. E acabou, eu acho que houve uma desinformação muito grande de alguns segmentos de imprensa, de poucos também do judiciário, que era o senhor absoluto da sentença sobre a criança, ele que determinava qual era a pena, e pelo estatuto mudou isso tudo. Não houve a implementação da lei conforme todo o sentido e sentimento dos parlamentares, das entidades quando elaboraram a lei. E passados mais de vinte anos você tem aí uma desinformação muito grande sobre a lei.

Eu devo te dizer o seguinte: a nível de Brasil eu tenho um grande reconhecimento por ter sido relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente, aqui eu sou protetora dos pivetes, dos bandidos. Eu tenho um pouco essa imagem, esse estigma. E isso me dói porque, sabe, como mãe, como mulher, ia tá me permitindo passar a mão em quem faz essas coisas que não devem ser feitas. E a lei não prevê isso também. Ela não é aplicada. (APÊNDICE A)

O Estatuto da Criança e do Adolescente transformou Rita em referência no país para a *The United Nations Children's Fund* (UNICEF), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), que apoia campanhas sociais com foco em crianças e adolescentes. No Brasil trabalham projetos de imunização de aleitamento, acesso universal à educação, combate ao trabalho infantil, e melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes no semiárido brasileiro.

A ex-parlamentar capixaba manteve uma agenda cheia durante os cinco mandatos como deputada Federal. Foi titular da Comissão de Direitos Humanos; e da Comissão da Seguridade Social e Família. Participou das comissões especiais: como presidente da Comissão Especial

que avaliou a PEC 20 A/95 que institui o parlamentarismo como sistema de governo; foi titular da comissão que analisou o novo Código Civil (PL 634/84); foi titular da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Integrou, como coordenadora, a Frente Parlamentar pela Criança; foi fundadora e membro da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública; e membro da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Pública.

Os projetos sociais trabalhados por Rita lhe renderam muitas matérias na imprensa local e nacional ressaltando os aspectos sociais das propostas. A criança, o deficiente, o trabalhador rural e a mulher sempre foram os focos de Rita de Camata como ilustram as matérias a seguir do jornal A Gazeta.

Luta política pelos direitos da mulher

Atuante no país, Rita Camata diz que não abre mão da família



Ginástica

Rita e o caçula, Bruno. Para ela, quando se ama o que se faz dá para conciliar tudo

Quando chegou ao Congresso Nacional, em 1987, como uma das mais jovens e belas deputadas do país, Rita Camata causou frisson no sisudo cenário político nacional. Com 25 anos, loira, olhos verdes, sorriso aberto e um ligeiro olhar inocente, logo ficou conhecida como musa da Assembléia Nacional Constituinte. Quinze anos depois, o reconhecimento político e a confiança em seu trabalho a tornaram vice na campanha do ex-ministro José Serra (PSDB) à presidência da República.

Com o trabalho, Rita provou que poderia ir além da própria beleza, assunto que ela descobriu, afirmando que não é muito vaidosa. Contribuiu para a política do país e pretende fazer muito mais, especialmente na área social, depois de ter sido a única capixaba a disputar o segundo maior cargo político nacional.

Rita Camata está em quinto lugar no ranking do PMDB dos parlamentares que mais aprovaram projetos de lei. É autora da Lei Camata, que limitou gastos públicos com folhas de pagamentos, e abriu caminho para a Lei de Responsabilidade Fiscal. Também foi relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com esta biografia, a ex-deputada federal representa um passaporte político para o Espírito Santo, no cenário nacional.

Rita nasceu no município de Venda Nova do Imigrante, cuja característica é a descendência italiana. Oitava filha de uma família de pequenos agricultores, casou-se em 1981 com o então deputado federal pelo Espírito Santo e hoje senador, Gerson Camata (PMDB).

Mãe de Enza e Bruno, não abre mão do convívio com a família. "É uma ginástica conciliar trabalho e família, mas as mulheres estão acostumadas a isso. Somos privilegiadas, apesar de ainda não dividirmos as atribuições domésticas com os homens. Isso aumenta a nossa responsabilidade e, às vezes, dá um sentimento de culpa. Acredito que, quando fazemos o que gostamos, dá para conciliar tudo."

Figura 8 – Matéria publicada no jornal A Gazeta no dia 23 de maio de 2002, página 7.

Musa de projetos sociais

No seu quarto mandato, a deputada Rita Camata se destaca no Congresso pela autoria de matérias em defesa das mulheres, crianças e adolescentes

"Musa" da Assembléia Nacional Constituinte de 1986, a pré-candidata a vice-presidente Rita de Cássia Paste Camata (PMDB-ES) tornou-se, ao longo de quatro mandatos, muito mais que um rosto bonito na política capixaba. Casada com o ex-governador e senador Gerson Camata (PMDB-ES), Rita, de 41 anos, está, desde a primeira eleição, entre os mais votados do Estado e se projetou com posições nacionais opostas às de Gerson Camata, mas em sintonia local com ele.

Rita nasceu em Venda Nova do Imigrante, região serrana do Espírito Santo. Óitava filha de uma família de descendentes italianos - "pequenos agricultores" - e mãe de Enza, 14 anos, e Bruno, nascido em 15 de agosto de 2000.

Vinte anos mais velho, Gerson Camata começou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar (1964-1985), e as diferenças, longe de serem divergências, foram, de certa forma, parceria. Foi assim, ao longo de todos os mandatos da atual pré-candidata do PMDB a vice-presidente.

Estudante
Ainda estudante de Jornalismo na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) - se formaria em 1985 -, ela ingressou no partido em 1982, e durante o Governo Gerson Camata, eleito naquele ano com 67% dos votos válidos, presidiu, de 1983 a 1986, como primeira-dama, a Unidade Comunitária de Integração Social, em Vitória.

No órgão, ganhou popularidade nos bairros mais pobres e construiu as bases eleitorais. Em 1985, aos 24 anos, tornou-se presidente da legenda na capital capixaba e, em 1986, foi eleita deputada constituinte, com mais de 115 mil votos.

Na fuzilaria ideológica que marcou o nascimento da Constituição de 1988, Rita votou a favor da desapropriação da propriedade produtiva do turno ininterrupto de seis horas, e contra o mandato de cinco anos para o então presidente e atual senador José Sarney (PMDB-AP) e a anista a mícro e pequenos empresários.

Apoio
O senador apoiou os cinco anos para Sarney, absteve-se nas votações do turno de seis horas e anista e ausentou-se da decisão sobre desapropriação da propriedade produtiva. Nos mandatos seguintes, as divergências em algumas votações continuaram, mas, como antes, não existiram no Estado.

Rita, claro, ajudou o marido a se eleger governador em 1982, teve o apoio dele para ganhar a presidência do diretório da sigla em Vitória, em 1985 - quando derrotou a deputada federal Rose de Freitas -, e, no mesmo ano, apoiou com ele a candidatura à prefeitura da capital, Hermes Laranjeira. Foi apoiada pelo senador na disputa pela prefeitura da capital capixaba, em 1996, que perdeu para Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB).

Senador
O perfil político de Gerson Camata ajuda a entender porque não pode ter as mesmas posições da mulher. Ele começou a carreira profissional nos anos 60, como apresentador do programa "Ronda da Cidade", numa emissora dos Diários Associados.

A atuação da deputada

Em quatro mandatos, Rita Camata, 41 anos, teve uma atuação importante na Câmara dos Deputados, apresentando projetos relevantes e que acabaram resultando em leis que vigoram atualmente.

A parlamentar, formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo, tem no currículo o trabalho de relatora na Comissão Especial sobre Normas Gerais de Proteção à Infância e a Juventude, que resultou na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foi também a autora da chamada Lei Camata, que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público a 60% dos gastos nos orçamentos municipais, estaduais e federal.

1º mandato 1987 1990

- Eleita com 135.021 votos.
- Participou da Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição Federal de 1988.
- Apresentou 218 emendas, tendo 68 aprovadas, entre elas:
 - A que assegurou licença maternidade de 120 dias;
 - A aposentadoria para trabalhadores rurais;
 - Os princípios contra o trabalho infantil;
 - O voto aos 16 anos.
- Na Comissão Especial sobre Normas Gerais de Proteção à Infância e a Juventude, foi relatora do texto que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

3º mandato 1995 1998

- Reeleita com 74.146 votos.
- Em 1995, foi sancionada a Lei Complementar nº 82/95, de sua autoria, que limita em 60% das receitas correntes os gastos públicos da União, Estados e Municípios com pagamento de pessoal. A conhecida Lei Camata abriu prerrogativas para que União, Estados e Municípios canalizem recursos para a área social. Esta foi a precursora da Lei de Responsabilidade Fiscal que vigora atualmente.
- Teve aprovado o projeto que caracteriza como falta justificada, sem prejuízo de salário, a ausência do trabalhador que comprovar, na data da falta, a realização de exame vestibular.
- Teve aprovado projeto que inclui 27 municípios do norte do Espírito Santo na área de atuação da SUDENE.
- Assumiu a presidência da Comissão Especial destinada ao estudo de Medidas Legislativas que visam implementar no Brasil, as decisões da Conferência Mundial da Mulher.

2º mandato 1991 1994

- Reeleita com 99.147 votos.
- Foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre extermínio de menores que resultou na criação, no Congresso da Frente Parlamentar pela Criança.
- Participou da CPI destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil.
- Ampliou o direito à licença maternidade remunerada para os trabalhadores rurais e mulheres de garimpeiros e pescadores.

4º mandato 1999 2003

- Reeleita com 72.460 votos.
- Aprovado e sancionado o projeto de autoria de Rita que insere na CLT regras sobre o acesso da mulher no Mercado de Trabalho.
- Aprovado o projeto que exige que empresas participantes de processos licitatórios para prestação de serviços, obras ou fornecimento de matérias-primas para os governos Federal, estaduais e municipais comprovem a não utilização de mão-de-obra infantil.
- Apresentou projeto de Lei alterando a Lei Eleitoral Brasileira, determinando que os partidos políticos apresentem 50% de candidatas de cada sexo às eleições para os legislativos municipais, estaduais e federal.

Veja o posicionamento da deputada nas votações no Congresso

- Votou a favor**
 - Do rompimento de relações diplomáticas com países que adotem políticas de discriminação racial e pena de morte.
 - Da limitação do direito da propriedade privada.
 - Do mandato de segurança coletivo.
 - Da jornada ininterrupta de seis horas.
 - Do aviso prévio proporcional.
 - Das unidades sindicais.
 - Da soberania popular.
 - Da nacionalização do subsolo.
 - Da estatização do sistema financeiro.
 - Dos juros de 12% ao ano e da anista aos mícro e pequenos empresários.
- Votou contra**
 - O mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney.
 - A quebra da estabilidade para o funcionalismo.
 - A privatização da Companhia Vale do Rio Doce.
 - A relação para presidente da República, governadores e prefeitos.
 - As propostas econômicas do Governo de quebra dos monopólios das telecomunicações e do Petróleo.
 - As reformas da Previdência e Administrativa.

Luiz Paulo diz que chapa é de centro-esquerda

O prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), um dos coordenadores da campanha do candidato à Presidência da República, José Serra, disse que a escolha da deputada Rita Camata (PMDB) como vice na chapa tucana somente irá confirmar a posição de centro-esquerda da candidatura.

Vellozo Lucas disse que a escolha será boa para o país e para o Espírito Santo. "A deputada sempre defendeu as causas sociais e teve uma atuação parlamentar brilhante. Além disso, para o Estado que está acostumado a só aparecer na mídia nacional como notícia ruim, a indicação é muito boa", considerou. O prefeito disse ainda que a escolha do nome de Rita reforça a aliança entre o PMDB e o PSDB no Espírito Santo. "Com esta indicação, podemos esperar uma votação espetacular no Estado para José Serra", declarou. No entanto, o prefeito acredita que os dois partidos não reúnem condições de lançar candidatura própria ao Governo. "Acho que não temos nomes para entrar na disputa e não há ninguém mais preparado para governar o Estado do que o senador Paulo Hartung (PSB)", disse Luiz Paulo. O senador Ricardo Santos (PSDB), pré-candidato ao Senado, também gostou da confirmação do nome de Rita na chapa encabeçada pelo PSDB. "Achei a melhor indicação, pela história de vida dela, pela atuação parlamentar sempre em favor das causas sociais", declarou o senador tucano.

Bancada aprova decisão do PMDB

A maioria dos parlamentares da bancada federal capixaba aprovou a indicação da deputada Rita Camata (PMDB) para vice na chapa do candidato à Presidência da República José Serra (PSDB). Na avaliação dos deputados, a escolha dará mais destaque ao Estado no cenário político do país.

Para o coordenador da bancada, José Carlos Elias (PTB), o nome de Rita na chapa de Serra coloca o Espírito Santo nas discussões da política nacional. "A bancada ganhará mais força e o Estado será olhado de outra maneira, principalmente em relação ao Governo Federal", considerou. O deputado José Carlos da Fonseca Júnior (PEL) também comemorou a indicação da colega de bancada. Ele lembrou que é a primeira vez que um político capixaba se torna personagem do processo político nacional no mais alto nível. "Essa decisão nos coloca no jogo político da primeira divisão. Há muitos anos ríamos essa vontade, que só foi concretizada nesta geração de políticos da qual faço parte", apontou Fonseca Júnior. Ele acredita também que a decisão vai favorecer a candidatura de Serra. O deputado Ricardo Ferreira (PPS) destacou que a escolha é um reconhecimento ao trabalho que Rita desenvolve pelo Estado e pelo país. "O Brasil vai conhecer melhor e respeitar mais o Espírito Santo", opinou Ferreira. Ele acrescentou que a deputada sempre se destacou pela atuação política em favor de causas sociais.



José Carlos Elias: "O Estado será olhado de outra forma"

Para o deputado Nilton Baiano (PPB), a escolha foi "importantíssima" para o Estado. "Se essa chapa for eleita, a bancada terá um canal de comunicação direto com o Palácio da Alvorada", destacou. O deputado Marcos Vicente (PPB) avaliou que o Estado mostrou ao país que tem bons quadros para a política nacional. "É um fato que dá mais peso à nossa bancada federal", assinalou Vicente. O deputado João Coser (PT), no entanto, disse que a decisão de Rita de participar da chapa de Serra foi contraditória. Ele lembrou que a deputada costuma votar com a oposição e contra o Governo Federal. "Parece um projeto contraditório, já que ela atua na defesa da moralidade, pedindo instalação de CPI", justificou. Já Magno Malta (PL) disse que "será importante se a chapa vencer".

CURTAS

Hartung conta com apoio - O senador Paulo Hartung, pré-candidato pelo PSB ao Governo do Estado, elogiou a confirmação do nome de Rita Camata para vice na chapa do senador José Serra. Ele informou que a deputada não irá vender apoio ao seu nome e que não é o fato dela ter sido indicada para a chapa que vai determinar o apoio da aliança PMDB/PSB à sua candidatura. "Ela já está com a gente. Temos realizado caminhadas pelo interior e acho que a indicação é um reconhecimento à atuação brilhante que ela teve durante seus mandatos", disse o senador. Hartung elogiou a atuação de Rita Camata como defensora das causas sociais.

Dissidentes esperam união - O ex-secretário de Representação Social do Governo e ex-deputado Roberto Valadão, membro da ala dissidente do PMDB no Estado, disse que a confirmação do nome de Rita Camata como vice na chapa de José Serra vai provocar a união no partido e pode favorecer a convocação das convenções para a escolha de uma nova direção no PMDB. "Essa escolha vai melhorar o espírito do partido que está muito ruim desde que ocorreu a intervenção. Existindo o interesse de unir as forças do PMDB para uma campanha sólida em favor de José Serra, vai melhorar a situação dos dissidentes. A Rita, como vice-presidente, fará uma boa figura para o partido", enfatizou.

Findes aprova escolha da parlamentar

Para o presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Fernando Vaz, a deputada federal Rita Camata é a representação moderna e atual da participação da mulher brasileira em todos os cenários nacionais. "A Findes se sente muito orgulhosa de ver a deputada galgando um mais posto de projeção dentro da política nacional", observou.

Fernando Vaz citou a frase do presidente da República Fernando Henrique, que declarou recentemente que o Brasil está na situação de "exportar ou morrer" para lembrar que o Estado sofre as consequências da Lei Kandir. "Uma das coisas que a Findes trataria com a vice-presidente seria sugerir uma saída para que o Estado não seja penalizado", disse. Ele explica que somente os pequenos Estados exportadores são prejudicados pela Lei Kandir. "O Espírito Santo, principal exemplo dentro do quadro nacional", aponta. A Findes quer valorizar as exportações.

Empresário crê que Estado sai fortalecido

O vice-presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Estado do Espírito Santo (Sindicex), Arnaldo Brites, avalia que a indicação do deputado Rita Camata para vice na chapa de José Serra favorece a imagem do Espírito Santo no cenário nacional. "É importante a indicação, principalmente no momento em que o Estado vem aparecendo sempre com uma imagem ruim na mídia nacional", disse.

O empresário acredita que a candidatura à vice-presidência da República favorecerá o Espírito Santo. "Temos certeza de que, para no nosso segmento e para o Estado, vai ser importante a presença dela no Governo Federal", ressaltou o empresário. Representando um universo de 200 empresários do setor de importação e exportação, o vice-presidente do Sindicex enfatizou a "questionável importância" da atividade desenvolvida pelos associados do sindicato para a economia capixaba.

Nyder acredita que chapa agora vai decolar

O presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo, Nyder Barbosa de Menezes, acredita que a indicação do nome da deputada capixaba Rita Camata (PMDB) como vice da chapa de José Serra (PSDB) deverá impulsionar a chapa do pré-candidato. "Serra está encaixado com 16% nas pesquisas. Espero que, daqui para a frente, a chapa decole. Se decolar com Rita Camata, é uma honra muito grande para o Espírito Santo", comentou. Caso Serra vença a eleição, o representante dos agricultores e pecuaristas capixabas acredita que Rita Camata será mais um voz de poder no Governo Federal em defesa do fortalecimento da economia do Espírito Santo. "Certamente a Rita Camata contribuirá para o fortalecimento do setor primário da economia, por consequência a agricultura e a pecuária", ressaltou. Ele disse que vai torcer muito para que José Serra vença as eleições.

Figura 9 - Matéria publicada no jornal A Gazeta, Vitória/ES, 23 de maio de 2002, p.7.

A bandeira em prol das mulheres e das crianças sempre foi a plataforma política de Rita Camata no cenário político estadual e nacional. Em seu último mandato, Rita apresentou à Câmara dos Deputados a proposta de lei instituindo a data 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A proposta foi aprovada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no ano seguinte. Com isso, a capixaba levou ao conhecimento de todo o Brasil um dos crimes mais bárbaros cometidos no Estado no Espírito Santo – a morte da menina Araceli em 1973²⁷. A data 18 de maio faz referência ao dia que a menina desapareceu.

4.5 AS REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DE RITA CAMATA NOS CENÁRIOS POLÍTICO ESTADUAL E NACIONAL

A trajetória política de Rita Camata nos remete ao período pós-redemocratização no país, início da década de 1980. Um momento onde todos os anseios políticos reprimidos durante a administração autoritária estavam latentes. No Espírito Santo, o cenário político não era diferente do resto do país. Movimentos organizados da sociedade civil, sindicatos e demais órgãos de classe buscavam nos representantes políticos representatividade da causa.

Quando assumiu a Unidade Comunitária de Integração Social (UCIS) e passou a lidar com movimentos sociais, Rita definiu qual seria sua plataforma de trabalho e passou a se dedicar a causas como mulheres, crianças, trabalhadores e trabalhadoras rurais e deficientes. Envolvida com os movimentos e com a porta de sua vida particular aberta, Rita viu sua vida pessoal crescer na mídia juntamente com seus projetos. O resultado foi uma ampla cobertura jornalística de suas atividades pessoais como mãe, esposa, dona de casa e, também, como parlamentar.

É importante ressaltar que quando nos propomos a conhecer a representação de uma pessoa pública, envolvida em questões políticas e assuntos que dizem respeito a toda a comunidade, ou pelo menos, a grande maioria, buscamos também uma luz na discussão sobre o papel da mídia na vida social. Isso porque o próprio agente público se declara atingido pela mídia, uma vez que está atenta a seus passos, como declara Rita Camata em entrevista.

²⁷ Um bilhete assinado pela mãe, Lola Cabrera, autorizou a escola a deixar Araceli Cabrera Crespo, de 8 anos, sair da escola mais cedo. Em 18 de maio de 1973 Araceli desapareceu no trajeto de volta para casa. Seu corpo foi encontrado seis dias depois, na Praia do Canto. Exames mostraram que ela havia sido drogada, espancada e estuprada. Membros de duas tradicionais famílias capixabas foram apontados como culpados, mas a sentença foi anulada, e num novo julgamento eles foram absolvidos. (GAZETA ONLINE, acesso em: 3 maio 2013)

Eu vejo o papel da imprensa como um papel muito importante. Há um fato político, gera uma notícia, que pode ser distorcida ou pode qualificar ou desqualificar, também, o trabalho. Eu acho que no decorrer do meu trabalho eu tive sim, sempre uma honestidade da imprensa no sentido de reproduzir os feitos dos meus mandatos. A mídia hoje ou ela constrói ou ela destrói. (APÊNDICE A)

A representatividade política de Rita Camata na mídia local está diretamente associada à sua trajetória de envolvimento com movimentos sociais e a sua história de vida. Em pesquisa realizada com jornalistas²⁸ da editoria de política dos jornais A Gazeta e A Tribuna, a partir da metodologia de análise de discurso, foi identificado que a imagem de Rita Camata, está associada a causas sociais, mulher, beleza, família, filhos, marido, estatuto do menor, honestidade e ao fato de ser referência nacional e local. Apesar dos aspectos de beleza e família se destacarem nas referências dos entrevistados, é unânime a afirmação de que Rita alcançou projeção local e nacional por ter sido primeira dama no Espírito Santo e por ser bonita.

E retomando a trajetória política de Rita Camata encontramos na mídia local e nacional uma ampla cobertura tanto de seus projetos como de sua vida pessoal. Já no primeiro mandato recebeu o apelido de “musa da constituinte”, gesto que ela não sabe dizer se foi por machismo ou simpatia. Garante que o incômodo foi apenas no início porque aprendeu a tirar proveito do título. Mas afirma que foi um grande desafio em sua carreira política.

[...] era uma cobrança porque no primeiro momento eu era muito bonitinha, a musa, e eu não... e eu falei “a é, tem espaço na mídia pra dizer que eu sou nova e bonita, não daqui a pouco vai ter pra dizer o que eu to fazendo aqui. E eu acho que esses foram os dois momentos assim... de afirmação.

Não sei. É do limão à limonada. Era tanta coisa, era um turbilhão de eventos, de reuniões, de coisa, e eu estudando que... com toda honestidade... incomodou? No primeiro momento sim, porque eu sabia que tava ali e não era numa passarela, mas com o acúmulo que eu tinha de sentimento de fazer por quem não tinha voz nem vez. Eu tinha convicção de que ia fazer e consegui me firmar nesse sentido. Mas que tinha, tinha, um pouco de curiosidade também né? E essa bobagem me acompanhou até pouco tempo atrás e eu disse “gente, eu já to quarentona, e vocês ainda ficam nessa papagaiada?” (risos). Acho que é mais besteira do que... (APÊNDICE A)

O título de musa da constituinte acompanhou Rita em toda sua história. Sempre que havia espaço a mídia resgatava o rótulo fazendo referência à parlamentar capixaba. E, com o apelo da beleza, Rita Camata ganhou páginas de jornais e revistas de todo o Brasil divulgando suas ações e também suas fases pessoais como o casamento e o nascimentos dos filhos Enza

²⁸ Fez parte da pesquisa de História Oral, durante produção de monografia, a entrevista com jornalistas das editorias de políticas dos jornal A Gazeta e A Tribuna, no ano de 2003.

Rafaela e Bruno. A ex-parlamentar foi personagem de inúmeras matérias em revistas de circulação nacional, além da mídia jornalística diária de circulação local e nacional, como ilustram as imagens a seguir.



Figura 10 - Revista Caras. SP: Abril, Edição 277, 26 de fevereiro de 1999

Os títulos e algumas atitudes que poderiam soar preconceituosas foram, para ela, algo muito sutil, pois não a afetaram de forma prejudicial. Ela afirma que no ímpeto de querer fazer e ajudar, acabava deixando passar despercebida qualquer tentativa de discriminação por sua pouca idade e pela condição de mulher. Acredita que sua postura diante da realidade política do país e do estado lhe permitiu conquistar a confiança dos militantes.

Olha, vou te dizer a verdade... se tinha resistência era uma coisa tão subliminar que eu encarava, talvez com a minha ingenuidade e com a minha utopia, juntando a ingênua e sonhadora, eu não enxergava, não me atrapalhava. Se alguém quisesse chegar pra tirar uma casquinha porque era novinha, era bonitinha... daquilo eu aproveitava a oportunidade. Dizia: vem cá, não é por aí não meu amigo. Nós estamos aqui, com essa pauta com isso, isso, isso... tem espaço pra gente poder trabalhar? Eu te digo com honestidade, não me senti... Se eu disser que em alguns momentos eu achava assim que eu era desconsiderada na posição que eu colocava, eu estaria mentindo. Houve esse momento, mas eu não me deixava abater por isso. De forma alguma. Fui me impondo. Acho que foi uma construção. (APÊNDICE A)

A matéria publicada no jornal A Tribuna de 24 de junho de 2001 trata da decepção da então deputada Federal com relação ao comando do partido PMDB, com Jader Barbalho. Na entrevista Rita recorda de antigos líderes e se posiciona radicalmente com relação a postura do então presidente Fernando Henrique Cardozo. Recorda com saudosismo de figuras políticas como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Severo Gomes e Mário Covas. E como em outras matérias, é feito um resgate do título de musa e busca referenciar a pessoa de Rita Camata com a de Gerson Camata.

Rita de coração partido

Musa de Ulysses Guimarães não quer ser liderada por Jader Barbalho e pela turma que controla o PMDB



De estagiária a primeira-dama

Rita conheceu o marido, o senador Gerson Camata (PMDB), num estúdio de televisão, onde estagiava como jornalista. Como primeira-dama do Espírito Santo, viu nascer, como anfitriã, no dia 15 de novembro de 1984, a então chamada Nova República, assim batizada no discurso de apresentação da plataforma eleitoral do candidato Tancredo Neves em Vitória.

Foi nessa época que seu maior fã, Ulysses Guimarães, a conheceu.

"Minha cara, siga a carreira de seu marido. Você leva jeito", pediu Ulysses.

Rita seguiu o marido. Entrou para o PMDB. Depois disso, Camata já saiu do partido, mas voltou. Ela não. Mesmo tendo posições diferentes, Rita respeita as relações do marido na política. E também é compreendida por Camata quando manifesta sua indignação com os rumos do PMDB.

Romantismo e muitas fraldas

Mãe de dois filhos – Enza Rafaela, de 15 anos, e Bruno David, de 10 meses – Rita hoje é uma mulher amadurecida, mas continua romântica. Guarda com carinho o último trabalho de Ulysses, escrito pouco dias antes de morrer: um artigo, ou, mais do que isso, uma declaração de amor à musa.

Enquanto prepara a refeiçao do bebê, ouve seus ídolos: além de Cazuza, Caetano, Djavan, Cássia Eller, Marisa Montes e Rita Lee.

ELOGIOS

Para a profeta de São Paulo, Marta Suplicy (PT), com quem tinha pequenas rugas – de vez em quando as duas se estranhavam – agora é só elogios:

"Ela enfrenta um grande desafio. Acredito que vencerá, porque é capaz e, acima de tudo, honesta."

Mas seu maior elogio é para a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL):

"É um exemplo admirável de luta pela vida e competência administrativa. Roseana é uma vitoriosa."

Dos convites, ela examina os prós e os contras, sem perder de vista a sucessão presidencial:

"Ciro Gomes é um excelente candidato, mas acabará sendo o candidato do próprio governo", diz.

Do ministro José Serra, a constatação é semelhante:

"Serra é um político competente, capaz. Mas e daí? Serra presidente estaria preso aos mesmos compromissos do presidente Fernando Henrique."

Para onde vai a musa? Eis o mistério. Mistério, mas nem tanto. Se o PMDB mudar de comando e retomar os laços com os líderes populares, Rita não muda. Se a turma de Jader continuar mandando, Rita poderá ser mais uma estrela a brilhar na constelação de Lula.

Rita Camata: "Essa turma não pensa no partido e no País"

que. Prefiro mil vezes o senador."

Naquela época, Fernando Henrique liderava a chamada vanguarda peemedebista: era interlocutor do partido com personalidades estrangeiras, líderes sindicais, intelectuais, cientistas e artistas.

Agora, Fernando Henrique está ao lado de Jader, Geddel Vieira Lima e Eliseu Padilha, que a deputada também critica.

"Essa turma não pensa no partido e no País. São eles que comandam o PMDB hoje", diz a deputada.

Rita garante não ter vergonha de ser do PMDB. Mas seu sentimento hoje é de indignação:

"Quem se sente confortável quando o principal líder do partido é questionado diariamente pela imprensa e não dá uma explicação cabal para as acusações?"

Ela chama a atenção para um fato:

"Não há um órgão público pelo qual o senador Jader Barbalho tenha passado que deixe de ter pelo menos uma denúncia contra ele."

Indignada, Rita está sendo assediada por todos os partidos, menos o PFL e o PTB, e alguns dos principais líderes do País: Lula, Brizola, Garotinho, Ciro Gomes e Itamar Franco.

Figura 12 - Matéria publicada no jornal A Tribuna. Vitória/ES. 24 de junho de 2001, p.32

Em 2006, Rita Camata foi indicada para compor a chapa de José Serra (PSDB) na disputa pela Presidência da República, com o apoio do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O período que antecedeu a confirmação do nome de Rita para vice-presidente colocou a ex-parlamentar capixaba ao lado do Senador Pedron Simon, do Rio Grande do Sul, na disputa pela vaga. Por pertencer a um Estado maior, Simon era cogitado como mais provável, já que dos 99 delegados convencionais do partido, 60 eram do mesmo Estado que o Senador, contra cinco do Espírito Santo.

No dia 22 de maio de 2002, no Congresso Federal o então presidente do PMDB, Michel Temer, anunciou o nome de Rita Camata para compor a chapa com José Serra (PSDB), na disputa pela presidência da República. Segundo noticiou a imprensa nacional, a opinião de José Serra foi determinante da escolha do nome de Rita. Outro fator que influenciou foram as pesquisas encomendadas pela equipe de marketing da campanha de José Serra.

A maioria da bancada federal capixaba apoiou o nome de Rita para vice. Avaliavam que a escolha por Pedro Simon significava a união do partido, mas Rita representava a conquista do voto feminino. Nos discursos de líderes do PMDB, Rita era uma figura mais popular, bonita e referência na área social.

Mas a parceria com o partido de José Serra rendeu críticas por parte da imprensa local e nacional, pois Rita, durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, havia se posicionado contra a política implementada no país. Rita, inclusive, foi uma das que assinaram o requerimento pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar corrupção no governo de Fernando Henrique Cardoso.

No primeiro mandato de Fernando Henrique, ela votou contra as reformas administrativas e da Previdência e contra o pacote 51, que apresentava um grupo de medidas aprovadas pelo Congresso as quais permitiram o fechamento de acordos entre o Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar de fazer parte um partido de base aliada ao de Fernando Henrique, o voto de Rita sempre foi contabilizado na oposição.

Durante convenção do PMDB, no dia 15 de junho de 2002, em Brasília, manifestantes contrários à coligação do PSDB invadiram o plenário onde acontecia o evento e vaiaram o discurso de Rita que teve de interromper e improvisar. A manifestação, composta por estudantes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), acabou em pancadaria com os seguranças. O evento foi suspenso e recomeçou somente depois de organizarem um cordão de isolamento.

Mas, a parlamentar não deixou os manifestantes sem resposta. Ao retornar, colocou de lado o discurso produzido com ajuda de publicitários e preferiu o improviso para acabar com as hostilidades ao seu pronunciamento. Reafirmou as críticas já feitas ao presidente Fernando Henrique Cardoso e lembrou das leis aprovadas no Congresso, todas na área social. Explicou que o apoio a José Serra era porque acreditava que as áreas social e da saúde tinham muito a avançar e acreditava no projeto proposto. Mas isso não convenceu os estudantes que não se cansavam de gritar “traidora”.



Figura 13 - Rita Camata durante discurso emocionado na convenção do PMDB em Brasília.
Fonte: A Tribuna (2002)

Rita além de enfrentar as críticas, teve de conviver com a imprensa nacional de olho em suas roupas e seu corte de cabelo. Profissionais de marketing especulavam sobre a escolha do nome. Acreditavam que era muito mais por uma questão estética do que simplesmente política. Apostavam que a intenção da equipe de campanha de José Serra era “suavizar” a imagem séria do candidato. Na imprensa, sempre que possível o rótulo de musa era resgatado. Já as matérias jornalísticas, sempre destacavam o rosto, o corte de cabelo e a roupa de Rita.

Até mesmo os títulos das matérias chamavam mais atenção para a capixaba que para o candidato principal: “Rita brilha mais que Serra” (A Tribuna, 24/05/02); “Rita é a vice de Serra” (A Gazeta e A Tribuna, 23/05/02); “Rita Camata deve ser vice de José Serra” (A Tribuna, 18/05/02); “A musa dos projetos sociais” (A Gazeta, 23/05/02); “Na presidência do bom gosto” (A Tribuna, 30/06/02). Esta última matéria se referindo ao estilo de se vestir de Rita.

Rita brilha mais que Serra

A deputada foi mais aplaudida do que José Serra durante encontro do PSDB em São Paulo

BRASÍLIA – A deputada federal Rita Camata (PMDB-ES), indicada anteontem para ser candidata a vice na chapa de José Serra (PSDB-SP), empolgou ontem mais a platéia do seminário promovido pelo PSDB do que o próprio presidente.

Logo ao entrar no auditório do hotel Kubitschek Plaza, onde está sendo realizado o seminário "Desenvolvimento Social Brasil no Rumo Certo", a Bela, como a deputada está sendo chamada nos bastidores de Brasília (em referência ao clássico "A Bela e a Fera"), foi mais aplaudida do que Serra.

No momento em que Serra foi anunciado, metade da platéia – composta em sua maioria por tucanos – se levantou para recebê-lo. Quando chegou a vez de Rita Camata, todos a aplaudiram em pé, dando uma mostra da popularidade da deputada no ninho tucano.

Durante seu discurso, Serra

reiterou que o Brasil precisa de uma postura mais agressiva no comércio exterior e tem de "aprofundar políticas sociais".

O presidente afirmou ainda que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso "não houve crescimento de emprego, apesar da estabilidade."

José Serra convocou os tucanos a lutar contra o que chama de "pirataria eleitoral", referindo-se à já citada "terceirização de idéias dos adversários".

"Vocês (tucanos) precisam conhecer e saber o que fizemos nesses anos de governo. As assessorias terão todos os elementos para ajudar quando for necessário um debate", disse Serra.

No encontro, foram divulga-

dos os programas sociais realizados nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998 e de 1999 até agora) e apresentadas as bases do programa de governo do PSDB para a área social.



Rita Camata, ao lado de Serra, empolgou os participantes de um seminário tucano

Figura 14 – Matéria publicada no jornal A Tribuna. Vitória/ES. 24 de maio de 2002

Na presidência do bom gosto

Plataforma política à parte, a candidata a vice-presidente da República Rita Camata já está eleita no quesito visual

Política não se discute. Mas quando o assunto é estilo, nenhum outro candidato a vice ou a presidente da República tem uma plataforma tão convincente quanto a capixaba Rita Camata.

No Espírito Santo, o fã-club de guarda-roupa da ex-primeira-dama e atual deputada federal já é antigo, mas desde que seu nome foi confirmado como vice da chapa de José Serra os olhos do Brasil inteiro se voltaram para o seu visual, com jornais e revistas de todas as partes do País fazendo marcação cerrada em cima das preferências da eterna Musa da Constituinte.

Rita não tem personal stylist. É ela mesma quem escolhe, tin-

tim por tintim, com que roupa vai aparecer no Congresso Nacional, numa festa junina, na visita à sua cidade natal – Venda Nova do Imigrante –, na foto oficial da campanha, na propagação do PMDB ou na propaganda política gratuita para a TV.

Seu estilo é o "clássico despojado", mas palavras da própria, sem marcas prediletas, mas com preferências visíveis por terninhos. "Até porque no ambiente da Câmara dos Deputados eles fazem o papel de bonitos e ao mesmo tempo práticos", diz ela.

Quando não está trabalhando, ela gosta de usar jeans. Compra mais em Vitória, mas também vasculha lojas de Brasília e de São Paulo e usa todas as cores.

Márcia Machado, assessora de imprensa da candidata a vice, que

vivia com ela em campanha pelo País inteiro, define: "ela tem preferência por tons pastéis".

A mesma visão de Rita tem Cláudia Moura Ferraço, sócia da boutique capixaba Ameixa Vermelha, uma das suas preferidas: "Sempre a vejo com tons mais neutros, mas ela não tem problema com cores; não deixa, por exemplo, de usar azul-turquesa quando está na moda".

O clássico despojado definido por Rita se encaixa na visão da empresária de moda. "Ela é super simples, tem um estilo. Gosta de tricô, de camisa, de jeans, usa mais calça do que saia, mais sapato baixinho do que alto, não é muito de roupa sofisticada. Aliás, ela não precisa de nada sofisticado, porque sua simplicidade já é uma sofisticação", elogia.

Quando compra jóias, Rita prestigia o talento capixaba e gosta de pedras azuis para combinar com os olhos. "Ela é uma consumidora discreta, compra pouco, mas tem um brinco meu todo em topázios azuis que até apareceu numa das fotos publicadas na revista Caras. Rita tem bom gosto", conta a designer de jóias Sueli Chieppe, de quem ela é cliente.



Rita Camata define seu estilo como "clássico despojado"

Figura 15 – Matéria publicada no jornal A Tribuna. Vitória/ES. 30 de junho de 2002

Cabelo chanel virou marca

Do cabelo exagerado dos anos 70, que mais escondia do que mostrava seu rosto, Rita Camata pulou para o básico chanel, que cada vez mais é imitado nos salões de beleza do País e que leva a assinatura do cabeleireiro capixaba Nahor Bastos.

"Rita conserva um estilo que eu criei para ela desde o início, quando ela foi primeira-dama do Estado, há 20 anos. Naquela época, o Pigmaleão anos 70 era muito bonito, mas ela precisava começar a aparecer mais do que o cabelo. Modéstia à parte, ela me entregou a mudança de olhos fechados. Disse: 'Faz o que você achar melhor'. E até hoje as variações são feitas em cima do mesmo estilo", conta ele.

De vez em quando, Rita aparece com a franja mais desfiada, mais reta, mais longa, uma coloração mais clara ou mais escura,

e isso tudo desperta a admiração e a vontade de ficar igual das pessoas.

"Muita gente me procura com uma certa timidez, dá uma volta enorme para explicar que tipo de corte quer, só porque tem vergonha de dizer que quer igual ao dela. Rita é um bom outdoor para as pessoas", admite Nahor.

Ela já fez luzes (que dão uma luz ao cabelo mas não têm tanto contraste dos fios coloridos para os fios naturais), já fez reflexo (com algumas mechas bem mais claras do que as outras, naturais) e hoje em dia faz mechas (onde as madeixas tingidas ficam ainda mais destacadas das naturais).

Nahor sabe o tom certo: "O cabelo dela é aquele loiro natural dos italianos, em que se faz as mechas apenas com descoloração. Quando fica muito claro eu passo um tonalizante para escurecer um pouco."

"Ela é bonita e o tipo de corte agrada muito, mas às vezes, no cabelo de outra pessoa, não sai igual porque o cabelo não é igual em textura e cor", explica ele.

O corte de cabelo de Rita é cada vez mais imitado

É ela quem escolhe todas as roupas, até das fotos oficiais

Quando compra jóias, ela gosta de pedras azuis, para combinar com os olhos

Rita é simples, não recorre à sofisticação

ORLANDO BRITO/OMNISTREAM

MARCELO TABACH/DIVULGAÇÃO

Figura 16 - Matéria publicada no jornal A Tribuna. Vitória/ES. 30 de junho de 2002

Do período da campanha Rita se recorda com emoção dos encontros a cada quinze dias com os filhos, principalmente com o Bruno, na época com dois anos de idade. Faz sempre questão de destacar a participação do marido Gerson Camata com os cuidados com a casa e com os filhos.

Se eu te dissesse que o Camata não me ajudou, eu não estaria sendo verdadeira. Por exemplo, quando eu saí candidata a vice-presidência da república eu tava com o meu mais novo com dois anos. Então, eu rodei o Brasil inteiro e o Gerson foi pai e mãe. Eu vinha de quinze em quinze dias. Eu saía chorando. Quando eu passava dois dias aqui e 15 fora eu tinha agenda pra correr o Brasil.

Começava as palavrinhas sair, as gracinhas... Então o Gerson, nessa fase também, ele foi um paizão. E as coisas da casa ele tocava. (APÊNDICE A)

A derrota de José Serra para a presidência da República permitiu que Rita passasse um pouco mais de tempo com sua família. Sem mandato, ela passou a ser assediada por líderes de partidos, já pensando nas eleições municipais de 2004. Em janeiro de 2003, o convite do então governador Paulo Hartung (PMDB), para que Rita assumisse a Secretaria de Desenvolvimento, de Infraestrutura e dos Transportes, foi oficializado. A resposta só foi dada em 2004. A vaga do governo do Estado foi disputada entre Rita Camata, Camilo Cola, o ex-deputado Roberto Valadão e o ex-prefeito do município de Venda Nova do Imigrante José Honofre. Em entrevista ao jornal A Tribuna, de 6 de abril de 2003 (p.28), o marido Gerson

Camata já havia antecipado que a melhor escolha da mulher seria aceitar, pois seria importante para ela se manter na política até as próximas eleições. “Meu conselho é que ela não aceite. Porém, para continuar na política, ela terá que assumir a pasta estadual ou a vaga aberta pela Prefeitura de Vitória”, comentou o ex-senador.

Durante o período em que esteve sem mandato e sem cargo no governo, Rita se tornou personagem de matérias com abordagem pessoal, relatando sua rotina ao lado do marido Gerson Camata, como dona de casa e mãe. Mas apesar de viver uma rotina mais familiar, Rita, nas entrevistas, fazia questão de afirmar que não estava fora da cena política. Em entrevista ao jornal A Tribuna, de 6 de abril de 2003 (p.27), Rita afirmou: “por enquanto quero esse período para a família e para casa. É um tempo importante para mim, mas não me deixo alienada de todo o contexto”.

Em 2004, ao assumir a Secretaria de Transportes e Infraestrutura, Rita se mudou para Vitória com a família. Nas eleições de 2006, Rita Camata foi eleita para seu quinto mandato no Congresso Federal e voltou com sua rotina política entre Vitória e Brasília. Deu continuidade aos projetos voltados aos direitos da mulher e da criança.

Em 2007, Rita Camata participou de um movimento em Brasília reivindicando maior participação das mulheres em funções de comando no Congresso Federal. Apesar de a representação feminina ter crescido pouco, o objetivo do grupo – coordenado por Luiza Erundina (PSB-SP) – era mostrar que a mulher é capaz de comandar. Mas a proposta de uma emenda constitucional de cota feminina para cargos de direção do Congresso não foi adiante. Rita Camata participa dos movimentos, mas admite que a ocupação de cargos por mulheres, agora, não é mais uma questão de luta e sim de tempo, pois acredita que a mulher já superou a barreira de provar competência.

Acho que passou essa coisa... Eu com toda honestidade hoje nós temos uma presidente da república. Acho que é a maior demonstração de que essa luta do feminismo surtiu efeito... e nós mostramos que somos capazes, somos eficientes, que sabemos fazer tão bem quanto os homens... pra mim tá aí, tá colocada e é uma realidade e não tem retrocesso. Agora, acho que é uma questão de... uma hora chega. Pode demorar um pouquinho, mas chega. (APÊNDICE A)

Nas eleições de 2010, Rita apostou na disputa para o senado, já filiada ao PSDB. Ela não foi eleita e passou um período afastada da mídia, mas sempre atenta ao cenário político. Segundo ela, a falta de articulação anterior a campanha tenha sido um fator importante para o resultado. “Eu não me articulei pra vir pra uma disputa majoritária também, e aqui isso é importante

dentro do processo eleitoral. Você tem que ter uma boa articulação política, você tem que ter uma estrutura de campanha também”.

O período de campanha não foi apenas cansativo e desgastante por causa da rotina de palanques e debates eleitorais. Rita, explica que durante a campanha, foi diagnosticada com nódulos nos seios e o procedimento de retirada foi adiado, por vontade dela, para após a campanha. Com a derrota, a ex-deputada preferiu se afastar da mídia e da política com o objetivo de cuidar da saúde e da família.

Ao falar do problema de saúde, Rita afirma ter sido algo já superado, mas não esconde a emoção. Com os olhos lacrimejando, ela conta que recebeu o carinho e orações de muitas pessoas.

Fiz foram duas cirurgias, útero e mama. Graças a Deus correu tudo bem, mas muita gente rezou. Achava que eu tava... fiquei muito, nesse período... que culminou na campanha eu já sabia que eu tinha esse problema. Então, veio a derrota, fiz a cirurgia, e aí dei uma mergulhada na ressaca da derrota e no reestabelecimento. Então, de certa forma ficou uma coisa meio que... será que ela tá bem, será que num tá. Mas eu agradeço todas as orações que tive. O desejo que eu me reestabelecesse. Sem estardalhaço, sem nada e ... hoje eu encontro gente que diz assim: “ah, nós tínhamos grupo de oração... que bom. Eu to 100%. (APÊNDICE A)

A mídia, sobre o problema de saúde de Rita Camata, se limitou a poucas notas, sem destaque. As manchetes com o nome da ex-parlamentar, as fotos grandes ilustrando as matérias, ficaram guardadas, como em respeito a uma pessoa que tanto já colaborou com a política do Espírito Santo. E esse comportamento da mídia, Rita acredita ter sido resultado de uma relação já construída ao longo de toda sua trajetória.

Eu acho que eu fui honesta. Tô com problema, milhares de mulheres tem. Que isso sirva de alerta, que quando você tem um problema e de forma preventiva você extirpa, você tem possibilidade de ter uma vida longa e saudável. Mas não fiz nenhum espetáculo de coitadinha. É uma coisa tão corriqueira na vida de mulheres que tem situações muito mais sacrificadas do que a minha. Por que fazer disso um espetáculo? (APÊNDICE A)

Com a saúde restabelecida, Rita começa a pensar na volta à política. Prudente, prefere não fazer apostas, mas deixa claro que ama política, apesar de nutrir um sentimento de desilusão com a forma de fazer política nesta fase que marca o final da primeira década do século XXI. Faz questão de ressaltar que na época em que ingressou na política, as causas sociais eram defendidas por idealismo, e que isso se perdeu na história. Faz críticas aos parlamentares que não conhecem o verdadeiro papel do legislativo, do executivo e do judiciário. Mas junto com todas as críticas, deixa escapar a vontade de voltar a ser parlamentar. Rita Camata também faz

questão de destacar que o tempo longe da rotina política foi importante para que ela “arrumasse” a casa e a saúde.

[...] eu acho que o processo cultural, político, se descaracterizou demais. Eu participei de uma reunião agora nessa semana do meu partido e eu disse “o meu sonho, a minha utopia e o político tem que sonhar, se ele não sonhar ele morre”. Porque você tem que viver pensando como melhorar, como avançar a sociedade. E pra mim o único instrumento é a educação.

Ah, não sei não. Eu sei que... fechada pra balanço. Eu pus a casa em ordem, porque não é fácil, eu sempre fui dona de casa, mãe e tudo, mas você... é complicado né? Então eu passei um bom período aí dando uma geral em coisas que... E eu acho que pra mim, pro meu interior também um tempo é necessário na vida da gente pra avaliar o que você fez, o tempo passa, o momento que você vive, os seus princípios se não tão sendo desafiados e chocados com a realidade daquilo que... Eu gosto de política, eu amo. E eu acho que o ser humano é um ser político.

Então, eu gosto, acho importante, mas não sei. Agora... esse tempo foi muito bom pra mim, sabe? Minha família, falo mãe também já com idade, poder tá mais presente. Problema de saúde, muitas vezes as pessoas acham que você não tem mãe, não tem pai, não tem filho, né? (APÊNDICE A)

A mídia esteve presente desde o início da carreira de Rita Camata, noticiando, dando visibilidade aos projetos por ela trabalhados e à sua vida pessoal. O fato de ter sido primeira dama do Estado, em um período de redemocratização política, contribuiu para que seus trabalhos na área de ação social fossem valorizados pela sociedade e, principalmente pelos movimentos sociais.

A relação com a mídia, entendida por Rita como uma relação de honestidade e respeito, também foi fundamental para que a imprensa local e nacional sempre estivesse disposta a dar espaço para a ex-parlamentar. O respeito ficou claro quando na doença de Rita a imprensa preferiu se calar a explorar um momento difícil.

Nas matérias publicadas ao longo da trajetória da ex-deputada, é possível perceber que a mídia deu espaço tanto os fatos pessoais como para os projetos importantes como leis e relatoria. Rita se mostra consciente de que a sua representatividade está diretamente relacionada ao destaque que a mídia deu a certos atributos como ser esposa de Gerson Camata, um político influente e ex-governador do Estado, além de sua beleza e ingresso na política com pouca idade. E afirma que fez uso desses privilégios para conseguir espaço para divulgar sua forma de fazer política.

Seguindo na linha de nosso debate teórico podemos demonstrar que a representatividade da Rita Camatta é resultado do *habittus* jornalístico. Explica-se: a mídia absorveu o discurso de musa, de mãe de família, de esposa e o reproduziu. Vale destacar que Rita foi uma fonte

importante para que este cenário se construísse. A mídia se apropriou de uma gama de conceitos relacionados à Rita e usou no processo de construção da representatividade dela. Desta maneira, a mídia atuou como ferramenta na construção da representação social de Rita. A matéria prima foi retirada de contextos sociais e políticos. Sendo assim, as próprias fontes iluminam o caminho da pesquisa. O trato com os documentos requerem do pesquisador o conhecimento acerca da análise do discurso a fim de viabilizar a proposta de estudo, isto é, a representação do feminino na mídia impressa.

5 REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA MÍDIA IMPRESSA

5.1 A FERRAMENTA METODOLÓGICA – ANÁLISE DE DISCURSO (AD)

A Análise de Discurso (AD) é resultado da evolução das ciências da linguagem, principalmente a partir do final da década de 1960, e toma como objeto de estudo o discurso. Esse campo de saber que nasceu na França, em torno dos pensamentos de Michel Pêcheux, congregava a lingüística e a psicanálise sob a égide do materialismo histórico. Aqui no Brasil, os estudos lingüísticos começaram a circular por volta da década de 1970 e desde então têm se consolidado em diversas pesquisas de diferentes áreas.

A proposta da AD, exposta por Sarfati (2010, p.12), “os enunciados não se apresentam como frases ou sequências de frases, mas como textos”. E, como tal, é preciso relacioná-lo às condições nas quais é produzido. E quando consideramos a estruturação de um texto e o relacionamos às suas condições de produção, o estamos encarando como discurso. E, neste contexto, compreendemos discurso, como coloca Sarfati (2010, p.13), “o objeto empírico é o texto, considerado independentemente de suas condições de produção e o objeto empírico com suas condições de produção é o discurso”. A AD, então, tenta dar conta dos sentidos dos textos que articula. E como afirma Sarfati (2010, p.18) sobre a AD, “sua contribuição consiste em definir o discurso como um todo específico que consiste de uma sequência de formas linguísticas dispostas em frases sucessivas”.

A análise do discurso propõe dois métodos de investigação: o nível interfrástico e o transfrástico. No primeiro, descrito por Zellig Harris, é a descrição das regularidades sintáticas, ou seja, a análise da estrutura do texto; já o nível transfrástico, sugerido por Julius Greimas, trata das regularidades semânticas, do sentido do texto.

As condições de produção não são parâmetros inteiramente exteriores ao texto, a presença destes é identificada no texto na forma de vestígios linguísticos recuperáveis. De fato, um texto veicula boa parte das questões extralingüísticas às quais se vincula, sem que para tanto seja preciso recorrer à exterioridade dos meios nos quais ele é utilizado. Se um texto, identificado inicialmente do ponto de vista de um gênero, for por fim relacionado – exemplificando – ao discurso político, será em virtude da presença, ao longo de seu desenvolvimento, de determinada temática, mas também de um vocabulário ou ainda de um modo de organização argumentativo específico desse tipo de discurso.

No estudo sobre o papel da mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina, o que tomamos como base de nossa pesquisa é a análise de discurso a partir de uma avaliação de nível transfrástico. Analisando o sentido de textos aleatórios publicados dos jornais A Gazeta e A Tribuna, no período de 1988 a 2000, sobre a pessoa pública Rita Camata. O método nos permite relacionar os textos e extrair o discurso dos veículos. Como destaca Sarfati (2010, p.23) “É no que diz respeito à análise de textos particulares que a análise do discurso pode formular hipóteses sobre a especificidade dos discursos a que se vinculam esses mesmos textos”.

Aplicar a AD em um veículo jornalístico não é uma tarefa simples. O jornalismo é permeado por vários discursos que se entrecruzam. As enunciações são variadas e complexas, e cada enunciatário compreende de forma peculiar o que lê, ouve ou vê. Trata-se de conceber o jornalismo como espaço discursivo complexo, onde entram em interação diversas enunciações.

O conceito de discurso implica dois componentes, o enunciado e a enunciação. O enunciado corresponde à história contada, ao que é dito. Já a enunciação corresponde à maneira de contar a história, a forma de dizer. Enunciado e enunciação estabelecem uma relação de pressuposição recíproca: não existe enunciado sem enunciação e vice-versa. A enunciação é também definida como o ato de enunciar, ato que instala um enunciador e um enunciatário, como foi dito anteriormente. Partindo desse ponto, a análise de discurso nos textos jornalísticos trabalha sobre a relação entre enunciado e enunciação, e sobre a construção das figuras do discurso: o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. No caso do discurso jornalístico, trata-se de analisar além daquilo que conta os jornais A Tribuna e A Gazeta, mas ainda como estão posicionados os que o escrevem, trabalhando sobre os dispositivos enunciativos e as formas de disponibilizar a informação.

Para isso, é preciso considerar a forma e o conteúdo do jornal, bem como se trabalha a distribuição dos conteúdos veiculados. Isso porque a identidade editorial de um veículo é construída sobre uma gama de elementos constitutivos, tais como: formato, segmentação, cadernos, suplementos, relação entre o redacional e a fotografia, relação entre a informação e a publicidade; disponibilização da informação nas manchetes e a primeira página são consideradas como as interfaces do jornal (gramática espacial e visual, valorização dos fatos, elementos variáveis e invariáveis); sinais que traduzem as escolhas do jornal quanto à visibilidade dos atores; marcas que significam a categorização da informação; títulos, que dão

destaque à designação dos acontecimentos e dos autores; gêneros jornalísticos utilizados, pois estes pré-constroem a organização da informação, induzindo a relação entre fontes e leitores; e ângulos, que constituem os enquadramentos da apreensão e da interpretação da informação.

É preciso compreender que a prática jornalística está vinculada a uma série de regras, normas e padrões mais ou menos implícitos de ação, como destacam Barros e Martino (2003). Assim, o conhecimento do mundo passa a ser vinculado ao conhecimento da seleção temática escolhida pelo jornal. Segundo os teóricos (2003, p.179):

O trabalho jornalístico encontra seu ponto de distinção no cotidiano, pela reprodução dos hábitos, formas de linguagem e comportamentos interiorizados pelos profissionais e pelas limitações institucionais e empresariais que pautam, hoje mais do que nunca, a ação do jornalista.

Dessa forma, a análise do discurso de um texto jornalístico se baseia principalmente na linguagem utilizada, nos títulos, nos subtítulos, na página e na localização dessa matéria, no uso de “aspas” ou entrevistas, nas fotografias, nas citações, nos gráficos, nas tabelas e nos infográficos, ou seja, do recurso aos sinais de marcação da descrição do real. Por isso, o trabalho de diagnóstico editorial necessita da elaboração de um *corpus* fundado numa sequência de jornais – não necessariamente datas consecutivas – dentro de um período longo, de maneira a detectar o que é ou não variável na publicação. Trata-se, portanto, de cruzar o estudo da categoria informativa retida e o estudo das políticas editoriais próprias aos periódicos.

No caso da atual pesquisa, foram selecionadas, aleatoriamente, matérias que circularam no período de janeiro de 1988 a dezembro de 2000, totalizando 51 matérias dos periódicos, com periodicidade diária. Esse recorte compreende ao período de aprovação da Constituição Federal de 1988, que a ex-parlamentar Rita Camata participou, a dezembro de 2000, quando Rita já se encontrava em seu quarto mandato, período que antecedeu sua indicação à vice-presidente da República, nas eleições de 2002. O objetivo da análise dos veículos é perceber como a imprensa local capixaba trabalhou a imagem e a representatividade de Rita Camata, bem como os aspectos dela ressaltados.

5.2 OS MODOS DE DISCURSO NOS JORNAIS A GAZETA E A TRIBUNA (1988-2000) SOBRE RITA CAMATA

Na edição de 2 de maio de 1993, na página 2, do jornal A Tribuna, foi veiculada a matéria “Data para revisão está preocupando bancada federal” sobre reforma constitucional que a bancada acreditava ser importante (ANEXO B). Rita Camata foi a única parlamentar destacada na matéria com uma grande foto legendada: “Rita Camata defende a antecipação da revisão constitucional”. No texto, apesar de mencionar outros parlamentares, apenas o posicionamento de Rita recebeu destaque.

No dia 26 de maio de 1993, na página 8 do jornal A Tribuna, a coluna Zózimo publicou uma nota sobre Rita Camata (ANEXO B). Com uma foto de Rita com um olhar “desconfiado” a legenda dizia: “Rita Camata: quase ministra?”. No texto, o jornalista dizia que haviam rumores de que Rita havia sido convidada para assumir a pasta do Ministério do Meio Ambiente. E insinua com afirmações que “se não resolver o problema da Pasta, resolve definitivamente o problema de imagem do governo”, fazendo referência do então governador do Estado, Albuíno Azeredo, à beleza de Rita Camata.

Na edição de 18 de março de 1994, o jornal A Tribuna, divulgou pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) sobre os candidatos ao Congresso Federal e Rita foi apontada como a primeira (ANEXO B). A matéria “Índice de indecisão é de 64,3%” trouxe a foto de Rita Camata em destaque. A pesquisa divulgou o nome dos 13 candidatos lembrados durante as entrevistas e Rita é o único nome feminino que aparece. No texto não tem aspas dela e de nenhum outro político, no entanto, o destaque ficou com a foto da então deputada federal.

No dia 9 de setembro de 1994, na página 2, da editoria de Política, do jornal A Tribuna, a matéria em destaque é “Hartung adota a neutralidade”, seguida de duas sub-matérias: “Cabos eleitorais invadem festa em Venda Nova” e “Sessão junta Max, Vitor e Camata” (ANEXO B). Nesta última a foto de Rita é destaque, ocupando grande parte do espaço destinado a matéria, no texto, Rita é apenas mencionada como uma das homenageadas com a Comenda Carlos Lindemberg.

Na edição do dia 11 de setembro de 1994, na matéria “Apenas 16 mulheres disputam as eleições”, publicada na página 3, do jornal A Tribuna, Rita Camata, mais uma vez aparece como destaque (ANEXO B). A foto que encabeça a matéria traz Rita com um leve sorriso no

rosto, com a legenda: “Rita Camata tenta a reeleição como deputada federal”. O texto faz um resgate da participação da mulher capixaba na cena política do Estado. Apesar de Rose de Freitas ser citada na matéria como sendo a única mulher a concorrer ao governo do Estado, Rita foi a parlamentar destacada na foto. No texto Rita aparece em apenas uma citação sobre as mulheres na bancada federal e nada mais.

Ainda na mesma edição (11/09/1994), o jornal A Tribuna publicou a matéria “Partidos apostam nos puxadores” (ANEXO B). O texto trata dos políticos que se destacam pela quantidade de votos que recebem nas eleições. Rita Camata aparece em foto entre Theodorico Ferraço e Jorge Anders.

No dia 1º de julho de 1999, o jornal A Tribuna, publicou a matéria “Norte do Estado ganha incentivos” (ANEXO B). O texto trata de uma emenda da então deputada Federal, Rita Camata, que inclui 27 cidades do Norte do Espírito Santo na lista de municípios contemplados com incentivos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE). Foi usada uma foto de Rita Camata, ocupando metade da área da matéria, com a legenda “Rita Camata: benefícios para mini-produtores rurais do Norte”.

Na edição de 17 de janeiro de 1988, na página 1 da editoria de Política, do jornal A Gazeta, a matéria “Emendas capixabas preveem até eleições gerais” (ANEXO B). A foto de Rita Camata foi usada entre as fotos dos deputados federais: Ceolin, Calmon e Aguiar. O texto trata das diversas emendas dos parlamentares capixabas e destaca duas das propostas de Rita Camata – a licença remunerada a gestante por 120 dias e o direito da mulher brasileira escolher a quantidade de filhos que quer ter, sendo vedada qualquer forma de coerção pelos poderes públicos.

No dia 7 de abril de 1988, na página 3 da editoria de Política do jornal A Gazeta, foi publicada a matéria “Denúncias levam Assembleia a agilizar trabalhos”, que trata da ausência dos deputados estaduais nas sessões da casa (ANEXO B). A matéria traz a foto de Paulo Hartung, na época deputado Estadual, com a sub-matéria “Hartung pretende encurtar recesso”. Ao lado da matéria principal da página, foi publicada uma matéria sobre Rita Camata com o título “Rita confirma disposição de deixar o PMDB”, com foto de rosto, destacando o semblante da parlamentar. São três parágrafos tratando da movimentação política de Rita para deixar o PMDB. Na mesma página ainda foram publicadas as matérias “Criação do STJ pela Constituinte agrada Judiciário e OAB-ES” e “Camata quer as acusações de Ceotto em fita”, nenhuma delas com foto.

Na edição de 13 de abril de 1988, no jornal A Gazeta, a matéria “Projeto sobre eleições de novembro já está pronto” traz seis parlamentares em destaque em foto e com suas respectivas entrevistas (ANEXO B). Entre os seis parlamentares estão duas mulheres: Rose de Freitas e Rita Camata, ambas deputadas federais. O tema de destaque na matéria é sobre o projeto que trata da mudança das regras das eleições municipais, com prorrogação ou reeleição dos eleitos. Na matéria Rita se posiciona a favor das eleições em 1988 e afirma que “o povo está doido para exercer seu poder maior, que é o voto”.

No dia 4 de março de 1990, na página 2, o jornal A Gazeta publicou a matéria “Mulheres políticas querem pôr fim à discriminação” (ANEXO B). O texto traz como referências as deputadas federais Rose de Freitas e Rita Camata, além da ex-parlamentar Myrthes Bevilacqua. O foco do texto é a participação das capixabas na cena política. Rose de Freitas teve o espaço de dois parágrafos para falar sua opinião sobre o assunto, Myrthes foi citada, sem “aspas” e Rita Camata recebeu o espaço de quatro parágrafos. O jornalista resgatou o início de sua trajetória quando recebeu o título de “musa do congresso” e escreveu: “Rita sabe bem o que é ser mulher-política no Brasil. Quando chegou ao Congresso, em 1986, ela era conhecida como “a bonita mulher do ex-governador do Espírito Santo”.

Na edição de 6 de março de 1990, na página 2, o jornal A Gazeta publicou uma nota sobre uma especulação de Rita Camata ser candidata ao governo do Estado (ANEXO B). O título “Rita nega articulações para vice”, não é o foco do início do texto. A nota confronta informações dos “bastidores políticos” – como é citado no texto – com afirmações de Rita Camata. O texto também faz questão de afirmar que a parlamentar estava em companhia de seu marido Gerson Camata quando negou qualquer movimentação para disputar o governo do Espírito Santo.

Na edição do dia 2 de setembro de 1990, no jornal A Gazeta, na página 5, foi publicada a matéria “Candidatos exigem ‘o seu’ em comitês eleitorais”, se referindo aos últimos momentos antes do pleito de 1990 para cargos proporcionais – deputado federal e estadual (ANEXO B). A matéria fala de alianças dos partidos e, de modo geral, sobre candidatos exaltados. Em um parágrafo fala sobre a campanha de Rita Camata e o posicionamento da peemedebista em relação à campanha para o governo do Estado. A matéria afirma que Rita passou a apoiar José Inácio Ferreira, deixando de lado a campanha de Calmon.

No jornal A Gazeta de 6 de outubro de 1990, na página 7 da editoria de Política, foi publicada a matéria “Rita lamenta recado na cédula” (ANEXO B). Apesar de a parlamentar ter

conquistado a reeleição, o título leva o leitor a supor outra informação. A matéria trouxe Rita em destaque na foto e trata sobre a porcentagem de votos brancos e nulos no primeiro turno realizado no dia 3 de outubro de 1990. Apenas Rita Camata é usada como fonte para debater o assunto e ganha espaço para fazer críticas a outros parlamentares com as seguintes aspas: “Ou se faz uma política moderna, coerente, ou teremos mais reprovações como esta. Isso me entristece, mas com certeza vale como reflexão. O recado é sério, profundo...”.

No dia 7 de outubro de 1990, o jornal A Gazeta trouxe na capa a manchete “Bancada federal começa a se definir”, se referindo às eleições que ocorreram no dia 3 e que ainda não havia resultado fechado (ANEXO B). O nome de Rita Camata é o primeiro citado no texto que acompanha a manchete, sugerindo a possível reeleição da parlamentar, junto com Paulo Hartung, Roberto Valadão e Cláudio Vereza. O tema é dado continuidade na página 6, com um quadro indicando os possíveis candidatos eleitos, com a respectiva porcentagem total de votos apurados e a quantidade de votos. Rita aparece em primeiro lugar, com 6,91% dos votos, e com 15.212 votos.

A repercussão dos candidatos mais votados na eleição de 3 de outubro de 1990 continuou na edição do jornal A Gazeta, no dia 9 de outubro com a matéria “PMDB e ‘tucanos’ farão maioria na Câmara Federal (ANEXO B). A matéria traz a foto de Rita Camata em destaque ao lado de uma foto de Paulo Hartung. No texto é citado o nome de todos os candidatos, mas apenas Rita e Paulo Hartung são destacados com foto. Na legenda da foto de Rita: “Rita Camata vem repetindo o feito de 86: é a campeã de votos no Estado”.

Na edição de 10 de outubro de 1990, no jornal A Gazeta, o resultado parcial das eleições do ano para deputados federais foi publicado na página 3, da editoria de Política (ANEXO B). Em um quadro intitulado “Prováveis deputados federais” foram usadas fotos de oito possíveis eleitos, sendo duas mulheres: Rita Camata, em primeiro lugar, e Rose de Freitas, em sétimo lugar. Na descrição de Rita foi escrito: “Na Câmara Federal, venceu a inexperiência política com muito trabalho e foi considerada uma das mais atuantes parlamentares”.

Na edição de 28 de janeiro de 1995, na coluna Victor Hugo do jornal A Gazeta, Rita foi citada na matéria sobre a deputada Federal do Rio de Janeiro, Vanessa Felipe, de 22 anos (ANEXO B). O texto fala da pouca idade de Vanessa e da beleza da jovem. Em aspas de Vanessa, ela cita o nome de Rita Camata dizendo que “Antiguidade é posto. Portanto, a musa continua sendo a Rita Camata. Prefiro acreditar que o Congresso está ganhando uma guerreira”. No

título foram usados os nomes de Vanessa e Rita, em uma afirmação de que Rita Camata é a musa do Congresso: “Vanessa diz que musa é Rita Camata”.

A matéria intitulada “Bancada capixaba quer reduzir mandato de senador”, publicada no dia 12 de março de 1995, na página 7, trouxe Rita Camata na primeira foto do grupo de seis parlamentares (ANEXO B). O texto trata das propostas para a reforma política nas eleições. A defesa de Rita Camata teve o mesmo tratamento na matéria, com espaço de um parágrafo sobre a punição mais rígida para casos de infidelidade partidária.

Na edição de 5 de novembro de 1995, na página 9, a matéria “Bancada capixaba apoia reeleição para o executivo”, trata da proposta de permitir a reeleição para cargos executivos citando diversos parlamentares capixabas, mas apenas Roberto Valadão e Rita Camata tiveram espaço para defenderem suas posições (ANEXO B). Rita, entretanto, teve o espaço de dois parágrafos para defender que apoia a proposta de reeleição, mas não para quem já ocupava o cargo. A matéria não traz foto de Rita.

A matéria “Começam articulações para sucessão de Hartung”, publicada no dia 5 de novembro de 1995, na página 3 do jornal A Gazeta, trata do movimento político para as eleições de 1996 (ANEXO B). Na página inteira foram usadas sete fotos de parlamentares homens. Rita foi citada na matéria em dois parágrafos e foi a única a ter espaço para falar sobre o cenário político capixaba, na primeira parte da matéria.

Em 19 de novembro de 1995, na página 8, o jornal A Gazeta publicou a matéria “Bancada capixaba ignora obras inacabadas do ES” (ANEXO B). O texto trata das 265 emendas apresentadas ao Orçamento da União para 1996. Os pedidos somavam 456 milhões de reais. Em uma sub-matéria “Parlamentares priorizam seus redutos”, Rita é citada, com espaço para aspas – “minha expectativa é que sejam atendidos todos os pedidos”. Na matéria foram usadas duas fotos de parlamentares homens.

Na edição de 25 de novembro de 1995, a matéria “Rita diz que Estatuto da Criança é mal interpretado”, traz em destaque a foto de Rita Camata, com a legenda: “Rita Camata assegurou que o Estatuto não beneficiou menores infratores”, reforçando a ideia do título (ANEXO B). A matéria trata do Estatuto da Criança e do Adolescente e coloca como foco a opinião de Rita, sem confronto com outras opiniões.

No dia 1 de janeiro de 1996, o jornal A Gazeta publicou a matéria “Eleição pode mudar 80% da Câmara e Assembléia” com a foto de Rita Camata, apesar dela sequer ser citada na matéria

principal (ANEXO B). O nome de Rita é mencionado na sub-matéria “Pleito em Vitória atrai 4 federais”. O nome de Rita foi apenas citado como uma das possibilidades na disputa à prefeitura da capital.

Na matéria “Mulher tem pouca participação política no ES”, veiculada no jornal A Gazeta, no dia 28 de janeiro de 1996, Rita Camata é citada como “considerada a mais forte candidata à prefeitura da capital” (ANEXO B). O texto trata da participação feminina na cena política capixaba e traz como referências femininas a então vereadora de Vitória Luzia Toledo e Irini Lopes, na época então coordenadora regional do PT.

Rita Camata, que estava sendo cogitada como uma candidata na disputa pela prefeitura de Vitória nas eleições de 1996, foi personagem da matéria “Rita condena reeleição dos atuais prefeitos”, publicada no jornal A Gazeta, no dia 28 de janeiro de 1996, na página 10 (ANEXO B). Em formato de entrevista “ping-pong” – com perguntas e respostas – Rita teve a oportunidade de falar sobre seu posicionamento. No texto, o jornalista afirmou “principal trunfo da sucessão municipal em Vitória, a deputada federal Rita Camata (PMDB) revela, nesta entrevista, que está cada vez mais disposta a disputar o cargo hoje ocupado pelo prefeito Paulo Hartung (PSDB)”. A matéria também traz foto do rosto de Rita no centro da página com um olhar tranquilo.

Na edição do dia 11 de maio de 1996, na coluna Victor Hugo, Rita Camata é tema da nota “Presidente do PMDB confirma candidatura de Rita para PMV” (ANEXO B). Com uma foto grande do rosto da parlamentar com o olhar para cima, o texto fala da confirmação do nome de Rita para a disputa na capital, sempre enfatizando as alianças com partidos e empresários.

No dia 17 de junho de 1996, o jornal A Gazeta publicou a matéria “Buaiz diz que afinidade com Rita fortalece a chapa”, na página 2 (ANEXO B). A matéria traz uma foto de Rita e Luiz Buaiz de mãos dadas, no centro da página, com a sub-matéria logo abaixo “Candidata garante reverter rejeição”. De forma discreta, ao lado, uma sub-matéria, sem foto, sobre o candidato Luiz Paulo Vellozo Lucas.

O jornal A Gazeta publicou, no dia 23 de junho de 1996 a matéria “Convenção oficializa candidaturas de Rita e Buaiz”, na página 2 (ANEXO B). A matéria traz uma foto de Rita Camata sorridente, fazendo gesto de “beleza”, com a legenda: “Já vestida com a camisa de campanha, Rita faz sinal de positivo depois de ter votado na convenção de ontem”.

Na edição do dia 2 de agosto de 1996, na página 2, do jornal A Gazeta, foi veiculada a matéria “Candidatos à PMV ficam satisfeitos com pesquisa” sobre o resultado da pesquisa realizada pelo instituto IBOPE (ANEXO B). A matéria traz foto de Rita Camata e Luiz Paulo Vellozo Lucas, sendo que Rita está olhando para o alto, com a legenda: “Rita Camata afirma que popularidade se mede nas visitas às comunidades”. Já a foto de Luiz Paulo, traz o candidato com um olhar para baixo e o óculos impedindo que o leitor veja seus olhos por inteiro. Nas sub-matérias Rita e Luiz Paulo tiveram o mesmo espaço para falar sobre o resultado. Rita discordou e Luiz Paulo ficou satisfeito com o resultado, segundo os títulos “Rita discorda dos números” e “Luiz Paulo manifesta alegria”.

A matéria “Rita acusa Luiz Paulo de uso da máquina da PMV” foi publicada no dia 16 de agosto de 1996 (ANEXO B). Junto com o texto, a matéria traz uma foto de Rita em destaque no topo da página, enquanto a foto de Luiz Paulo Vellozo Lucas foi usada pequena e no meio dos textos. Apesar de ser uma pauta sobre denúncia de um candidato, o nome de Luiz Paulo só foi citado no título da matéria principal da página em forma de afirmação da denúncia. Mesmo na sub-matéria que leva a foto de Luiz Paulo, o nome de Rita está no título “Rita é a próxima a falar no ‘Vota CBN’”. A foto dela traz a candidata sorrindo e com um dedo em riste, demonstrando autoridade.

O jornal A Gazeta, de 18 de setembro de 1996, publicou a matéria “As propostas dos candidatos a prefeito”, na página 3 (ANEXO B). O texto traz seis, dos oito, candidatos à prefeitura de Vitória e coloca em destaque Rita Camata, Luiz Paulo Vellozo Lucas e Otaviano de Carvalho. A foto de Rita é a primeira com o rosto em close, com semblante tranquilo e voltada para os outros dois candidatos. Luiz Paulo está de boca aberta e com olhar inclinado. Otaviano de Carvalho está de boca entreaberta e com o rosto de lado. Os três candidatos tiveram o mesmo espaço de texto para defender suas propostas.

Na edição de 29 de setembro de 1996, o jornal A Gazeta publicou a matéria, na página 9, “Nunca fui candidata chapa-branca” (ANEXO B). O texto tratava de uma entrevista com Rita Camata sobre suas ações caso ganhasse a eleição para a prefeitura de Vitória. A matéria, de página inteira, usou uma foto grande da candidata sorrindo e em um ângulo debaixo para cima. O candidato Luiz Paulo, na mesma edição, teve o mesmo espaço na página 8.

A última edição analisada do ano de 1996 foi a de 4 de outubro. O jornal A Gazeta, na página 6, noticiou a derrota de Rita Camata com a matéria “Rita diz que sai fortalecida da campanha eleitoral” (ANEXO B). Mesmo a pauta sendo a derrota, o veículo destacou o posicionamento

da parlamentar na campanha e ilustrou a matéria com uma grande foto de Rita Camata na sala de votação, acompanhada de uma criança, com a cabeça levemente inclinada, mas com um sorriso no rosto.

Na edição de 3 de agosto de 1997, Rita Camata teve a página 3, do jornal A Gazeta, para desabafar críticas ao governado do Estado, na época administrado por Vitor Buaiz (ANEXO B). A matéria intitulada “Espírito Santo está vivendo um caos”, o texto abre com elogios à parlamentar:

“Com 36 anos de idade, carregando na bagagem a experiência de uma carreira política bem sucedida – foi primeira-dama do Estado e está em seu terceiro mandato de deputada federal – Rita Camata (PMDB), meiga na aparência, mas afiada nas críticas, detonou um estilo trator”.

O termo “estilo trator” usado no sub-título da matéria, faz referência às críticas de Rita ao governador Vitor Buaiz com relação aos problemas que o Espírito Santo enfrentou com relação ao volume da folha de pagamento do Estado. Foi usada uma grande foto de Rita, com olhar firme, semblante tranquilo e com os punhos fechados demonstrando força. O texto é uma entrevista sobre as ações do então governador e como Rita Camata entendia o momento do Estado.

No dia 11 de setembro de 1997, na página 10 de A Gazeta, a matéria “Municípios do ES são incluídos na Sudene” traz a foto de Rita Camata no centro com a legenda: “Rita Camata apresentou emenda a projeto que beneficiada Minas Gerais” (ANEXO B). O texto que trata da inclusão de 27 municípios capixaba na lista de beneficiados pela Sudene, destaca que a emenda foi apresentada por Rita Camata e que, pela influência de Rita no Congresso Nacional, o projeto não encontraria dificuldades para ser aprovado no Senado.

Na edição do dia 1º de junho de 1997, na página 34, o jornal A Gazeta publicou a matéria “Rita quer mais investimento na Segurança” (ANEXO B). O texto apresenta uma proposta de Rita na área de segurança do Estado. Segundo a matéria, Rita afirma que é preciso ter decisão política para investir no setor. A foto de Rita ocupa metade da área da matéria. Olhando para a câmera, ela está vestida com terninho escuro e com uma cruz no pescoço.

Na matéria “Bancada vota contra prorrogação do FEF”, publicada no dia 8 de junho de 1997, o texto trata do posicionamento contrário da bancada federal capixaba sobre a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal até 1999 (ANEXO B). Na matéria, publicada no topo da página 3, dos dez deputados federais, apenas Luiz Buaiz e Rita Camata foram destacados com foto.

O jornal A Gazeta veiculou, no dia 28 de março de 1998, na página 2, a matéria “Rita defende atuação da bancada federal” (ANEXO B). O texto trata de uma avaliação de Rita Camata da então bancada capixaba no Congresso Federal. A matéria destaca os investimentos que o Estado conseguiu com a inclusão de municípios na área de beneficiamento da Sudene. Foi usada uma grande foto de Rita Camata falando ao microfone e com a legenda: “Rita Camata: já se foi a época marcada pelos interesses paroquiais”.

A edição de 23 de janeiro de 1999, do jornal A Gazeta, veiculou a matéria “Intersindical define ações na segunda-feira” (ANEXO B). O texto publicado na página 3 trata da retenção de 20% dos salários de funcionários estaduais e da redução de 30% da jornada de trabalho. A sub-matéria “Rita contesta demissões em função da Lei Camata e critica Estados” abre espaço para que a parlamentar possa argumentar sobre a Lei de sua autoria e discordar dos governos que adotaram a demissão como saída para a adequação à lei. O espaço que Rita teve para defender sua posição foi maior que o espaço dedicado a matéria principal, considerando a foto que também destacou a parlamentar.

No dia 11 de abril de 1999, o jornal A Gazeta publicou a matéria “Representante da Unesco virá ao ES para discutir violência” (ANEXO B). A pauta sobre uma possível parceria entre a Unesco e o Espírito Santo coloca Rita Camata como porta-voz do órgão, intermediando a conversa entre a Unesco e José Inácio, então governador do Estado. A foto de Rita Camata usada na matéria ocupou um espaço maior do que o espaço do texto. Rita aparece com um semblante pensativo e com as mãos no queixo com a legenda: “Rita Camata adiantou que a intenção do representante da Unesco é formar uma parceria com o Governo do ES”.

Abrindo a página 17, da edição de 5 de maio de 1999, o jornal A Gazeta publicou a matéria “Relatório mostra redução de pobreza” (ANEXO B). Logo abaixo uma sub-matéria “Atestado de gravidez não pode ser exigido” traz a foto de Rita Camata e fala sobre o projeto de lei da parlamentar que proíbe a exigência do atestado de gravidez para mulheres. O texto ainda diz: “Foi aprovado ontem em votação simbólica um projeto de lei de autoria da deputada federal Rita Camata (PMDB-ES) que visa facilitar o acesso da mulher ao mercado de trabalho”.

O mesmo projeto foi pautado no dia 28 de maio de 1999, no jornal A Gazeta. Intitulada “Mulher tem acesso legal a mercado de trabalho”, a matéria fala das garantias que as mulheres terão de não serem obrigadas a apresentar atestado de esterilidade (ANEXO B). Na matéria foi usada uma grande foto de Rita Camata, com ela falando ao microfone, com a mão estendida, e uma roupa bem feminina, com blusa rosa e colar verde e branco.

Na edição de 18 de agosto de 1999, o jornal A Gazeta publicou a matéria “Grupo de extermínio da Serra pode ter matado 30” com outras três sub-matérias (ANEXO B). Uma delas – “Rita Camata critica omissão federal”, o veículo abre espaço para o pronunciamento da parlamentar no Congresso Nacional, sobre o aumento do índice de criminalidade no Estado. Com trechos do discurso de Rita, o texto finaliza com a seguinte fala da parlamentar: “O Espírito Santo deve ser para o Brasil um exemplo de potencialidade cultural, política e econômica, onde as famílias possam estar tranquilas e que essa tranquilidade seja repassada para nossos filhos”.

No dia 20 de fevereiro de 2000, o jornal A Gazeta publicou a matéria “Mulheres lutam para conquistar o voto feminino” (ANEXO B). O texto faz um resgate das mulheres políticas do Espírito Santo destacando Rita Camata, Fátima Couzi, Luzia Toledo, Etevalda Grassi e Judith Ribeiro. A foto de Rita Camata foi usada logo na abertura da matéria, junto com as fotos de Fátima Couzi, Luzia Toledo e Etevalda. No meio da matéria foi inserido um Box com o posicionamento de Rita sob o título “Rita quer igualdade de oportunidades”. Foi a única, das quatro parlamentares da abertura da matéria, que teve espaço privilegiado. Ainda compondo a matéria, a sub “Capixaba foi primeira deputada”, trouxe a trajetória de Judith Ribeiro, a primeira deputada estadual no Espírito Santo.

Na edição do dia 27 de fevereiro de 2000, o jornal publicou uma matéria de, praticamente, página inteira, sobre Rita Camata (ANEXO B). Sob o título “Rita: ‘Estava prevendo todas essas mudanças’”, a matéria fala sobre a gravidez de dois meses, sobre as denúncias que colocavam o então senador Gerson Camata como integrante de grupos de corrupção e sobre as ações do governo de José Inácio. A matéria em forma de entrevista explorou o posicionamento da parlamentar em cada um dos assuntos abordados. No centro da matéria foi usada uma foto de Rita Camata, com semblante sério e olhar para baixo.

No dia 7 de junho de 2000, o jornal A Gazeta publicou uma nota sobre os parlamentares capixabas que foram eleitos os “Cabeças do Congresso” (ANEXO B). Na nota “Avaliação destaca Rita e Hartung”, publicada na página 6, não foi usada foto, apenas informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Nas edições de 30 de julho, 16 de agosto e 21 de agosto de 2000, Rita Camata foi personagem de matérias sobre o nascimento de seu segundo filho, Bruno (ANEXO B). As matérias “Rita curte gravidez mas que voltar à ativa”, “Rita e Gerson Camata comemoram a chegada do novo herdeiro” e “Gravidez após 35 anos ainda é muito arriscada”, tratavam da rotina de Rita

Camata, já nos últimos meses de gestação, do nascimento do filho, e de casos sobre mulheres que engravidaram depois dos 35 anos idade. Na sub-matéria “Quatro meses mais saudáveis”, publicada na matéria do dia 21 de agosto, Rita destaca a importância da licença maternidade de 120 dias para que o bebê e a mãe estejam saudáveis e fora de perigo.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise do discurso de um veículo impresso se baseia principalmente na linguagem utilizada, nos títulos, nos subtítulos, na página, na localização dessa matéria, no uso de entrevistas, nas fotografias, nas citações, nos gráficos, nas tabelas, nos infográficos e no conteúdo das matérias. Isso porque os procedimentos e critérios de construção de uma edição afetam diretamente esses aspectos da matéria.

Um conteúdo que aparece na primeira página de um jornal ou tem chamada de capa provoca maior impacto na sociedade, pois atingem mais leitores. O contato com essas informações destacadas desempenham um papel decisivo na formação de visão de mundo que cotidianamente o cidadão obtém. Saber que determinados fatos aconteceram e outros não, que determinados personagens atuaram na cena social em primeiro plano, constitui referencial básico para moldar a atitude coletiva.

No caso específico dos jornais diários, a organização da primeira página tem sentido determinante. É neste espaço que se identifica os assuntos que receberão mais atenção da mídia, ou, pelo menos, que os profissionais de jornalismo – embasados pelos critérios de noticiabilidade – acreditam serem os assuntos mais importantes.

O título também é um aspecto muito importante a ser verificado nas análises de discurso, uma vez podem se apresentar de duas formas: emitindo claramente um ponto de vista; ou dissimulando o conteúdo da pauta. O primeiro tipo é muito usado por veículos partidários, com uma postura parcial assumida; o segundo é o mais utilizado pela imprensa brasileira, pois defendem o discurso de imparcialidade e neutralidade.

No caso dos materiais analisados de Rita Camata, no período de 1988 a 2000, nos jornais A Gazeta e A Tribuna (ANEXO B), o que se percebe é um apelo pela estética da ex-parlamentar, e um reforço de aspectos como família e estado de primeira-dama do Espírito Santo.

Manchetes como “Vanessa diz que musa é Rita Camata” (A Gazeta, 28/01/1995, p. 6), ajudam a reforçar o rótulo de mulher bonita e trabalha como um resgate para lembrar ao leitor que é Rita Camata – “a musa do Congresso Nacional” que chegou muito nova à vida política e foi primeira-dama do Estado, casada com Gerson Camata, político de renome. Todo esse discurso é reproduzido quando a mídia faz uso de termos como “musa do congresso”. E, apesar da matéria ser sobre a Vanessa Felippe, parlamentar do Rio de Janeiro, o título já cumpre o papel de reforço da imagem de Rita Camata.

A compreensão que chegamos com a análise das matérias é que os dois veículos trabalharam tanto o aspecto pessoal como o profissional. Nos dois jornais, Rita teve espaço para defender seus posicionamentos políticos e divulgar seu trabalho como parlamentar. Na maioria das matérias teve o mesmo espaço de conteúdo em relação a parlamentares homens, mas é notória a diferença de espaço na mídia entre Rita Camata e outras mulheres políticas. Um exemplo é o caso da matéria “Apenas 16 mulheres disputam as eleições” (A Tribuna, 11/09/1994, p. 3), em que apenas Rita Camata foi destacada na matéria, apesar de mencionar Rose de Freitas como a única candidata ao governo do Estado.

Em alguns casos, o veículo usa a foto de Rita em destaque, ou mesmo cita o nome dela no título como, por exemplo: “Rita Camata: quase ministra?” (A Tribuna, 26/05/1993, p. 8), “Rita Camata tenta a reeleição como deputada federal” (A Tribuna, 11/09/1994, p. 3) ou “Rita diz que estatuto é mal-interpretado” (A Gazeta, 25/11/1995, p. 23). O título afirmativo já encaminha o leitor para o discurso da parlamentar. Da mesma forma os títulos: “Nunca fui candidata chapa-branca” (A Gazeta, 29/09/1996, p. 9) e “Rita acusa Luiz Paulo de uso da máquina da PMV” (A Gazeta, 16/08/1996, p. 3). Também nos dois últimos exemplos os títulos das matérias já indicam o foco da matéria, ou pelo menos, insinua.

Um aspecto percebido é a utilização e exploração do rosto da ex-parlamentar. Na grande maioria das matérias foi utilizada a foto grande do rosto de Rita Camata. Mesmo que o espaço do texto tenha sido igual para outro parlamentar citado na matéria, a foto de Rita sempre é usada como destaque. Um exemplo de matéria com aspectos comuns nas pautas que envolviam Rita Camata é “Mulher tem acesso legal a mercado de trabalho” (A Gazeta, 28/05/1999, p.12). O título associado à foto de Rita, ao lado direito da página, já cria o ambiente de compreensão do discurso. A ex-parlamentar vestida de cor de rosa – tom que remete ao feminino – falando ao microfone – remetendo o leitor a um ambiente público – e com a legenda reforçando a participação de Rita Camata em causas relacionadas às mulheres.

Todo o trabalho feito pelos jornais contribuiu para que a representação social de Rita fosse construída com base nos aspectos de mulher bonita, primeira-dama do Estado, militante das causas das mulheres e crianças, e uma parlamentar comprometida com projetos importantes.

Durante a análise dos materiais, foi inevitável não associar a composição das matérias com a percepção que a própria parlamentar tem da mídia.

[...] no primeiro momento eu era muito bonitinha, a musa, e eu não... e eu falei “a é, tem espaço na mídia pra dizer que eu sou nova e bonita, não daqui a pouco vai ter pra dizer o que eu to fazendo aqui. E eu acho que esses foram os dois momentos assim... de afirmação.

Mas também eu não deixava a peteca cair não. Eu virava a noite, emendava a semana. Foi assim... chegou a votação, que foi a maior votação proporcional do Brasil. Sei que isso foi fruto do sobrenome, não foi só mérito meu. O governo que o Camata fez foi uma coisa que marcou, e óbvio, eu como mulher dele tive aí frutos desse trabalho todo. Isso pra mim foi... tenho toda a humildade de reconhecer.

É importante destacar que a mídia naturaliza versões e noções definidoras de comportamentos e estigmas, funcionando como uma eficaz estrutura de reforço de valores e conceitos, como nos lembra Paiva (2008). Assim, entendemos que parte do fluxo discursivo que encontramos na mídia, com o avançar do século XXI, é responsável pela permanência e construção de estruturas sociais. Podendo incluir ou excluir um agente social da cena pública. Qualificando ou desqualificando um comportamento, reforçando ou desconstruindo conceitos e representações.

Deste modo, observa-se que os meios de comunicação de massa, tais como jornais e revistas, exercem importante papel na conformação do ambiente social na história do tempo presente. Porque eles “reconfiguraram a gestão do tempo cotidiano e as fronteiras entre diferentes espaços sociais, determinados por sexo ou faixa etária” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 23). Ademais, ainda são capazes de modificar “o exercício da autoridade e fragmentaram as representações mentais do mundo de que se servem as pessoas para nele se situarem” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 24). Desta forma, o impacto na vida política é notório, a partir do momento que altera as formas do discurso, a relação entre representantes e representados, as vias de acesso para a carreira política (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 24). Concomitantemente, mídia acaba reforçando a definição (e a representação) pela perspectiva dominante do que é a política e quem deve participar deste campo de modo, naturalizando então as relações nele presentes, como a relação dominador-dominado.

A partir desta perspectiva, isto é, da história social das relações políticas, uma vez que é uma história de pessoas (de mulheres, neste caso) na teia da esfera política, é possível analisar aspectos presentes na história da cidadania no Brasil; além de poder-se compreender a atuação das mulheres no legislativo, assim como sua presença nos meios de comunicação de massa. A proposta então, desse capítulo, centrou-se em entender as relações que se estabelecem no interior da esfera política no que diz respeito, à representação das mulheres a partir da mídia. Desta forma, é possível compreender os mecanismos e os discursos produzidos na política, ou mesmo aqueles os quais a mídia vincula. Estes discursos tendem a exercer a função de restringir não só a presença de mulheres na cena política como também limitar as formas que esta presença assume. Desta maneira, caminha-se para o debate acerca da influência da mídia sobre as representações criadas sobre as mulheres de vida política, quando as mesmas ocupam os discursos midiáticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na discussão proposta sobre o papel da mídia no processo de construção da representatividade feminina no cenário político, evidenciamos que a representação social da mulher parlamentar está diretamente associada aos discursos e conceitos produzidos socialmente e reproduzidos pelos veículos de comunicação.

A proposta de estudo desta dissertação centrou-se na análise da função midiática no processo de construção da representação social. A partir deste postulado, colocamos como base de nossos questionamentos o trabalho jornalístico como uma interlocução social histórica. Compreendemos então que o fazer jornalístico encontra seu ponto de distinção no cotidiano, pela reprodução de hábitos, formas de linguagem e comportamentos interiorizados pelos profissionais.

Compreendemos que a cobertura jornalística permite um recorte, em constante atualização, dos discursos vigentes na história do tempo presente, constituindo-se mesmo em uma das mais determinantes narrativas da atualidade. Na verdade, o jornalismo atual pode ser compreendido em toda a sua força como a mais convincente narrativa das realidades cotidianas.

Especificamente o jornalismo político vem abrindo espaço para o posicionamento de mulheres políticas com o mesmo tratamento que dão aos homens. Fazendo uso das regras de noticiabilidade e de construção de texto, levantam a bandeira da imparcialidade.

Tomando as mulheres como os atores políticos e a mídia como uma das principais fontes de composição e revelação do cotidiano, analisou-se o papel dos veículos de comunicação no processo de construção de representações, o qual busca compreender melhor como a mulher está sendo representada e qual o espaço ela ocupa na mídia contemporânea. Buscou-se, assim, identificar quais são os aspectos ressaltados pela comunicação jornalística em relação à participação da mulher no ambiente político.

Entendemos que a atividade da mídia jornalística na formação de uma concepção do mundo é adequada aos sistemas de relevância dos atores sociais. Como em qualquer veículo de comunicação, o jornalismo tende a favorecer uma construção histórica e social da realidade com uma vocação ordenadora, como nos afirma Bourdieu (2011).

Para uma perspectiva histórica das representações femininas no palco político é necessário entender o papel da mídia, pois a comunicação adquire um *status* estruturante na contemporaneidade, sendo um dispositivo fundamental para o conhecimento cotidiano da atualidade e para costurar em rede o mundo contemporâneo. Constituindo, assim, uma singular sociabilidade (BASTOS, 2011), composta de espaços geográficos e eletrônicos, convivência, globalidade, enfim, de realidade.

Com a pesquisa, é possível perceber que o ambiente histórico social contemporâneo é constituído pela permanente fabricação e mediação de sentidos pela mídia. Assim, paulatinamente, a política procura se pautar pelos critérios da mídia para se fazer presente no processo de estruturação e significação da sociedade. Seja nas ações do grupo Crítica Radical, que cria situações para ganhar espaço na mídia, seja no relacionamento de “troca de favores”, como a Rita Camata afirma ter sido sua relação com a imprensa, para que seus trabalhos no Congresso Federal fossem divulgados.

O jornalismo atua como instrumento primordial para a troca de informações e para a participação dos cidadãos na sociedade. Além de contribuir, de forma significativa, para a definição de novos valores, novos conceitos e comportamentos. Os discursos (re)produzidos podem ser historicizados como uma significação do mundo, transformando o mesmo em significado.

Na mídia jornalística, com relação ao perfil identitário feminino, os valores sociais já pré-estabelecidos são empregados nos conteúdos, contribuindo para a naturalização de estereótipos dos modelos masculino e feminino. Como se constatou no estudo de caso sobre a representação de Rita Camata a partir das fontes coletadas nos jornais A Gazeta e A Tribuna, sobre seu título de “Musa da Constituinte”. Thompson (1998) denomina de reificação – meios de preservar normas, valores e comportamentos como características contemporâneas, justamente por serem consideradas pertencentes a uma tradição.

Após submissão das fontes à crítica externa, conclui-se que papel da mídia na construção da representação social de uma pessoa pública feminina tem sido de reforço e reprodução de discursos preexistentes na sociedade. Todavia, a forma como a mídia expõe a representatividade da mulher inserida no ambiente político também é influenciada pelo comportamento da própria parlamentar, alimentando a imprensa com comportamentos e discursos políticos.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres na competição eleitoral**: seleção de candidaturas e padrões de carreira política no Brasil. Tese de Doutorado, IUPERJ - Rio de Janeiro, 2004.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres nas eleições 2010**. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/livros/mulheresnaseleicoes.pdf>. Acesso em 18 set 2012.
- AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- APENAS 16 mulheres disputam a eleição. A Tribuna, Vitória (ES), 25 de setembro de 1994.
- ARAÚJO, Clara. **Mulheres e representação política no Brasil**: a experiência das cotas no Brasil. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, v. t, n. 1, 2005.
- ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 15 out. 2012.
- AS propostas dos candidatos a prefeito. A Gazeta, Vitória (ES), 18 de setembro de 1996, p. 3.
- AVALIAÇÃO destaca Rita e Hartung. A Gazeta, Vitória (ES), 7 de junho de 2000, p. 6.
- AVELAR, Lúcia. Mulher e Política: o mito da igualdade. In: **Social Democracia Brasileira**. São Paulo: [s.n], 2002.
- BANCADA capixaba apóia reeleição para o Executivo. A Gazeta, Vitória (ES), 5 de novembro de 1995.
- BANCADA capixaba ignora obras inacabadas do ES. A Gazeta, Vitória (ES), 19 de novembro de 1995, p.8.
- BANCADA capixaba quer reduzir mandato de senador. A Gazeta, Vitória (ES), 13 de fevereiro de 1995.
- BANCADA federal já começa a se definir. A Gazeta, Vitória (ES), 7 de outubro de 1990, capa.
- BANCADA vota contra a prorrogação do FEF. A Gazeta, Vitória (ES), 8 de junho de 1997, p. 3.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARDWICK, J. M. **Mulher sociedade de transição**: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas. São Paulo: Difel, 1981.
- BARROS FILHO, Clóvis de (org). **Comunicação na polis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá (orgs). **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BARROS FILHO, Clóvis de; PRAÇA, Sérgio. Sofrimento e rugas: a imagem do debate. In: **Comunicação na polis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERNARDES, Walkyria Wetter. **Pós-modernidade, mídia e perfil identitário feminino**, 2009. Disponível em: <http://www.cepadic.com/pdf/Olhares%20em%20ADC_Walkiria.pdf>. Acesso em 12 nov. 2012.

BEZERRA, Glícia Maria Pontes. **Mídia e Política**: uma reflexão sobre as possibilidades contra-hegemônicas. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Bezerra.PDF>. Acesso em 15 out. 2012.

BIBLIOTECA Digital da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6580/801.pdf.txt?sequence=2>>. Acesso em: 15 out. 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Site oficial do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/atuaacao-feminina/mulheres-na-politica>>. Acesso em: 15 out. 2012.

BUAIZ diz que afinidade com Rita fortalece à chapa. A Gazeta, Vitória (ES), 17 de junho de 1996, p. 2.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CANDIDATOS à PMV ficam satisfeitos com pesquisa. A Gazeta, Vitória (ES), 2 de agosto de 1996, p.2.

CANDIDATOS exigem o “seu” em comitês eleitorais. A Gazeta, Vitória (ES), 2 de setembro de 1990, p. 5.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

COELHO, Carolina Marra Simões. Gênero: teoria e política. In: **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro e Ciências Humanas e Naturais, n. 22, 2009.

COELHO, Leila M. **Identidade feminina no cenário político brasileiro**: análise de uma expressão contemporânea do mito de Lilith. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Marcos, São Paulo, 2007.

COMEÇAM articulações para sucessão de Hartung. A Gazeta, Vitória (ES), 5 de novembro de 1995.

CONVENÇÃO oficializa candidaturas de Rita e Buaiz. A Gazeta, Vitória (ES), 23 de junho de 1996, p. 2.

CORREIA, José Benevides, direção. **Documentário “Judith: A Senhora Cidadã”**. Local: [s.n], 2010.

COSTA, Josebely Martins de Souza. **Mulher e política**: discursivizações sobre candidatas na mídia online. Disponível em: http://www.ple.uem.br/defesas/def_josebely.htm. Acesso em 3 ago. 2012.

DATA para revisão está preocupando bancada federal. A Tribuna, Vitória (ES), 2 de maio de 1993, p. 2.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1967.

DENÚNCIA leva assembléia a agilizar trabalhos. A Gazeta, Vitória (ES), 7 de abril de 1988, p. 3.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6594&Itemid=201>. Acesso em: 15 out. 2012.

ELEIÇÃO pode mudar 80% da Câmara e Assembléia. A Gazeta, Vitória (ES), 7 de janeiro de 1996, p. 3.

EMENDAS capixabas prevêm até eleições gerais. A Gazeta, Vitória (ES), 17 de janeiro de 1988, p. 1.

ESPÍRITO Santo está vivendo um caos. A Gazeta, Vitória (ES), 3 de agosto de 1997, p. 3.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB Editora, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOMES, Wilson. **Negociação política e comunicação de massa**. In: Transformações da Política na Era de Comunicação de Massa. São Paulo: Paulus, 2004.

GRAVIDEZ após 35 anos ainda é muito arriscada. A Gazeta, Vitória (ES), 21 de agosto de 2000, p. 12.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença**: as mulheres na política. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2001000100010> Acesso em: 2 jul. 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

ÍNDICE de indecisão é de 64,3%. A Tribuna, Vitória (ES), 18 de março de 1994, p. 3.

IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 3 out. 2012.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2011.

LIMA, R. S. **O dado e o óbvio**: o sentido do romance na pós-modernidade. Brasília: EDU/UNIVERSA, 1998.

LIMA, V. **Mídia**: Teoria e Política. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

MAIS votados para câmara. A Gazeta, Vitória (ES), 7 de outubro de 19905.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Mídia e representação política feminina**: hipótese de pesquisa. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100003. Acesso em 9 jul. 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa**: história e debates no Brasil. Caderno de Pesquisas. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpid=S010015742002000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de jul. 2012.

MULHER tem acesso legal a mercado de trabalho. A Gazeta, Vitória (ES), 28 de maio de 1999.

MULHER tem pouca participação na política do ES. A Gazeta, Vitória (ES), 28 de janeiro de 1996, p. 3.

MULHERES lutam para conquistar o voto feminino. A Gazeta, Vitória (ES), 20 de fevereiro de 2000, p. 6.

MULHERES políticas querem pôr fim à discriminação. A Gazeta, Vitória (ES), 4 de março de 1990.

MUNICÍPIOS do ES são incluídos na Sudene. A Gazeta, Vitória (ES), 11 de setembro de 1997, p. 10.

MUSEU Virtual Bertha Lutz. Disponível em: <<http://lhs.unb.br/bertha/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

NASCIMENTO, Gizelda Ferreira do; SILVA, Fabiana de Araújo e. **A influência do feminismo no meio político e os reflexos dessas conquistas na vida social das mulheres**. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa, 2011.

NORTE do Estado ganha incentivos. A Tribuna, Vitória (ES), 1 de julho de 1999.

NUNCA fui candidata chapa branca. A Gazeta, Vitória (ES), 29 de setembro de 1996, p. 9.

PAIVA, Raquel. **Política**: palavra feminina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PARTIDOS apostam nos puxadores. A Tribuna, Vitória (ES), 11 de setembro de 1994.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: Edusc, 2005.

PINSKY, Carla B. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

PMDB e “tucanos” farão maioria na Câmara Federal. A Gazeta, Vitória (ES), 9 de outubro de 1990, p. 3.

PORTAL de Notícias Terra. **Estudante joga torta na cara de Ricardo Berzoini**. 2004. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI267046-EI306,00-Estudante+joga+torta+na+cara+de+Ricardo+Berzoini.html>>. Acesso em: 12 out. 2012.

PORTAL Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=28>. Acesso em: 15 out. 2012.

PRESIDENTE do PMDB confirma candidatura de Rita Para PMV. A Gazeta, Vitória (ES), 11 de maio de 1996.

PREVIDÊNCIA estadual tem pouca adesão. A Gazeta, Vitória (ES), 28 de março de 1998, p. 2.

PROJETO sobre eleições de novembro já está pronto. A Gazeta, Vitória (ES), 12 de abril de 1988, p. 2.

PROVÁVEIS deputados federais. A Gazeta, Vitória (ES), 10 de outubro de 1990.

RELATÓRIO mostra redução da pobreza. A Gazeta, Vitória (ES), 5 de maio de 1999, p. 17.

REPRESENTANTE da Unesco virá ao ES discutir violência. A Gazeta, Vitória (ES), 11 de abril de 1999.

REVISTA CARAS. SP: Abril, Edição 277, 26 de fevereiro de 1999.

REVISTA CARAS. SP: Abril, Edição 447, de 31 de maio de 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. **História e revolução**: A Revolução Francesa e uma nova ideia de história. São Paulo: Revista USP, Abril de 1989.

RITA acusa Luiz Paulo de uso da máquina da PMV. A Gazeta, Vitória (ES), 16 de agosto de 1996, p. 3.

RITA Camata critica omissão federal. A Gazeta, Vitória (ES), 18 de agosto de 1999, p.19.

RITA condena reeleição dos atuais prefeitos. A Gazeta, Vitória (ES), 28 de janeiro de 1996, p. 10.

RITA contesta demissões em função da lei Camata e critica Estados. A Gazeta, Vitória (ES), 23 de janeiro de 1999, p.23.

RITA curte a gravidez, mas quer voltar à ativa. A Gazeta, Vitória (ES), 30 de julho de 2000, p. 2.

RITA diz que Estatuto da Criança é mal interpretado. A Gazeta, Vitória (ES), 25 de novembro de 1995.

RITA diz que sai fortalecida da campanha eleitoral. A Gazeta, Vitória (ES), 4 de outubro de 1996.

RITA e Gerson comemoram a chegada do novo herdeiro. A Gazeta, Vitória (ES), 16 de agosto de 2000, p. 5.

RITA estava prevendo todas essas mudanças. A Gazeta, Vitória (ES), 27 de fevereiro de 2000, p. 6.

RITA lamenta recado nas cédulas. A Gazeta, Vitória (ES), 6 de outubro de 1990.

RITA nega articulações para vice. A Gazeta, Vitória (ES), 6 de março de 1990.

RITA quer mais investimento na segurança. A Gazeta, Vitória (ES), 1 de junho de 1997, p. 34.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____. **Espetáculo, Política e Mídia**. Salvador, 2002. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

_____. **Novas configurações das Eleições na Idade Mídia**. Opinião Pública, Campinas, 2001.

RUMOR. A Tribuna, Vitória (ES), 26 de maio de 1993.

SARFATI, Georges-Élia. **Princípios da análise de discurso**. São Paulo: África, 2010.

SCHUMACHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SESSÃO junta Max, Vitor e Rita. A Tribuna, Vitória (ES), 9 de setembro de 1994.

SILVA, Fábio Regateiro da. CASTRO, Michel da Silva. **Illuminismo**: a revolução intelectual. Belém: SEMTEC, 2001.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. A dimensão simbólica da escolha eleitoral. In: **Marketing Político e Persuasão Eleitoral**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2000.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em 14 out 2012.

SUDENE. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2012.

TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. 6 ed. Coleção Tendência. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VANESSA diz que musa é Rita Camata. A Gazeta, Vitória (ES), 28 de janeiro de 1995, p.6.

VIEIRA, Josenia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. In: MAGALHÃES, Isabel; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs). **Delta**. São Paulo, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, [1994].

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM RITA CAMATA (22 MAIO 2013)**NOME COMPLETO?**

Rita de Cássia Paste Camata

DATA DE NASCIMENTO?

1 de janeiro de 1961

COM QUANTOS ANOS VOCÊ INGRESSOU NA POLÍTICA, MESMO EM CARGOS NÃO ELETIVOS?

Desde pequena eu sempre tive no sangue um pouco da militância. Que vem de uma família humilde, descendente de italianos, onde meu pai, eu ainda estudando, de certa forma me pressionou, mas na época eu achava muito interessante, para que eu fosse professora substituta em uma comunidade pequenininha em um lugar chamado Pinga Fogo, na entrada de Afonso Cláudio. Porque ele entendia que era muito triste as famílias que viviam naquele meio rural seus filhos não terem acesso a educação. Porque não tinha professor que se dispunha a ir para um lugar pequeno como aquele de difícil acesso. Então eu tive desde muito nova os exemplos de vida do meu pai como líder na Igreja Católica, sempre preocupado com os outros. Ele tinha dois pequenos sítios. Ele saía recolhendo café, feijão para levar para as igrejas onde tinha seminários, onde tinham filhos de pessoas que queriam que seus filhos estudassem. Era a única forma de estudar porque não tinha escola, só escola primária. Então, isso vem lá de trás mesmo, da origem, dos exemplos de vida, de família simples, humilde, mas sempre querendo e... meu pai se ele tivesse que tirar a camisa que ele estava vestindo para dar a outro que precisava mais ele fazia. Então eu acho que esse foi o despertar do processo de tá fazendo alguma coisa por quem precisava na minha vida. Mas culminou com o casamento com Gerson, né? Ai eu vi... isso foi em 81. Aí eu vi oportunidade de toda essa formação que eu tive na minha infância de, de fato, poder não só militar, porque na faculdade eu não fiz isso, porque vim pra cá estudava, trabalhava, dava aula também. Estudava de manhã, fazia faculdade de manhã, fazia matéria a noite e dava aula para pré escola de tarde. E não pude militar. Logo casei... é... aí entrou o processo de primeiro governador eleito, depois da ditadura. Um momento de muita pujança... represada de movimentos sindicais, de movimentos ligados aos direitos humanos, estudantis... E, nesse período, na campanha já me envolvi apaixonadamente, porque foi uma campanha extremamente bonita... E eu acho que é um conjunto dessa fase da minha vida que me permitiu tá fazendo alguma coisa. E, para isso, o mandato era um instrumento importante.

QUANDO FOI SUA PARTICIPAÇÃO NA UCIS?

Ele [Gerson] foi eleito em 82, como primeiro governador né? E eu assumi essa função de política social do governo... ele assumiu o governo e eu assumi a função social. Também muito nova né? Nessa aí... Pra mim foi um trabalho gratificante, sabe, mas muito sofrido, porque eu atuava junto com segmentos periféricos das maiores cidades. Coisa que na roça você não tem miséria. Você não tem ausência de uma escola tem a falta de um professor, mas tinha escola. Aqui você não tinha creche, não tinha pré escola. Você tinha famílias morando em barroco, como até hoje. E toda essa demanda ia muito para essa área social. E por várias

vezes o Gerson me via angustiava e dizia “saia fora, deixa isso pra lá” ... e aí eu comecei a trabalhar muito a questão da... ao invés das pessoas terem a preocupação de verem seu único lado, o bem estar de sua família, que pensassem no conjunto. Ah! Eu tenho de trabalhar e não tenho onde deixar minha filha. Você mora onde? Ah, eu sou de Estrelinha ou eu sou de São Pedro. Quantas famílias lá têm crianças e não tem onde deixar suas crianças? Então vamos fazer um movimento. Eu me sinto, com toda honestidade, sem modéstia, como uma pessoa que contribuiu muito para que esses movimentos de associações de bairros, de moradores de bairro, sabe?, de líderes comunitários pudessem é...foi num momento de embriões dessas associações. Porque aí eu comecei a dizer: se vocês se juntarem... e vamos ver quantas pessoas que precisam desse suporte, dessa política na área da infância... ou a questão da moradia, que era um problema sério também, do saneamento... nós vamos ao governador, nós vamos ao secretário. Ai não vai ser só um benefício para acolher a sua filha, a sua família, mas todos os seus amigos e famílias que precisam. Isso foi uma coisa que me comprometeu muito. Foi o que me motivou a estar na política de fato.

ESSES MOVIMENTOS QUE SERVIRAM DE PONTE ENTRE VOCÊ E A SOCIEDADE CONTINUARAM COM ESSE DIÁLOGO COM VOCÊ DURANTE SEUS MANDATOS?

Eram os movimentos sociais e sindicais. Eu me lembro que quando fechou a Ferro e Aço, todos os funcionários ficaram sem receber salários, passando necessidades, eu fui pra porta da Ferro e Aço. E eu era muito nova. Então era uma coisa que... eu acho que eu fui um pouco ousada até. Alguns questionavam o porque eu estava ao lado do sindicato que cobrava do governo...era um momento de muita greve, de muito movimento social, pujante, tudo represado durante anos e anos com a ditadura. Greve de motorista de ônibus e trocadores. Eu sempre estava buscando essa interlocução entre o governo e esses movimentos também sindicais. Então foi uma coisa assim, foi um aprendizado mútuo. Eu também crescendo junto com essa coisa. E quando alguém cobrava do governador porque eu estava ali, ele várias vezes dizia assim: “ela é muito jovem, é o ímpeto da juventude, e com isso a gente ia avançando, e as portas do governo se abrindo, as negociações acontecendo... E esses movimentos, sem dúvida nenhuma, eles foram extremamente importante. E se hoje eu tenho reconhecimento do meu trabalho como legisladora, das várias legislaturas que eu tive, eu tenho que agradecer muito aos movimentos de rua. Tanto sindicais, empresariais, da sociedade civil. Eles viram em mim uma pessoa que eles podiam confiar e fazer com que as pautas de reivindicações chegassem aonde tinha de fato poder de transformar aquilo em uma conquista, no legislativo, e que o meu comprometimento era de alma e ideal. Sabe? Não preocupado em ter respaldo de, como a maioria que queria fazer obras pra inaugurar, ser enaltecido, não. A preocupação sempre foi em elevar a condição do ser humano a um papel de cidadania. Fosse criança ou adolescente, o idoso, o deficiente, o trabalhador rural. Foram áreas que eu atuei assim... e que hoje as vezes quando as pessoas me cobram: “ah, você está aí, não vai voltar? Nós precisamos de você...”. Eu falo: “gente, o momento é o outro. Eu não sei... eu faço política por ideal. E o resultado que eu tive, com a lei que levou meu nome, como a Lei Camata, que é a origem da lei de Responsabilidade Fiscal, coisa que você aprova lei todo dia. Pra carimbar o nome do autor da lei é você se impondo e se fazer respeitada dentro de uma casa que... e ainda em um estado tão pequenininho como o Espírito Santo,

porque nós somos em dez deputados. Você tem São Paulo com mais de 70, você tem Rio de Janeiro, que são bancadas enormes. Então, isso tudo eu falo, eu sempre falo que eu sempre tive muito respaldo, muita mobilização, muita confiança dos movimentos sociais. Era CNBB, movimento de meninos e meninas de rua, eram magistraturas dando suporte para a discussão quando a matéria era jurídica. A questão dos deficientes... Isso foram molas propulsoras pro êxito de avanços e conquistas legais.

VOCÊ FALOU QUE FOI UM COMPORTAMENTO OUSADO IR PARA FRENTE DOS MOVIMENTOS. SENDO MULHER E MUITO JOVEM, COMO SE DEU ESSE CONTATO COM UM AMBIENTE COM TANTOS HOMENS?

Olha, vou te dizer a verdade... se tinha resistência era uma coisa tão subliminar que eu encarava, talvez com a minha ingenuidade e com a minha utopia, juntando a ingênua e sonhadora, eu não enxergava, não me atrapalhava. Se alguém quisesse chegar pra tirar uma casquinha porque era novinha, era bonitinha... daquilo eu aproveitava a oportunidade. Dizia: vem cá, não é por aí não meu amigo. Nós estamos aqui, com essa pauta com isso, isso, isso... tem espaço pra gente poder trabalhar? Eu te digo com honestidade, não me senti... Se eu disser que em alguns momentos eu achava assim que eu era desconsiderada na posição que eu colocava, eu estaria mentindo. Houve esse momento, mas eu não me deixava abater por isso. De forma alguma. Fui me impondo. Acho que foi uma construção.

COMO FOI A REAÇÃO DA FAMÍLIA E DOS AMIGOS QUANDO VOCÊ ANUNCIOU QUE IRIA SE CANDIDATAR?

Eu tive muita resistência, mais pela... no primeiro momento pelo próprio Camata né? Ele achava que era desnecessário, e isso poderia trazer dificuldade até para ele porque ele estava disputando um mandato majoritário que ele foi candidato ao senado. Que era um passo muito largo porque minha primeira eleição foi pra mandato constituinte. Então havia uma preocupação. E a campanha foi uma campanha difícil porque eu ia pro sul e eu ia pro norte. Pra gente não tá junto, pra não haver ciúme de outros candidatos e ele tivesse a liberdade de tá pedindo voto pra todos os demais candidatos. Mas também eu não deixava a peteca cair não. Eu virava a noite, emendava a semana. Foi assim... chegou a votação, que foi a maior votação proporcional do Brasil. Sei que isso foi fruto do sobrenome, não foi só mérito meu. O governo que o Camata fez foi uma coisa que marcou, e óbvio, eu como mulher dele tive aí frutos desse trabalho todo. Isso pra mim foi... tenho toda a humildade de reconhecer. Contribuí largamente. Mas depois com o mandato... ainda tinha aqueles que questionavam na hora das votações, por exemplo, que ele votava de uma forma e eu votava em outra. E uma votação muito emblemática foi “quatro ou cinco anos pro Sarney”. Eu entendia que não dava pra mudar, a regra quando ele assumiu com a morte de Tancredo [Neves], foi por quatro anos, então só o eleitor podia tá votando e sabendo, olha, vai ser um mandato de cinco anos. Que eu defendo, acho que o executivo deve ter um mandato de cinco anos e não de quatro e acabar com a reeleição. Hoje eu tenho muita convicção disso. Mas na época eu votei quatro e Camata votou cinco. Aí você via o machismo, porque havia uma pressão grande em cima dele. Que liderança ele era que a própria mulher não acompanhava o voto dele. E isso a nível nacional era julgado. Então acho que ele também teve muita grandeza de chegar e dizer: “olha, eu não discuto política com ela. Ela tem a opinião dela e eu tenho a minha. Nós nos respeitamos até

pra ter... preservar a família. Porque senão isso trazia sérios desentendimentos dentro de casa, né? Já com sacrifício de filha pequena, que foi difícil conciliar isso. Eu sempre fui maezona, nunca fui aquela de deixar filho pra lá, o contrário... as vezes eu tava em campanha em Alegre, às duas da manhã saindo de comício, porque era época de comício, minha filha tava na época com dois anos, um ano e pouco, não, era um ano e pouco, eu saía duas horas da manhã de lá, pra vim quando ela acordava tá aqui [Vitória], depois voltar pra ir pra Bom Jesus do Norte, pra Muqui que estava logo depois, você tava já praticamente lá no outro dia cedo. Então foi uma campanha difícil pra mim, pra ela, a mais velha, tanto é que tá... você fala em política, não tem muita conversa. A família sofre muito.

VOCÊ PRECISOU SE JUSTIFICAR PARA A FAMÍLIA, OU AMIGOS, OU ATÉ DENTRO DE CASA SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS DUAS ROTINAS (POLÍTICA E DOMÉSTICA)?

Eu que a geração nossa é uma geração que ... quando você está muito cansada, você até se pergunta: será que vale a pena? Porque nós tivemos e assumimos de fato isso. Nós tínhamos que provar pra nós mesmas que nós éramos autosuficientes, né? Na função de educar, de criar nossos filhos, de administrar a casa, de ser uma esposa e de ser uma profissional competente pra ir no embate de igual pra igual no mercado. E a política, culturalmente, ela é palitô e gravata, né? É um processo histórico e cultural. E muito sentimento de culpa. Eu acho que isso aí é uma geração que a minha, a sua... você é mais nova... mas que nós abrimos fronteiras. Hoje eu já vejo, por exemplo, a geração da minha filha um pouco diferente. Há um compartilhar maior. Um companheirismo do marido nas atribuições domésticas, familiar. Se eu te dissesse que o Camata não me ajudou, eu não estaria sendo verdadeira. Por exemplo, quando eu sai candidata a vice presidência da república eu tava com o meu mais novo com dois anos. Então, eu rodei o Brasil inteiro e o Gerson foi pai e mãe. Eu vinha de quinze em quinze dias. Eu saía chorando. Quando eu passava dois dias aqui e 15 eu tinha agenda pra correr o Brasil. Que pra mim foi muito rico, muito, muito, sabe? Poder sonhar, fazer, pro país continental como o nosso, com as diferenças e disparidades que tem, pensar em políticas pra ter um país mais cidadão, com menas diferenças sociais e econômicas era assim, uma coisa que me dava o gás pra esse sentimento de afastamento de filho. Começava as palavrinhas sair, as gracinhas... Então o Gerson, nessa fase também, ele foi um paizão. E as coisas da casa ele tocava. As compras, esses troços... depois de um certo... pra frente eu cheguei e “vem cá, não dá, você tem que ajudar mesmo. Só que vou pensar se tem leite pro café da manhã, se tem pão, tudo eu? Porque? Você também tem que se tocar, tem que fazer supermercado. Só eu? Eu saía as vezes da câmara 10, 11 horas da noite e passava, que Brasília os supermercados ficavam abertos da noite inteira, passava pra fazer compra... e comecei a cobrar um pouco mais a participação dele. Mas acho que é uma geração que de certa forma ela se doou muito, exigiu demais, sabe? E ainda hoje há uma certa cobrança de que a família está vivendo uma crise, tá desestruturada porque a mulher foi para o mercado de trabalho também. Você ainda tem um pouco dessa... que subliminarmente dizem assim “que hoje a família está desestruturada”, hoje o grande problema é a família. Por “n” situações e a falta de referência que nós estamos vivendo no dia a dia da sociedade. E acabam querendo atribuir ao nosso ingresso no mercado de trabalho, como se nós tivéssemos abandonado a função de provedora da educação dos filhos, né? Só que eu acho que é um grande equívoco.

QUAIS FORAM SEUS GRANDES DESAFIOS QUANDO RESOLVEU ENTRAR MESMO NA POLÍTICA?

Eu não sei se conseguiria eleger dois não. Eu vejo, por exemplo... eu, mulher do governador, e fazendo curso de comunicação social foi um período pra mim de muita provação. Muita, muita. Foi o período do “balão mágico”, na faculdade... eu dirigia meu carro, mas chegava lá todas as demandas que tinha eram jogadas por professor, departamento, por colegas em cima de mim... e eu ainda muito tímida, aquela menina que vem da roça pra cidade, casa, marido governador... Então era...esse foi um momento pra mim assim, sabe, de etapas que eu tive que queimar, e demonstrar muita firmeza pra poder terminar meu curso, conciliar com o trabalho na área social do governo e me abster da cobrança indevida, mas legítima, que existia na época com relação a efervescência democrática que os movimentos e a sociedade vivia. E o outro acho que foi na constituinte, onde eu tive de estudar muito. Virava a noite lendo e pesquisando constituições de outros países, me aprofundando pra poder tá nas comissões defendendo aquelas opiniões e aqueles projetos que eu acreditava que eram muito importantes pra sociedade. Até hoje entendendo que muitas coisas não precisavam estar na constituição, mas como garantia... o momento pós ditadura acabou fazendo com que nós tivéssemos uma constituição extremamente ampla, detalhista, mas ao mesmo tempo ela acaba sendo restritiva porque quando você entra em muitas garantias você acaba, as vezes, deixando algumas questões que são mais essenciais até sem ter essa proteção. E esse período eu estudava, estudava, estudava, estudava, estudava, estudava, estudava... era assim, eu não tinha hora. Então sem dúvida nenhuma... e foi um momento muito, muito rico. A gente tinha dentro do congresso nacional... era como se fosse uma avenida Paulista... movimento de gente, entidades da sociedade civil organizadas pra lá e pra cá, as audiências públicas... Então, era ter muita capacidade de ouvir, de aprofundar pra consolidar as minhas convicções diante de votos que tinham que ser dados. E uma cobrança porque no primeiro momento eu era muito bonitinha, a musa, e eu não ... e eu falei “a é, tem espaço na mídia pra dizer que eu sou nova e bonita, não daqui a pouco vai ter pra dizer o que eu to fazendo aqui. E eu acho que esses foram os dois momentos assim... de afirmação.

COMO CIDADÃ, COMO FOI PARTICIPAR COMO DEPUTADA CONSTITUINTE?

Sem dúvida nenhuma acho que fomos privilegiados. E com o privilégio dentro da representatividade que eu acho que é você fazer o possível nessa escuta que a gente tentava fazer, de ser interlocutor realmente dos anseios da sociedade. Então, isso pra mim ... prazer?, não, responsabilidade.

O APELIDO DE MUSA DA CONSTITUINTE FOI UM GESTO DE CARINHO OU UM GESTO MACHISTA?

Não sei. É do limão à limonada. Era tanta coisa, era um turbilhão de eventos, de reuniões, de coisa, e eu estudando que... com toda honestidade... incomodou? No primeiro momento sim, porque eu sabia que tava ali e não era numa passarela, mas com o acúmulo que eu tinha de sentimento de fazer por quem não tinha voz nem vez. Eu tinha convicção de que ia fazer e consegui me firmar nesse sentido. Mas que tinha, tinha, um pouco de curiosidade também né? E essa bobagem me acompanhou até pouco tempo atrás e eu disse “gente, eu já to quarentona, e vocês ainda ficam nessa papagaiada?” (risos). Acho que é mais besteira do que...

POR VOCÊ SER MULHER, EXISTIA ALGUMA RESISTÊNCIA COM RELAÇÃO AOS SEUS PROJETOS?

Eu sempre fui muito contida e na hora que eu precisava ser aguerrida eu era muito firme porque... eu tive 63 leis aprovadas, é uma coisa... Eu não tenho muita certeza hoje, mas eu acho que o [José] Serra foi o que mais aprovou leis, durante esse período, e eu fui a segunda. Tem até registro na imprensa e tudo. Agora vou te falar que eu sempre tive uma posição muito determinada. Quando as vezes eu não tinha o convencimento, mas eu era convencida de que aquela ferramenta social pra uma política pública ela era importante, como a questão, por exemplo, do benefício do deficiente carente, ter direito a receber o salário. Na hora que as entidades traziam os argumentos, e eu devo muito se eu... em momento nenhum eu fui uma iluminada, é no sentido de ter as boas ideias e transformá-las em garantias legais. Eu sempre tive a confiança dos movimentos e entidades da sociedade civil organizada. Isso pra mim é compartilhamento mesmo das conquistas. E isso me fortalecia muito porque havia o meu convencimento da importância daquele projeto que eu estava apresentando e haviam as entidades mobilizadas e extremamente militantes naquela causa, que elas mobilizavam o que fosse preciso. Eram os deputados nos estados onde eles tinham a representatividade, em cada estado do país, era reunião que se marcavam com líderes, as entidades estavam presentes, traziam pessoas, traziam militantes, e não era... hoje é quase tudo pago. Quando você esses movimentos de... é uma coisa muito triste, é lamentável. São pessoas pagas por sindicato, pagas por entidade pra poder tá lá segurando bandeira. O nosso não. Era uma coisa assim, de fé, de crença, de acreditar, e de saber que era importante e necessário. Então, eu sempre tive, com absoluta certeza... era Ministério Público, era movimentos de segmentos de juristas, de criminalistas, igrejas, de deficientes, de mulheres, movimento de meninos e meninas de rua, foi um dos primeiros que nós tivemos aí uma parceria muito grande. Fizemos pacto pela infância, eu fundei a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional... e isso tudo com esse ...do meu lado e junto comigo que me proporcionava a gente avançar, era o ideal que tinha dos movimentos sociais de avançar naquele sentido. Coisa que hoje eu acho que nós perdemos muito. Tudo, tudo não, mas muitas entidades dependem muito do poder público e acabam não tendo a autonomia, a isonomia pra poder brigar, lutar, por mais conquistas.

VOCÊ FALA QUE NO SEU TEMPO TINHA IDEALISMO. PRA VOCÊ, O QUE DEVERIA MUDAR NA POLÍTICA ATUAL PARA QUE O JOVEM TENHA INTERESSE EM PARTICIPAR?

Nossa... primeiro eu acho que nós estamos com dificuldade de quais são os nossos referenciais éticos. Eu acho que nós temos dificuldade até de educar os filhos. Eu passo por isso aí. Eu acho que a gente vive um momento de muita mudança. E isso é o mundo, não é o Brasil só. É um dificultador. E uma outra coisa é que eu acho que o processo cultural, político, se descaracterizou demais. Eu participei de uma reunião agora nessa semana do meu partido e eu disse “o meu sonho, a minha utopia e o político tem que sonhar, se ele não sonhar ele morre”. Porque você tem que viver pensando como melhorar, como avançar a sociedade. E pra mim o único instrumento é a educação. É cultura. É por aí... agora, você tem “n” formas de fazer isso, né? E eu dizia olha... eu sou de uma época que eu queria pensar, o partido tem um programa, nós temos um projeto a nível de Brasil, a nível de estado, eu vou pra uma

campanha e vou dizer assim olha “eu to nessa luta porque eu acredito nisso, nisso, nisso”, o papel do legislador é fazer leis, não é...hoje é trazer obra. Então teve uma inversão muito grande. As pessoas confundido o papel do executivo, do legislativo, do judiciário. As tais medidas provisórias que o congresso engole goela abaixo. Agora por quê? Porque não se impõe. Era apenas chegar e rejeitar, não tem a relevância, não urgência. Que é o que é previsto para que a medida provisória seja aceita. Recusa a medida provisória. Mas não. Mas depois ficam dizendo que “ah, quem legisla é o executivo”, agora querem garrotar o judiciário, porque disse que o judiciário está legislando também. Então eu acho que nós perdemos um pouco sobre a capacidade de autonomia dos poderes. E isso com a descrença que a população tem nos representantes deles. Mas isso vem muito também do eleitor. E eu te falo, muitas pessoas me abordam achando que eu ainda tenho mandato. Eu já to a três anos sem mandato. Então eu acho que é importante você cobrar do seu representante, sabe...não promessas, mas ver sua história de vida na hora que você vai eleger. Aquele que tem uma campanha volumosa, rica, será que tá tirando do bolso dele? É um outro fator que pra mim é muito desestimulante, sabe? Você vê campanha, é muito dinheiro. Não é mais... eu sempre vi as eleições, a não se a primeira que foi muito no ímpeto da aprovação do governo, que eu participei, que contribui também, mas muito mais do executivo do governo do Gerson... as outras o quê que eu fiz? Prestar conta do meu mandato. Aprovei tais e tais benefícios, aposentadoria da trabalhadora rural, aprovei a licença maternidade de 120 dias, estendi à mãe adotiva o direito da licença maternidade. Então, eu prestava conta e tinha um material que era um panfleto que prestava conta do que eu tinha feito e dizendo que tinha muito por fazer ainda. Mas nem me comprometia, vou fazer isso vou fazer aquilo. Ai ficou uma coisa muito mais pé no chão, corpo a corpo. Hoje não, é helicóptero pra lá helicóptero pra cá... Efeito especial de programa eleitoral... Acho que isso desqualifica o trabalho, descaracteriza, confunde o eleitor, você não precisa fazer, você faz a propaganda dizendo que fez. Então é um conjunto de coisas que tem. Reduzir dinheiro, ter de repente um voto distrital proporcional de deputado estadual e federal. Talvez facilite mais a cobrança do eleitor com seu representante. Ah, eu não tenho a fórmula não, mas há muita coisa que nós temos de resgatar. É quase que é um retroceder. Porque antigamente você fazia política quase sem dinheiro. Era mais na confiança, no respeito, nas lideranças que acompanham a atuação, que respeitavam o trabalho e que ali eram multiplicadores, formadores de opinião. Hoje existe, mas de forma muito tímida.

COMO VOCÊ AVALIA A PESQUISA QUE REVELA A SUA REPRESENTAÇÃO SOCIAL PARA OS JORNALISTAS DA EDITORIA DE POLÍTICA DE A GAZETA E A TRIBUNA, SENDO “MÃE, BONITA, ESPOSA, EETC” COMO NÚCLEO CENTRAL E “ATUANTE, COMPETENTE, IDONEA” COMO NÚCLEO PERIFÉRICO?

Eu acho que até como jornalista eu sempre tive um erro muito grande porque nem assessoria de comunicação eu tinha, só no último mandato que eu fui ter. E eu não era muito acessível a jornalista. Que eu fazia as coisas que achava que eram importantes e a noticia ia acontecer, não tinha que procurar, almoçar, trocar ideias. Sempre fui um pouco... acho que esse lado meu de... sabe... não fiz pra aparecer, não fiz porque... fiz porque é importante, porque vale a luta, é uma conquista e isso vai ser noticiado. Só que a agente sabe que não funciona dessa forma.

Então, acho que é um pouco essa minha forma, que poderia ser interpretada como errônea, de divulgar e de trabalhar o que eu realizei. Que eu nunca fui de fazer, dar publicidade. Porque eu achava que fazia porque era importante e pronto. Só que hoje não basta fazer, você tem que dizer que fez e provar que fez. E eu nunca tive essa leitura. Eu sempre fiquei muito... Deputada querem entrevista no rádio, não sei quando... Ah, eu to aqui ocupada, estudando, não sei o quê... E acabava, de certa forma, me distanciando de quem tinha uma interlocução que chegava o mais próximo ao eleitor. Talvez fosse isso, mas não... Eu acho que essa imagem de mãe de família, é parte de mim, é parte da vida de uma mulher, e a gente tem que resgatar isso e muito na sociedade, essa é a verdade. Agora, eu vejo isso como uma imagem mais local, porque tanto tive o reconhecimento desse trabalho, do trabalho que você coloca na pesquisa como periférico, a nível nacional, que eu acabei sendo candidata a vice-presidente da república. Então é um pouco daquela história, santo de casa não faz milagre. A minha leitura e acho que isso traduz a minha candidatura a vice do [José] Serra... e nós disputamos segundo turno pra valer, não foi nenhuma mera candidatura. E a escolha do meu nome pra compor, saindo de um Estado tão pequenininho, como o Espírito Santo, com a representatividade que nós temos, ela traduz o quê? O reflexo da minha atuação, da minha imagem enquanto parlamentar, enquanto atuante, com a credibilidade que eu construí e o Brasil tinha esse reconhecimento. Talvez essa imagem, mais nossa do Espírito Santo, seja essa que você coloca que o que é periférico é visto como núcleo. E a nível nacional eu acho que, então, esse contexto é invertido. E o que se pode traduzir de fato é minha candidatura saindo desse contexto de um estado tão pequeno dentro da federação brasileira.

APESAR DE TER UM CURRÍCULO COM MUITAS AÇÕES IMPORTANTES VOCÊ PERDEU NA ÚLTIMA ELEIÇÃO PARA O CARGO NO SENADO FEDERAL. VOCÊ ACHA QUE O ELEITOR NÃO TEM MEMÓRIA OU ESSAS AÇÕES NÃO FAZEM A DIFERENÇA NA DISPUTA ELEITORAL? COMO VOCÊ AVALIA ISSO?

Olha, eu acho que eu vou te falar que eu acho que é isso mais algumas coisas. Eu fui para uma eleição majoritária, dentro de um projeto de palanque estadual... Luiz Paulo [Vellozo Lucas] também sabia que tinha dificuldade... Eu não me articulei pra vim pra uma disputa majoritária também, e aqui isso é importante dentro do processo eleitoral. Você tem que ter uma boa articulação política, você tem que ter uma estrutura de campanha também. E a minha coragem de partir pra um projeto majoritário era pra gente ter um palanque também alternativo no Estado. E ter debate, ter ideias sendo discutidas, porque eu acho que não dá pra você ter, como unanimidade, candidaturas únicas. Isso emburrece, isso empobrece. Não há uma politização. A gente precisa avançar muito ainda nisso. Eu acho que foi um conjunto de circunstâncias que acabou culminando com a minha não eleição. Mas isso faz parte também é a gente parar um pouco, refletir, dar uma descansada, voltar pra família.

ALGUNS CARGOS COMO NO SENADO E NA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA AINDA NÃO FORAM OCUPADOS, POR VOTOS, POR MULHERES. ALGUMAS ASSUMIRAM POR SUPLÊNCIA. O QUE VOCÊ ACHA QUE DEVE SER FEITO PARA QUE AS MULHERES CAPIXABAS PARTICIPEM MAIS DA CENA POLÍTICA?

Acho que passou essa coisa... Eu com toda honestidade hoje nós temos uma presidente da república. Acho que é a maior demonstração de que essa luta do feminismo surtiu efeito... e nós mostramos que somos capazes, somos eficientes, que sabemos fazer tão bem quanto os homens... pra mim tá aí, tá colocada e é uma realidade e não tem retrocesso. Agora, acho que é uma questão de... uma hora chega. Pode demorar um pouquinho, mas chega. Não vejo nem como um fator de: “ah, é muito poder pra uma mulher tá assumindo e por isso não vai ser”... Não vejo nada nesse sentido não. Agora, quando você fala em termos de história, eu acho que nós temos memória curta. Isso aí eu acho, e não é só o capixaba não, é o brasileiro. A gente tem que começar a ter um pouco mais de construção de conceitos, de quem fez, o que fez. Eu acho que isso é muito importante pra gente garantir o futuro, porque senão a vida é o agora, o presente, e não é. Tô aqui porque tem toda uma origem que vem me dando sustentação desde a família, pai, mãe, vô, vó, bisavô, trabalhador rural... pra chegar onde eu cheguei, e se eu não tiver esse suporte, essa base, isso se reflete na economia, na cultura. Preservar a história, resgatar os feitos... Até pra você não errar, quando já errou uma vez, pra não recorrer no mesmo erro. Acho que isso aí é do dia a dia da vida do ser humano. E o político é um ser humano que erra e que acerta. Eu sempre preferi até errar, mas fazendo à me omitir.

COMO VOCÊ ACHA QUE A MÍDIA AJUDOU NA CONSTRUÇÃO DA SUA IMAGEM?

Eu vejo o papel da imprensa como um papel muito importante. Há um fato político, gera uma notícia, que pode ser distorcida ou pode qualificar ou desqualificar, também, o trabalho. Eu acho que no decorrer do meu trabalho eu tive sim, sempre uma honestidade da imprensa no sentido de reproduzir os feitos dos meus mandatos. A mídia hoje ou ela constrói ou ela destrói. O único reparo que eu faço é na questão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Que eu acho que aí tem muita desinformação, mas não é a mídia responsável. É, também, os maus políticos que me viam como adversária. Isso aí é uma coisa que me dói muito porque eu vejo uma incompreensão muito grande, uma lei que eu fui apenas relatora, que teve 100% de aprovação de todos os deputados federais, todos os senadores. Mais de 40 entidades que elaboraram a proposta de lei. Nelson Aguiar que subscreveu, porque precisava de um deputado para subscrever a lei. Eu tive o privilégio da relatoria, ouvindo todas essas entidades, toda sociedade civil e é um projeto que prevê a prestação desde a gestação pra fazer os pré-natais, ter acesso a exames de pezinho, todo processo preventivo... Tem um capítulo pra aquele que não teve nada no decorrer da sua vida, nem a família, nem a sociedade presente, pra dar um suporte pra ele ser um cidadão respeitado, que hoje tá delinquindo, tem um capítulo sobre delinquente. E acabou, eu acho que houve uma desinformação muito grande de alguns segmentos de imprensa, de poucos também do judiciário, que era o senhor absoluto da sentença sobre a criança, ele que determinava qual era a pena, e pelo estatuto mudou isso tudo. Não houve a implementação da lei conforme todo o sentido e sentimento dos parlamentares, das entidades quando elaboraram a lei. E passados mais de vinte anos você tem aí uma desinformação muito grande sobre a lei. Adequações que eu acho que tem que ser feita, porque a vida é dinâmica, as coisas mudam e isso é natural. Eu devo te dizer o seguinte: a nível de Brasil eu tenho um grande reconhecimento por ter sido relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente, aqui eu sou protetora dos pivetes, dos bandidos. Eu tenho um pouco essa imagem, esse estigma. E isso me dói porque, sabe, como mãe, como mulher, ia tá

me permitindo passar a mão em quem faz essas coisas que não devem ser feitas. E a lei não prevê isso também. Ela não é aplicada. Não temos estrutura para implementar a lei. Depois de quinze anos nós fomos aprovar o tal o Sinase. Eu fui relatora de novo. É o Sistema Nacional de Integração de Políticas de Prevenção e Sócio Educativas, no país. Pra definir de novo qual é o papel. O quê que o município faz dentro do que o estatuto prevê? O que o estado faz? Porque quando você chegava a dizer: “olha, tá faltando políticas públicas preventivas”, não tem pré-escola pra criança, não tem escola suficiente pra que essas crianças possam tá estudando, não tem ensino profissionalizante, aí um jogava pro outro: “isso não é problema meu, isso é problema do estado, isso é problema da união”. Então, depois de muito tempo veio esse sistema pra definir, literalmente. O município tem o quê? A obrigação de fazer as políticas preventivas, do atendimento semiaberto pra aquele que tá cometendo crime, o estado ficou com a responsabilidade da prisão, porque internar é prender, não é outra coisa. E de ressocializar, com curso profissionalizante, recuperar aqueles que estão no mundo das drogas e capacitá-lo pra voltar à sociedade, com uma profissão, recuperado da droga. Só que as coisas não acontecem até porque se você não tem o instrumento da informação pra cobrar do poder público nas várias instâncias que garanta aquilo que é legal, você não tem a lei aplicada. Aí vem essa conversa fiada de que é uma lei pra Suíça, pra Suécia e não pro Brasil. Agora se acham que algumas coisas tem que atualizar, façam. E não apenas em véspera de eleição venham com discurso. Depois se elege e não faz nada.

VOCÊ ESTÁ SEM MANDATO HÁ TRÊS ANOS. É UMA APOSENTADORIA MESMO OU VOCÊ PENSA EM VOLTAR?

Ah, não sei não. Eu sei que... fechada pra balanço. Eu pus a casa em ordem, porque não é fácil, eu sempre fui dona de casa, mãe e tudo, mas você... é complicado né? Então eu passei um bom período aí dando uma geral em coisas que... E eu acho que pra mim, pro meu interior também um tempo é necessário na vida da gente pra avaliar o que você fez, o tempo passa, o momento que você vive, os seus princípios se não tão sendo desafiados e chocados com a realidade daquilo que... Eu gosto de política, eu amo. E eu acho que o ser humano é um ser político. Por mais que ache que eu odeio, você ouve milhões de pessoas dizendo “eu odeio, eu tenho nojo”, eu também tenho estômago de avestruz. Tem que ter muito estômago. Mas você faz política no dia a dia, não tem jeito. É na hora que você questiona um preço, é na hora que você vai no SUS e não atendido e você questiona a ausência do médico no horário que devia tá lá. Isso é fazer política. É quando você vai ao supermercado e o preço tá alto da coisa e você deixa de comprar aquilo pra comprar um mais em conta. Tudo isso é, a gente só esquece. Então, eu gosto, acho importante, mas não sei. Agora... esse tempo foi muito bom pra mim, sabe? Minha família, falo mãe também já com idade, poder tá mais presente. Problema de saúde, muitas vezes as pessoas acham que você não tem mãe, não tem pai, não tem filho, né? Tem que tá disponível, sempre sorrindo. Político é um ser humano como qualquer um, tem problemas que todos os demais tem, uns mais, outros menos. Uns são safados, outros são honestos. Como na sociedade existe isso também. Representatividade é isso. Quando se questiona muito. Quando falam que o congresso, nas pesquisas, é sempre desqualificado, meu Deus! É a representatividade da sociedade. Tá lá. É quem o povo elegeu. E representa o que existe aqui também. Tem o bom profissional, tem o mau profissional, tem o que carrega o piano, tem o outro que se acomoda, tem o outro que se puder na boquinha vai aproveitar

daquela boquinha, se puder não levar uma multa e passar uma conversa no guarda vai passar... infelizmente é um pouco esse momento que a gente vive de falta de referências mesmo, sabe? De parâmetros.

HÁ POUCO TEMPO SAIU NOTA NA IMPRENSA DE QUE VOCÊ TERIA FEITO UMA CIRURGIA PARA RETIRAR DOS SEIOS.

Fiz busto. Hoje a Angelina Jolie é notícia aí né? Como se fosse a única mulher que teve problema de saúde. Todos os dias acontecem cirurgias e é um número imenso de mulheres que são acometidas até por falta de ter acesso a prevenção, ao exame preventivo e a cultura de também que nos falta. Eu acho que é essencial, tem que ir, tem que fazer o pré-natal, tem que fazer a prevenção de mama, de útero. Isso é essencial, você ter um check-up e o poder público tem que assegurar isso. E isso foi sempre um embate que eu tive de dias, vida. Na comissão de seguridade e saúde a gente tem um bom orçamento, uma gestão eficiente, humanizada pra assegurar e ampliar esse serviço a toda população. Mas a gente vê aí hoje mais planos de saúde, inclusive parecendo que é o SUS. O sistema único que é uma coisa universalizada, importante, assegurando aí a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Mas a saúde passou. Graças a Deus.

A MÍDIA NÃO EXPLOROU A SUA CIRURGIA. VOCÊ QUE SE RESGARDOU OU A MÍDIA REALMENTE NÃO QUIS EXPLORAR O FATO?

Eu sempre tive uma preocupação em expor meus filhos. Não era uma coisa tão radical, mas eu e Gerson nós tínhamos assim um entendimento de que, você expor era uma coisa desnecessária. Alguns fazem como uma coisa charmosa, glamourosa, outras apelativa, e o entendimento nosso era que os filhos... o ser político, o mandato era do pai e da mãe. Se eu pudesse dizer, eu ia dizer que os filhos eram a vítima da ausência as vezes de pai e mãe. Então, eu sempre tive um pouco de cuidado, e as vezes era inevitável, mas não era nada assim... ou proposital, ou muito... “ah, é uma coisa interessante a família aparecer hoje porque aconteceu um fato ou outro”. Sempre foi uma coisa muito espontânea. E de preservar, de não expor a família também. Eu, por exemplo, minha filha cresceu praticamente morando em Brasília, estudando em Brasília. Hoje tá em São Paulo, anda e ônibus e de trem. Não tem carro. É uma coisa assim, como você criar como um cidadão comum. Eu sempre tive muito forte na minha vida. “Eu estou!”. Quando dizia: “ah, primeira dama...”, não, eu estou mulher do governador, eu estou deputada. Nunca fiz disso uma profissão, carreira... era situações transitórias e que através dessa transitoriedade eu preservava de um lado o que era permanente, porque a família é a continuidade da gente, e por outro lado o mandato eu exercia como uma coisa que se estanca, acaba, então eu tenho que produzir. Tem que ser coerente. Tem que ter credibilidade.

O MESMO CUIDADO QUE VOCÊ TEVE COM SEUS FILHOS COM RELAÇÃO À MÍDIA, VOCÊ TRATOU DA MESMA FORMA A SUA CIRURGIA?

Eu acho que eu fui honesta. Tô com problema, milhares de mulheres tem. Que isso sirva de alerta, que quando você tem um problema e de forma preventiva você extirpa, você tem possibilidade de ter uma vida longa e saudável. Mas não fiz nenhum espetáculo de coitadinha. É uma coisa tão corriqueira na vida de mulheres que tem situações muito mais sacrificada do que a minha. Por que fazer disso um espetáculo? Fiz foram duas cirurgias, útero e mama.

Graças a Deus correu tudo bem, mas muita gente rezou. Achava que eu tava... fiquei muito, nesse período... que culminou na campanha eu já sabia que eu tinha esse problema. Então, veio a derrota, fiz a cirurgia, e aí dei uma mergulhada na ressaca da derrota e no reestabelecimento. Então, de certa forma ficou uma coisa meio que... será que ela tá bem, será que num tá. Mas eu agradeço todas as orações que tive. O desejo que eu me reestabelecesse. Sem estardalhaço, sem nada e ... hoje eu encontro gente que diz assim: “ah, nós tínhamos grupo de oração... que bom. Eu to 100%.

ANEXOS

ANEXO A - ATAS E RELETÓRIOS DE ELEIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO (1945 A 2012)

1945 —
Senador e
Dep. Fed. e

RELATÓRIO DA COMISSÃO APURADORA:

REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1945

PARA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SENADO FEDERAL E CÂMARA FEDERAL:

OS MAPAS FORAM ENCAMINHADO PARA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

RIO DE JANEIRO- DISTRITO FEDERAL.

***** ANO- 1945 *****



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 10 -

57 776; 3) - Lourival de Almeida, 25 442; 4) - Jeronymo Monteiro Filho, 20 828; 5) - Getulio Vargas, 12 028; 6) - Cicero de Moraes, 6 589; 7) - Adelpho Monjardim, 6 208; 8) - Americo Coelho, 4 536; 9) - Luiz Carlos Prestes, 3 866; 10) - Vespaziano Meireles, 3 444.

14. Para a Câmara dos Deputados foram os seguintes os resultados, na ordem decrescente da votação obtida pelos candidatos: 1) - Ary Viana, 14 745; 2) - Carlos Monteiro Lindenberg, 12 758; 3) - Eurico de Aguiar Sales, 9 019; 4) - Paulo Vieira da Rezende, 8 192; 5) - Alvaro Castelo, 8 181; 6) - Asdrubal Soares, 8 060; 7) - Alberto Stange Junior, 6 012; 8) - Monsenhor Luiz Claudio de F. Rosa, 4 900; 9) - Fernando Monteiro Lindenberg, 4 767; 10) - Luiz Tinoco da Fonseca, 4 611; 11) - Carlos Marciano de Madeiros, 3 654; 12) - Milato Rizzo, 2 975; 13) - Paulo Almeida Magalhães, 1 854; 14) - Carlos Figueiredo Côrtes, 1 825; 15) - Getulio Dornelles Vargas, 1 703; 16) - Nilton Barros, 1 597; 17) - Vespaziano Meireles, 1 190; 18) - Joaquim Vladimiro Paiva, 1 076; 19) - Luiz Carlos Prestes, 962; 20) - Jefferson de Aguiar, 498; 21) - Edith Castex Olivier, 473; 22) - Otto Netto, 464; 23) - Demosthenes Tertuliano Ribeiro, 385; 24) - Luiz Batista, 308; 25) - José Sant'Ana, 294; 26) - Erico Oliveira Neves, 229; 27) - Azevaldo Lelis Horta, 195; 28) - Pedro Corrêa Reis, 153; 29) - Lasmartina Miranda Barbosa, 112; 30) - Alvaro Frega, 92; 31) - Julião Miranda Pinto, 83; 32) - Dermeval Ribeiro Soares, 46; 33) - José Batista de Carvalho, 18; 34) - Vitorino Moreira, 6; 35) - Fercio Nascimento, 5.

15. O quociente eleitoral, de acordo com os dados obtidos pela Comissão, foi fixado em 15 093 votos, resultado de di-

PASTA- j

RELATÓRIOS DAS ELEIÇÕES:

REALIZADS

EM 19 DE JA NEIRO DE 1947 -- SENADOR, SUP. DE SENADOR,
GOVERNADOR E DEPUTADOS ESTADUAIS.

=====

EM 30 DE NOVEMBRO DE 1947-- SUPLENTE DE SENADOR, VICE=
GOVERNADOR, PREFEITOS E VEREADORES.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Legendas	901	
	27.528	—
Alfredo Antonio	2.207	
Americo de Aguiar	2.132	
Otto de Oliveira Neves	1.786	
Pedro Saleme	1.744	
Odilon Castelo	1.626	
Octaviano Santos	1.422	
Hildo Garcia	1.383	
Lauro Ferreira Pinto	1.273	+15 = 1288
Cicero Alves	1.213	
Judith Leão Castelo Ribeiro	1.170	
Honorio Fraga	1.065	+76 = 1141
Luiz de Lima Freitas	1.054	+159 = 1213
Waldemar Mendes	928	+78 = 1006
Placidino Passos	827	+32 = 859
Jefferson Aguiar	763	+13 = 776
Fernando de Abreu	704	
Manoel Milagres Ferreira	651	
Napoleão Fontenelle	638	
Paulo Veloso	612	
Alvaro Costa	557	
Alaor Queiroz	528	
Roberto Calmon	485	
Francisco Athayde de Souza	475	
Sebastião Thiebaut	474	
Francisco José Vervloet	453	
José Gomes de Oliveira	418	
Eugenio Queiroz	390	
Jarbas Athayde Guimarães	274	
Jacy Fontes	219	
Vicente Caetano	36	
Antonio José Rua	-	
Messias Chaves	-	

PASTA N.º 1

PASTA N.º 1

1990

Estância - 4

PASTA-1

SEÇÕES E VOTANTES
COMISSÃO APURADORA
DAS ELEIÇÕES DE - 3/10/954

- 3 -

Alvaro José de Carvalho	9	10	19.
Antônio Lias de Souza	144	144	288.
Arnaldo Gomes de Oliveira	3	-	3.
Arsílio Caiada Ferreira	47	54	101.
Carlos Alberto R. Castro	26	15	41.
Christiano Dias Lopes	205	279	564.
Dalton Penedo	2	14	16.
Darcy P. de Queiroz	183	146	329.
Dirceu Cardoso	17	14	31.
Dirceu A. Motta	32	49	81.
Dylio Penedo	94	96	190.
Eugenio Paixão	3	3	6.
Frederico H. Pretti	62	62	124.
Francisco Schwarz	17	20	37.
Hildebrando Lucas	133	169	302.
Jeovah Ferreira	35	51	86.
Joaquim Perciano de Oliveira	13	9	22.
Joaquim Calmon	28	31	59.
José Farah	14	-	14.
José N. de Miranda	2	4	6.
Judith C. Ribeiro	59	77	136.
Laurá F. Pinto	12	22	34.
Luiz F. de Lima Freitas	21	18	39.
Máximo Varejão	308	323	631.
Nicanor Motta	21	29	50.
Octaviano Santos	125	102	227.
Odilon Castelo Borges	2	5	7.
Oscar A. Gama	8	4	12.
Orlando Guriello	119	95	214.
Otto Vieira Machado	2	2	4.
Pedro Saleme	29	13	42.
Tufy Nader	103	119	222.
LEGENDAS SIMPLIS	-	2	2.
<u>LEGENDAS</u>	2 124	2 196	4320

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

B O L E T I M Nº 1

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 3/10/1960, PARA PRESIDENTE E VI
CE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

COMUNICADOS RECEBIDOS ATÉ ÀS 18 HORAS DO DIA 4/10/1960..

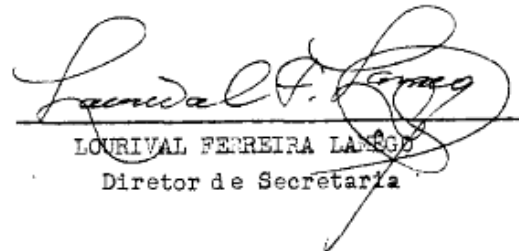
PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

JANIO QUADROS.....	12.274
ADHEMAR DE BARROS.....	2.363
MAL. HENRIQUE B. D. TEIXEIRA LOTT.....	6.880

PARA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FERNANDO FERRARI.....	2.896
JOÃO GOULART (JANGO).....	7.975
MILTON CAMPOS.....	9.164

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, Vitória,
em 4 de outubro de 1960.


LOURIVAL FERREIRA LANEGO
Diretor de Secretaria





PASTA Nº 207

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA

RELATÓRIO
E ATAS DAS ELEIÇÕES
REALIZADAS EM 7-10-1962.

Tribunal Regional Eleitoral E. Santo
ARQUIVADO
Em 20 de 11 de 1962
Lydia P. Franca
Arquivista



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Silvio Vargas Silva	747
Alcy de Almeida	732
Hiltário Florantino Schwaabach	710
Ferdinand de Bärredo Menezes	708
Octávio Luis B. de Araújo	703
Gilberto de Almeida Rodrigues	659
Jesse Alexandre Burns	563
Wanderley Rubin	558
Djaisa Juarez Magalhães	476
Mahum Prado	461
Antônio Nunes de Carvalho	452
Epaminondas Pimentel	404
Mário Silva	367
Clóvis Borges Miguel	353
Augusto Almeida Filho	333
Walter Brunow	318
Oscar Alves Cardoso Filho	232
Ary Gonçalves Pereira	129
Dorival Sathler Heiderich	3
SÓ DE LEGENDA	178

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Dylio Penedo (Eleito)	3.686
Pedro Leal (Eleito)	3.668
José Parente Frota (Eleito)	3.504
Tuffy Nader (Eleito)	3.139
Caico Francisco Borges (Eleito)	3.132
Verdeval Ferreira da Silva (Eleito)	2.931
Christiano Dias Lopes Filho (Eleito)	2.804
Mikell Choquer (Eleito)	2.751
Francisco Schwara (Eleito)	2.736
Alcino Santos (Eleito)	2.728
Darcy de Paula Saigner (Eleito)	2.485
Oscar de Almeida Gama (Eleito)	2.358
Jacovã Miranda Ferreiru (Eleito)	2.324
Hilário Toniato	2.318
Pedro Salame	2.279
Guilherme Pimentel Filho	2.031
Judith Loño Castello Ribeiro	2.012
Darly Kerty Vervloot	1.942

P A S T A N° 3
RELATÓRIO DA COMISSÃO APURADORA
REFERENDUM: (PLEBISCITO)
EM 06 DE JANEIRO DE 1963

PASTA-195-A

RELACÃO:

PREFEITOS, VICE-PREFEITOS E VEREADORES.

ELIÇÕES DE 1966

to da Silva

Rio Novo
do Sul

ARENA:

Sidney Costa, Assis Nunes Thomazon
Anisio Brazinski, Gelio Berpa Sequeira,
Jose Bertholi, Carmo Liengo.

M.D.B.:

Cunico Kobi Filho, Milton Wander
um dos Santos e Newton Amaral
Santos.

Atílio Sivacqua

ARENA:

Maria Lairdo Barbosa
Antonio Orlando Gava
Joaquim Martins Machado
Santo Francisco Lypriano, Ge
Ferreira, Frandy Freitas Macha
Francisco Scarpi, Lauro Freitas
e Nestor Rodrigues Costa.3ª zona
Castelo

ARENA:

Emilio Neme, Evandro Albuquerque
Evo Vieira Martins, Jose Aderbal A
Milio Sivacqua, Abel Luiz Ste
Pinho Colodetti, Ruelino Destefona
Oswaldo PeimConceição
do Castelo

ARENA:

Solmar Vieira, Angelo Belizário,
de Vargas Louisa, Ojalma Netto
Sidécio Domingos Peim, Ademir

Luiz e Silva, Braz Magoco, João Euante Barboza,
 João Zandonadi

nes Thom zona
 Berpa Solange
 go

ânimo
 onteio

Wander
 Amaral

ARENA:

Antonio Fernandes Pereira, Maria Nela Gra-
 quinto, Edyval Leão Nulin, José Louren-
 dos Reis, Ademir Abdalla Costa e Mau-
 rício Paiva

M. D. B.

Laly Said Santos, Gumerino de Oliveira
 Porto, Irólido Soares

pe

ario
 riano, Ju-
 são Machado
 no Senta-
 sta.

ARENA:

Waldyr Galberto da Rosa, Wilson No-
 queira da Rosa, Alcyo Vieira Suadentes,
 Luigo Lustrado, Bransilder de Paiva Bar-
 celos

M. D. B.

Francisco Manoel de Araújo Costa, Clephas
 Dual, Pedro Fragoso Dias, José Sorrente,
 Waldemar Lotta Machado e João Eleuterio
 da Costa

- " -

Albuquerque
 Aderval A
 Luiz Ste-
 o Deate Zona
 no do sul

ARENA:

José Paes Pessanha, Jamil Felipe, José
 Klínger Chikub, Jair Lopes, Geraldo
 Guaciori, Geraldo Batista de Almeida
 e Galton Bium

Belizário,
 Ima Notta
 n, Ademar

M. D. B.

Alberto Nassar, Domingos Suenari Quai
Benedito Silvestre Teixeira e Jayme da
Noqueira

Apiracá

ARENA:

Kennel Salotto, Arnaldo Lopes Baril
Luiz de Barros Barreto, Leino da
Pedro José Tebaldi e Roldão Ignácio
Silva.

M. D. B.

Paquína Teixeira de Laria, Walter de B.
Régode e Ary da Silva Vargas.

6ª zona:
Colatina

ARENA. 1

Antonio Eugenio Rosa
Cosme Pinheiro Silva
Gether Lopes de Laria
Nelson Bassetti
Paulo Stefanoni
Quirino Antonio Secret
Roginaldo Rocha
Rogério Nelson Rodrigues
Waldemar Almeida
Waldemiro Aguiar,

2 Antonio Wady Farfura, Hilton Pa-
Dalmase, Alcibianco Calicari, Eras
Dalla Bernardina e José Caldana

M. D. B.

Naum da Silva Soeiro e Pedro Alu-
Silva.

6ª zona
Serra

AREVA

Jhacy Miranda, Flodoaldo Borges Miguel,
Alday Nunes e Guarino Braggio.

M. D. B.

Getúlio Pimentel, Aurelino Luente Pereira,
Ariano Gonçalves, Juracy Pereira Ramos e
Arlindo João Pereira Batista.

liana

ARENA:

Francisco da Costa Pimentel, Nelson Pi-
mentel, Augusto Alves de Souza, Manoel Pi-
queiro Rocha, Elvino Cruz e Rosália Jansen
de Aguiar.

M. D. B.

João de Paula Moraes e Frei Neres Pimentel.

— " —

7ª zona
da Barra

ARENA - legenda

Bento Daher, Uylton dos Santos, Sivaldo
Gonçalves, Gutemberg Ormida, Manoel de
Oliveira Aguiar.

ARENA - sub-legenda

Benedicto Pereira Guanandy, Gerson Alves
Dale, Wilson Antonio Pioregan, Antonio
João Carli.

— " —

nhuro

ARENA - legenda

Wilson Fátima, Waldemar Coelho de Mello,
João Felix Mera, Argemiro Maciel Sobrinho,
Aminadã Simões da Silva.

<p>da do Araújo daon Alu</p>	<p>1ª zona Mucurici -</p>	<p>Rodrigues, Américo Alves</p>
<p>stócio de lobato,</p>	<p></p>	<p>ARENA: Oswaldo Nogueira de Souza, José Gomes Morina, Melquíades Santos, José Ferri ra da Silva, Lourenço Gomes Ba- tista, Alcimex Batista Costa, José An- tunes da Rocha e Manoel Teonilo de Sá</p>
<p>de Mendonça</p>	<p></p>	<p>M. D. B. Nelson Dias de Andrade</p>
<p>de Agente vides Faria de Souza to Filho, Clas do Primo</p>	<p>Montanha:</p>	<p>ARENA: Gibson Tótola, Edimar Borges, Edalino Ferreira Chaves, Maceyr Cardoso do Nasci- mento e José Oliveira Mattos</p> <p>M. D. B. Leontino Gomes da Silva, Adolfo José da Silva, Pedro Iró da Costa Filho e Aluvinho Andrade Gomes</p>
<p>de Gomes , Arnaldo , Antonio</p>	<p>2ª zona Linha Velha.</p>	<p>L. ARENA Marcelo da Silva Mendes, José Anchi- ta de Sá, Osvaldo Nascimento, Edmundo de Souza Rebouças, Dionísio Ruy</p>
<p>de Libânio</p>	<p></p>	<p>L. M. D. B. Marininha Rodrigues da Costa, Romi</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO

Resultado
das
Eleições
Municipais
de
15
de
novembro
de
1972



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO
CANDIDATOS ELEITOS NO PLEITO DE 15.11.972, NA CIRCUNSCRIÇÃO
DO ESPIRITO SANTO

1ª Zona — VITÓRIA

Prefeito — Nomeado (Município da Capital)

Vereadores:

1 — José Manoel Nogueira de Miranda	— ARENA —	2.266	votos
2 — Apolinário Marinho Del Maestro	— ARENA —	2.150	votos
3 — José Corrêa Guterres Filho	— ARENA —	1.953	votos
4 — Claudionor Lopes Pereira	— ARENA —	1.929	votos
5 — Carlos Alberto Vianna Freire	— ARENA —	1.692	votos
6 — Raulino Rodrigues da Rocha	— ARENA —	1.607	votos
7 — Nicanor Alves dos Santos	— ARENA —	1.534	votos
8 — Walter Miranda	— ARENA —	1.075	votos
9 — Arnaldo Pratti	— MDB —	1.918	votos
10 — Darcy Castello Mendonça	— MDB —	1.454	votos
11 — Ademir Antunes	— MDB —	1.453	votos
12 — Máximo Vieira Varejão	— MDB —	1.443	votos
13 — Clério Vieira Falcão	— MDB —	1.062	votos
14 — Izildo Alvarino	— MDB —	1.056	votos
15 — Edgard Gomes Feitosa	— MDB —	1.045	votos

2ª Zona — CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Prefeito — Theodorico de Assis Ferraço — ARENA — 9.443 votos
 VP — Alicia Franco

Vereadores:

1 — Roberto Valadão Almokdice	— MDB —	1.777	votos
2 — Idalgizo Simão	— ARENA —	1.708	votos
3 — Juracy Magalhães Gomes	— MDB —	935	votos
4 — Aylton Coelho Costa	— ARENA —	877	votos
5 — Laurindo Sasso	— ARENA —	859	votos
6 — Astor Dilen dos Santos	— ARENA —	768	votos
7 — José Antonio Dardengo	— ARENA —	734	votos
8 — Laurito Campos	— MDB —	732	votos
9 — Adhair Raymundo de Oliveira	— MDB —	690	votos
10 — Sebastião Louzada	— ARENA —	641	votos
11 — José Sabadini	— MDB —	610	votos

ATILIO VIVACQUA

Prefeito — Francisco Santana Silva — ARENA I — 1.637 votos
 VP — Antonio Orlando Gava

Vereadores:

1 — Genaldo Carvalho	— ARENA —	451	votos
2 — Sebastião Duarte Machado	— ARENA —	341	votos
3 — Almiúdo Scarpini	— ARENA —	338	votos
4 — Pedro Assis Gava	— ARENA —	277	votos
5 — Maria Calado Barbosa	— ARENA —	221	votos
6 — Arandy Freitas Machado	— ARENA —	195	votos
7 — Antonio Estevão Gil Filho	— ARENA —	175	votos

4 — José Alonso Cometti	— ARENA —	464	votos
5 — Florisvaldo da Penha Barcelos	— ARENA —	431	votos
6 — Aladim Ribeiro Pimentel	— ARENA —	372	votos
7 — Willis Raizer Favaro	— ARENA —	368	votos
8 — Délio Baptista Reall	— ARENA —	355	votos

FUNDAÇÃO

Prefeito — Sebastião Carreta	— MDB —	1.467	votos
VP — Henrique Broseghini			

Vereadores:

1 — Orly Ramos	— ARENA —	277	votos
2 — Dilda Fraga Rocha	— ARENA —	224	votos
3 — Walmir Baptista Puppim	— ARENA —	183	votos
4 — João Aloisio Rodrigues Cuzzuol	— ARENA —	156	votos
5 — Floriano Médici	— MDB —	236	votos
6 — Mário Garcia	— MDB —	185	votos
7 — Roque Tonini	— MDB —	183	votos

15ª Zona — DOMINGOS MARTINS

Prefeito — Joaquim Tesch	— ARENA —	3.824	votos
VP — Elias Paganini			

Vereadores:

1 — Tulio Araripe Mello Junior	— ARENA —	1.007	votos
2 — Everaldo Ewald	— ARENA —	953	votos
3 — Lourival Bravim	— ARENA —	567	votos
4 — Lucas Stein	— ARENA —	547	votos
5 — João Baptista Wernersbach	— ARENA —	477	votos
6 — Vital Joaquim Schunk	— ARENA —	453	votos
7 — João Mário Pitanga Pinto	— ARENA —	452	votos
8 — Mauro José Cristo	— ARENA —	421	votos

16ª Zona — ITAGUAÇU

Prefeito — Mário Sarnaglia	— ARENA —	2.896	votos
VP — Democrates Frizzera Coelho			

Vereadores:

1 — Nelson Alves	— ARENA —	611	votos
2 — Joseli Barbosa	— ARENA —	394	votos
3 — David Martinho Zanotti	— ARENA —	378	votos
4 — Sebastião Cristófari	— ARENA —	378	votos
5 — Omar Celestino Barbosa	— ARENA —	337	votos
6 — Jacob Blnda	— ARENA —	224	votos
7 — Leccinio Gobbo	— ARENA —	194	votos

25ª Zona — LINHARES

Prefeito — Samuel Batista Cruz — MDB — 5.610 votos
 VP — Joel Roberto

Vereadores:

1 — Wilmo Victorio Guizani — ARENA — 770 votos
 2 — Silvano Bragato — ARENA — 727 votos
 3 — Hercilio de Angell — ARENA — 691 votos
 4 — Alvacy Perin — ARENA — 562 votos
 5 — Jacinto Campos Araújo — ARENA — 469 votos
 6 — Plo Veronez — ARENA — 467 votos
 7 — Antonio Muniz dos Reis — MDB — 1.507 votos
 8 — Rubercy Felicio dos Santos — MDB — 631 votos
 9 — Jovino Vianna de Souza — MDB — 548 votos
 10 — Jurandy Rosa Loureiro — MDB — 536 votos
 11 — Basilio Pereira da Paixão — MDB — 403 votos

26ª Zona — VITORIA**SERRA**

Prefeito — Aldary Nunes — ARENA — 3.683 votos
 VP — Antonio José Peixoto

Vereadores:

1 — Jaconias Rodrigues — ARENA — 726 votos
 2 — Assis Miranda — ARENA — 642 votos
 3 — João Luiz Teixeira Corrêa — ARENA — 595 votos
 4 — Sebastião de Mattos Soeiro — ARENA — 398 votos
 5 — Antonio Miguel Barcellos — ARENA — 368 votos
 6 — Sérgio Anacleto Peixoto Costa — ARENA — 362 votos
 7 — Edson Nobel Fraga Miranda — MDB — 504 votos
 8 — Maria Madalena Pereira Rocha — MDB — 364 votos
 9 — Carlos Dorsch — MDB — 358 votos

VIANA

Prefeito — José Neves Balestrero — ARENA — 1.585 votos
 VP — Carlos Magno Pimentel

Vereadores:

1 — Landi Novaes — ARENA — 346 votos
 2 — Francisco da Costa Pimentel — ARENA — 338 votos
 3 — Augusto Alves de Araújo — ARENA — 227 votos
 4 — Nelson Pimentel — ARENA — 165 votos
 5 — Gabriel Passos Correa — ARENA — 165 votos
 6 — Domingos Pimentel — ARENA — 124 votos
 7 — Pierre Alano de Souza — ARENA — 123 votos

27ª Zona — CONCEIÇÃO DA BARRA

Prefeito — Gentil Lopes da Cunha — ARENA — 2.582 votos
 VP — Elias Vieira da Silva

Vereadores:

1 — Humberto de Oliveira Serra — ARENA — 569 votos
 2 — David Pignaton — ARENA — 316 votos

-12-

7 - Cicero Batista - MDB - 149 votos

23ª Zona - BARRA DE SÃO FRANCISCO

Prefeito - Vicente Amaro da Silva - ARENA I - 7.044 "

VP - Manoel Eduvirgens Ferreira,

Vereadores:

1 - Antonio Reas Huebra	- ARENA -	1.121	"
2 - Amarino Rodrigues Alves	- ARENA -	897	"
3 - Eraldo Fernandes de Almeida	- ARENA -	851	"
4 - Mário de Oliveira Dias	- ARENA -	729	"
5 - Antonio Henriques Pereira	- ARENA -	706	"
6 - Carlino Pascual Casula	- ARENA -	642	"
7 - João Seárdus	- ARENA -	587	"
8 - Flausino Lopes Botelho	- ARENA -	549	"
9 - Ventual Ribeiro Fagundes	- ARENA -	521	"
10 - Eduardo Teixeira do Prado	- ARENA -	468	"

24ª Zona - GUARAPARI

Prefeito - Hugo Borges - MDB - 4.420 "

VP - Emerson Abreu Sodré.

Vereadores:

1 - Manoel Duarte Matos	- ARENA -	514	"
2 - Aroldo Rigossi	- MDB -	453	"
3 - Algemiro Bandeira	- ARENA -	426	"
4 - Diana Tristão Almeida	- MDB -	402	"
5 - Jailson Miguel Pavani	- MDB -	329	"
6 - Delson Santana	- MDB -	326	"
7 - Angelo Brambati	- ARENA -	264	"
8 - José Rosa Simões	- ARENA -	257	"
9 - José Marçal de Athayde Assi	- ARENA -	256	"

25ª Zona - LINHARES

Prefeito - Senual Batista Cruz - MDB - 5.610 "

VP - Joel Roberto,

Vereadores:

1 - Wilmo Victorio Guisani	- ARENA -	770	"
2 - Silvano Bragato	- ARENA -	727	"
3 - Hercílio de Angeli	- ARENA -	691	"
4 - Alvaag Perin	- ARENA -	562	"
5 - Jacinto Campos Aradjo	- ARENA -	469	"



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CANDIDATOS ELEITOS NO PLEITO DE 15.11.976, NA CIRCUNSCRIÇÃO
DO ESPÍRITO SANTO.

1ª Zona - VITÓRIA

Prefeito - Nomeado (Município da Capital)

Vereadores:

1. Darcy Castello Mendonça	- MDB	- 2.955 votos
2. Claudionor Lopes Pereira	- ARENA	- 2.433 votos
3. Mario Cyrasto	- ARENA	- 2.415 votos
4. José Correa Guterres Filho	- ARENA	- 1.791 votos
5. Nicenor Alves dos Santos	- ARENA	- 1.789 votos
6. José Manoel Noqueira de Miranda	- ARENA	- 1.762 votos
7. Izildo Alvarino	- MDB	- 1.456 votos
8. Ademir Antunes	- MDB	- 1.452 votos
9. Máximo Vieira Varajão	- MDB	- 1.431 votos
10. Arnaldo Pratti	- MDB	- 1.423 votos
11. Alvaro Stepielo da Fonseca e Castro	- MDB	- 1.382 votos
12. Arnaldo Pinto da Vitória	- MDB	- 1.302 votos
13. Carlos Alberto Vianna Freire	- ARENA	- 1.202 votos
14. José Maria Ramos Sago	- ARENA	- 1.163 votos
15. Elcio Teixeira de Almeida	- MDB	- 1.129 votos
16. Apolinário Marinho Delmaestro	- ARENA	- 1.103 votos

2ª Zona - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Prefeito - Helio Carlos Cunhaes
 - MDB | - 17.409 votos |

VP
 - Gilson Carone | |

Vereadores:

1. Roberto Almoábea Valadão	- MDB	- 2.791 votos
2. Laurindo Sasso	- ARENA	- 1.119 votos
3. Juarez Tavares Matta	- ARENA	- 1.094 votos
4. Jairois Metello	- MDB	- 1.007 votos

4. Paulo Ivan Casarundo	- ARENA	- 393 votos
5. Alcino Alcido Tozzi	- ARENA	- 231 votos
6. Agostinho Tonato	- MDB	- 659 votos
7. Jair Ramos Barbosa	- MDB	- 342 votos
8. Milton Travaglia	- MDB	- 271 votos

CONCEIÇÃO DO CASTELO

Prefeito - Benjamim Falquetto	- ARENA	- 2.943 votos
VP - Ademar de Vargas e Silva		

Vereadores:

1. Américo Composto	- ARENA	- 663 votos
2. João Vicente Barbosa	- ARENA	- 592 votos
3. Malvina Venturina Nunes	- ARENA	- 340 votos
4. Angelo Arlindo Pasoto	- ARENA	- 296 votos
5. Ricardo Maurício Vieira	- ARENA	- 295 votos
6. Ezequiel Alfoz	- ARENA	- 276 votos
7. Sérgio Rosa Marques	- MDB	- 221 votos

4ª Zona - ALEGRE

Prefeito - Antonio Lemos Junior	- ARENA	- 5.182 votos
VP - Alceu Silveira		

Vereadores:

1. Waldyr Gualberto da Rosa	- ARENA	- 1.316 votos
2. Hilton Rodrigues da Silva	- ARENA	- 1.033 votos
3. Wilson Moreira da Rosa	- ARENA	- 940 votos
4. Waldir Monteiro	- MDB	- 697 votos
5. José da Silva Nunes	- ARENA	- 671 votos
6. Ruy Ferreira de Souza	- MDB	- 627 votos
7. Joacina Damasceno Barbosa	- ARENA	- 487 votos
8. Guilherme Rody Vianna	- ARENA	- 467 votos
9. José Corrêa	- MDB	- 445 votos

JERÔNIMO MONTEIRO

Prefeito - João Brito Netto	- ARENA	- 1.205 votos
VP - Josias Rodrigues da Fonseca		

Vereadores:

1.ilton Louren	- ARENA	- 214 votos
2. Aroldo Soares	- MDB	- 210 votos
3. Maurício Paiva Andrade	- MDB	- 199 votos
4. José Louren dos Reis	- ARENA	- 187 votos

5. Angelo Gabriel de Farias	- MDB	-	183	votos
6. Halziro Neves Bizareli	- ARENA	-	179	votos
7. Albérico Breda	- ARENA	-	131	votos

5ª Zona - KIMOSO DO SUL

Prefeito - Pedro José da Costa	- ARENA	-	2.490	votos
VP - Carlito Vivas				

Vereadores:

1. Moacyr Marini de Castro	- MDB	-	571	votos
2. Rinaldo Fanelli	- ARENA	-	536	votos
3. Luiz Carlos de Campos Martins	- ARENA	-	434	votos
4. Jaime de Rocha Figueira	- ARENA	-	400	votos
5. Antonio Sabatini Simon	- ARENA	-	354	votos
6. Luiz Carlos da Silva	- MDB	-	331	votos
7. Valtor Arnaldo dos Santos	- ARENA	-	319	votos
8. Antonio Lovatti	- MDB	-	304	votos
9. Aclanio Bastos Salotto	- MDB	-	291	votos

6ª Zona - COLATINA

Prefeito - Gyro Edeldi Netto	- ARENA	-	17.864	votos
VP - Devacir Mario Zaché				

Vereadores:

1. Rinaldo Rocha	- ARENA	-	1.711	votos
2. Antonio Wady Jorjura	- ARENA	-	1.672	votos
3. Eraldo Trevizani	- ARENA	-	1.538	votos
4. Dinar Gonçalves Correa	- ARENA	-	1.506	votos
5. Ladislau Martinelli	- ARENA	-	1.253	votos
6. José Ailton Coradini	- ARENA	-	1.192	votos
7. Elidio Hilanez	- ARENA	-	1.174	votos
8. José Carlos Fardin	- ARENA	-	1.171	votos
9. Henrique Angelo Denicoli	- ARENA	-	1.152	votos
10. Ozeas Ximenes Monte	- MDB	-	1.114	votos
11. Hilário Pereira do Nascimento	- ARENA	-	1.061	votos
12. Antonio Carvalho	- MDB	-	619	votos

7ª Zona - BALÇO GUANDU

Prefeito - Wilson Sant'Anna Lopes	- ARENA	-	2.708	votos
VP - Galba Icnacio Ferreira				

Vereadores:

1. José Evaristo Netto	- ARENA -	415 votos
2. Francisco Machado	- ARENA -	410 votos
3. João Crisóstomo Stein	- ARENA -	403 votos
4. Alceu Braga	- ARENA -	380 votos
5. Nelson da Cunha Santos	- ARENA -	344 votos
6. João Batista de Benozos	- ARENA -	337 votos
7. Pedro Viola Neto	- MDB -	335 votos
8. Eurico Lima	- MDB -	315 votos
9. Heivídio Dettene	- MDB -	203 votos

8ª Zona - AFONSO CLÁUDIO

Prefeito - Leoni Alves de Lima	- ARENA -	7.468 votos
VP - Henrique Keffler Sobrinho		

Vereadores:

1. Alcina Ambrozim Siccas	- ARENA -	936 votos
2. Avides Caspiano da Rocha	- ARENA -	869 votos
3. Waldemiro Selbel	- MDB -	802 votos
4. José Pedro da Silva	- ARENA -	700 votos
5. José Garcia	- MDB -	691 votos
6. Onofre Gomes Teixeira	- ARENA -	651 votos
7. Moisés Dias de Carvalho	- ARENA -	630 votos
8. Francisco Costa	- ARENA -	580 votos
9. Dalza Afonso Barboza	- ARENA -	557 votos

9ª Zona - SANTA LEOPOLDINA

Prefeito - Argêo João Uliana	- ARENA -	1.563 votos
VP - Arno Potratz		

Vereadores:

1. Ovidio Berger	- ARENA -	309 votos
2. Luiz Guilherme Henrique Potratz	- ARENA -	385 votos
3. Guilherme Bernardo Julio Gaede	- ARENA -	273 votos
4. Euclides Guss	- ARENA -	266 votos
5. Hilo Christ	- ARENA -	250 votos
6. José Machado Alverenga	- MDB -	265 votos
7. Rogelina Ribeiro Ihnes	- MDB -	254 votos

10ª Zona - SÃO JOSÉ DO CALÇADO

Prefeito - Antonio Borges de Rezende ..	- ARENA -	2.438 votos
VP - Ozair de Almeida Lima		

Vereadores:

6. Antonio Moreira Bezerra	- MDB	-	98 votos
7. Argentino José Domingos	- MDB	-	46 votos

DORRIS DO RIO PRETO

Prefeito - Adair Furtado de Souza	- ARENA	-	722 votos
VP - José Gomes Faccina Neto			

Vereadores:

1. Eugenio da Silva Neto	- ARENA	-	153 votos
2. Edson Francisco Simião	- ARENA	-	151 votos
3. José do Souza Zini	- ARENA	-	119 votos
4. Carleman Bastos Soares	- ARENA	-	115 votos
5. Waldirio Braga Ferraz	- ARENA	-	112 votos
6. Everaldo Azeiteiro de Matos	- ARENA	-	101 votos
7. João do Carmo Moreira	- MDB	-	57 votos

1ª Zona - IBIRACU

Prefeito - José Arnaldo Ivo Sacotandi ..	- ARENA	-	3.354 votos
VP - Eliezer Pereira Ramos			

Vereadores:

1. Florivaldo da Penha Barcelos	- ARENA	-	825 votos
2. Augusto Tossarolo	- ARENA	-	694 votos
3. Luiz Del Piero	- ARENA	-	473 votos
4. Helena Antônio Vicente	- ARENA	-	341 votos
5. Clotário Feresziari	- ARENA	-	334 votos
6. Jauber Doris Pignaton	- MDB	-	796 votos
7. Sebastião Antônio de Araújo	- MDB	-	202 votos
8. José Luis Ricardo	- MDB	-	165 votos

FUNDÃO

Prefeito - Clenio Zucchetto	- ARENA	-	1.009 votos
VP - Orly Ramos			

Vereadores:

1. Dilda Fraga Rocha	- ARENA	-	248 votos
2. Theobaldo da Silva Rocha	- ARENA	-	198 votos
3. Waldin Baptista Pupala	- ARENA	-	190 votos
4. Rubens Vieira Brites	- ARENA	-	170 votos
5. Nilza Carmelita Carvalho	- MDB	-	240 votos
6. Herculana Brocchini	- MDB	-	223 votos
7. Próspero Marcelino Médici	- MDB	-	184 votos

15ª Zona - DOMINGOS MARTINS

Prefeito - Elias Paganini - ARENA - 2.665 votos
 VP - Joseyr de Silva Vargas

Vereadores:

1. José Gergelyan dos Santos - MDB - 792 votos
 2. Lourival Traivin - ARENA - 695 votos
 3. Antonio Ricardo das Chagas - ARENA - 604 votos
 4. Luana Steir - ARENA - 536 votos
 5. Luiz Manoel Bayer - MDB - 529 votos
 6. Dirceu Salillo Koesher - MDB - 501 votos
 7. Tullio Amadio Melo Junior - ARENA - 488 votos
 8. José Canal - ARENA - 387 votos

16ª Zona - ITAGUAÇU

Prefeito - Nelson Alves - ARENA - 2.118 votos
 VP - Melchior Zanetti

Vereadores:

1. Altamiro Zanetti - ARENA - 573 votos
 2. Altino Klapper - ARENA - 357 votos
 3. Helio Carlos Mattos de Paula - ARENA - 335 votos
 4. Antonio Lucas Lima - ARENA - 322 votos
 5. Abilio Alacinda Garayazze - ARENA - 275 votos
 6. Santos Miranda Damasceno - ARENA - 259 votos
 7. Sebastião Geraldo Garayazze - ARENA - 229 votos

ITARANA

Prefeito - José Luiz de Martin - ARENA - 723 votos
 VP - José Calnago

Vereadores:

1. Carlos Paschoa de Aguiar - MDB - 233 votos
 2. Sérgio Hilário Rondato - ARENA - 221 votos
 3. Geinaura Maria Dalboni - ARENA - 214 votos
 4. Raul Becker - ARENA - 184 votos
 5. Bento Castano Dalboni - ARENA - 158 votos
 6. Elcy Maciel - MDB - 147 votos
 7. Antonio Cesar Benício - MDB - 130 votos

17ª Zona - ANCHIETA

Prefeito - Aldeias Ceccor - ARENA - 1.798 votos
 VP - Joaquina Viana Resakato


 PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral
 ESPÍRITO SANTO

VEREADORES ELEITOS EM 15.11.1976

MUNICÍPIO DE: VILA VELHA(ES).

N o m e	Filiação Partidária		Nº de votos obtidos
	<u>AREIA</u>	<u>MDB</u>	
FRANCISCO MANOEL DE FREITAS MAURO		X	1.533
JOSE RAMOS FILHO		X	1.372
CARLOS MALTA DE CARVALHO		X	1.273
OLIVIA NOGUEIRA DE CASTRO		X	983
RUY NOGUEIRA DA GAMA		X	939
HELICIO ANDRADE MENDES		X	888
AUGELIO SAMPAIO		X	854
LEVI AGUIAR DE JESUS FERREIRA	X		1.192
JOSE CARLOS DE ALMEIDA	X		1.074
MAURILIO RODRIGUES	X		963
JOSE WALFRIDO MONTEIRO	X		916
WALTER REGIS BARBOSA	X		872
ANTONIO RODRIGUES PINTO	X		840

NOME DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: WALTER REGIS BARBOSA

ENDEREÇO E TELEFONE DA CÂMARA MUNICIPAL: -

Endereço: Praça duque de Caxias, centro, Vila Velha(ES).

Telefone: 22.90 638

OBSERVAÇÃO: Este formulário deverá ser preenchido em 2 (duas) vias. A primeira, o TRE encaminha ao Departamento de Polícia Federal -Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo-, e a segunda, ficará arquivada nesta Secretaria, para atender possíveis solicitações de outros órgãos da Segurança.

1)

DIPLOMAS DOS ELEITOS

1978

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVARELAÇÃO NOMINAL DE ELEITOS E SUPLENTE
(NA ORDEM DECRESCENTE DA VOTAÇÃO)

<u>CANDIDATOS DO MDB</u>	<u>ELEITO OU SUPLENTE</u>	<u>VOTOS</u>
1- RAIMUNDO HERMÍNIO DE MELO	ELEITO	3.047
2- FRANCISCO THAUMATURGO	"	2.647
3- MARIA PINHO PASCOAL	"	2.486
4- JOLANDA LIMA FLEMING	"	2.359
5- ADALBERTO ARAGÃO SILVA	"	2.288
6- EDSON SIMÕES CADAXO	"	2.096
7- MANOEL MACHADO DA ROCHA	"	1.974
8- FÉLIX VALLE PEREIRA	"	1.814
9- RAIMUNDO SALES DA COSTA	"	1.546
10- FRANCISCO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	SUPLENTE	1.490
11- WALDEMIR LOPES DA SILVA	"	1.138
12- ARLINDO FERREIRA DA CUNHA	"	944
13- JOÃO JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO	"	833
14- EDIVALDO GUEDES	"	796
15- ATANAGILDO DE PAULA MOREIRA	"	684
16- JOSÉ EUGÊNIO LEÃO BRAGA	"	618
17- SUEDE CHAVES DA CRUZ	"	578
18- ADAUTO TEIXEIRA DE FAIVA	"	518
19- ALDECINO CORIOLANO FERRAZ	"	478
20- SEBASTIÃO VIDAL DE SOUZA	"	323
21- WALTER FERNANDES FARIAS	"	262
22- PAULO JOSÉ DE SOUZA OLIVEIRA	"	231
23- NORBERTO ASSUNÇÃO CAVALCANTE	"	198
24- OBED MORENO DA SILVA	"	193
25- ELIAS ANTUNES AGUIAR	"	175
26- JOSÉ VIEIRA DA CUNHA	"	139
VOTOS SÓ PARA A LEGENDA.....		2.152
TOTAL.....		32.007

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVARELAÇÃO NOMINAL DE ELEITOS E SUPLENTES

(NA ORDEM DECRESCENTE DA VOTAÇÃO)

<u>CANDIDATOS DA ARENA</u>	<u>ELEITO OU SUPLENTE</u>	<u>VOTOS</u>
1- GERALDO FERREIRA MAIA	ELEITO	2.949
2- WALTER LEITÃO PRADO	"	2.893
3- RAILDA PEREIRA DA SILVA	"	1.814
4- ALTEMIR DE OLIVEIRA PASSOS	"	1.782
5- HERMELINDO GUIMARÃES BRASILEIRO	"	1.670
6- ALCIMAR NUNES LEITÃO	"	1.509
7- FÉLIX BESTENE NETO	"	1.432
8- CARLOS SIMÃO	"	1.336
9- FRANCISCO MENDES DE SOUZA	"	1.323
10- ADAUTO BRITO DA FROTA	SUPLENTE	1.300
11- OSWALDO PINHEIRO DE LIMA	"	1.296
12- CARLOS AUGUSTO DA COSTA FERREIRA	"	958
13- SANSÃO RIBEIRO DE SOUZA	"	898
14- WALTER FÉLIX DE SOUZA	"	793
15- ADMILSON MENDES DE ARAÚJO	"	736
16- SEBASTIÃO AGASSIS LUSTOSA	"	678
17- HENRIQUE DA COSTA GALLO	"	618
18- ALOÍSIO MACÉDO MAIA	"	612
19- EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO	"	599
20- NATAL BARBOSA DE BRITO	"	524
21- FRANCISCO DE ASSIS FRAGOSO DANTAS	"	521
22- JOSÉ THOMAZ NABUCO DE OLIVEIRA FILHO	"	501
23- CLÁUDIO PEREZ NOBRE	"	478
24- ANTONIO COSTA GADELHA	"	437
25- ONEIDE RAIMUNDA CHAVES VALENTE DA SILVA	"	415
26- MARIA FÁTIMA LOPES DE OLIVEIRA	"	411
27- LYRICI EDUARDO AZEVEDO	"	383

- segue -

DIVERSOS

ELEIÇÕES

1. Eleição 1982. Número de mulheres registradas e eleitas no âmbito estadual.
2. Eleitorado por unidades da Federação, em ordem decrescente até 31.12.1983.
3. Eleitorado das capitais, em ordem decrescente até 31.12.1983.
4. Relação dos municípios com mais de 100.000 eleitores.
5. Governadores eleitos no Espírito Santo, no período de 1946 a 1970.



SERPRO

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - ES
ELEIÇÕES DE 15/11/86
CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS CANDIDATOS
TRE - L.44
DIVULGAÇÃO FINAL

ENDEREÇAMENTO

CLIENTE		VIA	
CÓDIGO DE ENDEREÇO		TIPO DE SERVIÇO	
CÓDIGO DE DESTINO		VOLUME	
CÓDIGO			



PODER JUDICIARIO * TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - ESPIRITO SANTO * 28/11/88 * HORA 18 00 * TRE-L44 * PAGINA 3
 ELEICOES DE 10/11/88 VS - D13 * CLASSIFICACAO GERAL DOS CANDIDATOS * DIVULGACAO FINAL

C A R G O D E P U T A D O F E D E R A L

C A N D I D A T O
 NUMERO NOME

PARTIDO / COLIGACAO

V O T O S

ORDEN

1519	BITA DE CASSIA PASTE CAMATA	COLIGACAO DO PMDB	138.031	1
1574	VASCO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	COLIGACAO DO PMDB	64.882	2
1320	VITOR BUATZ	COLIGACAO PT-PSB	79.054	3
2508	STELIO DIAS	PFL	47.879	4
1588	LEZIO GOMES SATHLER	COLIGACAO DO PMDB	47.047	5
1511	MELIO CARLOS MANHAES	COLIGACAO DO PMDB	41.723	6
1594	ROSILDO DE FREITAS	COLIGACAO DO PMDB	36.132	7
2516	PEDRO GEOLIN SOBRINHO	PFL	26.403	8
1666	NELSON ALVES DE AGUIAR	COLIGACAO DO PMDB	26.686	9
2512	LUIZ GONZAGA BORGES	PFL	23.103	10
1524	MYDER BARBOSA DE MENEZES	COLIGACAO DO PMDB	22.788	11
1669	JONES SANTOS NEVES FILHO	COLIGACAO DO PMDB	16.347	12
2510	JOAO MIGUEL FEU ROSA	PFL	15.879	13
2507	JOSE CARLOS DA FONSECA	PFL	13.036	14
1583	ALOIZIO SANTOS	COLIGACAO DO PMDB	12.660	15
1509	WILSON HAESE	COLIGACAO DO PMDB	11.987	16
1577	FERDINAND BERREDO DE MENEZES	COLIGACAO DO PMDB	11.309	17
2502	WALTER DE FRA	PFL	10.843	18
2511	CARLOS ALBERTO LINDENBERG VOM SCHILGEN	PFL	10.800	19
1515	MYRTRES BEVILACQUA CORRADI	COLIGACAO DO PMDB	9.321	20
2513	DIOGENES PEREIRA GALVAO	PFL	7.447	21
2503	JADYR DA SILVA PRIMO	PFL	6.554	22
1313	MARIA DE LOURDES SAVIGNON	COLIGACAO PT-PSB	6.286	23
1353	TULIO PARIZ	COLIGACAO PT-PSB	5.610	24
1363	ALOISIO KROHLING	COLIGACAO PT-PSB	5.319	25
1507	ARBILIANO DARIO	COLIGACAO DO PMDB	3.262	26
1548	GERLES GAMA	COLIGACAO DO PMDB	3.261	27
2509	WILSON BUENO	PFL	3.064	28
2514	AMAURY PASSOS LOIOLA	PFL	2.648	29
1323	SONIA MARIA RABELLO DONSEY	COLIGACAO PT-PSB	2.356	30

VOLUME I

ELEIÇÕES 1988
ATA GERAL DA APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS
VITÓRIA a DOMINGOS MARTINS
(1ª ZONA a 15ª ZONA)


 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
 SECRETARIA DE INFORMÁTICA
 Coordenadoria de Produção

ELEIÇÕES ESTADUAIS 1990	
(03/out)	
Resumo Geral	
Eleitorado	1.423.211
Votantes	1.233.688
Abstenção	189.523
Municípios	67
Zonas Eleitorais	49
Seções	4.873
GOVERNO ESTADUAL	
Votos Nominais	814.692
Votos Brancos	210.042
Votos Nulos	208.815
SENADO	
Votos Nominais	665.032
Votos Brancos	366.410
Votos Nulos	202.065
Total de Vagas (renovação de 1/3 do Senado Federal)	01
CÂMARA FEDERAL	
Votos Nominais + Votos de Legenda	603.310
Votos Brancos	404.069
Votos Nulos	225.945
Total de Vagas	10
Quociente Eleitoral	100,766
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	
Votos Nominais + Votos de Legenda	721.359
Votos Brancos	307.840
Votos Nulos	204.125
Total de Vagas	30
Quociente Eleitoral	34,316



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
Coordenadoria de Produção

1990					
ELEIÇÕES PROPORCIONAIS					
CÂMARA FEDERAL					
Candidatos Eleitos					
Rita de Cássia Paste Camata	1519	99.147	Jones Santos Neves Filho	2222	16.524
Paulo César Hartung Gomes	4577	49.248	Nilton Gomes de Oliveira	1511	15.218
Roberto Valadão Almkdice	1555	21.237	Jório de Barros Carneiro	1560	10.935
Rosilda de Freitas	4545	19.951	Etevalda Grassi de Menezes	1530	7.538
João Baptista Motta	4533	19.843	Aloízio Santos	1566	5.714

TOTAL DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO – Câmara Federal	
15-Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	06
22-Partido Liberal – PL	01
45-Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB	03


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
 Coordenadoria de Produção

1990					
ELEIÇÕES PROPORCIONAIS					
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA					
Candidatos Eleitos					
Edson Henrique Pereira	36111	8.653	Wilson Gomes	14200	5.127
Djalma Monteiro da Silva	36105	7.246	Carlos Roberto Cabalini	12155	5.556
Marcos Miranda Madureira	17190	6.970	Umberto Messias de Souza	45222	7.974
Luciano Souza Cortez	36130	4.876	Luiz Temóteo Dias Vieira	45277	5.557
Nilton Gomes	25120	7.422	Ulysses Jarbas Anders	45170	5.515
José Carlos Gratz	25121	6.727	Helio Gualberto Vasconcellos	45140	5.469
Fernando José da Silva	25132	6.501	Dejair Camata	45250	5.397
Waldemiro Seibel	25109	6.451	Brice Bragato	13250	5.447
Waldir Durão Filho	25111	6.367	João Carlos Coser	13290	2.906
Carlos Magno Pimentel	25112	5.674	Aloisio Krohling	13110	2.622
Valci José Ferreira de Souza	14116	10.230	Antonio Tadeu Tardin Giuberti	15129	8.079
Ricardo Rezende Ferrago	14220	9.356	José Francisco de Barros	15111	7.256
Ruzerte de Paula Gaigher	12146	8.776	Ethereldes Teteco Q. do Valle Júnior	15200	5.826
Paulo Lemos Barbosa	12138	7.678	Jauber Dorio Pignaton	15104	4.956
Maria da Penha Vervloet Feu Rosa	14111	5.921	José Renato Casagrande	40170	5.060

TOTAL DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO – Assembléia Legislativa	
12-Partido Democrático Trabalhista – PDT	03
13-Partido dos Trabalhadores – PT	03
14-Partido Trabalhista Brasileiro - PTB	04
15-Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	04
17-Partido Democrata Cristão – PDC	01
25-Partido da Frente Liberal – PFL	06
36-Partido da Reconstrução Nacional – PRN	03
40-Partido da Reconstrução Nacional - PRN	01
45-Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB	05

ELEIÇÕES**1992****A
T
A
S****D
E****A
P
U
R
A
Ç
Ã
O****1ª ZONA****À****15ª ZONA****SJ
COJUR**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Cidade : DORES DO RIO PRETO
 Prefeito: JOSÉ MIGUEL NUNES
 Vice : JORGE RIVAS

Cidade : ECOPORANGA
 Prefeito: FRANCISCO ROBERTO FIGUEIREDO GOMES
 Vice : AUREO SANTOS COSTA

Cidade : FUNDÃO
 Prefeito: SEBASTIÃO CARRETA
 Vice : PEDRO PAULO PALOURO

Cidade : GUAÇUI
 Prefeito: LUIZ FERRAZ MOULIN
 Vice : HUGO JOSÉ DE SOUZA ARAÚJO

Cidade : GUARAPARI
 Prefeito: TEREZINHA MARIA PRETTI ESPÍNDULA
 Vice : GILBERTO GOMES CORRADI

Cidade : IBATIBA
 Prefeito: JOSÉ ALCURE DE OLIVEIRA
 Vice : JULIO FERREIRA DE MATOS

Cidade : IBIRAÇU
 Prefeito: ADÉLIO CECATO
 Vice : ANTÔNIO PEDRO CAMPGNARO

Cidade : IBITIRIMA
 Prefeito: JOSÉ MATAVELI NETO
 Vice : PAULO LEMOS BARBOSA

Cidade : ICONHA
 Prefeito: DARCY MARCHIORI
 Vice : ALDITI DONATELLI

Cidade : IRUPI
 Prefeito: MARIO LUIS BARBOSA
 Vice : SEBASTIÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA

Cidade : ITAGUAÇU
 Prefeito: ALBERTO MEIRELES GUERZET
 Vice : LUIZ CARLOS BINDA

Cidade : ITAPEPIMIRIM
 Prefeito: JORGE CARDOSO BECHARA
 Vice : ALCINO CARDOSO

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - T.S.E.
SUPERVISAO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS
ESTATISTICA DAS ELEICOES DE 1994

PAGINA: 69
DATA: 23.12.97 AS 13:41:42
1o. TURNO ELE200RE

TOTAL DE VOTOS POR UF/CARGO/CANDIDATO/MUNICIPIO

UF.: Espirito Santo

Espirito Santo

CARGO: DEPUTADO FEDERAL

Candidato: RITA DE CASSIA PASTE CAMATA

Nome do Municipio	Votos
SAO DOMINGOS	627
AFONSO CLAUDIO	1.008
AGUA DOCE DO NORTE	71
ALEGRE	977
IRUPI	99
ALFREDO CHAVES	907
ALTO RIO NOVO	541
ANCHIETA	595
VILA PAVAO	34
APIACA	106
MARECHAL FLORIANO	253
ARACRUZ	1.591
ATILIO VIVACQUA	84
BAIXO GUANDU	354
BARRA DE SAO FRANCISCO	135
BOA ESPERANCA	1.490
BOM JESUS DO NORTE	131
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1.135
CARIACICA	6.132
CASTELO	1.762
COLATINA	1.544
CONCEICAO DA BARRA	431
CONCEICAO DO CASTELO	961
DIVINO DE SAO LOURENCO	271
DOMINGOS MARTINS	701
DORES DO RIO PRETO	203
ECOPORANGA	463
FUNDAO	250
GUACUI	1.706
GUARAPARI	1.367
IBIRACU	43
IBITIRAMA	566
ICONHA	700
ITAGUACU	395
ITAPEMIRIM	383
ITARANA	631
IUNA	157
JERONIMO MONTEIRO	709
JOAO NEIVA	123
LINHARES	2.933
MANTENOPOLIS	501
MIMOSO DO SUL	322
MONTANHA	274
MUCURICI	82
MUNIZ FREIRE	250
MUQUI	420
NOVA VENECIA	351
PANCAS	488
PINHEIROS	1.559
PIUMA	410

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - T.S.E.
SUPERVISAO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS
ESTATISTICA DAS ELEICOES DE 1994

PAGINA: 70
DATA: 23.12.97 AS 13:41:44
1o. TURNO ELE200RE

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - T.S.E.
SUPERVISAO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS
ESTATISTICA DAS ELEICOES DE 1994

PAGINA: 70
DATA: 23.12.97 AS 13:41:44
1o. TURNO ELE200RE

TOTAL DE VOTOS POR UF/CARGO/CANDIDATO/MUNICIPIO

UF.: Espirito Santo

Espirito Santo

CARGO: DEPUTADO FEDERAL

Candidato: RITA DE CASSIA PASTE CAMATA

Nome do Municipio	Votos
PRESIDENTE KENNEDY	212
RIO NOVO DO SUL	193
SANTA LEOPOLDINA	438
SANTA TERESA	2.564
SAO GABRIEL DA PALHA	1.006
SAO JOSE DO CALCADO	227
SAO MATEUS	3.349
SERRA	4.907
VIANA	1.213
VILA VELHA	5.314
VITORIA	7.725
MARILANDIA	657
IBATIBA	170
RIO BANANAL	915
JAGUARE	2.080
PEDRO CANARIO	462
LARANJA DA TERRA	784
SANTA MARIA DO JETIBA	2.069
VARGEM ALTA	409
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	2.118
AGUIA BRANCA	108

TOTAL DE VOTOS....: 74.146

ANEXO B – MATÉRIAS UTILIZADAS PARA ANÁLISE DE DISCURSO

A GAZETA — VITÓRIA (ES), QUINTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1988

POLÍTICA — 3

Denúncias levam Assembléia a agilizar trabalhos

Flávia Miguoi

Na tentativa de mostrar trabalho, em consequência das denúncias de esvaziamento feitas pela imprensa, a Assembléia Legislativa votou ontem 11 projetos, em menos de 20 minutos. Entre as matérias aprovadas, oito são de autoria do deputado Hugo Borges e dão nomes a escolas públicas. Estavam em pauta ainda, mas não chegaram a ser apreciados, dois projetos concedendo títulos de cidadão.

Pela primeira vez, desde sua reabertura em 1º de março, a Assembléia Legislativa conseguiu votar mais de um projeto em um só dia. Com o plenário relativamente cheio, foram apreciados 11 projetos. O presidente da Casa, Dilton Lyrio Neto, a todo o instante comunicava à imprensa o "feio": "Vocês ficam dizendo que não trabalhamos, mas somente hoje foram apreciados 11 projetos", apregoava ele, ainda muito irritado com as denúncias feitas pela imprensa de que a Assembléia Legislativa está esvaziada em consequência das eleições de novembro.

Coincidência ou não, depois da publicação da matéria denunciando o esvaziamento, na edição de domingo de A GAZETA, a Assembléia viveu, nestes primeiros dias da semana, momentos de grande agitação. Parlamentares que há muito não compareciam, ou, na maioria das vezes, que apenas davam uma passadinha pelo plenário, minutos antes de encerrar a sessão, deram o ar da graça. O pré-candidato a prefeito da Serra, Arildo Cassaro (PMDB), por exemplo, permaneceu em plenário durante quase toda a sessão ordinária de ontem. Jorge Anders, que também pretende disputar as eleições de novembro, participou da sessão em tempo integral.

Projetos

Para provar que "qualquer denúncia é infundada", Dilton Lyrio, através da Mesa-Diretora da Casa, colocou em votação 17 projetos, sendo que 11 foram votados. O deputado Hugo Borges (PMDB) foi o recordista da tarde: oito projetos de sua autoria foram aprovados. Todos cobra d'água. Na pauta constavam ainda projetos dos deputados Ronaldo Lopes (PFL), denominando Talma Drummond Pestana o hospital da Colina, em Linhares, e Zaudino Ceolin o trecho da rodovia estadual ES-356.

A votação não durou mais que 20 minutos, já que todos os parlamentares, depois de ter sido feito um acordo de lições, declinaram da palavra. O presidente Dilton Lyrio Neto permaneceu em plenário durante toda a sessão. Estiveram presentes 11 dos 14 deputados do PMDB, seis dos sete do PFL, os dois do PDT, os três do PT, os dois do PDS e o representante do PTB, Valci Ferreira.



Hartung: proposta votada em 90 dias

Hartung pretende encurtar recesso

O deputado Paulo Hartung (PMDB) deu entrada ontem, na Assembléia Legislativa, em uma proposta de emenda constitucional aumentando em 54 dias o período legislativo. Assim, o recesso parlamentar, atualmente de quatro meses, passaria, se aprovada a proposição, a ser de apenas dois meses. A matéria será encaminhada à Comissão de Justiça e deverá ser votada em, no máximo, 90 dias.

De acordo com o artigo 2º da Constituição Estadual, a Assembléia Legislativa deve funcionar nos períodos de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 5 de dezembro. A proposta de Hartung modifica o calendário legislativo, acrescentando de 54 dias. Assim, o Legislativo passaria a trabalhar de 20 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.

Afirmando que sua proposta é inteiramente constitucional, Paulo Hartung acredita que não encontrará dificuldades em vê-la aprovada pelo plenário da Assembléia Legislativa. "Estamos certos de que esta medida reforçará a luta dos que querem um Legislativo forte e atuante", ponderou ele, lembrando que muitos acham que emendas à Constituição Estadual deveriam ser apresentadas mais tarde, quando da adaptação à Carta Federal: "Acontece que não podemos ficar aguardando, já que sequer sabemos quando este trabalho será iniciado".

A emenda do deputado Paulo Hartung, que foi lida ontem pela Mesa-Diretora da Assembléia Legislativa, deverá ser publicada no Diário Oficial nos próximos dias, seguindo depois para a Comissão de Justiça, que tem 10 dias para expedir seu parecer. Posteriormente, a matéria vai a plenário para apreciação dos parlamentares, sendo que a votação tem que acontecer, no máximo, nos próximos 90 dias.

Rita confirma disposição de deixar o PMDB

Brasília (Socursal) — A deputada Rita Camata continua mantendo contatos políticos para definir sua saída do PMDB e seu ingresso em outra agremiação. Até agora, a única certeza é a saída de seu partido de origem. Resta apenas saber se ingressará no PTB ou se engrossará o grupo de parlamentares dispostos a fundar um novo partido antes das eleições municipais de novembro.

Ontem, a deputada tomou café da manhã com o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, que também estuda a possibilidade de continuar no Ministério, ou se sairá para se candidatar à Prefeitura de São Paulo. Rita disse que, neste encontro, ouviu mais do que falou e que o ministro fez uma avaliação da situação política atual.

Rita afirmou que em contatos anteriores, Pazianotto defendia a formação de um bloco político a ingressar no PTB. No entanto, neste encontro, a deputada notou uma mudança de tendência, com o ministro apresentando um discurso mais dirigido para a formação de um novo partido. O ministro do Trabalho acha que o quadro político atual sofre uma reformulação paritária após a conclusão dos trabalhos da Constituinte.

Pazianotto, ainda segundo a deputada, está estudando três hipóteses para definir seu futuro político.

Rita Camata também tem mantido con-



tatos constantes com o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e com o deputado Pimenta da Veiga, que recentemente deixou o PMDB. Essas duas posições opostas sobre a criação do novo partido, Fernando Henrique pediu à deputada que não tivesse tanta pressa em deixar o PMDB e que aguardasse o resultado das consultas que estão sendo feitas no sentido da viabilidade ou não da criação do novo partido ainda antes das eleições de novembro.

Pimenta da Veiga, por seu lado, quer logo uma definição da deputada e acredita ser necessária a formação imediata desta nova agremiação.

Como Tadeu Giuberti reafirmou sua proposta de que o PMDB tenha um candidato a prefeito que possa levar ao mesmo palanque o governador Max Mauro e o senador Gérson Camata, o secretário-chefe da Casa Civil reagiu:

Tudo bem, o moço (Camata) é bom de voto, mas é um impostor. É bom de voto, é bonito, mas é leviano. É bom de voto, o apoio dele é importante, mas não quero o apoio de gente comprometida, não quero este homem no meu palanque. Não preciso, Colatina não precisa dele no palanque. Nós somos capazes de lutar, de defender nossos direitos. Daqui para frente não me calo mais".

Da mesma maneira, Ceotto investiu contra José Moraes: "O Governo atual está concluindo uma série de obras iniciadas pelo Governo passado, pagou dívida de 300 milhões, que analisados chegam a 2 bilhões de cruzados, e construiu 60 quilômetros de estrada de Cooperanga a Camatã. Quando eu e Camata saímos do Governo, deixamos 10 bilhões de cruzados em caixa que o impostor, o farsante do "Zé Moraes gastou e nos legou uma dívida imensa e a parafusada, que ele mesmo sabia impossível de colocar no orçamento, e não ser através de manobras indecorosas. Fizemos uma série de irresponsabilidades que estamos corrigindo."

Criação do STJ pela Constituinte agrada Judiciário e OAB-ES

A criação do Superior Tribunal de Justiça, aprovada pela Constituinte através de emenda coletiva apresentada pelo Centro, foi uma medida democrática, segundo afirmou ontem o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Rômulo Salles de Sá, para quem os trabalhos do Judiciário, agora, vão deslanchar melhor.

A medida, que determina que a quinta parte das vagas dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Estado seja preenchida por integrantes do Ministério Público e advogados, também foi bem-aceita pelo presidente do Conselho dos Advogados do Brasil, seção Espírito Santo, Agessandro Costa Pereira, e pelo subprocurador-geral da Justiça, José Lemos Barbosa.

Em síntese, os representantes do Poder Judiciário, OAB e Ministério Público consideraram a medida bastante positiva. Para o desembargador Rômulo Salles de Sá a Justiça ficará mais ágil e dinâmica: "O novo Tribunal vai substituir o Tribunal Federal de Recursos (TFR), proporcionando ao Supremo Tribunal Federal (STF) cuidar apenas do resguardo da Constituição".

Promoções

No que diz respeito à promoção de juizes de entrância para outras, como prevê a nova medida aprovada pela Constituinte, com a obrigatoriedade de citação por três vezes consecutivas ou cinco alternadas, o presidente do Tribunal de Justiça destacou também a sua validade: "Isso será muito bom, pois desta maneira eliminam-se injustiças que possam ocorrer".

A consideração do desembargador Salles de Sá com relação à aposentadoria também foi positiva: "Agora todos os membros do Judiciário terão de desempenhar suas funções por cinco anos consecutivos. Antes isso não ocorria. Foi uma boa conquista".

O presidente do Tribunal procurou destacar uma inovação. A criação do juiz de paz: "Ele será remunerado, escolhido pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos, com atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional. O capítulo do Poder Judiciário é inovador, por este aspecto". Rômulo Salles de Sá lamentou apenas que no capítulo permaneceu praticamente a mesma situação da elaboração orçamentária. Vamos ler que continuará submetendo o nosso orçamento, permanecendo na dependência de sua aprovação ou não".

O subprocurador da Justiça, José Lemos Barbosa, preferiu comentar que o que foi aprovado foi democrático: "Agora, devemos ressaltar que temos outras discussões e aprovações. Um dado é certo: vai desafogar o STF, com a criação do Superior Tribunal de Justiça".

Ele lembrou ainda que a criação de Tribunais Regionais Federais vai colaborar para a dinamização do Poder Judiciário. De mesmo modo, ressaltou a lista sêptima para a composição do Tribunal: "É uma democratização. Anteriormente isso era feito à revelia do Ministério Público. A medida nos oferece mais autonomia".

O presidente da OAB/ES, Agessandro Pereira, teve posicionamento idêntico: "Com a lista sêptima, serão escolhidos três pelo Tribunal para serem submetidos ao Executivo, a quem caberá a indicação do nome. Este texto aprovado foi de encontro às reivindicações da OAB".

De acordo com Agessandro Pereira, o texto resguarda a participação da OAB para o ingresso na Magistratura. "Portanto, o capítulo do Poder Judiciário reflete a nossa participação nos Tribunais Superiores. Foi um avanço dos nossos direitos, agora inseridos na nova Constituição. Vamos aguardar o desfecho deste quadro", finalizou.

Camata quer as acusações de Ceotto em fita

Colatina (Socursal) — O senador Gérson Camata pediu ontem ao prefeito Tadeu Giuberti que lhe envie a fita da reunião que realizou a executiva Municipal do PMDB, na qual o secretário-chefe da Casa Civil, Sérgio Ceotto, fez um discurso violento e o chamou de "impostor, leviano, corrupto e comprometido com os empreiteiros".

Havia fortes boatos ontem na cidade de que a intenção do senador é usar a fita para pressionar o Governo do Estado a demitir o secretário, apesar das relações estremitadas entre ele e o governador Max Mauro. Uma fonte informou, inclusive, que até amanhã Sérgio Ceotto já estaria fora da Casa Civil.

Tadeu Giuberti procurou José Carlos Madrueira, que gravou o discurso de Ceotto, a fim de conseguir a fita e copiá-la para enviar ao senador. Foi por causa da cobrança de Tadeu de "mais atenção do Governo do Estado para Colatina" que Ceotto acabou fazendo o discurso contra Camata.

"Este homem — disse Ceotto — não faz parte de partido, faz parte de um bando, de uma quadrilha que votou o presidencialismo e transformaram a Constituinte em balcão de negócios espúrios e escusos, do qual, feliz-

DENÚNCIA leva assembléia a agilizar trabalhos. A Gazeta, Vitória (ES), 7 de abril de 1988, p. 3.

Emendas capixabas prevêem até eleições gerais

Elza Martins

Brasão (sucursal) — Na última quarta-feira, terminou o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Constituição aprovado no Conselho de Sistematização. Com o encerramento do prazo, começa uma nova e decisiva fase dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte: a partir do dia 27, depois que o relator Bernardo Cabral apreciar o teor de cada emenda — que podem ou não ser aprovadas —, o novo texto constitucional começará a ser votado em plenário.

Das mais de duas mil emendas apresentadas — o número certo só será divulgado nesta semana —, os constituintes capixabas trouxeram também uma proposta do deputado Pedro Ceolin (PTB), que até então não havia apresentado qualquer proposta à Constituinte, desta vez apresentando quatro emendas. Os deputados Sítio Dias e Rose de Freitas apresentaram sugestões presentes no texto constitucional aprovado no Conselho de Sistematização.

Decreto e TRT

O senador Gerson Camata propõe a manutenção do Decreto-1 e 890 (que criou o Funes — Fundo para Recuperação Econômica do Espírito Santo) por mais 20 anos, contados após a promulgação do texto constitucional, o que, se for acatado, trará benefícios para o Estado. Também o senador José Ignácio Ferreira preocupou-se com o Estado, ao solicitar a regulamentação dos "terrenos de marinha, que deixaram de ser Patrimônio da União. O deputado Nelson Aguiar (PDT) apresentou apenas uma sugestão, que determina a implantação, em cada Estado brasileiro, de, pelo menos, um Tribunal Regional do Trabalho.

A Deputada Rose de Freitas requereu três modificações ao texto constitucional. A parlamentar quer que o Congresso Nacional fixe os critérios do salário mínimo, enquanto que o deputado Vasco Alves pretende ver o salário mínimo unificado nacionalmente. Rose e Victor Buzar apresentaram emendas semelhantes estabelecendo aposentadoria aos 30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres.

No entanto, a emenda importante da deputada é a que fixa a realização de eleições presidenciais 90 dias após a promulgação da nova Carta Federal. Também o deputado Sítio Dias propõe a realização de eleições este ano. No entanto, o parlamentar prefere a emenda que a Constituição e a etapa terminal de um processo de transição institucional. Por este motivo, sugere eleições gerais para todos os cargos eleitos, inclusive para os eleitos em 1986, 180 dias após a promulgação da Constituição.



Ceolin: surpreendendo no final



Rita: em favor das gestantes



Calmon: criação de conselhos



Aguiar: somente uma sugestão

Os deputados Sítio Dias e Nyder Barbosa manifestaram, em suas emendas distintas, uma preocupação: quem são os Estados e municípios, ou mesmo a União — caso seja solicitado — demarquem suas linhas de fronteira. A diferença das duas propostas está no prazo para a demarcação dos limites. Enquanto Sítio propõe o prazo de cinco anos, Nyder sugere o tempo de dois anos. Em outra emenda, o deputado Nyder pede a supressão do artigo 171 inciso III — que estabelece a jornada de trabalho de seis horas em turnos ininterruptos de revezamento — alegando que esta matéria não deve ser dispositivo constitucional, devendo ser regulada por legislação ordinária.

Também para lei complementar deve ficar, na opinião do deputado integrante do Centro, a criação de um órgão planejador permanente da política agrária, já que Nyder acredita que "de nada adiantaria o gigante esforço nacional destinado a realizar a desejada reforma agrária se esta não vier conjugada com a definição de uma política agrária que lhe dê sustentação".

Ja deputado Hélio Manhães proibe, em uma de suas quatro emendas, aos órgãos de abastecimento do Governo Federal a comercialização de produtos classificados como superfluos.

Em duas outras emendas, o deputado estabelece o dia primeiro de janeiro de 1991 para o fim do mandato dos governadores e vice-governadores eleitos em 1986 e sugere um novo funcionamento para o Congresso Nacional durante o ano em que ocorre eleições, primeiro de fevereiro a 30 de julho e de 20 de novembro a 20 de dezembro.

O deputado Victor Buzar, por sua vez, sugere a ampliação da competência do Congresso Nacional, na sua opinião, deve exercer funções legislativas, resolutoras e fiscalizadoras. Ele quer

também que o salário noturno seja superior ao diurno em pelo menos 50 por cento e ainda que a implantação e funcionamento da indústria de alta tecnologia ou nuclear seja condicionada a reabertura de plebiscito regional.

Greves

Na sua primeira participação na Constituinte, o deputado Pedro Ceolin, também membro do Centro, preocupou-se com o capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos, ao apresentar duas emendas substitutivas que estabelecem a inviolabilidade da correspondência e das comunicações telefônicas, "informações verdadeiras" relativas a sua pessoa ou entidade que represente. O deputado pedista se preocupou também com o direito dos trabalhadores, ao reconhecer o direito de greve no "âmbito das relações trabalhistas" e ao estabelecer que deverá ficar para legislação ordinária a disposição sobre o direito de associação do servidor público. Ao funcionar do Governo, o deputado Pedro Ceolin veda a realização de greves e sugere a adoção de um "processo especial de tramitação de suas reivindicações".

O pleno dos dois imóveis dos terrenos de marinha (1) a principal emenda apresentada pelo senador José Ignácio. Através de uma proposta de modificação do art. 17 — 3º das Disposições Transitorias, o senador sugere que o aforamento aplicado pelo Patrimônio da União para os terrenos de marinha se limite à faixa de cem metros de largura e não se aplique aos terrenos localizados nas capangas dos Estados e nas cidades que contém mais de trezentos mil habitantes a época da promulgação da Constituição, "ressalvadas as áreas consideradas de interesse público nos termos da lei".

Segundo José Ignácio, a medida beneficia os terrenos de marinha das capitais dos Estados e de cidades populosas com centenas de edifícios à beira-mar, "dando-se assim solução aos graves problemas que ocorrem em cidades como Vitória, Florianópolis, São Paulo, Recife, Salvador, Santos, etc."

Em outra emenda modificativa, o senador solicita que seja da competência dos Estados a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Federal, bem como a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Federal. A proposta tem por objetivo o controle da constitucionalidade de leis, atos normativos que integram a Constituição Federal.

Argumenta José Ignácio que o Projeto Cabral contempla "o controle que nervous por ação direta, no plano federal, pelo Supremo Tribunal Federal, nele não incluindo, porém, a lei e o ato municipal no plano estadual. Porém o referido controle na forma do 2º art. 149 que, igualmente, não contemplada a inconstitucionalidade de leis ou atos municipais perante a Constituição Federal".

Conselho de Educação

Na tentativa de diminuir o hiato existente entre o ensino e a sociedade, o senador João Calmon apresentou uma emenda solicitando que se acrescentasse ao artigo 244, do projeto constitucional, a criação dos Conselhos Municipais de Educação. A proposta já havia sido apresentada anteriormente pelo senador e, segundo ele, vem garantir a eficiência e aplicabilidade dos recursos destinados à educação através da fiscalização realizada pela própria comunidade. "Os estudantes e seus pais não dispõem de mecanismo que lhes garantam a merecida influência sobre currículos, programas, qualificação de professores, escolha de

livros, aquisição de material didático etc.", afirma o senador. "Por esta razão, julgamos conveniente não apenas a criação de Conselhos Municipais de Educação, eleitos por voto direto e secreto, como a atribuição a esses novos órgãos de competência, para fiscalizar o ensino e as instituições que o ministraram, a transferência necessária, tanto em termos didáticos como financeiros".

De acordo com a emenda do senador João Calmon, os Conselhos Municipais de Educação serão compostos de seis a onze conselheiros, com base nas necessidades locais, sendo todos eles eleitos por voto direto e secreto por ocasião das eleições para a Câmara Municipal. Funes conselhos serão organizados em municípios com mais de 50 mil habitantes, com competência para fiscalizar o ensino de 1º, 2º e 3º graus ministrados no território do município.

Outra emenda apresentada pelo senador João Calmon propõe a modificação da redação do artigo 24 das Disposições Transitorias e prevê que o Congresso Nacional elabore e aprove, no prazo máximo de dez meses, as leis complementares exigidas pelo texto da Constituição, "ou que venham a tornar-se necessárias para seu efetivo cumprimento". Com esta emenda, o senador tenta evitar que "se venha a terra mota" os dispositivos contidos no texto constitucional, citando, como exemplo, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, princípio que consta da Constituição de 1964 e que nunca foi elevado exatamente a falta de uma regulamentação.

A principal emenda apresentada pelo senador Gerson Camata diz respeito à manutenção, por vinte anos, do Decreto-1 e 890. Segundo o senador, este decreto "dotou o Estado de uma sistemática de incentivos fiscais que nunca tem beneficiado o seu desenvolvimento". Camata argumenta que o DL

890 foi criado temporariamente e acabou por "tornar preterito durante o Governo João Figueiredo". Acrescenta o senador que a importância deste incentivo para o Estado justifica a sua inclusão no texto constitucional no Capítulo das Disposições Transitorias.

Gerson Camata acrescenta também uma emenda sobre a "para o artigo 171 que trata do Direito dos Trabalhadores". Segundo esta emenda, o senador sugere a ampliação de dois para cinco anos do prazo prescricional, contados da data de direito originário de relação, de emprego. "Salvo na hipótese da extinção do contrato de trabalho".

Uma licença remunerada a gestante pelo prazo de 120 dias no mínimo, sem prejuízo de emprego e salário, foi o teor da principal emenda apresentada pela deputada Rita Camata. Ela acrescenta ainda a sua proposta a criação de mecanismos que venham a incentivar a produção dos mercados de trabalho da mulher, "na tentativa de impedir efeitos perversos da proteção assegurada".

Em outra emenda, a deputada sugere a garantia ao pai do direito de se tornar responsável pelo número de filhos, "sendo vedada qualquer forma coercitiva em contrário pelos poderes públicos e entidades privadas".

A assessoria estatística dos acidentes de trânsito no país foi motivo em foco para o deputado Lezo Sahlberg para empreender verdadeira batalha para incluir a educação para a segurança do trânsito entre os dispositivos constitucionais. O deputado apresentou mais de uma emenda neste sentido, solicitando que a educação para o trânsito seja competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. "No Brasil, em um só ano, são mais 50.000 mortos, 150.000 vítimas, 500.000 acidentes, 1.000.000 de senhais em colhões e 1,5 bilhões de dólares de prejuízos", assinala o deputado, acrescentando que a grande maioria desses prejuízos humanos e econômicos é evitável.

A criação do Conselho Popular Municipal e do Juri Popular são duas propostas de emendas apresentadas pelo deputado Vasco Alves, o que demonstra sua constante preocupação com a organização popular. "A cidadania não deve ser exercida simplesmente através do sufrágio, mas deve ser uma ação permanente de co-responsabilidade pela direção dos negócios públicos" — afirma Vasco Alves, solicitando a inclusão no artigo 12 do Projeto Bernardo Cabral, da organização do Conselho Popular Municipal constituído de representantes da comunidade, em especial de entidades econômicas, profissionais e culturais.

Da mesma forma, ele solicita que se dê ao parágrafo 5º do artigo 6º a inclusão de dispositivos prevendo a existência do Juri Popular. "O Juri Popular é a instituição mais democrática da nossa Justiça", argumenta Vasco Alves acrescentando que, desta forma, se contribui "para maior democratização e transparência das ações do Poder Judiciário".

CPI da corrupção recebe advertência do Governo

Brasília — O Governo rompeu ontem o silêncio que vinha mantendo sobre os trabalhos da CPI da Corrupção para advertir que o país espera um tratamento de respeito nas investigações envolvendo embaixadores e diplomatas diretamente ligados ao Governo Federal. "O que há de fofoca e cotovelagem neste campo é realmente surpreendente e merece que haja um respeito bilateral", afirmou o chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, momentos após o despacho do presidente José Sarney no Palácio da Alvorada.

Segundo Costa Couto, não há interesse do Governo em obter ou entrar em confronto com a CPI, e sim aplacar quando os parlamentares apontarem os casos de corrupção, que, afirmou, devem ser combatidos sistematicamente. "Aguardando dentro da lei", acrescentou o ministro, "não há por que criticar a CPI. Dentro da lei, todos temos que

torcer para que produza bons resultados. Este país precisa trabalhar a corrupção, sobretudo a impunidade".

Para Costa Couto, as notícias de que os membros da CPI realçam o fato de serem favorecimentos de contratos, comprometendo diretamente o presidente da República, que neste caso poderia ser processado por crime de responsabilidade, são pura "invenção". Quando o assunto prende para esse lado — "invenções, boatos e exageros", dos acordos com ele — melhor "é receber e ficar na expectativa".

Outro "exagero" identificado por Costa Couto é o número de pessoas nominadas por alguns membros da CPI para depor sobre os escândalos envolvendo o ex-ministro Aníbal Teixeira. "Se fossem convocados todos os já mencionados, a comissão teria que funcionar 24 horas ininterruptamente", afirmou o ministro.

Senador manifesta preocupação

Brasília — "Devemos estar agudando o perigo do gabinete do presidente José Sarney, isto é, o que me preocupa". Foi assim que o primeiro secretário do Senado e integrante da CPI da Corrupção, Juracy Magalhães, reagiu, ontem, à anunciada disposição do Palácio do Planalto em investigar a vida particular e política dos membros da comissão que examina denúncias de corrupção na administração pública.

O senador pela Bahia disse não estar apreensivo com essa intenção do Palácio do

Saulo Ramos depõe esta semana

Brasília — O conselheiro-geral da República, Saulo Ramos, mandou carta ontem ao senador José Ignácio Ferreira, presidente da CPI sobre corrupção no Governo, oferecendo-se para depor esta semana. Saulo demitiu sua declaração ao senador Carlos Chiarelli, publicada domingo na Folha de S. Paulo, dizendo ser "irrelevante" que ele e Juracy Magalhães não deporiam na comissão, baseados em parecer dele próprio, Saulo Ramos, de que a CPI é inconstitucional.

Para o conselheiro da República, Chiarelli não leu ou não entendeu sua parecer. Ele disse estar claro naquele estado jurídico "que as reuniões, quando os senadores em Brasília não puderem comparecer, não há de ser cumprido, em face da CPI, a triplicação oriunda-jurídica a que estão sujeitos, consistente em comparecer, depor e dizer a verdade".

Saulo Ramos afirmou que seu parecer não terá competência fiscalizadora no Le-

Planalto, mas sim com o seu significado, que, na sua opinião, só pode ser estabelecido após investigações chegam ao gabinete presidencial.

Não houve esse risco, o parlamentar acredita que a reação do Governo seria outra. Ele comentou jamais ter visto algo parecido com o que se passou no gabinete presidencial, ou seja, o Governo adotando represálias contra o Legislativo, porque seus integrantes estavam cumprindo suas obrigações parlamentares.

gislativo, mas que apenas sustenta "a grave inconstitucionalidade do ato constitutivo desta CPI, por não definir fato determinado como objeto de investigação". Ele defendeu também o princípio da separação dos Poderes, ressaltando apenas que, de acordo com o artigo 38 da Constituição, a cominação de ministro de Estado e dos que a isto se equiparam deve ser dada pela maioria de plenário.

Finalmente, Saulo Ramos termina assim sua carta: "A CPI não tem caráter de inquérito, portanto, não há de ser declarada que atenderá a seu convite, declarando, portanto, sua inconstitucionalidade em face de todos os dias que, na próxima, estiver viajando para atender a compromissos anteriores no Senado. Assim, durante esta semana, ou na posterior, não comparecerá, e não terá dúvidas em comparecer. E com o parecer".

Lourenço cobra saída dos parlamentaristas

Salvador — "Os ministros parlamentaristas ardem a fazer que deixaram o Parlamento e o presidencialismo sempre, mas sempre que esquecerem de que a promessa e por isso o presidente da República já deveria ter tomado a iniciativa de demitir", afirmou ontem o senador Waldir Rêgis, cobrou ontem dos membros da Câmara dos Deputados, José Lourenço.

Ele manifestou, entretanto, descrença em que a cobrança produza algum efeito. "O presidente vai tentar um Governo híbrido, presidencialista e parlamentarista, o que é uma coisa estranha", observou, comentando a permanência dos ministros Archer (Previdência Social), Celso Furtado (Cultura) e Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia).

"Esta permanência não está apresentando bons resultados. Basta ver o esforço de contê-lo de gastos comandados pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, enquanto nada se faz neste sentido na área da Previdência Social, que tem um orçamento

aproximadamente igual a 50 por cento do orçamento da União", afirmou.

Para o líder do PFI no plenário do PMDB, outros setores desistem de sua sustentação ao Governo. "É o de quem receber sem dar. Aqui na Bahia, por exemplo, o PC da Bahia votou para eleger Waldir Rêgis e recebeu em troca participação no Governo do Estado". Esta declaração foi feita em reunião de trabalho em que estava presente o líder do PC do B na Câmara Federal, deputado Haroldo Lima.

Lourenço comentou também as medidas restritivas adotadas pelo PMDB, que procura a redução do déficit público, observando que "das seis ou sete medidas, mas se não forem complementadas a inflação não baixará".

"Não estou com todas as informações para dizer mais as opções a serem feitas. Mas, em relação às emendas estatais, por exemplo, acredito que 90 por cento delas devam ser privatizadas ou fechadas".

Brossard desafia peemedebistas

Porto Alegre — Ao desafiar os peemedebistas que ameaçam sair do partido a reeleger o senador Brossard, afirmou que, ao mesmo, eles devem devolver ao PMDB os mandatos parlamentares que obtiveram através da aprovação. Brossard também criticou esses peemedebistas por quererem ser Governo e oposição ao mesmo tempo.

Em artigo publicado na edição de ontem do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, o ministro da Justiça classificou como "desarrasada" a alegada motivação dos parlamentares peemedebistas para saírem do partido a manutenção, pela Constituição, do sistema presidencialista de Governo e a fixação dos mandatos presidenciais em cinco anos. Brossard observou que, além de o programa do PMDB não expressar preferência por sistema de Governo ou duração de mandatos, as decisões foram da Constituinte e não do partido. "De resto, quem participa de uma Assembleia, em qualquer lugar do mundo, deve estar pronto para ganhar e para perder", frisou.

Planalto inicia as retaliações

Brasília — Já começou a retaliação do Palácio do Planalto contra os 93 integrantes do bloco inconstitucional do PMDB, que romperam com o Governo Sarney. Ao assinar o manifesto de rompimento com o Governo, na semana passada, o deputado Francisco Pinto pediu ao deputado regional do Ministério do Trabalho da Bahia, Waldir Rêgis, por ele indicado.

"Acho que o Governo está certo. Desde o momento em que assistiu manifesto de rompimento com o Planalto, sabia que perderia minhas nomeações na Bahia. Ainda tem algumas para eles lerarem" — afirmou o deputado Francisco Pinto, um dos últimos a subscrever o documento.

Ele e outros de vários Estados não concordaram com o item do documento que condicionava a saída do PMDB, o a Constituinte aprovar mandato de cinco anos para Sarney. O dispositivo foi superado, Chico Pinto assinou e perdeu um importante cargo na Bahia.

dos os deputados estaduais presentes a defenderem o Poder Legislativo. Não se entender, somente com um Congresso forte é que se garante a plena democracia.

Alfonso Arinos lembrou, ainda, que a luta pela implantação do regime parlamentarista, iniciada dentro da Assembleia Nacional Constituinte, não acabou. "A luta está mais forte e compete também aos deputados estaduais e empenharem nessa luta", afirmou.

Para o presidente da Ajudal, Lourival Zagonel dos Santos, essa é uma grande oportunidade para promover a imagem do Congresso nacional junto aos parlamentares estaduais e à opinião pública. Além disso, segundo o senador, o seminário vai servir de base à preparação das Assembleias Estaduais com vistas à elaboração das Constituições de seus respectivos Estados, pois a promulgação da Constituição Federal. O constituinte Lourival Zagonel do Cabral, ao abrir o seminário — é representante do Estado de Sergipe, e o deputado Ulysses Guimarães —, lembrou que o constituinte tinha por meta transmitir aos parlamentares a experiência vivenciada pela Constituinte, ou seja, desde o início dos trabalhos até a aprovação das propostas em plenário.

Arinos abre seminário sobre Constituição

Brasília — Com palestras do senador Alfonso Arinos (PFI-RJ) e do deputado Bernardo Cabral, foi aberto, ontem, na sede do Nereu Ramos, da Câmara, o seminário "A Nova Constituição e as Constituições Estaduais", que tem por objetivo divulgar a experiência vivida pela Constituinte na elaboração da nova Carta.

O seminário, promovido pela União Parlamentar Interpartidária (UPI) e pela Assembleia Nacional para o Desenvolvimento das Atividades Legislativas (Ajudal), conta com a participação de aproximadamente 10 parlamentares estaduais e 80 assessores de alto nível das Assembleias Estaduais, além de dezenas de constituintes.

O senador Alfonso Arinos, presidente do Conselho de Sistematização, destacou a to-

Projeto sobre eleições de novembro já está pronto

Brasília (SUCURSAL) — Já está pronto o texto-base do projeto que regulamenta as eleições municipais de novembro. Conhecido como o "Projeto Judas" — "para ser malhado e modificado", segundo o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro —, o documento é uma compilação dos textos apresentados pelas lideranças de seis partidos — PMDB, PDS, PDT, PFI, PCB e PT — e estabelece as regras que irão comandar o pleito que elegerá os novos prefeitos e vereadores.

Preocupados com os rumores de uma possível prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores eleitos em 1988, 11 líderes partidários reuniram-se durante estes dois dias de semana no planalto para firmar posição favorável à manutenção do pleito previsto pela Constituição em vigor. Os resultados concretos desta mobilização foram a elaboração de um manifesto de apoio às eleições — e do texto-base do projeto de regulamentação.

Bombardieiro

Todas as normas disciplinares previstas no anteprojeto, que teve como relator o deputado Genivaldo Corrêa (PMDB-BR), foram costuradas de modo a que possam servir tanto para a Constituição em vigor quanto para o texto constitucional em elaboração pela Assembleia Nacional Constituinte. Isso para evitar que o atraso da nova Constituição possa vir a prejudicar a realização das eleições de 15 de novembro, como apregoam alguns setores favoráveis ao adiamento do pleito. No entanto, com a mobilização dos parlamentares, ficou mais difícil a possibilidade da prorrogação dos mandatos. Mas há que se registrar que este anteprojeto que será votado esta semana pelos deputados federais poderá ser bombardeado, em plenário, pelos parlamentares interessados em adiar o pleito.

Se depender da bancada capixaba, o anteprojeto não será aprovado. Os assessores de votos, um parlamentar do Espírito Santo, apenas o deputado Nyder Barbosa — integrante do Centro — manifestou-se contrário à realização das eleições este ano.

Candidatos

O deputado pefelista acha que difícilmente a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores será aprovada no Congresso Nacional. O deputado considera que há um grande número de parlamentares candidatos às prefeituras de suas cidades e já estão em plena campanha, além do mandato de seis anos que, segundo ele, não há de ser prorrogado. O deputado defende que os atuais prefeitos e vereadores se, na opinião de Stéfio, uma tração ao povo que eleger seus representantes para um prazo determinado. O deputado considera que as emendas prorrogacionistas perigosas e que elas foram elaboradas por "pessoas interessadas e que vêm nas eleições um fator de desestabilização democrática".

Imoralidade

Também o deputado Lélio Sathler comunga desta posição. Para ele, "só quem detém o mandato de cinco anos para Sarney com o presidencialismo ou quem quer inviabilizar as eleições para presidente este ano" está defendendo a tese de prorrogação dos mandatos. Os interessados neste sentido do parlamentar, vão tentar jogar com todas as forças esta tese no plenário, fato que lhe causa preocupação. "Este Congresso não pode seerrar tudo, inclusive o ato de arbítrio e espírito, que é a prorrogação", afirmou.

Tendência

Camata ressaltou que há uma tendência dentro do Congresso Nacional de proteger a elaboração da lei que regulamentará o pleito. Esta legislação, lembrou, deve estar pronta no mínimo três meses antes das eleições, ou seja, até 15 de agosto. O senador disse que mesmo que a lei não seja elaborada a tempo, o Congresso poderá votar uma resolução delegando ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderes para baixar instruções para a realização do pleito. Nestas instruções deverá constar o número de vereadores por município, o dia da eleição e as regras da propaganda eleitoral.



Rose: "O povo não aceitará o adiamento"; Nyder: contrário às eleições de novembro; Igázo: repúdio à tese prorrogacionista; Rita: denunciando articulações do Centro; Lélio: contra a prorrogação de mandatos; Manhães: "Querem obstruir a Constituinte".

"A soberania da Assembleia Nacional Constituinte termina onde começa a soberania do povo", afirmou o deputado Stéfio Dias (PFL), também contrário à tese prorrogacionista. Stéfio acredita que existem no Congresso Nacional três hipóteses para as eleições previstas para novembro: a elaboração da lei com base nas eleições anteriores, delegar poderes ao TSE para regulamentação do pleito ou uma nova regulamentação dentro do prazo constitucional.

"Imoralidade" também foi o termo utilizado pelo senador José Ignácio para demonstrar sua repulsa à tese prorrogacionista. "Será um escândalo e uma imoralidade. Mas tudo pode acontecer num Congresso como esse em que se viu o festival de barulho na votação da emenda presidencialista", afirmou o senador. Para José Ignácio, esta é mais uma manobra feita pelo presidente da República, com o apoio de setores do PMDB, "para criar milhares de bilhões nesse país". De acordo com o senador, estes setores vão se utilizar de todos os argumentos — custo das eleições, coincidência de mandatos — para inviabilizar o pleito deste ano. Mais correto, afirmou, seria realizar o pleito, estabelecendo um mandato-tampo de apenas um ano.

Consciência

Declarando que a ideia de adiar as eleições municipais é "um absurdo", o deputado Vasco Alves comentou o argumento levantado pelos favoráveis a esta tese — custo do pleito —, lembrando que quando mais os eleitores participarem e votarem em seus candidatos maior será "a consciência política" do povo brasileiro. Suspender a eleição de novembro, na opinião do deputado, é interromper o processo de transição e anular a luta pela renovação das lideranças políticas. Para Vasco Alves, a população brasileira já está contando com certa a realização do pleito municipal e as lideranças no Congresso rechaçam a ideia de prorrogação.

A deputada Rose de Freitas, por sua vez, classificou de "medida casuística" esta tentativa de se adiar o pleito de novembro. Segundo a parlamentar, "o país precisa manifestar sua vontade e não se pode dizer ao povo que não haverá mais eleições este ano. O povo não aceitará isso", argumentou. Rose lembrou que já há um movimento de repúdio a esta tese no Congresso Nacional, onde 456 parlamentares (na última sexta-feira) assinaram o manifesto contra a prorrogação de mandatos dos prefeitos e vereadores.

"Não existe nenhuma possibilidade de prorrogação dos mandatos. Seria o cúmulo do casuismo feito para atender aos interesses espúrios daqueles que temem enfrentar os eleitores e suas bases". Desta forma, o único representante do PT capixaba no Congresso se posicionou contrário à ideia de prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores. Para Vitor Buzia, as eleições fazem parte do processo de democratização e, num país em transição política, "é de se prever o anseio popular em exercer seu direito de voto. Esse anseio deve ser atendido".

Vitor considera que o ideal seria a fixação de eleições gerais. Se isto não é possível, afirmou, o melhor seria a realização de mandatos a partir de 1990, "desde que não prejudique as eleições municipais de 88. Fora disso, só estabelecendo mandatos-tampão, com direito a reeleição". O deputado peffista considera que a tese de eleições gerais é difícil de passar no Congresso Constituinte. "Mas não é impossível. Tudo dependerá da conjuntura política e do clima dentro da Constituinte no dia da votação".

Candidatos exigem 'o seu' em comitês eleitorais

Nelson Assunção

O mês de setembro, mais do que a primavera, sempre foi o mês das eleições. E, por isso, sempre foi o mês das candidaturas. Na última década, dois candidatos foram eleitos para o cargo de governador. E, em 1990, a situação é semelhante. Os candidatos são os mesmos: José Ignácio Ferreira, governador eleito em 1986, e Paulo Roberto Costa, governador eleito em 1990. A diferença é que, agora, os candidatos são os mesmos, mas os cargos são diferentes. Em 1986, José Ignácio Ferreira foi eleito governador. Em 1990, ele é candidato a senador. Paulo Roberto Costa, por sua vez, foi eleito governador em 1990 e é candidato a senador em 1994.



Alguns meses, de uma maneira ou de outra, os principais candidatos exigem o "seu" em comitês eleitorais. Cada um deles tem um comitê que recebe não o "seu" que foi prometido, mas o "seu" que foi prometido para suas campanhas, assim como os outros candidatos. E também que os candidatos exigem o "seu" em comitês eleitorais. Cada um deles tem um comitê que recebe não o "seu" que foi prometido, mas o "seu" que foi prometido para suas campanhas, assim como os outros candidatos. E também que os candidatos exigem o "seu" em comitês eleitorais.

Do mesmo lado, três mulheres contestavam as dificuldades que os candidatos tinham em conseguir o "seu" em comitês eleitorais. Cada um deles tem um comitê que recebe não o "seu" que foi prometido, mas o "seu" que foi prometido para suas campanhas, assim como os outros candidatos. E também que os candidatos exigem o "seu" em comitês eleitorais.

Mudanças radicais

Os últimos acontecimentos envolvendo o voto presidencial e a política estadual e a política municipal, em Vitória, são de uma natureza radical. Cada um deles tem um comitê que recebe não o "seu" que foi prometido, mas o "seu" que foi prometido para suas campanhas, assim como os outros candidatos. E também que os candidatos exigem o "seu" em comitês eleitorais.

Pagamento atrasado

No comitê de deputado federal Rose de Freitas (PSDB), em Vitória, não havia quitação com os doadores. Cada um deles tem um comitê que recebe não o "seu" que foi prometido, mas o "seu" que foi prometido para suas campanhas, assim como os outros candidatos. E também que os candidatos exigem o "seu" em comitês eleitorais.

Alguns mais exaltados dizem, discretamente, mas suficientemente audazes para serem ouvidos, que até colocariam o "comitê" alheio se não recebessem o pagamento daquele dia (particularmente o pagamento do "seu" em comitês eleitorais). Cada um deles tem um comitê que recebe não o "seu" que foi prometido, mas o "seu" que foi prometido para suas campanhas, assim como os outros candidatos. E também que os candidatos exigem o "seu" em comitês eleitorais.

Agenda		
Leitura	13 horas - sala de leitura de 1986	Calam
At 9 horas - reunião de trabalho do Conselho Municipal de Saúde de Vitória	14 horas - reunião do Conselho de Saúde de Vitória	15 horas - reunião do Conselho de Saúde de Vitória
Registro	16 horas - reunião do Conselho de Saúde de Vitória	Aliment
Ignácio	17 horas - reunião do Conselho de Saúde de Vitória	18 horas - reunião do Conselho de Saúde de Vitória
18 horas - reunião do Conselho de Saúde de Vitória	19 horas - reunião do Conselho de Saúde de Vitória	20 horas - reunião do Conselho de Saúde de Vitória

CARTA DE BRASÍLIA

Excelentíssimo Senhor
Doutor ALCELI GUERIA
Diretor do Ministério de Estado do Espírito
R. S. T. A.

Senhor Ministro

Os Secretários de Estado do Espírito Santo, reunidos em Brasília no dia 28 de agosto de 1990, participaram com o cumprimento de suas funções de forma respeitosa e considerada.

- 1 - o grave situação de saúde da população brasileira, particularmente a morte por câncer e a responsabilidade assumida pelos Estados e seus governos;
- 2 - as dificuldades que estão ocorrendo para a elaboração de um processo de descentralização do controle de saúde estadual e municipal, que está sendo desenvolvido, e que apresenta as condições essenciais para a implantação de uma rede de saúde;
- 3 - a determinação do repasse de recursos para o setor público de saúde dos Estados, que tem, em alguns Estados, representado apenas 20% dos recursos repassados no início de 1988 e que são insuficientes para o atendimento das necessidades de saúde e a contínua reestruturação dos Estados por meio de ações de saúde que possam ser realizadas, visando ao melhoramento das condições de saúde e a melhoria da qualidade de vida da população;
- 4 - as dificuldades de implementação e de execução dos projetos de saúde pública, em virtude da falta de recursos humanos e materiais necessários para a execução dos projetos;
- 5 - a situação atual em que os investimentos em saúde são insuficientes para a melhoria da qualidade de vida da população e a melhoria das condições de saúde pública, em virtude da falta de recursos humanos e materiais necessários para a execução dos projetos;
- 6 - as dificuldades e penalidades que os Estados estão sentindo na possibilidade de um processo de descentralização e unificação com as ações de saúde referidas;
- 7 - as graves distorções existentes nos serviços de saúde e a necessidade de um plano de saúde, particularmente sobre o repasse que está sendo feito para os municípios, sem que os recursos sejam devidamente utilizados para a melhoria das condições de saúde pública e o melhoramento das condições de saúde pública.

Os considerandos acima referidos são e exigem algumas condições essenciais para a melhoria das condições de saúde pública e o melhoramento das condições de saúde pública.

- 1 - Aumento imediato de recursos de saúde para o setor público de saúde dos Estados, particularmente sobre o repasse que está sendo feito para os municípios, sem que os recursos sejam devidamente utilizados para a melhoria das condições de saúde pública e o melhoramento das condições de saúde pública.
- 2 - A implementação de um plano de saúde, particularmente sobre o repasse que está sendo feito para os municípios, sem que os recursos sejam devidamente utilizados para a melhoria das condições de saúde pública e o melhoramento das condições de saúde pública.
- 3 - Garantia de não interferência direta com os Municípios, realizando todas as negociações através das Secretarias de Saúde Estaduais, e fim de preservar o papel do Estado e os princípios básicos fundamentados de descentralização, descentralização de saúde e regionalização. Sem prejuízo da possibilidade de realização de ações de saúde, mediante recursos próprios, em áreas de saúde, em especial, medicamentos importados, aquisição de insumos, etc.
- 4 - Aumento imediato de recursos de saúde para o setor público de saúde dos Estados, particularmente sobre o repasse que está sendo feito para os municípios, sem que os recursos sejam devidamente utilizados para a melhoria das condições de saúde pública e o melhoramento das condições de saúde pública.
- 5 - A implementação de um plano de saúde, particularmente sobre o repasse que está sendo feito para os municípios, sem que os recursos sejam devidamente utilizados para a melhoria das condições de saúde pública e o melhoramento das condições de saúde pública.
- 6 - Garantia de não interferência direta com os Municípios, realizando todas as negociações através das Secretarias de Saúde Estaduais, e fim de preservar o papel do Estado e os princípios básicos fundamentados de descentralização, descentralização de saúde e regionalização. Sem prejuízo da possibilidade de realização de ações de saúde, mediante recursos próprios, em áreas de saúde, em especial, medicamentos importados, aquisição de insumos, etc.

Essas considerações, Senhor Ministro, não conseguem resolver por inteiro nossas angústias, face à gravíssima situação de saúde presente nos Estados, assim como, as sombrias perspectivas que enfrentamos se esses problemas não forem rapidamente e eficazmente resolvidos. O que mais nos preocupa é que, a qualquer momento, o pagamento por parte do Ministério de Saúde, em virtude da situação de saúde, não seja feito, o que poderia ser considerado um ato de desrespeito por parte do Ministério de Saúde, em virtude da situação de saúde, não seja feito, o que poderia ser considerado um ato de desrespeito por parte do Ministério de Saúde.

Creio, Senhor Ministro, que todas essas medidas, cujo cumprimento é de suma importância para a melhoria da qualidade de vida da população e a melhoria das condições de saúde pública, não sejam feitas, o que poderia ser considerado um ato de desrespeito por parte do Ministério de Saúde, em virtude da situação de saúde, não seja feito, o que poderia ser considerado um ato de desrespeito por parte do Ministério de Saúde.

Brasília-DF, 30 de agosto de 1990.

(Handwritten signatures and notes)

CORASS - Conselho Nacional de Secretários de Estado do Brasil.

SESA
Secretaria de Estado de Saúde

CANDIDATOS exigem o "seu" em comitês eleitorais. A Gazeta, Vitória (ES), 2 de setembro de 1990, p. 5.

No estacionamento interno do comitê um carro (Passat FB 1029) com sistema de alto-falante e cartazes dos candidatos a deputado federal e estadual, respectivamente Rita Camata e José Luiz Kffury, ambos do PMDB, chamava a atenção do grupo localizado no lado oposto do candidato que ameaçava trocar José Ignácio por Albuino. Cabos eleitorais à espera de novos serviços, eles se perguntavam se “Camata e Kffury já deixaram a campanha de Calmon (candidato ao Governo do Estado pelo PMDB) e estão apoiando publicamente o senador José Ignácio”. Ninguém soube responder, embora uma moça observasse que “pelo menos o carro está sempre ali”.

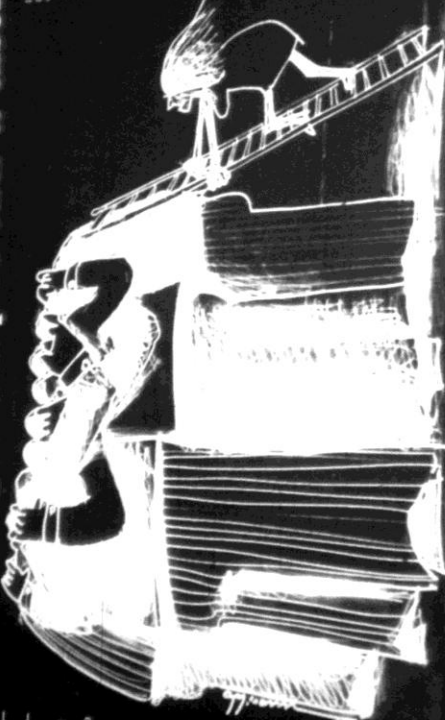
Mulheres políticas querem pôr fim à discriminação

Helena Magalhães

O ano de 1990, pelo menos, aproxima-se para as mulheres de uma nova etapa. Para a classe feminina. Tanto da ANEP (Associação Nacional de Mulheres da Paraíba) quanto do CNBB, as mulheres conseguiram, nestes primeiros meses, destaque, ocupando espaços antes só reservados para homens.

Principalmente no âmbito da Associação de Mulheres do Espírito Santo (AMES) e a escola de Zilda Cantalício de Economia, sem falar os debates de cada uma, podem exemplificar os avanços. No entanto, no contexto geral, as mulheres ainda são discriminadas e sabem disso.

Além disso, apesar de mancha na população, elas são minoria em cargos representativos. No âmbito de mulheres políticas espalhadas, a sociedade continua a ser machista, atribuindo a participação política-participação feminina. Tudo é machista, segundo elas, quando a mesa é disputar uma eleição.



A GAZETA - Vitória (ES), domingo, 4 de março de 1990

proposta de alteração para a mesa. E o que aconteceu? Quando a mulher entrou para a mesa, ela foi imediatamente excluída. Quando ela entrou para a mesa, ela foi imediatamente excluída. Quando ela entrou para a mesa, ela foi imediatamente excluída.

Para Gracia Leliana, as mulheres que vão se desentendendo são as que não se preocupam muito com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

Apesar de serem minoria, os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro. Ela acredita que os homens não se preocupam com o futuro.

MULHERES políticas querem pôr fim à discriminação. A Gazeta, Vitória (ES), 4 de março de 1990.

Rita nega articulações para vice

A deputada federal Rita Camata (PMDB) negou ontem que tenha feito consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a fim de saber se, com 30 anos incompletos, pode concorrer ao Governo do Estado. Ela também descartou a possibilidade de vir a integrar uma chapa, como vice do senador José Ignacio Ferreira (PSDB) ou de qualquer outro candidato à sucessão estadual. "Não existem articulações neste sentido. Estou trabalhando para uma reeleição".

De acordo com informações nos bastidores políticos, a deputada federal Rita Camata teria feito uma consulta ao TSE, para saber se com 30 anos incompletos — ela tem 29 anos e fará 30 nos próximos meses — poderia dispu-

tar o Governo estadual. O senador Gérson Camata (PMDB) estaria, segundo fontes partidárias, apostando nesta possibilidade, ou ainda na hipótese de sua esposa poder fazer uma dobradinha com um candidato à sucessão de Max Mauro.

No entanto, ontem a deputada Rita Camata negou que esteja articulando, em companhia de seu marido, disputar o Governo estadual. Segundo ela, sua candidatura à Câmara dos Deputados já é coisa certa. Com relação à possibilidade de vir a disputar a vice-governadoria, numa chapa encabeçada pelo senador José Ignacio Ferreira, a parlamentar salientou que poderá representar melhor o

Espírito Santo no Congresso do que como vice-governadora.

Rita Camata disse ainda que sequer pensou, desde que foram iniciadas as articulações com vistas à sucessão estadual, em disputar o Governo. Ela atribuiu as informações às especulações habituais que ocorrem por ocasião das eleições. "Estou trabalhando seriamente por uma reeleição", concluiu.

A deputada comentou ainda sobre a sua situação partidária, negando que já tenha tomado uma decisão sobre o caminho a seguir: "Até o final do mês, depois de ouvir as minhas bases políticas, tomarei uma posição sobre se saio do PMDB e, nesse caso, para qual partido irei".

Os vere...
tados um...
flação de...
feito em...
lho, do...
mento...
Na...
mitaçã...
uma...
aind...
res...
bele...

lar...
7...
d...



Foto de Chico Mendes

Rita Camata, a mais votada em 1986, também lidera agora a disputa

Rita lamenta recado na cédula

A parlamentar capixaba mais votada nas eleições de 1986 — recebeu mais de 130 mil votos — está certa de que, desta vez, tendo em vista o alto índice de abstenções, votos nulos e brancos, no Espírito Santo vai ser possível eleger um deputado federal com apenas 15 mil votos. Rita Camata, 30 anos, ainda não quer admitir que será a mais votada nesta eleição. "O importante é se eleger", diz ela, embora admita que está triste com o "recado" dado pelos eleitores. "Lamento que o eleitor tenha de demonstrar sua contestação fazendo uso do instrumento que nos torna iguais", comenta.

Se 15 mil votos representarem a quantidade mínima necessária para a indicação de um deputado federal, Rita Camata também acredita que, no máximo, o mais votado pode chegar a 80 mil votos. Ela assegura que, dependendo da votação, aumenta a responsabilidade do parlamentar, embora garanta que, individualmente, tal fato (os votos recebidos) não altere seu comportamento. "Meu compromisso com o Espírito Santo e com o país é o mesmo", frisa.

Sem puxador

No seu partido, o PMDB, a deputada diz que faltaram palanque e um puxador de votos. Ela comenta também a "pressão" que

sofreu com a cobrança dos que insistiam em lhe falar sobre a possibilidade de seu número de votos, nesta eleição, superar o da anterior. "Em momento algum assumi isso", assegura, para depois afirmar: "Estou feliz com a votação que venho recebendo. Acho que os votos refletem a confiança renovada do eleitorado pelo trabalho que desenvolvi". Até ontem, Rita Camata tinha a informação de que vinha sendo a mais votada em 18 municípios do Estado.

A deputada faz comentários acerca da legislação eleitoral. Acha, por exemplo, que a legenda é injusta. "Hoje, diz ela, "o julgamento do eleitor é feito em relação ao candidato". A legislação, na sua opinião, é atrasada e tem de ser revista. Um fato que a parlamentar ressalta é a necessidade do fim da obrigatoriedade do voto. "A rejeição é evidente; o voto tem de ser facultativo", argumenta.

Tantos votos nulos, brancos e um elevado índice de abstenções, na visão de Rita Camata, exigem dos políticos mais seriedade no exercício da função pública. "Ou se faz uma política moderna, coerente, ou teremos mais reprovações como esta. Isso me entristece, mas com certeza vale como reflexão", admite, fazendo questão de frisar: "O recado é sério, profundo..."

ro de 1928
 Anexo
 9. domingo, 7 de outubro de 1990 — Ano LXIII — Nº 21042 — Edição de 80 páginas — Exemplar de assinante — Venda proibida

A GAZETA

Foto de Nelson Nóbis

Bancada federal já começa a se definir

Projeções realizadas sobre os números totalizados pela Central de Apurações da Rede Gazeta, sobre um total de 13% de votos apurados, indicam que já estão definidos quatro nomes para a futura bancada capixaba na Câmara de Deputados: Rita Camata (PMDB), Paulo Hartung (PSDB), Roberto Valadão (PMDB) e Cláudio Vereza (PT). Segundo essas mesmas projeções, a bancada com maior número de deputados federais deverá ser a do PMDB, com três a quatro representantes. Em seguida, vem a coligação PSDB/PL, com três. O PT deverá conquistar uma ou duas cadeiras. A Frente Progressista Liberal (PFL/PDS)

terá uma ou duas e a coligação encabeçada pelo PDT talvez uma. Estão com bastante chance de se eleger o ex-prefeito da Serra João Batista da Motta (PSDB), Jones Santos Neves Filho (PL), Stelio Dias (PFL) e Rose de Freitas (PSDB). A lentidão na apuração dos votos para deputado estadual ainda não permite previsões.

Pelas apurações realizadas até ontem, Albuino Azeredo vence em 37 dos 67 municípios capixabas e José Ignácio nos demais 30. As vitórias de Ignácio se verificam no Sul do Estado, enquanto as de Albuino se localizam no Norte e nos municípios da Grande Vitória, que concentram quase 40% do eleitorado. (Página 6)







BANCADA federal já começa a se definir. A Gazeta, Vitória (ES), 7 de outubro de 1990, capa.

Mais votados para Câmara

Rita	PMDB (6,91%)	15212	Tomazinho	PT (0,40%)	897
Paulo Hartung	PSDB (5,74%)	12630	Nelson Aquilar	PDT (0,38%)	844
Claudio Vereza	PT (2,61%)	5753	Primo	PFL (0,34%)	757
Motta	PSDB (2,12%)	4681	Iran	PC do B (0,32%)	723
Jones	PL (2,08%)	4575	Lézio	PSDB (0,31%)	696
Legenda P. T.	PT (2,03%)	4481	Legenda P. R. N.	PRN (0,30%)	681
Stelio	PFL (1,53%)	3378	Legenda P. F. L.	PFL (0,30%)	668
Rose	PSDB (1,50%)	3315	Nahum	PDC (0,29%)	648
Perly	PT (1,33%)	2936	Legenda P. D. S.	PDS (0,28%)	635
Jorio	PMDB (1,14%)	2515	Walfredo	PMDB (0,28%)	630
Zé Fasso	PFL (1,09%)	2410	Lurdinha	PT (0,28%)	618
Legenda P. D. T.	PDT (1,06%)	2352	Luiz Borges	PTB (0,27%)	601
Nilton Balano	PMDB (1,03%)	2276	Manhães	PDT (0,26%)	587
Figueiredo	PFL (0,94%)	2083	Oni	PFL (0,24%)	536
Bungenstap	PFL (0,83%)	1840	Dr. Galvão	PRN (0,24%)	530
Valadão	PMDB (0,67%)	1478	Legenda P. T. B.	PTB (0,24%)	529
Genário	PDC (0,63%)	1400	Pastor Osair	PRN (0,23%)	523
Legenda P. M. D. B.	PMDB (0,61%)	1349	Votos Brancos	(25,72%)	56579
Aloisio Santos	PMDB (0,60%)	1323	Votos Nulos	(16,51%)	36326
Bonomo	PDT (0,45%)	991	Abstenções	(12,09%)	26599
Apurados 183.008 votos (12,85%)					

MAIS votados para câmara. A Gazeta, Vitória (ES), 7 de outubro de 1995.

Prováveis deputados federais

	Rita (PMDB) Deputada federal. Na Câmara Federal, venceu a inelegibilidade política com muito trabalho e foi considerada uma tróia a que o partido se coligasse com o senador José Ignácio Ferreira, pelo fato de ser líder do Menor. Foi a mais votada na eleição de 1986 e também nesta. Quando contou com o apoio do marido.
	Hartung (PSDB) Deputado estadual e um dos fundadores do partido no Estado. Liderou o movimento parlamentarista. É autora da licença maternidade de 120 dias, e foi reatora do Estatuto do Menor. Foi a mais votada na eleição de 1986 e também nesta. Quando contou com o apoio do marido.
	Motta (PSDB) Ex-prefeito da Serra onde dirigiu a administração com o apoio do senador José Ignácio Ferreira, de quem é amigo. Elegeu-se prefeito em oposição ao populista José Maria Feu Rosa e na Prefeitura da Serra praticou política idêntica.
	Valadão (PMDB) Ex-deputado estadual e ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim. Teve apoio do ex-governador José Moraes e do senador Gerson Camata, a quem é ligado politicamente. Na Prefeitura de Cachoeiro fez um trabalho ligado às comunicações e desenvolveu o projeto do H o r t a o Municipal.
	Nilton (PMDB) Ex-presidente dos Sindicatos dos Médicos e ex-secretário estadual de Saúde. Mesmo estando no PMDB contou com apoio expressivo do governador Max Mauro de quem é amigo pessoal, há muitos anos.
	Jório (PMDB) Médico e deputado estadual. É autor da emenda incluída na Constituição Estadual proibindo o nepotismo no serviço público. Teve vários apoios com o governador Max Mauro pelo apoio que o chefe do Executivo do Estado de Colatina, seu adversário político no município.
	Rose (PSDB) Deputada federal. Foi presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional e vice-líder do partido na Constituinte. Como deputada, conseguiu atender a reivindicações de vários prefeitos do interior, de quem recebeu apoio nesta eleição.
	Jones (PL) Deputado federal, empresário e presidente do Partido Liberal no Espírito Santo. Oriundo do PMDB, por cuja legenda conquistou a primeira suplência na eleição de 86, assumiu a vaga de Vasco Alves que foi eleito prefeito de Camacã. Sua campanha foi baseada no slogan "política é coisa séria".

CONSTITUIÇÃO

VITÓRIA-ES • O DIA • 02/05/1993



Rita Camata defende a antecipação da revisão constitucional

Data para a revisão está preocupando bancada federal

Os deputados afirmam que a Constituição está defasada e que a reforma não poderá mais ser adiada

Para dia 5 proximidade com as eleições do próximo ano poderá dificultar o andamento da reforma. Por essa razão, a deputada defende que a revisão seja feita logo.

Já o deputado federal Roberto Valério (PMDB) defende a antecipação da data da revisão também por outro motivo: se ela ocorrer a partir de outubro irá entrar em conflito com a votação do orçamento do governo para o próximo ano, que acontece entre novembro e dezembro.

CAMPANHAS

Valério observou ainda que como não há prazo estabelecido para o término da reforma constitucional, os trabalhos deverão ser concluídos até maio do próximo ano, data em que eleições políticas iniciam suas campanhas e se iniciam o mandato para as candidaturas.

Para ele, a revisão da Carta Magna é extremamente necessária já que consideramos a Constituição em vigor como sendo "a mais demagógica que o Brasil já teve". Ela deve ser toda reformada, principalmente os artigos que dispõem sobre a organização dos estados", opinou Valério.

Também um dos defensores da antecipação da reforma constitucional, o senador Getúlio Campos (sem partido) propõe que o processo de discussão não seja suspenso para que o Congresso vote a Lei Orgânica dos Partidos (LOP), já em tramitação, ganhando-se, com isso, tempo para a revisão da Carta.

A data da revisão preocupa mais ainda os presidentistas, que se reuniram na semana passada para discutir os limites da reformulação e a data do começo e fim dos trabalhos. A ideia dos presidentistas é a elaboração de um só anteprojeto sobre o tema de governo, que será votado antes a revisão constitucional.

O artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 4 que determina a data para a revisão constitucional: cinco anos após a promulgação, que ocorreu em 3 de outubro de 1988.

A data foi estabelecida tendo como referência o plebiscito sobre sistema e forma de governo, marcado inicialmente para o dia 7 de setembro. O plebiscito, porém, foi antecipado, mas o início do processo de revisão ainda não está definido.

ZÓZIMO



Rita Camata: quem ministra?

Rumor

- O rumor do dia de ontem era a provável nomeação da deputada Rita Camata para ministra do Meio Ambiente.
- Se não resolver o problema da Pasta, resolve definitivamente o problema de imagem do governo.

RUMOR. A Tribuna, Vitória (ES), 26 de maio de 1993.

Sessão junta Max, Vitor e Camata

Luiz Figueiredo

Os pesos-pesados da política capixaba se encontraram ontem durante uma sessão solene na Câmara Municipal de Vitória, em comemoração ao aniversário da capital. A Câmara aproveitou a data para homenagear 69 pessoas com a Comenda Carlos Lindenberg e com o título de Cidadão Vitorense.

Ao contrário do desfile de 7 de setembro, quando fizeram uma campanha acirrada junto à população, os políticos e candidatos que estiveram na sessão solene optaram por conversar animadamente entre si. Sem a presença de cabos eleitorais ou santinhos, os candidatos aproveitaram a oportunidade para fazer um exercício de diplomacia.

Também os candidatos ao governo estadual Max Mauro (PMN) e Vitor Buaziz (PT) foram homenageados pela Câmara e receberam o título de Cidadão Vitorense e a Comenda Carlos Lindenberg. Max e Vitor ficaram em lados opostos na mesa de homenageados.

Já a deputada Rita Camata (PMDB), que apoia Vitor Buaziz para o governo do Estado, aproveitou para cumprimentar o ex-prefeito e parabenizá-lo pelo aniversário de Vitória. Na mesa, Vitor e o senador Gerson Camata chegaram a conversar e trocar risos, demonstrando bastante descontração.

HOMENAGEM

Também foram homenageados o senador Gerson Camata, a deputada federal Rita Camata, o ex-secretário da Receita Federal Osires Lopes Filho e o deputado federal Jones Santos Neves, entre outros. O candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), receberia o título de Cidadão Vitorense, mas cancelou a visita que faria ontem a Vitória.

O ex-secretário Osires Lopes Filho, que veio a Vitória para receber o título de Cidadão Vitorense, comentou a proposta de reorganização das finanças, levantada como bandeira pelos candidatos ao governo estadual. "O conselho que eu po-



Rita Camata recebeu a Comenda Carlos Lindenberg

deria dar ao novo governador é que ele reorganize a administração da Secretaria da Fazenda e invista na modernização da mão-de-obra, além de promover o combate irrestrito à evasão de receitas", disse.

Afastado do governo desde julho, Osires Lopes qualificou como "deplorável" as declarações do ex-ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, que deram origem a uma crise no governo. "Foi o pior strip-tease que já vi em minha vida", afirmou.

"Mas não acredito que o escândalo possa prejudicar o plano econômico, porque o mais importante é o crédito alcançado junto à população. O plano é muito bom", garantiu.



Rita Camata tenta a reeleição como deputada federal

Apenas 16 mulheres disputam as eleições

Onze mulheres tentam uma vaga na Assembleia Legislativa e duas à Câmara

à Câmara dos Deputados — Ezevalda Grassi (PTB) e Rita Camata (PMDB), que tentam a reeleição.

A assembleia do chamado "seno Irigil" é ainda acertada na escolha ao governo do Estado. Dos quatro candidatos à sucessão do governador Alfredo Azeredo (PDT) somente uma mulher, a deputada federal Rose de Freitas (PSDB), visa ocupar o cargo administrativo Palácio Anchieta.

Atualmente, apenas três mulheres capixabas integram a lista de deputados federais — Rose de Freitas, Ezevalda Grassi e Rita Camata, que tenta se para o seu terceiro mandato — e duas na Assembleia Legislativa — Erice Bezerra (PT) e Penha Frei Rosa (PTB), ambas registradas para concorrer à reeleição e senar o segundo mandato.

Para a candidatura a deputada estadual pelo PMB, a advogada Mécia Alves, a participação de mulheres neste processo eleitoral é fundamental. As mulheres, segundo ela, têm que participar, analisar, exercer seu direito, influenciar no que está sendo implementado e mostrar que têm competência.

Rosa Bredem



As mulheres conquistaram o direito de voto em 1932 e

atualmente, semem a metade do eleitorado brasileiro. Apesar de bem informadas, críticas e interessadas na política, elas podem ser consideradas ainda uma realidade no cenário político capixaba.

Das 344 candidatas registradas no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para disputar as eleições de 3 de outubro, apenas 16 são do sexo feminino. A maioria delas (11) procura uma das cadeiras da Assembleia Legislativa.

Na disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a proporcional é ainda menor: apenas Mécia Machado (PSB) concorre ao Senado e duas a suplente de senador — Eugênia Anchieta (PSB) e Lucina Toledo (PSDB) —, e mais duas

As candidatas

<p>As governas:</p> <p>Rose de Freitas (PSDB)</p>
<p>As Senado Federal:</p> <p>Mécia Machado (PSB)</p> <p>Eugênia Anchieta (1ª suplente de candidata Mécia Machado) Lucina Toledo (2ª suplente de candidata) e senadora José Inácio Feres (PSDB)</p>
<p>A Câmara Federal:</p> <p>Ezevalda Grassi (PTB)</p> <p>Rita Camata (PMDB)</p>
<p>Assembleia Legislativa:</p> <p>Erice Bezerra (PT)</p> <p>Penha Frei Rosa (PTB)</p> <p>Marta Edna Feres (PT)</p> <p>Cilândia Lima Gonçalves (PMB)</p> <p>Mécia Maria de Arzêpi Abreu (PMB)</p> <p>Amélia Leopoldina de Souza Castro (PPB)</p> <p>Myriam Bevilacqua (PL)</p> <p>Marta Bonato de Senad (PTB)</p> <p>Penha Frei Rosa (PTB)</p> <p>Marta de Fátima Rocha (PSDB)</p>
<p>Fonte: TRE</p>

VITÓRIA-ES • DOMINGO • 25/09/1994

Romero Mendonça — 4/3/94



Rita Camata tenta a reeleição como deputada federal

Apenas 16 mulheres disputam as eleições

APENAS 16 mulheres disputam a eleição. A Tribuna, Vitória (ES), 25 de setembro de 1994.

As candidatas	
Ao governo:	
Rose de Freitas	(PSDB)
Ao Senado Federal:	
Márcia Machado	(PSB)
Eugênia Anchieta (2ª suplente da candidata Márcia Machado) Luzia Toledo (2ª suplente do candidato a senador José Inácio Ferreira)	(PSDB)
A Câmara Federal:	
Etevalda Grassi	(PTB)
Rita Camata	(PMDB)
Assembléia Legislativa:	
Izolina Márcia Lamas da Silva	(PSB)
Brice Bragatto	(PT)
Maria Edna Fioroti	(PT)
Gilcéia Lima Gonçalves	(PT)
Márcia Maria de Araújo Abreu	(PMN)
Amélia Leopoldina de Souza Carlesso	(PMN)
Myrthes Bevilacqua	(PPS)
Maria Beatriz de Souza	(PL)
Penha Feu Rosa	(PTB)
Maria de Fátima Rocha	(PSDB)
Fonte: TRE	

APENAS 16 mulheres disputam a eleição. A Tribuna, Vitória (ES), 25 de setembro de 1994.

Onze mulheres tentam uma vaga na Assembléia Legislativa e duas à Câmara

Rosa Blackman



As mulheres conquistaram o direito de voto em 1932 e, atualmente, somam a metade do eleitorado brasileiro. Apesar de bem informadas, críticas e interessadas na política, elas podem ser consideradas ainda uma raridade no cenário político capixaba.

Dos 344 candidatos registrados no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para disputar às eleições de 3 de outubro, apenas 16 são do sexo feminino. A maioria delas (11) postula uma das cadeiras da Assembléia Legislativa.

Na disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a proporção é ainda menor: apenas Márcia Machado (PSB) concorre ao Senado e duas a suplente de senador — Eugênia Anchieta (PSB) e Luzia Toledo (PSDB) —, e mais duas

à Câmara dos Deputados — Etevalda Grassi (PTB) e Rita Camata (PMDB), que tentam a reeleição.

A ausência do chamado "sexo frágil" é mais acentuada na corrida ao governo do Estado. Dos quatro candidatos à sucessão do governador Albuíno Azeredo (PDT) somente uma mulher, a deputada federal Rose de Freitas (PSDB), visa ocupar o cargo administração Palácio Anchieta.

Atualmente, apenas três mulheres capixabas integram a lista de deputados federais — Rose de Freitas, Etevalda Grassi e Rita Camata, que tenta ir para o seu terceiro mandato — e duas na Assembléia Legislativa — Brice Bragatto (PT) e Penha Feu Rosa (PTB), ambas registradas para concorrer à reeleição e tentar o segundo mandato.

Para a candidata a deputada estadual pelo PMN, a advogada Márcia Abreu, a participação da mulher neste processo sucessório é fundamental. As mulheres, segundo ela, têm que participar, analisar, exercer seu direito, influenciar no que está sendo implementado e mostrar que têm competência.

LEITORES DE CORRICO - 1994

DISPUTA PELO VOTO

PARTIDOS APOSTAM NOS PUXADORES

A TRIBUNA

O puxador de voto ajuda o partido a garantir, às vezes, mais vagas no Legislativo

João Daniel e José Balthazar



Eles têm em comum a simpatia de eleitores e o dom de conseguir milhares de votos nas urnas, e representam para os partidos a esperança de presenciar um maior número de vagas na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal. São os puxadores de votos, as estrelas partidárias que têm como missão dar à legenda a maior quantidade possível de votos para que o partido alcance o quociente eleitoral. Assim, possibilitam também a eleição dos componentes menos votados.

O maior tráfego da Coligação Trabalhista (PDT/PTE) é o ex-prefeito de Cachoeira de Itapemirim, Theodorico Ferrazo (PTE), pois quem não esperava mais de 50 mil votos. No PMDSB a puxadora de votos é a deputada federal Rita Camata.

No PSDB é certa a eleição de Jorge Anders, enquanto Adelson Salvador (PSB) e Petyl Cipriano (PT) são esperados como puxadores de votos para a Frente Unidade Popular da Cabanagem.

As expectativas são bastante otimistas na Coligação Trabalhista. "Devemos obter de seis a oito cadeiras na Câmara Federal", garantem os vice-presidentes regionais do PDT, João Carlos Oroszlan. "Tudo depende de Rita Camata ou Jorge Anders para termos muitos votos para nossa partido, mas mesmo assim temos coligação com o maior quociente eleitoral desta eleição".

Rita Camata é recordista em duas eleições

Por duas vezes seguidas a deputada federal mais votada no Estado, Rita Camata (PMDSB) tem a honra de ser a primeira mulher a ser eleita — é, de que pelo menos — para o partido. "Não há dúvida que Rita Camata é a puxadora de votos", afirma, porém não sabe mais termos —, disse.

"A expectativa não favorece a fidelidade partidária, porque facilita a troca de partido e dificulta a eleição de um candidato representativo, mas cuja legenda pode não obter número suficiente de votos", afirmou.

A deputada também não tem — ao lado de outros — 242 mil votos em duas eleições — nenhuma peculiaridade de voto ou de votação para o partido. "Não estou trabalhando bastante, mas não dá para provar o resultado final", disse.

Entre mais 125 mil votos para o primeiro mandato na Câmara Federal, em 1990, e os primeiros dias de Estado, Rita Camata é puxadora de votos e senador Adelson Salvador (PMDSB) o segundo mais votado. "Ninguém espera ter mais fácil conseguir votos, já que eu estava ligada à máquina administrativa fora pelo Estado".



Theodorico Ferrazo, Rita Camata e Jorge Anders são apontados como os candidatos que devem ter mais votos



A direção do PDT também acredita alcançar boas resultados na Assembleia Legislativa, preenchendo até seis vagas. "Deve haver uma renovação em torno de 50% entre os deputados estaduais, e a renovação só não será maior porque o PDT, sem uma legenda muito forte", afirmou Oroszlan, citando Luís Basso (o partido calcula que ele deve atingir 75 mil votos), Dão Binda e Ildes Dias (que podem chegar aos 25 mil votos cada um) como os puxadores de votos do PDT. "A imagem do puxador movido, se antes o trabalho da política era mais importante, hoje o que mais conta é o apoio de perfoneio e líderes comunitários".

Quem também acredita na mudança no perfil do puxador de votos é o presidente regional do PMDSB, deputado Roberto Valadão. "Antes o puxador de votos era o candidato fi-

siológico, populista, mas chegou ao fim a era do candidato 'topista-macista' garantido.

Para Valadão, os puxadores de votos do partido são Rita Camata, Nilson Basso, Luiz Carlos Moeiras, Jório de Barros e Wellington Farias, todos disputando uma vaga na Câmara Federal. Se puxadores a expectativa do presidente do partido — bem como antes a metade da bancada —, todos já estão eleitos.

"As estratégias dos partidos adversários têm chances muito reduzidas, mesmo é o caso do PT e do PMDSB", calcula. "Já a coligação PDT/PSB é prejudicada pela presença do PT", um partido cuja ideologia permeia o eleitor", disse. "Como se não bastasse, os candidatos têm o apoio do governador Aluísio Azeredo (PDT), que conta com 60% de preferência do eleitorado".

Ferrazo exibe os números sem modéstia

"Dizer que não sou um puxador de votos ainda parece muito modesto", afirmou o ex-prefeito de Cachoeira de Itapemirim e ex-senador estadual de votos por Theodorico Ferrazo (PTE), atualmente com registro de 30 mil votos conquistados em 1988 na disputa pela prefeitura. "Tenho muitos eleitores no Sul do Estado, e devo atingir cerca de 50 mil votos nesta eleição", garantiu.

Ferrazo trabalha, Ferrazo vive em sua cidade onde vive o espírito que faz eleger seu Cachoeira nos dois mandatos (quente de voto, e é responsável pela resposta entre o governador Aluísio Azeredo (PDT) e seu adversário, Mas Mauro (PMDB).

Um puxador de votos precisa ter um passado político. Sua função é chamar a maior atenção de eleitores possíveis para o partido na campanha", disse. "Mas não quero dizer a lei que estabelece o quociente eleitoral porque não sou democrático".

Ferrazo disputa este ano o seu último mandato eletivo — de prefeito de Cachoeira nos períodos de 1971 a 1977 e de 1981 a 1987, além de duas vagas de deputado estadual e duas vezes deputado federal.

Maior esperança dos tucanos é Jorge Anders

A principal esperança do PSDB em garantir presença na Câmara Federal é o ex-prefeito de Vila Velha e candidato a deputado federal Jorge Anders. Com o nome de dois anos de mandato eleitoral conquistados, Anders voltou ao político em 1986 como o deputado estadual mais votado no município de Vila Velha. Em 1988 foi eleito prefeito com mais de 72 mil votos, alcançando o posto máximo de uma carreira política iniciada como líder estudantil na época em que fazia o curso de Medicina.

"O PSDB e o Povo Real são os maiores puxadores de votos nesta eleição. Aqui no Estado formos seis deputados federais, seis deputados estaduais e um senador", afirmou o ex-prefeito, que chega a trabalhar 18 horas por dia na campanha.

Para Jorge Anders, o sucesso do seu nome para ocupar um cargo de nível médio, além do trabalho, identificação com o local eleitoral. "O puxador representa a força do partido, mas não é uma figura isolada porque depende dos bastidores", garantiu.

PT espera não repetir a experiência de 1990

O presidente regional do PT, Vitor Basso, aponta um cenário desfavorável que complica a Frente Unidade Popular pelo Cabanagem (PT/PSB/PC/col) para chegar ao quociente eleitoral, ao contrário do que aconteceu na eleição passada, quando teve candidato eleito votando isoladamente mas o partido ficou de fora da Câmara Federal por não ter obtido o índice de votos necessários. Para Vitor, "a própria legenda do PT é mais puxadora de votos".

O candidato preferido não citou os nomes daqueles que seriam os puxadores de votos na coligação, mas acredita que PT, PSB e PC/col terão como seu o dia de disputa dos estaduais e dois deputados federais. "Vai haver uma renovação de 70% tanto na Câmara quanto na Assembleia. Só não posso votar nem em nenhum, que facilitam a eleição dos candidatos eleitorados". Mas apesar da postura de Vitor em não citar nomes, sua bancada tem a expectativa, principalmente, em relação a dois nomes, o de senador de Vitória, Petyl Cipriano e o de seu governador Adelson Salvador, considerado um candidato forte no estado Norte.

No PSDB a expectativa é de formar "uma bancada federal com dois a três membros, e eleger mais cinco a sete deputados estaduais", sobretudo o reconhecimento regional do partido. Tadeu Basso, diretor do candidato do partido, é certo a eleição de um político de Vila Velha, Jorge Anders.

Cada deputado federal vai precisar de 128 mil votos

O puxador de votos é uma instituição criada pela própria legislação, que estabelece o valor de legenda e o quociente eleitoral. O quociente é obtido pela divisão dos votos válidos — inclusive os brancos — pelo número de vagas oferecidas na Câmara e na Assembleia.

De acordo com a legislação, um partido deve eleger candidatos quando correspondem ao quociente eleitoral de cada eleição — para este ano, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) prevê um quociente de 128.996 votos para deputado federal e 41.567 para estadual estadual.

Os votos para eleger um deputado estadual são 128.996, precisa obter o número de 128.996 votos os votos dos votos válidos por todos os seus candidatos. Quanto mais votos uma legenda conseguir, mais chances de eleger um candidato, mais chances de eleger um candidato, mais chances de eleger um candidato, mais chances de eleger um candidato.

Um exemplo de estratégia é o que pode ser observado a respeito de um candidato que já tem nome em uma eleição estadual Cabanagem (PT) no dia de 1990. Vitor Basso, entre de 17 mil votos para deputado federal, não não conseguiu eleger se por que seu partido não atingiu o quociente eleitoral. Enquanto isso, Edsonvaldo Grossi (PTE) e Aluísio Azeredo (PDT) foram eleitos com menos de 10 mil votos.

ÍNDICE DE INDECISÃO É DE 64,3%.

Dos deputados que tentam a reeleição, apenas quatro estão entre os mais lembrados no Estado

O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) consultou, pela primeira vez no Estado, a intenção de voto dos eleitores para a disputa proporcional, ou seja, para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

Para deputado federal o que prevalece, a 16 dias das eleições, é o elevado índice de eleitores indecisos em relação aos candidatos. Dos 800 entrevistados pelo Ibope no Estado, 515 ainda então anularam o voto, chega a

64,3% das intenções de voto. Esse número, caso somado com os 58 eleitores que afirmaram não votar em ninguém ou então anular o voto, chega a

57,3, ou 71,6% do total. Em sentido inverso, vale dizer que apenas 28,4% dos eleitores sabem em quem votar.

O candidato com maior citação de votos é a deputada federal Rita Camata (PMDB), que disputa a reeleição e que por duas vezes foi recordista de votos no Estado. Ela foi citada por 28 entrevistados. Sua maior densidade eleitoral está na região Norte, onde 13 pessoas disseram votar nela.

No segundo lugar vem o candidato Theodorico Ferraz (PTB), ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim e ex-secretário de Estado, com 20 citações. Seu maior eleitorado se concentra na região Sul/serrana, onde foi citado 14 vezes.

Na terceira posição se encontra o ex-prefeito de Vila Velha, Jorge An-

ders (PSDB), com 15 citações, das quais 13 na Grande Vitória. No quarto posto estão empatados dois candidatos da região Norte do Estado: o atual vice-governador, Adelson Salvador (PSB) e o ex-prefeito de Linhares, Luiz Durão (PDT), ambos com 10 declarações de votos cada.

Como são dez vagas em disputa para a Câmara Federal, o jornal A Tribuna está divulgando a lista do 13 candidatos que, conforme as declarações de votos dos entrevistados, estariam mais próximos de ocuparem as vagas.

Dos nomes mais citados, quatro são deputados federais atualmente: a própria Rita Camata, Nelson Baiano e Roberto Valadão, ambos do PMDB, e Ezevaldo Grassi de Menezes (PTB).



Rita Camata continua sendo a primeira para deputado



Começam articulações para a sucessão de Hartung

Flávia Mignoni

Embora ainda faltem 11 meses para as próximas eleições municipais, o processo sucessório da Capital já foi deflagrado. Com a proximidade do prazo final para filiação partidária (15 de dezembro), as articulações nesse sentido foram intensificadas. Mais de 10 pessoas já se colocam como pré-candidatos à sucessão de Paulo Hartung (PSDB). Somente no PMDB, são três os políticos que sonham em chegar à Prefeitura de Vitória: Rita Camata, Nilton Baiano e Sérgio Borges. O governador Vitor Buaziz (PT) acha cedo para falar sobre o assunto, mas fontes palacianas garantem que os petistas já estão trabalhando para lançar o secretário da Fazenda, Rogério Medeiros, na disputa.

Na semana passada, a sucessão do prefeito Paulo Hartung (PSDB) é o principal assunto nos bastidores políticos. As articulações mobilizam, inclusive, parte da bancada federal capitada. O apoio do partido é a intenção declarada do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ricardo Ferraço (PTB), de ingressar no PMDB. A versão é a de que ele quer ser o candidato do partido à Prefeitura de Vitória e ajudar, nessa empreitada, com a atuação no Governo estadual. As reações foram de todos os lados.

O vice-presidente regional do PMDB, deputado federal Roberto Valada, gritou alto. Mandou uma carta ao presidente Sérgio Gaspar questionando. Adversário político de Ferraço em Cachoeira de Itapemirim, ele se mostrou francamente contrário à filiação de Ricardo. O coordenador da bancada federal, deputado Nilton Baiano (PMDB), também não gostou. "O partido não pode aceitar pára-questistas", reagiu. Baiano também acalora o desejo de disputar a Prefeitura de Vitória. Baiano foi mais longe ainda. Disse que a filiação de Ricardo ao PMDB



Foto de Gillo Loyola



Foto de Gillo Loyola



Foto de Gillo Loyola - 01.03.95

Vitor prefere não se manifestar

Nilton: contra 'pára-questistas'

Ricardo enfrenta críticas no PMDB

estava sendo articulada pelo Palácio Anchieta. O secretário Rogério Medeiros estaria por trás de tudo isso. Essas articulações foram motivo de alguns debates em Brasília, dos quais participaram a deputada Rita Camata e os senadores Geovani Campos e Elcio Álvares (PFL) e até o prefeito Paulo Hartung. Foram feitos verdadeiros exercícios de engenharia política. O que se queria era saber quem estava do lado de quem e o que poderia ser amarrado para o futuro.

A deputada Rita Camata não quis comentar o assunto, mas fez questão de dizer que "qualquer projeto político individual, no momento, é, no mínimo, inoportuno". Ela não nega, mas também não confirma sua intenção de disputar a Prefeitura. A amigos peemedebistas, entre eles Roberto Valada, entretanto, ela já demonstra disposição de discutir o assunto, ressaltando que está sendo pressionada por suas bases a participar da disputa. Fontes ligadas à bancada federal informaram que

ela, na verdade, não está nada satisfeita com a filiação de Ricardo. O assunto rendeu. Depois de horas e horas de conversa ao pé do ouvido, surgiram duas versões que, embora completamente distintas, levavam a um mesmo menor: o secretário estadual da Fazenda, Rogério Medeiros (PT). Há quem jure que ele, de olho na Prefeitura de Vitória, está mesmo querendo tumultuar o processo, criando intrigas e desentendimentos entre possíveis pré-candidatos e grupos políticos. Para isso, estaria usando o deputado Ricardo Ferraço (PTB). Mas há também os que juram que Rogério quer explicar o nome de Ricardo, para evitar, a qualquer preço, que Hartung fique a sucessor.

Em um artigo assinado, em sua coluna dominical do jornal A Tribuna, Rogério conseguiu instigar até os menos curiosos. Rasgou elogios ao deputado Ricardo Ferraço, colossando-o entre bom candidato à Prefeitura de Vitória, e apresentou o PMDB

como uma grande força política. "Que se cuidem os outros partidos, pois o PMDB vem quente", alertou, ao finalizar seu discurso. Até mesmo Ricardo disse ter ficado sem entender muito bem toda essa história.

Alçados políticos do prefeito Paulo Hartung e da deputada Rita Camata, entretanto, entenderam tudo como uma grande manobra. Na quarta-feira, as informações davam conta de que um enorme acordo havia sido fechado: Ricardo entraria de qualquer forma no PMDB para disputar a Prefeitura de Vitória. O presidente municipal do partido, Hugo Borges Filho, que tem maioria no Diretório, ganharia esta candidatura. Em troca, Ricardo entraria para a Prefeitura de Vitória. O presidente municipal do partido, Hugo Borges Filho, que tem maioria no Diretório, ganharia esta candidatura. Em troca, Ricardo entraria para a Prefeitura de Vitória. O presidente municipal do partido, Hugo Borges Filho, que tem maioria no Diretório, ganharia esta candidatura. Em troca, Ricardo entraria para a Prefeitura de Vitória.

Buaziz acha que ainda é cedo

O deputado federal Luiz Buaziz (PL) também considera cedo para falar em sucessão municipal, mas admite sua intenção de disputar a Prefeitura de Vitória. "Sou uma curta do baralho. Tive 10 mil votos na ilha de Vitória e, portanto, estou mais do que credenciado a essa disputa", diz.

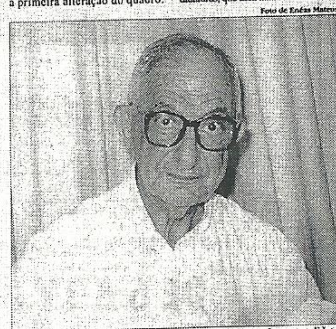
Buaziz entende que o quadro ainda está muito indefinido, para se discutir nomes e composições. "Não sabemos sequer se vamos chegar a 200 mil eleitores (Vitória tem hoje 183.023 eleitores)", ressalta. "Muita coisa pode mudar", acrescenta.

O deputado afirma que em 15 de dezembro - prazo final para filiação partidária - finaliza as eleições do ano que vem - haverá a primeira alteração do quadro.

"Pelas movimentações, vamos poder avaliar perspectivas e fazer algumas projeções", diz.

Embora considere prematura uma discussão sobre sucessão, Luiz Buaziz admite que esse assunto tem sido debatido na bancada federal capitada. A idéia, segundo ele, é uma atuação em bloco. "Pensamos em nos unir em torno de um único candidato em cada um dos municípios do Estado", informa.

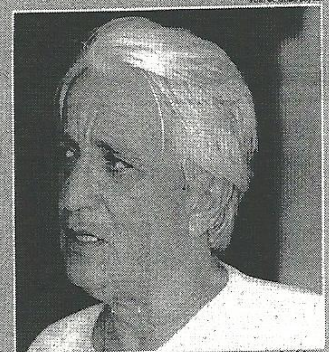
Luiz Buaziz critica as manobras que estão sendo feitas por "poderosos grupos políticos". Segundo ele, algumas pessoas estão tentando ocupar espaços em partidos ou blocos partidários apenas para tumultuarem o processo, prejudicando prováveis adversários. Ele não quis citar nomes, mas lembrou que na eleição para o Governo estadual, muita gente criou candidaturas, que acabaram não saindo do quadro.



Buaziz revela que a bancada federal quer se unir em torno de um candidato para a presidência da Cezan.

Medeiros e Ferraço negam acordo

O secretário da Fazenda, Rogério Medeiros (PT), e o deputado Ricardo Ferraço (PTB) estão discutindo o processo sucessório municipal, afirma o secretário estadual, que, em momento algum, fez qualquer articulação visando a sucessão do prefeito Paulo Hartung (PSDB). "Uma hora dizem que estou sendo candidato na rua, que estou articulando a candidatura de Ricardo Ferraço (PMDB). Fico até confuso por me atribuírem tanta capacidade de articulação política", afirma. Em seguida, acrescenta: "Não está na hora de discutir sucessão. É prematuro".



Rogério nega ter feito articulações com vistas à sucessão na Prefeitura

Sobre o acordo que teria o objetivo de impedir que Paulo Hartung fosse o sucessor, Rogério disse: "Não existe nada disso. A não ser a um órgão do qual o PT não pode abrir mão. E tudo especulação. Não nos metemos no PMDB. O Nilton Baiano que tome conta do partido dele, que os tomamos do dele mesmo". O secretário foi mais longe ainda: "Não tenho nada contra Paulo Hartung. Não o tiro, inclusive do primeiro campo de um lado. Ele é sempre uma pessoa que tem dificuldade de diálogo, não eu".

O presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Ferraço (PTB), também nega a realização de acordos com quem quer que seja. "Fui convidado para entrar no PMDB pelos deputados Nilton Baiano, Elcio Álvares e Fernando Rezende, e estou claramente contrário a isso", diz.

Questionado sobre sua amizade com o PMDB, ele respondeu: "Por que não o PMDB? O pre-

sidente parece não estar muito preocupado com as relações com o Palácio Anchieta. O secretário não tem nada a declarar de amizade com o Palácio Anchieta. Este é um momento absolutamente fértil para especulações políticas. Não há a menor possibilidade de nomear Hugo Borges para a direção da Assembleia. Meu diretor geral é Ruzzeiro Gaigher", afirma. Ao ser abordado sobre uma possível candidatura à Prefeitura de Vitória, respondeu que esse não é o momento para se discutir sucessão. "É uma discussão inadequada: para Ricardo segundo o próprio Hugo Borges Filho, já ocorreu a data de filiação; vai assinar sua ficha em 13 de novembro. Mas um mês antes do prazo final para filiação com vistas às eleições do ano que vem."

Prefeito faz crítica à precipitação

O prefeito Paulo Hartung (PSDB) disse que a precipitação da discussão do processo sucessório é prejudicial à sua administração. Ele garante que não está participando dessas articulações e desautoriza o uso "indevido" de seu nome em qualquer conversa nesse sentido. "Esse debate está sendo forjado por políticos profissionais, que colocam suas ambições pessoais acima de quaisquer outros interesses", afirma.

Hartung ressaltou que no momento oportuno discutirá a sucessão. Questionado sobre as pré-candidaturas de alguns de seus aliados políticos, como o secretário nacional de Acompanhamento de Preços, Luiz Paulo Veloz Lucas, e o deputado estadual Lelo Colnago e o vereador César Colnago, o prefeito limitou-se a dizer: "Não sei quem terá o meu apoio. Essa não é a hora de discutirmos esse assunto".

O prefeito acha que o "sucesso de sua administração" tem chamado a atenção dos políticos capitabas. "Gostaria que, ao

invés de ficarem discutindo o sucesso, essas pessoas passassem a ajudar a cidade", apela. Mas, a verdade é que, nos bastidores políticos, as informações dão conta de que Hartung já está trabalhando para eleger seu sucessor, embora nem ele mesmo saiba quem vai ser o candidato. Houve um tempo em que o próprio Ricardo Ferraço chegou a figurar como uma de suas opções.

Continuidade

Há quem entenda até que Hartung poderia até ter estimulado a entrada de Ricardo no PMDB, para garantir o partido. "Isso não é verdade. Seria um desrespeito ao PMDB, que sempre me ajudou muito. Se alguém, ao bater na porta desse partido, usou o meu nome, e fez indevidamente", destaca. Hartung garante que não está preparando ninguém para sucedê-lo. "Estou preparando a cidade para o futuro", diz. Sobre Lelo, Colnago e Luiz Paulo, ele diz: "São três pessoas que respeito muito e que, assim como muitas outras, poderiam

dar continuidade ao meu trabalho, mas é só".

O certo é que Hartung e seus aliados não estão tão parados assim. Eles trabalham duro nos últimos meses, com vistas à convenção do PSDB, que será realizada agora em novembro. O prefeito, que não tinha maioria no Diretório, Colnago e outros, para filiar o maior número de pessoas e poder ganhar a disputa. Lelo é o candidato dele à presidência da Executiva Municipal do PSDB de Vitória. As brigas nesse processo foram enormes.

Hartung chegou a pensar em abandonar o PSDB, caso não garantisse maioria. Na semana passada, dois grupos de Paulo Hartung e do senador José Ignácio, que admite o desejo de disputar a Prefeitura de Vitória, sentaram para conversar. Eles vão tentar um acordo para a convenção. Se ele vai sair, ninguém sabe. Hartung certamente não abrirá mão da maioria e José Ignácio, por sua vez, vai trabalhar para garantir sua candidatura à Prefeitura de Vitória.

José Ignácio se diz candidato

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB) disse se sentir credenciado a disputar, em decorrência de sua votação em Vitória, o cargo de prefeito municipal. Sempre foi, proporcionalmente, o mais votado na Capital", diz. Questionado sobre a possibilidade de um acordo com Paulo Hartung, ele respondeu: "Seria uma solução natural. Não tem motivos para não ser assim".

Mas o senador, embora esteja aberto a uma candidatura, admite que tem atividades, já que está de olho mesmo na sucessão de Vitor Buaziz.

Todo político almeja ser governador do Estado e comigo não é diferente. Aqueles que dizem que não pensam nisso, estão mentindo", destaca.

Os discursos de Lelo, Luiz



José Ignácio: de olho na sucessão do governador

preocupado agora em contribuir para a consolidação do projeto de estabilidade econômica do Governo federal. "Vai ter cacife, quem tiver trabalho para mostrar. A hora agora é de trabalho, e é isso que estou fazendo", diz.

Lelo considera natural seu nome estar no processo. "Tive uma excelente votação em Vitória", argumenta. Mas vai logo dizendo que acha "ilegítima" qualquer discussão nesse momento. "Acho que tem gente que está

antecipando o debate, porque tem interesse em enobrecer outras coisas. Querem tirar o Governo do eixo de discussão", afirma, fazendo referência às articulações que estavam sendo feitas por Rogério Medeiros.



Na opinião de Hartung, as disputas por sua sucessão acabam prejudicando sua administração na Prefeitura

Bancada capixaba apóia reeleição para o Executivo

Marcos Rosetti
 03/11/1995

A proposta de emenda constitucional que permite a reeleição no país, para prefeitos, governadores e presidentes, tem o apoio da bancada capixaba, mas exclui do direito à reeleição os atuais detentores de mandatos. Os parlamentares capixabas admitem votar a favor da proposta mas desde que a reeleição seja permitida para os eleitos a partir das próximas eleições.

Em tramitação no Congresso Nacional a proposta de reeleição segue com o interesse de vários parlamentares que são candidatos às eleições municipais do ano que vem. Esta semana, pressionado por prefeitos e governadores, o governo voltou a debater a proposta através do ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Necessitando obter apoio político para aprovar a reforma administrativa, o ministro da Justiça chegou a admitir que caso a reeleição seja aprovada ano que vem, pode valer já para o próximo pleito.

Se os atuais prefeitos puderem optar as próximas eleições, o quadro político mudará radicalmente. É isso que deputados e senadores não querem. Citam exemplos diferentes para eles. No Congresso Nacional, onde a proposta já foi votada, existem pelo menos 100 parlamentares candidatos ao próximo pleito.

Somente na bancada capixaba, 56 10 deputados e três senadores existem pelo menos sete pré-candidatos a prefeito. Pelo PSDB Jorge Almeida (Via Velha) e pelo PFL João Rosa (Serra), Adelson Salvador, sem partido quer concorrer em Nova Venécia, onde foi prefeito.

No PMDB estão sendo discutidas as candidaturas de Rita Camata e Nilton Baiano para Vitória. Também está colocada a candidatura de Luiz Durão (PDT) para Linhares, e Luiz Buazi (PL) para Vitória.

Cachoeiro é outra incógnita, podendo ter Roberto Valadão (PMDB), Theodorico Ferraz (PTB), como candidatos a sucessão do prefeito José Tasso Andrade. E o senador José Ignacio (PSDB) também não descarta a possibilidade de disputar em Vitória.

Para o deputado federal Roberto Valadão (PMDB), se a proposta de



Elicio, líder do Governo no Senado, não vê clima para aprovar a proposta

releição for aprovada, os atuais prefeitos poderão concorrer à reeleição. O parlamentar lembra a própria Constituição federal, que condiz alteração do processo eleitoral menos de um ano antes da eleição. Mas entende que a proposta de reeleição está sendo encaminhada através de uma emenda constitucional, o que, na sua avaliação, neutraliza a proibição.

Não vejo impedimento jurídico para que a reeleição, caso seja aprovada, passe a valer já para o próximo pleito. A Constituição fe-

deral estabelece impedimento à aplicação de lei que altera o processo eleitoral. Mas refere-se ao processo eleitoral e não questões de direito eleitoral - afirma.

A deputada Rita Camata (PMDB) também apoia a proposta de reeleição mas acha injusto os atuais detentores de mandato obterem esse direito: "A aprovação dessa emenda constitucional deve acontecer acompanhada de uma salvaguarda que vede expressamente a reeleição para os detentores de mandato no momento da promulgação da emenda constitucional", afirma.

Rita não concorda com a posição do ministro da Justiça, Nelson Jobim: "Quer modificar qualquer norma dentro de sua vigência legal é simplesmente quebrar o princípio da igualdade perante a lei. Não posso compactuar com a tese de que maiorias eventuais no Congresso possam alterar a Constituição ao bom gosto dos governantes", concluiu.

Clima

O senador Elicio Alvares (PFL) diz que não vê clima para aprovar a proposta, embora seja a favor da tese. Cita que os principais partidos do país, como o PMDB, PDT, PSD, já tem candidatos a Presidência da República. E por essa razão entende que a proposta se chegar a ser aprovada será para valer a partir de 1998.

Além disso, lembra o senador líder do Governo, existem entre deputados e senadores diversos candidatos às eleições de 96 e 98: "Essa discussão penso que só será travada a partir do ano que vem. Mas acho difícil sua aprovação. Existem cálculos que mostram que existem mais de 100 deputados candidatos a prefeito ano que vem", completou.

Posição de cada um

Elicio Alvares (PFL) - É favorável a tese de reeleição. Não vê clima, no entanto, para aprovação da emenda constitucional. Acha que se a medida chegar a ser votada, deverá garantir reeleição somente para os eleitos a partir de 1998.

José Ignacio Ferreira (PSDB) - Também é a favor da reeleição. Cita como exemplo os Estados Unidos e mais recentemente a Argentina. Cita que se a emenda for aprovada, valerá já para o próximo pleito.

Gerson Camata (PMDB) - É a favor. Diz que é uma maneira de reconduzir ao poder os bons governantes. Mas é contra permitir aos atuais detentores de mandatos o direito a reeleição já no próximo pleito.

Rita Camata (PMDB) - Diz que a reeleição aproxima a democracia. Mas é contra permitir que os atuais prefeitos e governadores possam disputar a reeleição.

João Carlos Coser (PT) - É pela reeleição, mas não para os atuais detentores de mandatos. É contra mudança nas regras do jogo há um ano do pleito.

Roberto Valadão (PMDB) - Também é a favor da reeleição. Diz que a lei eleitoral possui mecanismo que dificultará o uso da administração em favor de candidaturas.

Theodorico Ferraz (PTB) - Diz que pretende votar a favor de emenda que pode garantir a reeleição. E que não vê impedimento jurídico para que a nova lei possa beneficiar os atuais ocupantes de cargos executivos.

Feu Rosa (PSDB) - Também é a favor e não vê impedimento para atingir os atuais detentores de mandato.

Adelson Salvador (sem partido) - É a favor mas defende o afastamento do candidato do cargo pelo menos 120 dias antes do pleito.

Jorge Andress (PSDB) - Acha que o assunto só será tratado pelo Congresso ano que vem. Mas se colocada a favor da reeleição em todos os níveis.

Luiz Durão (PDT) - É contra a reeleição e acha que a emenda não será aprovada pelo Congresso. Diz que se existisse reeleição "alguns prefeitos venderiam os municípios", disse, se referindo ao uso de recursos públicos em favor de candidatos.

FHC é campeão de viagens internacionais

Brasil - Em apenas 206 dias de governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu superar todos os seus antecessores em número de viagens internacionais.

Até agora, 15% do seu mandato foram passados fora do país. Nesse ritmo, brevemente, como costumam brincar, o comando do PFL deverá comemorar os cem dias de governo do vice-presidente Marco Maciel. Até o fim do ano, poderá completar 54 dias de interinidade.

A fama de viajante de Fernando Henrique vem de antes de ser presidente e antes também de ser chanceler e, depois, ministro da Fazenda de Ilmar Franco. Como sempre, ele já tinha esse hábito, o que dizia com que os mais íntimos dissessem que a sua estirpe de ginástica eram as excusas de avião. Como chanceler, Fernando Henrique costumava dizer que, de todas as personalidades brasileiras, ele e o senador José Sarney eram os mais conhecidos dos líderes mundiais.

Eu mais do que ele, naturalmente ressaltava. E Sarney retrucava: "Claro. De todos nós, é o que mais viaja". Hoje, Sarney não faz mais essa crítica. Pelo contrário. Ele, que não comandou a chamada Nova República viajou 33 vezes e ficou ao menos do país 129, dos seus 1.825 dias de mandato, acha que Fernando Henrique está certo em viajar.

Crítico

Coincidentemente, quando Sarney era presidente Fernando Henrique, crítico mordaz de seu governo, achava a mesma coisa, mas com um detalhe: "Sarney é a própria coisa. Por isso, quando ele está fora do país costumava dizer que a esse viajante", dizia.

Hoje, são companheiros periódicos de viagens: Sarney, como presidente do Senado, na condição de convidado especial no boicote presidencial que o ex-chefe do executivo chama de sucata. Nessas viagens, revela Sarney, os dois costumam tricotar, falando mal de todo mundo. O alvo de Sarney continua sendo Ulysses Guimarães, mesmo depois de morto. E o de Fernando Henrique são seus próprios ministros, mesmo mais íntimo, mais ele fala mal.

"Se nos recordamos da época em que ele criticava meu governo? Não. A gente não fala de coisa trife. Aliás, ele critica pouco meu governo, já que foi meu excelente e fiel líder no Congresso", ironiza Sarney. Fernando Henrique não se importa com o falatório que está sendo criado em torno de suas viagens. A um amigo que o acusou de reduzir as horas de vôo, saiu-se com esta: "Quem voa é o avião, não eu".

Este ano, Marcos Maciel já assumiu interinamente a presidência 12 vezes. E a previsão é de que ele volte a ocupar a cadeira presidencial até o fim de dezembro, pois Fernando Henrique já confirmou mais duas viagens internacionais, para a Argentina, entre a noite e outro jundando China e Malásia.

RANGEL QUALIDADE E PREÇO BAIXO

EM 4x Iguais

CONJUNTO ESTOFADO MAXIFLEX Em tecido de 2 e 3 lugares 1+3 R\$ 98,00 À vista R\$ 350,00	KIT COMPACTO II MARINE 18 PORTAS 1+3 R\$ 42,00 À vista R\$ 150,00	CAPTEIRA ELECTROLUX CAL-33 18 litros 1+3 R\$ 16,52 À vista R\$ 59,00	MÁQUINA DE ESCREVER OLIVETTI PRADO 2046 Gráfica, portátil 1+3 R\$ 96,60 À vista R\$ 345,00	CONJUNTO PARQUEL TUBULAR RESAR Mais resistente de 4 cadeiras 1+3 R\$ 83,72 À vista R\$ 299,00
CONJUNTO ESTOFADO LIND FORER Em tecido de 2 e 3 lugares 1+3 R\$ 70,00 À vista R\$ 250,00	KIT COMPACTO II MADINE 7 PORTAS 1+3 R\$ 33,60 À vista R\$ 120,00	BATEREIRA ELECTROLUX PBT-1 3 velocidades, régua rotativa. Modelo novo 1+3 R\$ 22,12 À vista R\$ 79,00	MÁQUINA DE ESCREVER OLIVETTI LEXICA 30 1+3 R\$ 35,84 À vista R\$ 128,00	CONJUNTO COPA EM PIRINI 1+3 R\$ 67,20 À vista R\$ 240,00
CONJUNTO ESTOFADO KARMÓVENS Em tecido 20 lugares 1+3 R\$ 75,60 À vista R\$ 270,00	GUARDA-ROUPA MACANARA CAPELINIA 2 portas com gavetas 1+3 R\$ 66,08 À vista R\$ 238,00	REFRIGERADOR DE ALUMÍNIO A VAZOR BARDI STRAHER BLACK & DECKER HS-99 1+3 R\$ 13,72 À vista R\$ 49,00	TELEFONE TECLA MELCON Diversas cores À vista R\$ 19,00	SALA DE BANTAR LINHARES PFM MOPON Mais de tempo de vídeo e 8 cadeiras. Alça fixável. 1+3 R\$ 71,96 À vista R\$ 257,00
CONJUNTO ESTOFADO KORNIN KARMÓVENS 25 lugares 1+3 R\$ 60,76 À vista R\$ 217,00	SUPORTE DE VÍDEO TRIUNFO 3100 R\$ 18,24	BATEREIRA BATERPONTON PBT-2 1+3 R\$ 17,58 À vista R\$ 62,80	STERILIZAR ST-22 Etileno, álcool, água. Acabado com os princípios gerais das técnicas hospitalares. 1+3 R\$ 12,60 À vista R\$ 48,00	VIOLÃO GIANNINI SERRETA 1+3 R\$ 26,60 À vista R\$ 95,00
PACK BILAR TV, Vídeo, Som, Revolucionário em Higiene 1+3 R\$ 33,60 À vista R\$ 120,00	CAMA SOLTEIRO SAM URUZ Em Macramê com madeira 1+3 R\$ 19,60 À vista R\$ 70,00	REFRIGERADOR DE ALUMÍNIO A VAZOR BARDI STRAHER BLACK & DECKER HS-99 1+3 R\$ 13,72 À vista R\$ 49,00	PITA CASSETTE BASF C-60 FERRO C TRAVEL À vista R\$ 1,30	VIOLÃO GIANNINI ESTUDO 1+3 R\$ 30,24 À vista R\$ 104,00
COLCHÃO PARODAS TOPAZIO PERS 1+3 R\$ 36,92 À vista R\$ 139,00	FOLTONIA I BELMAN Com almofada 1+3 R\$ 17,08 À vista R\$ 61,00	VENTILADOR FARET 30 CM 3 velocidades 1+3 R\$ 8,40 À vista R\$ 30,00	CALCULADORA DE BILHO Falt 0-100 Bilhões À vista R\$ 3,90	PITA IV VÍDEOCASSETTE BASF V-130 EQ À vista R\$ 3,40
COLCHÃO PARODAS TOPAZIO PERS 1+3 R\$ 36,92 À vista R\$ 139,00	COLCHÃO PARODAS TOPAZIO PERS 1+3 R\$ 36,92 À vista R\$ 139,00	VENTILADOR FARET 30 CM 3 velocidades 1+3 R\$ 8,40 À vista R\$ 30,00	DISQUETE BASF 5 1/4 25HD R\$ 3,00	DISQUETE SONY 5 1/4 MD2HD R\$ 3,30

ELETRÔNICA Rangel
ÁUDIO-VÍDEO-ELETRÔNICAS-MÓVEIS

CADA VEZ MAIS PERTO DE VOCÊ

Atendimento: 0800-010000, 0800-010001, 0800-010002, 0800-010003, 0800-010004, 0800-010005, 0800-010006, 0800-010007, 0800-010008, 0800-010009, 0800-010010, 0800-010011, 0800-010012, 0800-010013, 0800-010014, 0800-010015, 0800-010016, 0800-010017, 0800-010018, 0800-010019, 0800-010020, 0800-010021, 0800-010022, 0800-010023, 0800-010024, 0800-010025, 0800-010026, 0800-010027, 0800-010028, 0800-010029, 0800-010030, 0800-010031, 0800-010032, 0800-010033, 0800-010034, 0800-010035, 0800-010036, 0800-010037, 0800-010038, 0800-010039, 0800-010040, 0800-010041, 0800-010042, 0800-010043, 0800-010044, 0800-010045, 0800-010046, 0800-010047, 0800-010048, 0800-010049, 0800-010050, 0800-010051, 0800-010052, 0800-010053, 0800-010054, 0800-010055, 0800-010056, 0800-010057, 0800-010058, 0800-010059, 0800-010060, 0800-010061, 0800-010062, 0800-010063, 0800-010064, 0800-010065, 0800-010066, 0800-010067, 0800-010068, 0800-010069, 0800-010070, 0800-010071, 0800-010072, 0800-010073, 0800-010074, 0800-010075, 0800-010076, 0800-010077, 0800-010078, 0800-010079, 0800-010080, 0800-010081, 0800-010082, 0800-010083, 0800-010084, 0800-010085, 0800-010086, 0800-010087, 0800-010088, 0800-010089, 0800-010090, 0800-010091, 0800-010092, 0800-010093, 0800-010094, 0800-010095, 0800-010096, 0800-010097, 0800-010098, 0800-010099, 0800-010100.

ORIENTAÇÕES AO CONSUMIDOR

1) O consumidor deve ler atentamente o Manual de Instruções antes de utilizar o produto.

2) O produto deve ser utilizado de acordo com as instruções do Manual de Instruções.

3) O produto deve ser utilizado em um ambiente seco e bem ventilado.

4) O produto deve ser utilizado em um ambiente com temperatura ambiente.

5) O produto deve ser utilizado em um ambiente com umidade relativa do ar entre 40% e 60%.

6) O produto deve ser utilizado em um ambiente com pressão atmosférica normal.

7) O produto deve ser utilizado em um ambiente com altitude máxima de 2000 metros.

8) O produto deve ser utilizado em um ambiente com frequência elétrica de 50 ou 60 Hz.

9) O produto deve ser utilizado em um ambiente com tensão elétrica de 110 ou 220 Volts.

10) O produto deve ser utilizado em um ambiente com corrente elétrica de 15 ou 20 Amperes.

Bancada capixaba quer reduzir mandato de senador

Flávia Mignoni

Se depender da vontade dos 10 deputados federais do Estado, a reforma política do país deverá estar concluída até o final deste ano. Os capixabas defendem mudanças no sistema eleitoral brasileiro já para as eleições municipais de 1996, entre elas a informatização do pleito e a reeleição para cargos executivos. Apesar de divergirem sobre alguns temas, todos eles entendem que as normas políticas devem sofrer alterações drásticas. A maioria é favorável à instituição dos votos distrital misto e facultativo; a punições severas para os que cometerem infidelidade partidária; e ainda à redução do mandato de senador da República. "Não existem razões para mandatos diferenciados. O senador deveria ser eleito para um período de quatro anos, assim como os deputados federais", defende o coordenador da bancada federal capixaba, deputado Nilton Baiano (PMDB).

Primeiro passo

Na semana passada, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Aíla, deram o primeiro passo para que a reforma do país seja efetivada ainda em 1995: criaram uma comissão especial, formada por cientistas políticos, juristas e entendidos da matéria, para elaborar as propostas a serem submetidas ao Congresso, provavelmente até o próximo mês de junho. Serão discutidos, entre outros assuntos, o Código Eleitoral; sistema eleitoral; Lei Orgânica dos Partidos; informatização das eleições; e financiamento de campanhas eleitorais. A Câmara dos Deputados, por sua vez, já tem a sua própria comissão, e os parlamentares capixabas estão atentos ao assunto.

Convidado a integrar a comissão especial da Câmara Federal que irá tratar dessa reforma política, o presidente regional do PMDB, deputado federal Roberto Valadão, defende amplas mudanças políticas já para o pleito de 1996. "O Brasil não aguenta mais essa estrutura política", destaca. Valadão tem propostas bem polêmicas. Ele está defendendo, por exemplo, a extinção dos cargos de vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito. Além disso, ele pretende rerepresentar uma emenda que propõe a extinção do Senado Federal. "Temos que criar uma Assembleia Nacional", afirma, salientando que essa Assembleia teria um total de 430 membros (atualmente existem 513 deputados federais e 54 senadores).

Discordância

Embora nem todos os 10 deputados capixabas estejam pre-

As modificações

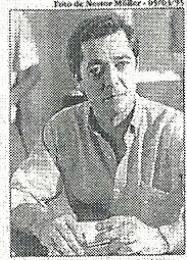
Voto distrital	Voto facultativo	Reeleição	Vice	Senado Federal
Nilton Baiano (PMDB)	favorável	oposição ao sistema de mandatos	propõe a extinção do cargo	defende a extinção
Jorge Anders (PSDB)	favorável	favorável	defende a manutenção do cargo	defende a redução do mandato
Nilton Baiano (PMDB)	favorável	favorável	propõe a extinção do cargo	defende a redução do mandato
Adelson Salvador (PSB)	favorável	favorável	defende a redução do mandato	defende a redução do mandato
João Carlos César (PT)	favorável	contra	favorável a manutenção do cargo	favorável a redução do mandato
Rita Camata (PMDB)	favorável	favorável	defende a manutenção do cargo	defende a extinção
Theodorico Ferrago (PTB)	contra	contra	transfere para os suplentes	defende a manutenção do cargo
João Miguel Feu Rosa (PSDB)	favorável	favorável	favorável para Fernando Henrique Cardoso	defende a manutenção do cargo
Luiz Durão (PDT)	favorável	contra	favorável a manutenção do cargo	defende a manutenção do cargo
Luiz Baiao (PEL)	favorável	favorável	defende a extinção dos cargos	defende a manutenção do cargo



Rita é contra troca de partido



Baiao é a favor da fidelidade



Adelson: redução dos mandatos



Ferrago: questão dos suplentes



Baiano: menor mandato de senador

gando a extinção do Senado Federal, eles têm posições muito semelhantes à respeito dos temas mais polêmicos que serão tratados por ocasião desse processo de reforma. A maioria, por exemplo, defende a redução do mandato de senador da República de oito para quatro anos. "Não tem sentido o mandato de senador ser tão grande assim", destaca o coordenador da bancada federal capixaba, deputado Nilton Baiano (PMDB). "Acho que não precisamos extinguir o Senado, mas reduzir o mandato dos senadores é mais do que certo", defende Adelson Salvador (PSB). "O ideal seria instituímos o sistema unicameral", propõe João Miguel Feu Rosa (PSDB).

Se existem divergências quanto a extinção ou não do Senado Federal, os parlamentares capixabas parecem estar bastante afinados no que diz respeito à extinção da eleição de suplentes de senador. A maioria é favorável ao fim de candidaturas a suplente. "Isso é a maior farsa que existe", afirma o deputado Theodorico Ferrago (PTB). "O suplente deve ser aquele imediatamente mais votado", acrescenta. Os capixabas têm posições parecidas ainda no que diz respeito à fidelidade partidária. Todos entendem que a legislação nesse sentido deve ser rigorosa. "Não podemos mais admitir que as pessoas troquem de partidos como trocam de melões", destaca Jorge Anders (PSDB).

Fidelidade

A maioria dos parlamentares

entende que o mandato deve ser do partido e não do ocupante. "Se o cara for eleito por um partido deve perder o mandato ao mudar de sigla", defende Luiz Durão (PDT). O próprio deputado Luiz Baiao, que logo após tomar posse trocou o PDT pelo PL, acha que a fidelidade partidária é fundamental. Mas, ele salienta que para que ela ocorra é preciso que haja uma redefinição do quadro político. "Hoje isso não é possível", argumenta. A deputada Rita Camata vai apresentar uma emenda à respeito do assunto. "Hoje as pessoas mudam frequentemente de partido. Isso não pode acontecer", destaca. Ela entende, entretanto, de que devem haver brechas. "Se o partido, de repente, tomar posições contrárias ao estatuto, não há como impedir a saída de ninguém", diz.

Dos 10 capixabas, apenas Ferrago é contrário ao voto facultativo. "O abuso do poder econômico seria maior, se o voto não fosse obrigatório", afirma. Mas, se existem divergências sobre a obrigatoriedade do voto, os deputados fecham questão quando o assunto é voto distrital. Todos defendem o voto distrital misto. "A distritalização do voto hoje é fundamental à democracia. O voto distrital, seja puro ou misto, é a solução", defende. A maioria é também favorável a reeleição para cargos executivos, já a partir das próximas eleições. A única exceção fica por conta do deputado João Carlos César. "O Brasil não está preparado para esse passo", afirma.

Financiamento gerará polêmica

O financiamento de campanhas eleitorais, ao que tudo indica, será um dos temas mais polêmicos dessa reforma. Os parlamentares capixabas estão certos de que o sistema de bônus eleitoral, instituído nas últi-

mas eleições, não funcionou, mas, no entanto, não sabem, ao certo, as normas que devem ser adotadas. "Defendo o modelo alemão. Ou seja, entendo que o Governo Federal é quem deve financiar as campa-

nhas", prega o deputado Roberto Valadão.

"Os bônus não trouxeram transparência. Devemos encontrar instrumentos transparentes, seja através de poder público ou não", afirma Rita Camata.

INOCOOP-ES 4ª ETAPA
ÚLTIMAS VAGAS
APARTAMENTOS COM 2 QUARTOS

PARQUE RESIDENCIAL

Bancada capixaba ignora obras inacabadas do ES

Marcos Rosetti
DE BRASÍLIA

Brasília (SUCURSAL) - A bancada federal capixaba apresentou ao Orçamento da União para 1996, 265 emendas, totalizando R\$ 456 milhões. Os parlamentares, no entanto, não priorizaram em seus pedidos recursos para obras inacabadas existentes no Estado.

Das 53 obras inacabadas existentes no Espírito Santo, menos de dez receberam pedidos de destinação de recursos para continuidade do serviço. "Não foi só a bancada que esqueceu; o Governo do Estado também não priorizou recursos para essas obras", afirma o senador Gerson Camata (PMDB), membro da Comissão Especial do Senado das Obras Inacabadas.

Para o ano que vem, o Orçamento do Governo federal é de R\$ 312 bilhões. Desse total, R\$ 44 bilhões são destinados aos 27 Estados da Federação. Só para a Região Sudeste, onde está o Espírito Santo, os recursos previstos são de R\$ 16 bilhões. Ao Estado capixaba são reservados R\$ 655 milhões, menor dotação da região.

Emendas

De acordo com a Comissão Mista do Orçamento, cada bancada estadual pode apresentar até 10 emendas ao Orçamento da União. Os parlamentares capixabas já entregaram a relação do Estado, atendendo a oito sugestões do Governo Vitor Buaret. Individualmente, os deputados e senadores também po-

dem apresentar até 20 emendas ao Orçamento, o que foi feito até o último dia 3, quando encerrou o prazo na Comissão do Orçamento.

A bancada capixaba apresentou ainda uma emenda regional, solicitando recursos de R\$ 13 milhões, para construção de rodovia com 45,9 km de extensão, ligando Itarana a Afonso Cláudio.

Choro

Para o senador Gerson Camata, o fato de a bancada ter apresentado pedidos de quase meio bilhão de reais para o Espírito Santo, não significa que o Governo vá atender a todos os pedidos. Camata lembra que o Orçamento é uma lei autorizativa que o Governo cumpre se quiser. Além disso, ressalta, depois da aprovação das emendas no âmbito da Comissão Mista do Orçamento, ainda tem o teste do plenário, onde as emendas são votadas novamente.

"Depois das emendas aprovadas no plenário, ainda temos de chorar junto ao Governo federal para executar os projetos", afirmou. Camata disse também que as obras inacabadas podem ter continuidade caso o Governo federal queira destinar recursos para concluí-las. Sobre as obras de duplicação da BR 262, em Campo Grande, e da 2ª ponte de Colatina, o senador lembrou que não foram apresentadas emendas para esses serviços, porque já constam no Orçamento da União, por iniciativa do Ministério dos Transportes.



Camata: Governo também esqueceu

Principais obras inacabadas

Folheteria de ANEP/FRANC

Colatina - Variante (trecho Resplendor-Golfinho), Rodovia BR-259. Obra iniciada em 1982; parada desde junho de 1992. Metade da obra está pronta. Dependendo de R\$ 6 milhões para sua conclusão.

Colatina - 2ª ponte. Tem verba consignada no orçamento da União para 1996. Percentual concluído 50%. Valor para concluir R\$ 8 milhões. O ministro dos Transportes, Odair Klein, esteve no local e prometeu terminar a obra.

Domingos Martins - Sistema de esgotamento sanitário, compreendendo 10.487 metros de redes coletoras. Também parada por falta de recursos: 56,80% da obra foram feitos. Valor para concluir R\$ 574.000,00.

Laranja da Terra - Hospital municipal. Obra autorizada, mas sem descrição de injeção, custo e data de paralisação.

Linhares - Hospital Geral de Linhares. Também não saiu do papel, apesar de ter sido autorizado seu início. Consta no documento do Senado que o terreno foi doado pela Prefeitura local e que 44% da obra deveriam ser viabilizados com recursos do Governo estadual. O restante, com recursos da União.

Marilândia - Hospital de 12 leitos na sede do município. Obra parada desde outubro do ano passado. Dependendo de R\$ 5 milhões para conclusão. Apenas 10% de obra foram feitos.

Muqui - Escola profissionalizante destinada a crianças carentes. Construção iniciada em abril de 1993 e interrompida dois meses depois. Percentual concluído: 62%. Faltam R\$ 160 mil para concluir.

Pinuma - Ginásio poliesportivo. Percentual concluído: 32%. Paralisada em dezembro do ano passado. Para completá-la são necessários R\$ 50 mil. Não informado valor total da obra.

- Obras de contenção de erosão, de 3 quilômetros, na Avenida Beira-Mar. Obra iniciada em janeiro de 1993. Paralisada em julho de 95. Não consta percentual concluído nem custo total.

- Construção de parque municipal de exposições. Mais de 60% da obra foram concluídos. Valor total: R\$ 8 milhões. Dependendo de R\$ 107 mil para conclusão. Parada desde dezembro do ano passado.

São Mateus - Obra CAIC. Realizados 35% da obra. Paralisada no início deste ano. Dependendo de R\$ 2 milhões para conclusão.

Viana - Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário. Percentual realizado: 27%. Parada em março deste ano. Valor para concluir R\$ 688 mil.

Água Branca - Reforma e ampliação da Unidade de Saúde. Parada desde abril do ano passado. Percentual concluído: 35%. Valor para concluir: R\$ 200 mil.

Cachoeiro de Itapemirim - Construção da terceira etapa da Estação Ferroviária. Parada desde junho de 1991. Apenas 20% da obra foram concluídos. Valor para conclusão: R\$ 470.000,00.

Eleição leva 'tucanos' à discórdia

Rio - A aliança entre Marcelo Alencar (PSDB) e César Maia (PFL) para a disputa pela prefeitura do Rio nunca esteve tão próxima. Mas também nunca correu tantos riscos como agora. Eleições à vista, nasce a discórdia no ninho tucano.

Ainda o preferido do governador por conta de sua coleção de pesquisas - o presidente da Assembleia Legislativa, Sérgio Cabral Filho, é pretendido por César. O secretário de Indústria e Comércio, Ronaldo César Coelho, é o preferido do governador, mas não tem a população de Sérgio. Além disso, o deputado federal Márcio Fortes já avisou que está na disputa. Sérgio, aliás, tem dito a amigos que levou uma rasteira de Fortes, com quem fez dobradinha nas eleições de 1994. "Eu o apresentava como o meu candidato. Ele conseguiu muitos votos com isso. Agora...", reclama.

Fortes, que acredita num pacto com Ronaldo César até a escolha do candidato do PSDB, não está livre de um golpe. "Até a escolha, é cada um por si", descarta Ronaldo.

Obstáculo

O próprio César Maia impôs, semana passada, novo obstáculo à aliança. Chamado de fascitismo por Sérgio - durante sua participação no painel Rio 95 - o prefeito, que nunca nutriu simpatias pelo deputado, aproveitou para bater o pé: só apoiará o candidato do PSDB se este for Ronaldo ou Fortes. E chegou a dizer isso na TV.

Chilena e ex-exaltada, a mulher do prefeito (Mariângela) ficou irritada com a palavra fascitismo - contou um amigo.

Para os tucanos, porém, por mais que a aliança seja desafiada, César Maia não tem o direito de interferir na escolha do candidato. Filho de Marcelo, o secretário estadual de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, resume: "Queremos que o prefeito indique alguém de sua confiança para ser o vice da chapa, caso a aliança se concretize. Isso é plenamente aceitável".

Segundo outro influente aliado de Marcelo, Sérgio ainda é o principal nome do PSDB. Pelo menos até que as pesquisas prevejam o contrário. "Há um consenso de que a aliança será necessária no primeiro turno. E estamos no início do número. Só que o Sérgio continua a alternativa mais forte. O governador não fechou questão em relação a nomes".

Orientação

Segundo a orientação de Marcelo - fuja da polêmica - Sérgio tenta se redimir. Diz que mantém relação cordial com o prefeito e duvida que seja alvo de restrições; mas ressalta que a escolha caberá ao PSDB. E não se contenta com isso. "Não acredito em política séria de alianças que parta do pressuposto da rejeição".

Tem mais: dentro do PSDB há os que resistem à ideia do aliança. E o caso do vereador Octávio Leite, que simba com a vaga de vice na chapa de Sérgio. Dizendo contar com 25% dos 126 delegados do partido, ele promete lutar pela candidatura própria e se recusa a aceitar as decisões vindas de cima do PSDB. "Quem pensa que o PSDB é um partido cartorial está muito enganado", reage.

A aliança também encontra resistência no PFL, como no caso dos deputados Procopio Lima Neto e Elder Dantas e do secretário de Urbanismo, Luiz Paulo Conde. Todos eles interessados no que é de César. Presidente do partido no município, Elder Dantas defende candidatura própria e diz que só mudaria de opinião caso os partidos de esquerda se unissem. Mas acrescenta: "As esquerdas só se unem na cadeia. E olhe lá".

Parlamentares priorizam seus redutos

Entre as 265 emendas apresentadas ao orçamento, a maioria destina recursos para redutos eleitorais dos próprios parlamentares. São pedidos de eletrificação rural, construção de postos e hospitais, construção de estradas e destinação de verba para sistemas de esgotamento sanitários. Também foram feitos vários pedidos para construção de casas populares e ampliação de sistemas de abastecimento de água.

"Minha expectativa é que sejam atendidos todos os pedidos", diz a deputada Rita Camata. Ela afirma que todas as obras pedidas são necessárias aos municípios, sugere que a bancada federal lute para garantir a aprovação de todas as emendas.

Já o deputado federal Adelson Salvador (sem partido), acha que apresentar emendas sugerindo mais de R\$ 4 milhões é perda de tempo. Ele apresentou 20 emendas, destinando recursos para municípios do Norte do Estado, e diz que adotou o critério de atender as áreas de educação, habitação e saneamento.

O deputado João Coser (PT), que é membro da Comissão Mista do Orçamento, foi mais ousado. Apresentou 20 emendas pedindo R\$ 25 milhões para o Es-



Adelson: 20 emendas para o Norte

pirito Santo. Entre os parlamentares capixabas, Coser foi o que mais recursos pediu. Roberto Valadão (PMDB), pede R\$ 19 milhões, e destina recursos para municípios do Sul do Estado.

No Senado, a situação não é diferente. Os três senadores capixabas também apresentaram emendas para seus municípios-bases eleitorais, como Alto Rio Novo, Anchieta, Guarapari,

Colatina, Ecoporanga, Irupi (Gerson Camata e Elcio Alvarés) e Cachoeiro de Itapemirim, Grande Vitória, Fundão, (José Ignacio Ferreira).

Para as obras inacabadas, no entanto, poucas foram as emendas apresentadas. Três obras no município de Pinuma, por exemplo, sequer foram lembradas pelos parlamentares.

As obras estão paralisadas há anos, são construção de ginásio poliesportivo, construção de parque municipal, e obras de contenção de erosão. Para a reforma e ampliação do Posto de Saúde em Água Branca, também não foi apresentada emenda destinando recursos do orçamento do ano que vem. Isso significa que essas obras vão permanecer inacabadas.

O relatório final da Comissão Especial das Obras Inacabadas será divulgado pelo Senado no próximo dia 23. A Comissão apurou que existem 2.300 obras nessas condições, em todo o país, e que para concluir apenas 100 obras, seriam necessários R\$ 3 bilhões. A Comissão apurou ainda que na Comissão Mista do Orçamento poucos parlamentares se preocuparam em garantir recursos para conclusão dessas obras.

Emendas da bancada capixaba

■ Pavimentação do trecho rodoviário estadual Pedro Cantarito a Cristal do Norte: 12,5 km	R\$ 6.000.000,00
■ Pavimentação do trecho rodoviário Pontal do Ipiranga - Linhares: 40 km	R\$ 12.000.000,00
■ Recuperação da catefeicultura capixaba - Recarte	R\$ 3.750.000,00
■ Conclusão da duplicação da BR 272 - Cariacica	R\$ 15.000.000,00
■ Construção e pavimentação da BR 381 ES	R\$ 11.000.000,00
■ Construção e ampliação do sistema de abastecimento de água no Estado: Grande Vitória e Cachoeiro	R\$ 11.350.000,00
■ Construção de sistema de esgotamento sanitário para Guarapari, Anchieta, Ecoporanga, Barra de São Francisco e Nova Venécia	R\$ 17.500.000,00
■ Assistência financeira para provimento de escolas de ensino médio com aquisição de equipamentos para o Estado	R\$ 6.200.000,00
■ Conclusão de obras, instalações e provisão de equipamentos para o hospital infantil de Valde Yetha	R\$ 8.980.000,00
■ Hospital de Micuicim	R\$ 1.370.000,00
■ Hospital de Linhares	R\$ 1.760.000,00
■ Hospital Geral de Cariacica	R\$ 2.500.000,00
■ Construção e equipamentos dos presídios regionais de Afonso Cláudio, Amuzil, São Mateus, Alegre, Nova Venécia, com capacidade para 150 detentos por unidade	R\$ 16.800.000,00

Fonte: Bancada Federal

Rita diz que Estatuto da Criança é mal-interpretado

Criticada como "defensora de menores infratores", a deputada federal Rita Camata (PMDB ES) disse ontem, no auditório do Tribunal de Justiça, na Enseada do Suá, que o Estatuto da Criança e do Adolescente não foi concebido para beneficiar menores infratores, nem em favor da impunidade. Para Rita, o que está acontecendo é uma interpretação errada do Estatuto, que em matéria de aplicação "consegue ser mais severo do que o Código Penal Brasileiro".

Rita Camata veio ao Estado para dar palestra sobre "A visão atual do Estatuto da Criança e do Adolescente e seus reflexos junto à Polícia e à sociedade", no II Congresso Brasileiro de Identificação, Perícias Papioscópicas e Necropsiológicas, que começou quinta-feira e termina hoje.

Por que as autoridades que lidam com o menor infrator reclamam de dificuldade em aplicar o Estatuto?

— O Estatuto foi concebido com ideais muito avançados. Passa pela questão de políticas governamentais de geração de renda e de assistência à mãe carente, que não tem sequer o direito a um exame pré-natal. O Estatuto foi criado levando em conta todas as nuances que levam o adolescente ou um menor a cometer um crime.

— O que a senhora quer dizer quando fala que o Estatuto foi pensado através de ideais avançados, se nós vivemos em um país onde uma adolescente de baixa renda não tem dinheiro para comprar pílula e preservativos?

— No Rio Grande do Sul já está havendo parcerias entre as empresas privadas e o Estado, com o objetivo de dar aos menores um apoio social; onde as medidas sócio-educativas são aplicadas e assimiladas pelas crianças. Acho que a vontade de resolver o problema do menor carente passa um pouco pela nossa vontade de querer ajudar. Assim que surgiu esta iniciativa no Sul, o nível de crimes cometidos por menores e o número de crianças nas ruas caiu consideravelmente.

— Já que este projeto é tão bom, por que não foi apresentado a determinados Estados, principalmente os do Norte, onde a prostituição infantil é um dos maiores problemas enfrentados pelo Governo?

— A questão do menor infrator é muito grave. É uma bola de neve. Uma adolescente engravidada porque não tem acesso aos métodos anticoncepcionais, gera filhos que ela não terá estrutura para criar. Esses filhos, por sua vez, também vão cometer os mesmos erros da mãe. Assim, para quebrar este círculo vicioso que se formou é preciso muita vontade política.

— A senhora veio no Estado para ministrar uma palestra para policiais. Como a deputada orientaria um policial que precisa prender um menor infrator que acabou de assaltar e matar um cidadão?

— Falar para policiais é uma experiência que eu considero extraordinária. O que eu tenho a dizer é o seguinte: a Polícia deve cumprir o que determina a lei, e o juiz deve avaliar o crime que este menor cometeu.



Rita Camata assegurou que o Estatuto não beneficia menores infratores

Carros são recadastrados

Os policiais da Delegacia Especializada de Furtos e Roubos de Veículos iniciaram ontem o recadastramento de todos os veículos apreendidos e que se encontram no pátio do depósito de carros da Polícia Militar. O recadastramento está sendo feito com a ajuda da empresa Lincus, que montou um computador ligado com o Cadastro Nacional de Veículos Roubados. A empresa tem ainda pessoal treinado para localizar e identificar todos os pontos de segredo que, agrupados, constituem a identificação de um veículo, facilitando a identificação do verdadeiro proprietário.

Dez policiais da delegacia estão sendo treinados pela equipe da empresa paulista e vão fazer

todo o trabalho de recadastramento dos respectivos veículos neste sábado e domingo. São cerca de 500 carros sob responsabilidade da Furtos e Roubos de Veículos e mais 200 carros batidos ou apreendidos por outros motivos.

Segundo o delegado Danilo Bahiense, titular da Delegacia, o trabalho de recadastramento vai facilitar aos proprietários a localização dos carros roubados. Hoje a Polícia comprova que o veículo é roubado verificando a adulteração ou troca das plaquetas de identificação ou do chassi. A dificuldade de localizar o verdadeiro dono do veículo fica por conta da falta do número original do chassi, que é recuperado com a nova técnica de identificação.



O recadastramento permitirá a identificação de carros roubados



Bombeiros — O tenente-coronel Luiz Guilherme Paterlini, 46 anos, capixaba, assumiu ontem o comando do Corpo de Bombeiros, em substituição ao tenente-coronel Hélio Soares da Luz Sodré. Há 27 anos na Polícia Militar, ele foi o primeiro comandante da Polícia Florestal, subcomandante do 1º e 4º Batalhões da Polícia Militar, comandante do 1º BPM e chefe da 2ª e 4ª Seções do Estado Maior. Paterlini integra o Conselho Estadual de Entorpecen-

tes do Estado. Em seu discurso de posse o oficial lembrou que os Bombeiros há muito deixaram de permanecer no quartel, onde ficavam à espera de um chamado, para investir na prevenção e atuar mais próximo da comunidade. Ao deixar o comando, o coronel Hélio Sodré agradeceu o apoio que recebeu das prefeituras da Grande Vitória e também de Colatina e Cachoeiro do Itapemirim, fundamental, segundo ele, para o bom desempenho dos bombeiros.

Menino faz professora e alunos reféns

Curitiba — O menino L.F., de 12 anos, manteve ontem à tarde a professora Silmara Biss e 32 alunos do Colégio Municipal Rudi Heinriche, no município de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba, como reféns dentro de uma sala de aula, por aproximadamente 45 minutos. Ele estava armado com uma garrucha calibre 22, e só foi dominado devido a um descuido. O menino foi entregue a sua mãe e deve se apresentar segunda-feira na Vara da Infância e Adolescência, em Piraquara.

Segundo o superintendente da Delegacia de Piraquara, Luiz Fer-

nando Barbosa, a diretora da escola recebeu uma informação há alguns dias de que o menino estava levando um canivete para a escola. Na primeira revista que fizeram em seu material escolar foram tirados dois canivetes. Ontem a diretora foi informada de que novamente o menino estava armado. Quando foi fazer a revista, ela encontrou uma faca de aproximadamente 25 centímetros.

Garrucha


Depois de questionar L.F. sobre os motivos de andar armado, ela

disse que continuaria a revistar suas coisas e que chamaria seu pai à escola. Seus pais são separados e ele mora com o pai. Quando começou a revistar, L.F. tirou a garrucha, que estava na cintura, e, em princípio, achou que a arma era de brincadeira. Mas o menino, em tom ameaçador, perguntou se ela queria ver se era realmente de brincadeira. Nesse momento, a supervisora da escola chegou e passou a acalmar o menino. A diretora saiu e chamou a Polícia.

Quando L.F. ouviu a Polícia chegando, entrou em uma sala, onde a professora Silmara dava palestra para 32 alunos adolescentes. Ele passou a ameaçar a professora, encostando a arma em seu corpo. Silmara conversou com o menino e conseguiu liberar todos os alunos. Num descuido de L.F., a Polícia conseguiu entrar na sala e dominá-lo. Segundo a diretora da escola, L.F. sempre foi um bom aluno, tendo passado de ano com boas notas. Ele se negou a prestar depoimento à Polícia, dizendo apenas que não queria mais ficar com o pai.

Promoção É Na Loja Que Faz Mais Por Você.

2ª Grande Liquidação De Pisos e Azulejos



Victor Hugo

Economia

O prefeito Paulo Hartung economizou ontem quase R\$ 100,00 ao pagar os quatro IPTUs de suas propriedades em Vitória.

Uma casa na Mata do Praia, um escritório no Centro, o consultório de piscicultura de sua mulher Cristina e uma garagem na Praia do Sud. Valendo-se dos 20% de desconto que tem direito quem paga o IPTU em taxa única, até o dia 31 deste mês, o prefeito gastou, ao todo, R\$ 395,23.

Ao marilim!

Há mudanças no campo turístico brasileiro de marilim azul, que começa hoje no Estado.

O Iate Clube permitirá o acesso do público em geral à chegada das lanchas pesqueiras. Outra novidade é a proibição de captura de peixe com peso inferior a 100 quilos, que terá que ser devolvido ao mar.

O recorde mundial, hoje em poder de um capitão, também está em risco: um Passat VR 6, importado e no valor de US\$ 44 mil, está sendo oferecido pela Viarivagem e a Viva ao pescador que chegar a marca.

Rádio na telinha

O programa "PTV", em exibição hoje, às 11h25m, na TV Capixaba, focaliza as lanchas no lançamento da Rádio Jovem Paes no Estado.

O diretor da Jovem Paes S/A, Paulo Machado de Carvalho Neto, fala das características do rádio via satélite. Além dele, rês do programa Tuiuba, o criador do programa Djailma Jorge, Avelina Aguiar Lindenberg, o prefeito Paulo Hartung e o apresentador Edú Fleming.



Edú Fleming: aposentadoria



Foto de J. A. Magalhães

Hartung economizando 20%

Tempo de mudar

Pesquisa da Standard, Ogilvy & Mather, feita nos principais capitais do país, mostra que a área de negócios da iniciativa privada recebe um reforço de confiabilidade junto à população.

Os números, por outro lado, indicam que continuam atrelados ao descrédito os partidos políticos, Polícia, Justiça e Governo.

O contraste é um preço cheio para os defensores das privatizações.

Terra com lei

O Sêbre e a Sedes concebem, na próxima semana, a desvendar o perfil do turista que veio passar o verão no Estado este ano.

A partir de segunda-feira, pesquisadores das duas entidades estarão plantados em pontos estratégicos nos municípios de Aracruz, Guarapari e Fundão coletando informações sobre os turistas e avaliando o impacto econômico provocado pela sua chegada aos municípios.

Eu vou ali

Deu formiga na Procuradoria Geral do Estado.

Pelo menos três de seus integrantes de primeira linha - Antônio Carlos Pinheiro, Antônio Henrique Vanderley e Eraldo Martins - estão se aposentando.

Em tempo: quando foram iniciadas as articulações para composição da atual administração estadual, setores da Procuradoria pediam a indicação de um procurador de carreira para o cargo de procurador geral.

Tempo de mudar (II)

A AT&T já anunciou que vai investir US\$ 1 bilhão no Brasil se acabar o monopólio estatal de telecomunicações no país.

Trabalha a maior empresa de telecomunicações dos Estados Unidos, com atuação em 200 países e 300 mil funcionários.

Ela teve no ano passado um lucro líquido de US\$ 4,71 bilhões, para um faturamento de US\$ 75 bilhões.

Filas

Muito graves que os engarrafamentos dos domingos na BR-101, são as filas em frente ao Pronto Socorro do Hospital Dário Silva, nos fins de semana.

Isso, por dois motivos. O primeiro, estrutural: a única sala do pronto socorro é fãta pequena que não cabem dois profissionais atendendo ao mesmo tempo. Quer dizer, o pediatra e o clínico geral - e seus clientes - têm que aguardar enquanto o ortopedista ocupa a sala, e por aí vai.

O segundo motivo é o surpreendente número de acm-fogimentos e atropelamentos - muitos deles de turistas - que o município de Serra está registrando este ano.

Ponta e Ponta

- DFor um equívoco, a coluna pública ontem que Mateus Vasconcelos é prefeito de São Mateus. Na realidade, não deveria referir-se a Conceição da Barra, município que Mateus administra.
- Clair marco, a biblioteca da Emescam vai estar conectada com o Banco de Dados da Organização Municipal de Saúde, via Embrel. A informatização da biblioteca está sendo possibilitada por um convênio com a Unimed.
- Clarament ontem as obras da Escolinha de Reno de Vitória, que fica no Taveco.
- Cl Prefeita de Castelo está em férias coletivas. Só estão funcionando os setores financeiro e de contabilidade. Só o calor espilha.
- Cl Neste final de semana tem Trio e Banda Otis em Maratujá.
- Cl Leonardo Humberto Becker, sócio gerente da CPD-Consultoria, novo presidente da Associação Brasileira das Empresas de Softwares e Serviços de Informática do ES (Assofpe-ES), tem posse dia primeiro, no auditório da Rede Gazeta.
- Cl Hoje, às 22 horas, tem festa do 1º Encontro Nacional de Capixabas, no Buzaco & Buzaco, de 1515 Pra.

Na linha

As linhas de telefones em Jacarajuba realmente estão congestionadas mas o presidente da Teletel, Sérgio Borges, promete dar um jeito nelas até o dia primeiro de fevereiro.

É que a Teletel está para inaugurar uma moderníssima estação, com 1.500 novas linhas, para atender Manguiinhos e Jacarajuba.

Capixaba

Dia 8 será conchada a empresa que vai fazer a restauração do prédio do Mercado da Capixaba.

O prédio, que sediará a Secretaria Municipal de Cultura, contará também com uma galeria e um espaço cultural.

Bebedouro

O elenco na língua tem sido uma das principais causas de morte dos beija-flores urbanos. A doença se desenvolve a partir da falta de higiene e de aquisição dos bebedouros normalmente usados para atrair e alimentar os pássaros.

Para resolver o problema, Augusto Ruschi Filho idealizou um modelo revolucionário de bebedouro, levando também em conta as preferências dos beija-flores.

O invento, que tem a forma de uma bota de botaqueto, já chamou a atenção de um empresário gaúcho, José Nakandari, que esteve esta semana em Vitória para acertar sua produção em escala industrial.

Moqueia

Almoço no Pirã aconteceu os últimos acordos verificadas na cúpula da Assembleia Legislativa.

De deputados Marcos Madureira, José Carlos Genta e Umberto Messias, o ex Valci Ferreira e o eleito Paulo Borges comemoravam a indicação de Messias para o Tribunal de Contas.

É entre uma posta de peixe e outra, travavam planos para a eleição de Paulo Borges para a presidência da Casa.

ESCOLAS PARTICULARES PLANILHAS DE CUSTOS/95

Na hora de fazer sua planilha de custos contrate uma empresa especializada em assessoria escolar.

AQUINO NETO TELEFAX
CONSULTORIA & AUDITORIA 229-6282

VOCÊ JÁ PENSOU EM DESENVOLVER ASPECTOS PESSOAIS QUE FACILITEM A OBTENÇÃO DE RESULTADOS QUE VOCÊ QUER?

A oportunidade é participar do workshop "REESTRUTURAÇÃO PARA A EXCELÊNCIA PESSOAL" que será realizado no Hotel Pousada Eco do Floresta, um ambiente de rara beleza natural.

O workshop é ministrado por profissionais experientes em Tecnologia de Administração, Programação Neurolinguística, Medicina Transcendental e Tecnologia do Campo Unificado.

Próximo workshop: 10, 11 e 12 de fevereiro/95
Informações: 225-7241/525-9436
Apoio: Hotel Pousada Eco do Floresta TEL: 248-1196
Realização: Q & P Consultores

Feijoada? O Porto do Sol Guarapari ensina o caminho das pedras.

Depois de curtir aquela praia deliciosa, vai bater aquela fome e aquela vontade de descongelar? Fique tranquilo, o Porto do Sol Guarapari lhe ensina o caminho das pedras: a nossa tradicional Feijoada de Axé, todo sábado, no restaurante Porto do Sol, apenas para seu deleite. No nosso buffet, você se serve à vontade de carnes saborosas, servidas separadamente em porções de barro, e aquela feijoada com tempero irresistível. Você ainda desfruta de um ambiente deslumbrante, atendimento de primeira classe e uma bela vista para o mar de Guarapari.

Feijoada de Axé aos sábados.
Atendimento das 12:00 às 15:00 h.

RESTAURANTE **PEDRA DO PORTO**

PORTO DO SOL HOTEL GUARAPARI
RESERVAS: 361-1100
Av. Beira Mar, 01-Prainha do Morro.

Vanessa diz que musa é Rita Camata

Brasília - A deputada federal mais jovem do país, a caríca Vanessa Felipe, 22 anos, fez sua estreia ontem no debate das propostas de reforma constitucional, no plenário dos ministros com a bancada do PSDB. Loira e de olhos verdes, vestindo um conjunto de blusa, colete e saia curta, Vanessa despertou a admiração dos colegas de bancada pela juventude e pela beleza.

Assediada o tempo todo pelos fotógrafos, ela tirou logo de detrazer qualquer pretensão de formidável em massa do Congresso. "Antiguidade é posto. Portanto, a musa continua sendo a Rita Camata. Prefiro acreditar que o Congresso está ganhando uma guerreira", disse Vanessa, eleita com o apoio do pai, Jorge Felipe, vereador no Rio há três mandatos.

Compreendida, Vanessa não parou de fazer analogias durante as exposições dos ministros. O tema mais importante, para ela, foi a proposta de reforma da Presidência, apresentada pelo ministro Reinhold Stephanes. "A desproporção entre o valor da aposentadoria de um trabalhador co-

mo e as aposentadorias do Legislativo e do Judiciário é enorme e injusta. É preciso mudar isso", acredita a deputada.

Para Vanessa, "é uma enorme responsabilidade" votar a reforma constitucional. Para se informar sobre cada um dos temas, ela disse que está "estudando e lendo muito". "Não tenho experiência. Mas me sobra determinação. Vou me dedicar bastante para ser reconhecida pelo meu trabalho e competência", promete.

Uma de suas maiores preocupações é "ajudar a resgatar a credibilidade do Congresso". Como exemplo da moralização, ela acha que devem ser descontadas todas as faltas dos parlamentares. "Deputado é um trabalhador como qualquer outro", acredita. Vi-

Demissão - O médico Augusto Franco, irmão do ex presidente Ilanê Franco, classificou como "normal" a sua exoneração da chefia do Escritório de Representação do Ministério da Saúde no Rio, pelo ministro da Saúde, Adão Helder. Augusto Franco disse que desde o dia 2 deste mês "já trabalha por isto", mas não recorda a situação com a assistência de repórteres. "Não tenho muito a que dizer, porque essa decisão é exclusiva do ministro", afirmou. "Cabe a ele (Helder) decidir o que fazer com o cargo e ele acho por mim me substituir". O irmão do ex-presidente disse que vai tirar férias e depois voltar a trabalhar comoologista no Hospital da Lagoa, administrado pelo Governo Federal. Franco responsabiliza a exoneração do Ministério da Saúde, em Brasília, pelas notícias divulgadas na imprensa de que estava candidatando a um cargo de deputado, como é praxe, logo após a posse de Adão Helder.

Simon critica Sarney e se diz anticandidato

Brasília - O senador Pedro Simon (PMDB-ES) admitiu ontem que não será fácil conseguir os votos da bancada peemedebista que escolheu o candidato do partido para disputar a presidência do Senado. Simon aproveitou uma entrevista coletiva em que se definiu como o "anticandidato do partido" e criticou sua principal adversária na disputa, o senador José Sarney (PMDB-AP). Para Simon, Sarney é candidato motivado apenas pelo prêmio pessoal de voltar a exercer a Presidência da República.

"Nunca vi um ex-presidente da República se candidatar à presidência de outro poder. A presidência do Senado é para trabalhar e não para projetos pessoais - disse Simon.

Além de Simon e Sarney, o senador eleito Irajá Rezende (OD) também está na disputa pela indicação do partido. Simon foi mais direto ao comentar a candidatura de Irajá, se perder no primeiro turno de disputa, se comprometer a apoiar no segundo.

PERNOITE
Entrando após 24h
Saindo até 08h
De domingo a quinta-feira
CHEQUES P/ 30 DIAS

status 228-1833

Vanessa diz que musa é Rita Camata

Telefones A/B

Brasília - A deputada federal mais jovem do país, a carioca Vanessa Felipe, 22 anos, fez sua estreia ontem no debate das propostas de reforma constitucional, no seminário dos ministros com a bancada do PSDB. Loira e de olhos verdes, vestindo um conjunto de blusa, colete e saia curta, Vanessa despertou a admiração dos colegas de bancada pela juventude e pela beleza.

Assediada o tempo todo pelos fotógrafos, ela tratou logo de fazer qualquer pretensão de transformá-la em musa do Congresso. "Antiguidade é posto. Portanto, a musa continua sendo a Rita Camata. Prefiro acreditar que o Congresso está ganhando uma guerreira", disse Vanessa, eleita com o apoio do pai, Jorge Felipe, vereador no Rio há três mandatos.

Compenetrada, Vanessa não parou de fazer anotações durante as exposições dos ministros. O tema mais importante, para ela, foi a proposta de reforma da Previdência, apresentada pelo ministro Reinhold Stephanes. "A desproporção entre o valor da aposentadoria de um trabalhador co-



Vanessa Felipe, de apenas 22 anos, despertou a admiração das colegas e prometeu muito trabalho na Câmara

mun e as aposentadorias do Legislativo e do Judiciário é enorme e injusta. É preciso mudar isto", acredita a deputada.

Para Vanessa, "é uma enorme responsabilidade" votar a reforma constitucional. Para se informar sobre cada um dos temas, ela disse que está "estudando e lendo muito". "Não tenho experiência, mas me sobra determinação. Vou

dedicar bastante para ser reconhecida pelo meu trabalho e competência", promete.

Uma de suas maiores preocupações é "ajudar a resgatar a credibilidade do Congresso". Como exemplo da moralização, ela acha que devem ser descontadas todas as faltas dos parlamentares. "Deputado é um trabalhador como qualquer outro", acredita. Va-

nessa vai se mudar para Brasília trazendo o filho Jorge, de três anos. Ela vai ocupar o apartamento e o gabinete que foram do deputado Arthur da Távola, eleito senador. Durante a campanha, Vanessa trançou o curso de Odontologia, numa faculdade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Agora, está pensando em fazer o curso de Direito.

Candidatos à PMV ficam satisfeitos com pesquisa

Os candidatos à Prefeitura de Vitória, Luiz Paulo, Rita Camata, Otaviano de Carvalho e José Gotardo se mostraram muito satisfeitos com o resultado da pesquisa realizada pelo Ibope para a Rede Gazeta. Segundo eles, apesar da campanha "ainda não ter começado de fato", o resultado da pesquisa, divulgado ontem pelo jornal A Gazeta, indica que, apesar do quadro político ainda estar sendo delineado, o eleitor já está dando indícios de sua preferência na capital. Mas, apesar de estarem satisfeitos, a maioria dos candidatos sabe que não pode se acomodar aos resultados obtidos nas primeiras pesquisas. Eles estão cientes de que a verdadeira "batalha" será iniciada de fato quando os programas eleitorais começarem a veicular as propostas de campanha no rádio e na televisão. Críticas aos números da pesquisa foram feitas pelos candidatos Chico Honofre e João Paraiíba. O primeiro afirma que só acredita em pesquisas feitas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e, segundo, achou o seu índice muito pequeno.



Rita Camata afirma que popularidade se mede nas visitas às comunidades



Luiz Paulo destacou a sua rejeição pequena e mostrou-se muito satisfeito

Paraíba não crê nos resultados

O candidato do PTB à Prefeitura da capital, João Paraiíba, disse que não acredita nos resultados obtidos pela pesquisa do Ibope. Paraiíba informou que, apesar de respeitar o Ibope, os números apresentados não traduzem a realidade do município de Vitória. "Eu respeito a pesquisa mas, para mim, ela não traduz a realidade", disse ele, informando que é muito mais conhecido do que o candidato do PRN, Chico Honofre e, no entanto, ocupou o nono lugar da lista, depois de Honofre. "Eu moro em Vitória há 40 anos e sou muito conhecido", informou, ele dizendo que acredita que este quadro apresentado ainda pode ser revertido com o desenvolvimento da campanha. "Com a minha programação eleitoral na mídia não vou crescer muito. Eu tenho certeza disso", afirmou o candidato do PTB, informando que sua candidatura é para valer. "Não sou laranja, conforme dizem".

Já o candidato do PRN, Chico Honofre, atribui o resultado que obteve aos poucos recursos que está utilizando em sua campanha. Também questionou os resultados da pesquisa realizada pelo Ibope. "A pesquisa não condiz com a realidade. Eu não estou duvidando do jornal, que é idôneo, nem dizendo, que o instituto foi desonesto mas o que eu acho é que os cabos eleitorais dos primeiros candidatos já sabem onde o instituto irá pesquisar e se dirigem para lá, para lá, reúnem entrevistas e, assim, influenciam os resultados". "Acho até mesmo que eles (Rita e Luiz Paulo) estão tentando fabricar uma rejeição contra mim", disse Honofre, contando que só irá acreditar em resultados de pesquisas quando a Lfes promover uma. Os candidatos Nilton Baiano (PPB), Orlando Hudson (PSB) e Paulo Domingos Deorce (PSC) foram procurados, mas não foram encontrados, mas não foram retornados até às 20 horas.

Rita discorda dos números

Empatada com Luiz Paulo Vellozo Lucas na pesquisa realizada pelo Ibope para a Rede Gazeta, a candidata do PMDB, deputada Rita Camata, disse que está satisfeita com o resultado que obteve, apesar de constatar os números apresentados pela pesquisa, divulgada ontem no jornal A Gazeta. Para Rita, a pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi traduziu muito mais a realidade do quadro político capixaba do que a realizada pelo Ibope.

"Eu estou satisfeita com o resultado que obtive, mas acredito mais na pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Vox Populi. A diferença entre as duas, para mim, está basicamente na metodologia. Enquanto o Ibope ouviu

as pessoas por amostragem, o Vox Populi pesquisou indo à casa do eleitor", informou a candidata, dizendo que na pesquisa do segundo instituto obteve 39% da preferência do eleitorado, enquanto na pesquisa do Ibope, obteve apenas 25%.

Segundo Rita Camata, a popularidade do candidato e sua aceitação no meio eleitoral se verifica quando ele visita as comunidades, quando o candidato se propõe a ir às casas das pessoas, mostrando a plataforma de campanha. "Onde se confere a aceitação do candidato é nos bairros, nas casas. Eu sei que estou lutando contra duas máquinas, mas estou pronta para enfrentar os desafios", contou Rita.

Luiz Paulo manifesta alegria

O candidato do PSDB à Prefeitura de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas - que teve 24% das intenções de votos - recebeu o resultado da pesquisa com muita "alegria e satisfação". Segundo Luiz Paulo, o empate técnico que, segundo o Ibope, está acontecendo entre ele e a candidata Rita Camata, do PMDB - que teve 25% das intenções de votos - foi o melhor fato que aconteceu para ele desde o início de sua campanha. "Nós ainda temos toda uma campanha pela frente e já começamos empatados. Isso é muito favorável para nós", ressaltou ele.

Luiz Paulo também aprovou o índice de rejeição de 11% que obteve (o menor de todos os nove candidatos), informando que "a rejeição está baixa, tendo em vista que a campanha ainda não começou de fato, com a veiculação das

propostas nos programas de rádio e televisão". O candidato do PSDB estava ontem exultante com o resultado obtido por ele.

"A divulgação dos resultados desta nova pesquisa é só o ponto de partida. Nós ainda temos todo um trabalho pela frente e não podemos nos acomodar a este resultado. Temos que lembrar que as pesquisas são pontos de partidas e não pontos de chegada", contou ele, dizendo que não pode se acomodar ao resultado.

Luiz Paulo informou que não está temeroso de enfrentar os principais problemas apontados pela população de Vitória, que foram a falta de hospitais e a deficiência de médicos, com 21% e 15% respectivamente. "O fato de nós termos melhorado muito a cidade, não significa que tenhamos resolvido todos os nossos problemas", informou.



Gotardo destacou o seu crescimento

Gotardo confia no crescimento

O deputado José Gotardo, que ocupa, junto com o jornalista Otaviano de Carvalho, o terceiro lugar na pesquisa realizada pelo Ibope, com 5% das intenções de voto, disse que está realmente satisfeito com os resultados apresentados. Segundo ele, que concorre à Prefeitura de Vitória pelo PSD, na primeira pesquisa ele sequer era conhecido e nesta ele já ocupa o terceiro lugar na preferência dos eleitores.

"Na primeira pesquisa ninguém me conhecia como candidato, mas nessa época eu disse que queria chegar entre os primeiros lugares e consegui o terceiro. Com esse resultado que obtive fiquei muito satisfeito. Na próxima pesquisa de opinião, quero crescer ainda mais do que nessa. Tenho certeza de que, quando a campanha começar de fato, nós iremos crescer ainda mais", disse o candidato.

Otaviano promete crescer mais

Empatado com o deputado José Gotardo, com 5% das intenções de votos, o candidato do PT à prefeitura, jornalista Otaviano de Carvalho, ressaltou que a pesquisa mais importante divulgada ontem pelo jornal não foi a de intenção de votos e, sim, a que mostra quais são as qualidades que o candidato deve ter, que são a honestidade e a competência, segundo a opinião do eleitorado. Otaviano disse que apesar de não estar satisfeito com o resultado, não irá criticar a pesquisa, dizendo que este tipo de conduta é condenável.

"Eu acho ridículo da parte de alguns candidatos criticarem resultados de pesquisa quando ela

não os satisfaz e elegi-la quando o resultado lhes é favorável. Não gosto desta conduta e acho ela condenável. Eu não fiquei satisfeito porque quero melhorar e no dia 3 de outubro, quero ganhar", contou Otaviano.

O jornalista não duvidou da idoneidade da pesquisa, ressaltando que "ela retrata a realidade". "Ainda está muito cedo para que eu me precipite. Eu tenho que trabalhar muito para que alcançar o primeiro lugar e, daqui a dois meses, ganhar a eleição", afirmou o candidato do PT, acreditando que as campanhas só irão deslanchar depois da veiculação dos programas eleitorais, no rádio e na televisão.



Otaviano acha ridículo candidatos que criticam as pesquisas desfavoráveis

Presidente do PTB explica o apoio a Dilo

Colatina (Sucunali) - O presidente do PTB de Colatina, Luiz Zouain 55º, explicou o apoio do partido ao deputado Marcelino Fraga (PMDB), caso concorresse a sucessão do prefeito Thadeu Giuberti. Como o projeto político não vingou, os pechistas firmaram aliança com o médico Dilo Binda (PDT). "O deputado Marcelino passou rápido pelo local da festa para convencer comigo, não caracterizando infidelidade partidária ao PMDB", defendeu-se.

A visita do parlamentar teria sido interpretada como apoio a Dilo Binda, causando mal-estar junto a sua assessoria e até aliados políticos. Luiz Zouain assegurou que Fraga é defensor da fidelidade partidária, e não dá um exemplo. "Ele sempre soube se fosse candidato a prefeito teria nosso apoio. Sua visita foi para tratar de assuntos particulares", frisou o presidente do PTB, que fez festa para selar a aliança com Dilo.

Assessores do deputado Marcelino Fraga revelaram que ele ficou aborrecido com a divulgação de que participou da festa de apoio ao candidato Dilo Binda, do PDT. O parlamentar também não aceita insinuações de que liberou seus aliados para marchar com Dilo nas eleições de 3 de outubro. O presidente do PTB garantiu que Marcelino não está sendo infiel, apesar de divergências com o grupo do prefeito Thadeu Giuberti.

A reação do deputado está ligada à sua posição de fidelidade partidária. Marcelino não conseguiu unir o PMDB, apesar de várias tentativas neste sentido. O grupo do prefeito Thadeu Giuberti jogou duro porque o nome do ex-secretário de Obras, Romário de Castro, fosse aprovado na convenção.

Agenda dos candidatos

RITA CAMATA (PMDB) 8 horas - Gravação para o programa eleitoral gratuito. 14 horas - Caminhada pela Rua Selo, no Centro. 16h30m - Lançamento do livro Direito da Criança e do Adolescente, no auditório do Tribunal de Justiça. 18 horas - Reunião com Lideranças comunitárias do Morro do Romão. 19h30 - Participa da 1ª Jornada Cripológica da Santa Casa, no Alcega Vitória Hotel. 20h30m - Lançamento da candidatura do vereador Agnaldo Godin, no bar Pingo de Mel, em Jardim da Penha.	13 horas - Reunião com candidatos a prefeito da Grande Vitória, no restaurante Pirão. 14 às 17h30m - Gravação para programa eleitoral gratuito. 18 horas - Participa da abertura da IV Festa de Integração do Bairro Romão. 19 horas - Participa de Festa na Ilha dos Celulares e seguida de assembleias do orçamento nos bairros Ilha do Príncipe, Jaburu, Estrelinha e Eucaúpio.	OTAVIANO DE CARVALHO (PT) 7 às 10 horas - Manifestação na Folia de Santa Lúcia, com apoio no na Rua Conde de Sodrê. 17 horas - Participa da sessão na Câmara de Vitória. 20h30m às 21 horas - Participa de assembleias do orçamento municipal.	LUÍZ PAULO (PSDB) 8 às 11 horas - Caminhada na Ilha de Jardim Camburi.	21h20m - Percorre bares da Ilha de Camburi, saindo da Trattoria Toscana. JOSÉ GOTARDO (PSD) Segundo o próprio candidato a agenda não é revelada "por estratégia política". CHICO HONOFRE (PRN) 5h30m - Café e gravação para programa eleitoral no Ponto de Vitória. 9h30m - Reunião com candidatos a vereador. 13h30m - Comparece ao Banquet de Juchiquara para abrir conta em nome do partido. 14 horas - Igual procedimento no Banco do Brasil. 15 horas - Gravação para programa de TV.	17 horas - Visita à redação de A GAZETA. 18 horas - Visita à redação do A TRIBUNA. 20 às 22 horas - Gravação para programa eleitoral. 23 horas - Viaja para Cachoeiro, onde participa do reunião do partido. PAULO GEORGE (PSC) Agenda não divulgada. JOÃO PARAÍBA (PTB) Agenda não divulgada. NILTON BAIANO (PPB) Agenda não divulgada. ORLANDO HUDSON (PSB) Agenda não divulgada.
---	---	--	--	--	--

Alugue um Palio.

KING

Vitória: (027) 327-1711
FAX: 327-1331
TOLFREE: (027) 806-2044

de produção.

de congestionamento.

compara por seu uso.

de congestionamento.

Rita diz que sai fortalecida da campanha eleitoral

Aceitar a derrota não foi nada fácil para a deputada Rita Camata (PMDB). Vitoriosa em três mandatos para a Câmara Federal, essa é a primeira vez que perde uma disputa eleitoral. Rita chorou ao comentar que, com a derrota, não poderia implementar os programas sociais cuidadosamente pensados por ela para a população careniense de Vitória. Na verdade, a candidata hesitou em falar na derrota desde que começou a cair nas pesquisas de opinião.

Apesar da derrota, Rita disse que saiu do processo eleitoral fortalecida. "Sai fortalecida do processo e isso não irá prejudicar minha carreira política. O próprio Fernando Henrique perdeu as eleições para prefeito em São Paulo e hoje é presidente. Aqui no Estado, temos dois senadores, duas lideranças políticas expressivas, que são Elicio e José Inácio, que também perderam disputas eleitorais e hoje são respeitados. Muitas pessoas me disseram hoje que não votaram em mim porque precisam de mim como deputada federal, para fiscalizar e cobrar ações. Então, eu estou à disposição da população do Estado".

Por várias vezes, Rita disse que "a verdadeira pesquiseira seria o resultado das urnas, no dia 3 de outubro". Ontem, o esperado resultado veio e as urnas não foram nada cordiais com Rita. A van-

tagem do primeiro colocado, o tucano Luiz Paulo Vellozo Lucas, foi o dobro do resultado obtido por Rita Camata. A deputada federal disse que não quer vingança.

Os planos dela para o futuro são de voltar para o Congresso Nacional, continuar trabalhando para o Espírito Santo e principalmente para a cidade de Vitória, que ocupou um lugar de destaque em seu coração, com a campanha para a eleição majoritária. Apesar de estar firme em suas intenções de ajudar o Estado, Rita afirmou que "cobrará, com rigor, todas as ações prometidas pelo próximo prefeito e, principalmente pela implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente".

"A função de implementar o Estatuto não é do Legislativo e sim do Executivo. Eu espero que o prefeito eleito consiga colocar todas as crianças na escola, para que elas não fiquem nas ruas cheirando cola e fumando, conforme vi nas caminhadas pelos morros e bairros menos favorecidos", disse, em lágrimas, a deputada.

Rita Camata encerrou a entrevista agradecendo às pessoas que confiaram em sua proposta de governo, em sua campanha e que votaram nela. A deputada volta para Brásia no próximo sábado, para retomar seus trabalhos no Congresso Nacional.



Rita: "Fernando Henrique perde as eleições para prefeito de São Paulo"

Nem mesmo no dia da eleição. Nem mesmo no dia da eleição. Rita se dirigiu para a candidatura do PMDB à prefeitura de Vitória, deputada Rita Camata que "o voto é secreto", e que não deixou de reclamar da sua falta de sorte. A desinformação e o despreparo da mesa receptora da seção 34, do colégio Irmã Maria Hora, na Praia do Canto, onde Rita votou, foram os principais obstáculos enfrentados pela candidata. Ela quase foi impedida de votar porque estava vestida com uma camiseta com os dizeres "Vitória 15", que identificava o seu número na disputa eleitoral.

Bem humorada e sorridente, Rita chegou à escola às 8h20m, munida de carteira de identidade e do título de eleitor. Acompanhada de primo Luiz Spaduto e do sobrinho André Ricardo Paste, de 9 anos, a candidata fez a saída da sala inusitada que estava enfrentando. "Nem no dia 3, eu deixei de ter falta de sorte, tá doído?", brincou Rita intrigada, diante de jornalistas e dos outros mesários.

Depois de consultar o juiz fiscalizador da propaganda eleitoral, Ronaldo Gonçalves de Sousa, que estava na escola, o presidente da seção Sebastião Martins Gomes, 45 anos, chegou logo depois da brincadeira de Rita e a autorizou a votar.

"Me desculpe deparada mas eu tenho que seguir a lei. É a gente tem ordem de não deixar ninguém votar de camiseta", afirmou Rita, no entanto, rebateu as afirmações do presidente da mesa, dizendo que ele estava "totalmente desinformado, porque desde a última semana o uso de camisetas estava liberado".

Curiosos

Passada a confusão em torno

Mesário tenta impedir o voto da camiseta. Rita se dirigiu para a candidatura do PMDB à prefeitura de Vitória, deputada Rita Camata que "o voto é secreto", e que não deixou de reclamar da sua falta de sorte. O nervosismo de Rita e o assédio da imprensa fez com que encerrasse o voto por duas vezes, só acertando na terceira tentativa.

Depois de votar, a candidata visitou todas as seções eleitorais do colégio. Ao sair da escola, Rita foi para o Instituto Fernando Duarte Rabello, na Praça do Cauê, no mesmo bairro, para fiscalizar a votação. Assim que chegou, foi recebida pelo marido e senador, Gerson Camata, que votou na seção de número 15, mesmo dia premedebista. "Rita, votei na seção 15 e no 15", disse ele, dando um beijo e desejando boa sorte à mulher.

Ainda no Instituto de Educação, Rita encontrou com os secretários de Transportes Obras Públicas, Fernando Beirão, de Justiça e Cidadania, Perly G. priano, que lhe desejaram sucesso. Depois dos cumprimentos, Rita e Gerson Camata traçaram os planos para percorrer as seções de todo o município seguindo cada um dos destinos diferentes.

Com uma expectativa otimista e fazendo um balanço geral do pleito, a candidata disse que o saldo foi positivo. "A eleição para mim foi muito positiva e eu pude sentir isso em todas as seções que visitei. Foi muito bem recebida. Sobre os problemas enfrentados, eu já estou acostumada. Só em frentei obstáculos até agora, e hoje (ontem) não serin diferente", garantiu pelas seções eleitorais às 17 horas, no Colégio Salesiano, Forte de São João.

Eleição pode mudar 80% da Câmara e Assembléia

Flávia Mignoni

As eleições municipais de outubro poderão provocar uma significativa renovação na Assembléia Legislativa e na bancada federal capixaba. A pouco menos de nove meses do pleito, cerca de 80% dos parlamentares estaduais e federais do Estado já ensaiam candidaturas às prefeituras de seus municípios. Há até aqueles, como Luiz Durão (PDT), que, apoiados nas facilidades da legislação eleitoral, usam sair do interior para ariscar uma candidatura a prefeito da Capital. "Vou fazer um Micaense - Carnaval fora de época - em cada bairro da cidade", promete.

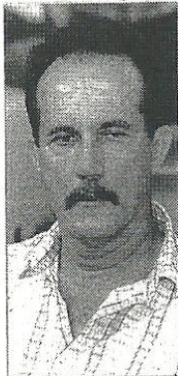


Foto de Gilão Lejola 13/12/94



Foto de Cláudio Feres 10/1/94

Os 30 parlamentares estaduais capixabas, 20, embora considerem muito cedo para falar sobre o assunto, admitem a possibilidade de disputar as eleições de outubro. "Meu nome está à disposição do partido na Serra", ressalta a deputada Brice Bragato (PT), ao ser indagada sobre suas pretensões políticas. O fato é que as facilidades da legislação eleitoral estimulam essas candidaturas. Para concorrer às prefeituras de seus municípios, eles não precisam deixar os cargos. Se forem derrotados, continuam deputados.

Três deputados estaduais, por exemplo, ensaiam candidaturas à Prefeitura de Cariacica: Juca Alves (PT), Nilton Gomes (PMDB) e Antônio Filho (PSDB). Juca acha que ainda é muito cedo para falar sobre sucessão municipal, mas admite a pré-candidatura. Líder do Governo na Assembléia Legislativa, ele espera contar com o apoio do governador Vitor Buaziz (PT) na disputa.

Antônio, por sua vez, acredita na força de seu trabalho, sobretudo na Rádio Tropical. Nilton, que também é radialista, lembra sempre que "quisse" venceu nas últimas eleições. Ex-prefeito de Itapemirim, o deputado Benedito Eneas (PFL), como muitos outros parlamentares, evita falar sobre sucessão agora. A possibilidade de aprovação, pelo Congresso, da proposta de reeleição até mesmo para os detentores dos atuais mandatos tem, na verdade, inibido as discussões sobre as eleições de outubro. Mas, no Sul do Estado, a candidatura de Benedito é considerada certa. Ele pretenderia administrar Itapemirim, do novo,

disputa pela Prefeitura da Serra promete ser acirrada. Três deputados estaduais já começam a se articular com vistas à sucessão de João Baptista Motta (PSDB): Brice Bragato (PT), Gilson Gomes (PMDB) e Sérgio Vidigal (PDT). Os primeiros esperam, inclusive, contar com o apoio do Governo estadual. "Estou colocando meu nome à disposição do partido", ressalta Brice. Ela informa que o PT da Serra ainda não começou a discutir o assunto, mas que deseja formar uma frente capaz de "superar o ciclo Molta/Feu Rosa". Gilson, por sua vez, já está em campanha. Tem, inclusive, feito farta distribuição de alimentos no município.

Dois deputados também poderão disputar a Prefeitura de Vila Velha: Max Filho (PMN) e Magno Malta (PMDB). Max Filho tem preferido dizer que não pretende ser candidato a prefeito. Mas o próprio presidente regional do PMN, Carlotto Osório, diz que ele é uma das alternativas do partido. Magno Malta deverá ser o candidato do prefeito Vasco Alves (PMDB) e do próprio Governo estadual. Os petistas do município, no entanto, estão pressionando para que Cláudio Vereza (PT) concorra à sucessão de Vasco.

O deputado Carlinhos Lyrio garante que não está disposto a disputar a Prefeitura de São Mateus, no Norte do Estado. Mas dá sinais de que essa disputa está em seus planos: aproveitou o prazo final para filiação partidária com vistas às eleições de outubro e trocou o PSB pelo PPS. "Temos bons nomes em nosso partido e vamos tentar encontrar uma alter-

nativa", diz. E se não encontrarem? "Bem, só entro na disputa em último caso", admite.

Ex-prefeitos

Fátima Couzzi (PSDB), por sua vez, não esconde de ninguém sua intenção de disputar a Prefeitura de Guaçu. Filha do ex-prefeito Lourival Couzzi, ela já está, inclusive, em campanha. Fernando Resendo (PMDB) tem hesitado em aceitar a candidatura à Prefeitura de Mimoso do Sul (ele já foi prefeito do município). "Estou trabalhando o nome de meu irmão", diz. Mas admite que, se a candidatura de seu irmão não emplacar, vai entrar na disputa.

Lelo Coimbra (PSDB), Ricardo Ferraco (PMDB) e José Carlos Graz (PFL) aparecem na lista dos que pretendem disputar a Prefeitura de Vitória. Marcelino Praga (PMDB) não descarta a possibilidade de concorrer à sucessão de Tadeu Giuberti (PMDB), em Colatina. Ex-prefeito de Anchieta, Moacyr Carone Assad (PDT) acalenta o sonho de voltar a administrar o município e admite que poderá disputar as eleições de outubro.

Nasser Youssef (PMDB) deverá disputar a Prefeitura de Cachoeira de Itapemirim, com o apoio do ex-prefeito e agora deputado federal Roberto Valadão (PMDB). José Gorardo (PSD) e Lourival Berger (PPB) querem voltar a administrar seus municípios: Conceição do Castelo e Domingos Martins, respectivamente. Juca Gama (PTB) é candidato à Prefeitura de Linhares, e Paulo Borges (PSDB) vai tentar, mais uma vez, ser prefeito de Guarapari.

POSSÍVEIS CANDIDATOS

Editoria de Arte/Genêio

Câmara Federal

Deputado	Município
Adelson Salvador (PMDB)	Nova Venécia
José Miguel Feu Rosa (PSDB)	Serra
Jorge Anders (PSDB)	Vila Velha
Luiz Buaziz (PL)	Vitória
Luiz Durão (PDT)	Vitória
Nilton Baiano (PPB)	Vitória
Rita Camata (PMDB)	Vitória
Theodorico Ferraco (PTB)	Cachoeira de Itapemirim

Assembléia Legislativa

Deputado	Município
Antônio Filho (PSDB)	Cariacica
Benedito Eneas (PFL)	Marataizes
Brice Bragato (PT)	Serra
Carlinhos Lyrio (PPS)	São Mateus
Cláudio Vereza (PT)	Vila Velha
Fátima Couzzi (PSDB)	Guaçu
Fernando Resendo (PMDB)	Mimoso do Sul
Gilson Gomes (PMDB)	Serra
José Carlos Graz (PFL)	Vitória
José Gorardo (PSD)	Conceição do Castelo
José Luiz Balesstrero (PSB)	Viana
Juca Alves (PT)	Cariacica
Juca Gama (PTB)	Linhares
Lelo Coimbra (PSDB)	Vitória
Lourival Berger (PPB)	Domingos Martins
Magno Malta (PMDB)	Vila Velha
Marcelino Praga (PMDB)	Colatina
Max Filho (PMN)	Vila Velha
Moacyr Carone (PDT)	Anchieta
Nasser Youssef (PMDB)	Cachoeira de Itapemirim
Nilton Gomes (PMDB)	Cariacica
Paulo Borges (PSDB)	Guarapari
Ricardo Ferraco (PMDB)	Vitória
Sérgio Vidigal (PDT)	Serra

Suplentes são cabos eleitorais

A possibilidade de a maioria dos deputados estaduais e federais capixabas participar das eleições municipais de outubro tem agitado os suplentes, que acabam transformando-se em fortes cabos eleitorais. Se Rita Camata, por exemplo, decidir concorrer à Prefeitura de Vitória, o maior beneficiado será Gonário José da Mata (PMDB), aquele empresário de Barra de São Francisco que fez muito barulho na campanha, tocando stafeta em diversos municípios do Estado.

O secretário de Justiça e Cidadania, Perly Cipriano (PT), seria o maior beneficiado com a eleição de Adelson Salvador (PMDB), que, na verdade, foi eleito pela coligação PT/PSB/PC do B. O ex-prefeito de Colatina, Dilo Binda, (PDT) ganharia uma vaga de deputado federal com a eleição de Luiz Buaziz (PDT) ou Theodorico Ferraco (PTB). Como Dilo ensaiava uma candidatura à Prefeitura de Colatina, a cadeira poderá ficar mesmo com Bibevalda Grassi (PTB), segundo suplente na coligação PT/PTB.

O maior beneficiado com a eleição de José Miguel Feu Rosa, na Serra, ou de Jorge Anders, em Vila Velha, seria o secretário nacional de Acompanhamento de Preços, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB). Como Luiz Paulo é um dos prefeitos do prefeito Paulo Hartung para a Prefeitura de Vitória, poderia ser ele eleito, dar o lugar a Marcos Antônio Vicente (PSDB).

No que diz respeito aos deputados estaduais, a situação não é diferente. Alguns suplentes, embora evitem falar abertamente sobre o assunto, admitem nos bastidores que estão torcendo para a eleição dos titulares, nas eleições de outubro. O primeiro suplente de deputado estadual da coligação PT/PTB é Avilino Mota de Silva, do Sul do Estado. Ele seria beneficiado com a eleição de qualquer um dos titulares das vagas dos dois partidos, entre eles Ricardo Ferraco, Gilson Gomes, Sérgio Vidigal e Juca Gama. O ex-prefeito de Montanha, Filipe Capela, é o segundo suplente dessa coligação.

Pleito em Vitória atrai 4 federais

Entre os 10 deputados federais capixabas, oito não descartam a possibilidade de disputar as eleições municipais de outubro. Quanto deles está no páreo na corrida pela Prefeitura de Vitória: Rita Camata (PMDB), Nilton Baiano (PPB), Luiz Buaziz (PL) e até o ex-prefeito de Linhares, Luiz Durão (PDT). "Será uma eleição atípica. Tive uma votação expressiva no último pleito e, agora, estou analisando uma nova candidatura", diz Buaziz.

A disputa pela Prefeitura de Vitória, na verdade, tem sacudido a bancada federal capixaba. Nilton Baiano chegou a trocar o PMDB pelo PPB, para não ter de abrir mão do sonho de ser prefeito da Capital. Rita Camata, que já ensaiava uma candidatura nas últimas eleições municipais, não admite a intenção de concorrer à sucessão de Paulo Hartung (PSDB), mas também não

descarta a possibilidade. A candidatura dela amaria a do deputado estadual Ricardo Ferraco. Luiz Buaziz, por sua vez, anuncia que tomará sua decisão em fevereiro, mas atenta que está no páreo.

A exemplo de Baiano, Luiz Durão não faz questão de esconder de ninguém sua intenção de disputar a Prefeitura de Vitória. No último dia 15 de dezembro, transferiu seu domicílio eleitoral para a Capital, tornando-se apto à disputa. Já tem feito até promessas: se eleito, vai realizar um Micaense - Carnaval fora de época - em cada bairro de Vitória.

Ex-prefeito de Vila Velha, o deputado Jorge Anders (PSDB) admite a possibilidade de disputar a sucessão de Vasco Alves (PMDB). "Espero satisfazer com meu trabalho na Câmara Federal e gostaria de continuar como deputado, mas nossos companheiros, preocupados com a

situação do município, querem que eu dispute a Prefeitura", diz José Miguel Feu Rosa (PSDB), por sua vez, deverá disputar a Prefeitura da Serra. Ele é o candidato do prefeito João Baptista Motta (PSDB).

Embora tenha se filiado ao PMDB, no prazo final de filiação com vistas às eleições de outubro, Adelson Salvador garante que não tem a intenção de disputar a Prefeitura de Nova Venécia, onde já foi prefeito. "Minha vontade é ajudar os amigos que disputarão o pleito de outubro", afirma. Ele, entretanto, não descarta a possibilidade de uma candidatura. "Vamos analisar todas as alternativas", ressalta. Advogado político do Governo, Adelson sabe que sua eleição beneficiaria Perly Cipriano (PT), que é o primeiro suplente. Isso tem contribuído para que ele pense duas vezes, antes de entrar na disputa.

ELEIÇÃO pode mudar 80% da Câmara e Assembléia. A Gazeta, Vitória (ES), 7 de janeiro de 1996, p. 3.

Foto de Helô Sani'Ana



Rita Camata, em Brasília, tem adiantado as articulações para possíveis coligações com PT, PTB, PCdoB e PL.

Presidente do PMDB confirma candidatura de Rita para PMV

João Carlos Torezani

A deputada federal Rita Camata será a candidata do PMDB à sucessão do prefeito Paulo Hartung. O partido anuncia dia 18, em caráter oficial, a candidatura da deputada. A informação é do presidente municipal do PMDB, Huguinho Borges, adiantando ainda que todas as articulações visando às eleições de outubro, passam pela Executiva.

O presidente do PMDB disse ainda que nesses próximos dias muitas conversas, debates e articulações vão ocorrer. "Vamos sentar com a deputada Rita, o presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Ferrazo, o

empresário Luiz Kfuri, tudo dentro de um processo interno. A candidatura de Rita está praticamente consolidada".

As articulações em torno da candidatura da deputada continuam, agora visando às eleições proporcionais, ao fortalecimento da coligação e para a formação de um leque de alianças. "Nós vamos costurar toda a nossa estrutura em termos partidários e também dos apoios que podemos alcançar. Existe um limite, pela atual legislação eleitoral, no dispositivo das coligações. Temos de procurar atingir siglas com densidade eleitoral, pois quem se coliga para a chapa majoritária deve adotar o mesmo processo para a proporcional", justificou.

Ele relatou que a própria Rita, em Brasília, tem debatido com o deputado federal Luiz Buaiz (PL) sobre as alianças para as eleições de outubro. Ressaltou que há grandes possibilidades da coligação ser formada com o PT, PTB, PCdoB e PL. "Nós estamos dispostos a ampliar a nossa participação. Com esse arco de alianças, temos a pretensão de fechar um grande acordo para coligações, obedecendo, evidentemente, os critérios para um programa voltado ao atendimento da comunidade de Vitória. Vamos formar um grupo político forte, coeso, não só para as eleições municipais, mas com o compromisso de chegar ao Palácio Anchieta em 1998", finalizou Huguinho.

Buaiz diz que afinidade com Rita fortalece chapa

— Existe uma afinidade muito grande entre nós e quando começamos a propaganda eleitoral na TV vamos demonstrar nossa unidade e compatibilidade. Esta é a opinião do deputado federal Luiz Buaiz (PL), candidato a vice-prefeito na chapa de Rita Camata, e um dos líderes mais influentes dessa eleição.

Segundo a pesquisa do Instituto Futuro, a 50% dos eleitores já mencionaram Rita Camata na menção espontânea afirmaram que, sabendo que o vice seria Luiz Buaiz, poderiam votar na chapa dela.

O potencial de Buaiz foi comparado ao do prefeito Paulo Hartung (PSDB) da governadora Roseana (PT). Segundo a pesquisa, 15,83% dos entrevistados responderam que votariam na chapa que não se candidatou contra vice. A pesquisa apontou ainda que o governador teve o apoio de 22,33% dos eleitores e o prefeito de 47,51%.

Equilíbrio

Luiz Buaiz perdeu as eleições de 1992 para Hartung mas não se desistiu com o índice de rejeição de sua companheira de chapa. Rita tem o maior índice de rejeição: 28,59%. No entanto, há uma menção estimulada com quase 20 pontos percentuais a mais que Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB). No município de Vitória, há um equilíbrio de forças entre os candidatos. Satisfeito com o resultado, Buaiz disse que a chapa é um exemplo de unidade e que a afinidade com a governadora estadual e municipal. Luiz Buaiz destacou que é preciso resgatar a cidadania das crianças.



Buaiz confia na sua experiência e na juventude de Rita para chegar à Prefeitura de Vitória em outubro

Candidata garante reverter rejeição

A candidata do PMDB à Prefeitura de Vitória, Rita Camata, se diz bastante satisfeita com o resultado da pesquisa encomendada por A GAZETA, que aponta com 19,01% (na menção estimulada) de frente em rejeição ao segundo colocado, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB). Mas Rita também é a candidata que apresenta o maior índice de rejeição entre todos, 28,59%. Um dado que poderia ser motivo suficiente de preocupação, mas que, para ela, é apenas uma etapa a ser vencida ao longo da campanha.

— O resultado que conseguimos não é fruto do reconhecimento do trabalho que venho desenvolvendo como deputada federal. Assim que minha proposta de Governo for apresentada e as pessoas puderem avaliar quem são os candidatos mais preparados para assumir este importante papel na sociedade, o índice de rejeição tende a diminuir — afirma a candidata.

Sobre o item que trata do perfil do eleitorado e aponta Rita com boa aceitação entre jovens e classes sociais menos abastadas, a candidata também se vale do seu futuro plano de Governo para reverter o quadro. "Meu plano de Governo priorizará, sem dúvida, o social. Mas é lógico que estamos implementando ações voltadas para o interesse de toda a sociedade. Assim que as pessoas puderem avaliar minhas propostas, saberão que minha campanha tem o objetivo maior de atender e todos os segmentos da sociedade estarão sendo ouvidos", orientou a candidata.

Luiz Paulo elogia o resultado

O candidato tucano está rido à toa. Para Luiz Paulo Vellozo Lucas, a pesquisa encomendada por A GAZETA — que o aponta na sucessão à Prefeitura de Vitória com um índice de rejeição bem menor do que de Rita Camata — mostra que o processo sucessório será bastante acirrado. Para ele, a polarização das chapas PSDB/PMDB como cabeças de chapa na disputa mostra que o nabo da eleição desfilado realmente não existe.

— Este resultado sepulta os boatos de que minha indicação não era legítima. A minha candidatura é um fato consumado e não haverá qualquer mudança na composição eleitoral do partido para disputar a Prefeitura de Vitória — dispara Luiz Paulo, em forma de recado velado à Rita Camata.

Polarização

O senador José Ignacio Ferreira, que apoia a candidatura de Luiz Paulo Vellozo Lucas para a sucessão na Prefeitura de Vitória, recebeu com bastante alegria o resultado da pesquisa encomendada por A GAZETA. Segundo ele, o fator mais interessante desse processo é o índice baixíssimo de rejeição de Luiz Paulo. "A pesquisa de rejeição indicou que a candidatura do PSDB tem muito a crescer ainda. E a polarização que já se define neste início de campanha tende a se cristalizar ainda mais", acredita o senador.

Apoio político

Em relação ao "pedrinho" Paulo Hartung, Luiz Paulo não tem dúvidas de que o prefeito representa a figura mais importante neste contexto político. "Paulo Hartung é o maior eleitor da campanha e recebemos com bastante naturalidade esta confirmação", fala Luiz Paulo.

A alegria dos tucanos cresce quando a pesquisa aponta o índice de rejeição da eleitorada. Segundo os dados, o índice de rejeição de Rita Camata é 28,53%, superior ao de Luiz Paulo. O candidato do PSDB assegurou que sua campanha agora vai buscar ampliar as coligações e intensificar o trabalho corpo-a-corpo.

A pesquisa indica uma base eleitoral elitizada para o tucano mas Luiz Paulo garante que não irá mudar sua estratégia de trabalho para conquistar outros segmentos. "Minha campanha é uma só. O direcionamento da minha plataforma política é voltado para a maioria da qualidade de vida de todas as classes indistintamente. Portanto, meu discurso é o mesmo onde quer que eu vá", resume.

Otaviano valoriza apoio do governador

O candidato do PT, Otaviano de Carvalho, acredita no potencial de crescimento de sua candidatura. Ele destacou que a pesquisa foi realizada três dias após o lançamento de seu nome e que tanto Rita Camata (PMDB) quanto Luiz Paulo (PSDB) estão há muito tempo em campanha. Otaviano, que é ministro, disse que, apesar de não ter conhecido em Vitória nem mais de dezesseis candidatos, ele foi vencedor no período em que Vitor Buaiz estava na Prefeitura, de 1988 a 1992.

Otaviano afirmou que todo apoio é importante e que vai estar em busca de apoio como o do governador Vitor Buaiz. O candidato minimizou o desentendimento das forças do PT e disse que a unidade partidária é uma preocupação dos candidatos do partido no Estado e melhora a performance do Governo. Ele destacou que, no último sábado, o Diretor Estadual aprovou por consenso a proposta de política de alianças.

Candidata garante reverter rejeição

A candidata do PMDB à Prefeitura de Vitória, Rita Camata, se diz bastante satisfeita com o resultado da pesquisa encomendada por A GAZETA, que aponta com 19,01% (na menção estimulada) de frente em rejeição ao segundo colocado, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB). Mas Rita também é a candidata que apresenta o maior índice de rejeição entre todos, 28,59%. Um dado que poderia ser motivo suficiente de preocupação, mas que, para ela, é apenas uma etapa a ser vencida ao longo da campanha.

— O resultado que conseguimos não é fruto do reconhecimento do trabalho que venho desenvolvendo como deputada federal. Assim que minha proposta de Governo for apresentada e as pessoas puderem avaliar quem são os candidatos mais preparados para assumir este importante papel na sociedade, o índice de rejeição tende a diminuir — afirma a candidata.

Sobre o item que trata do perfil do eleitorado e aponta Rita com boa aceitação entre jovens e classes sociais menos abastadas, a candidata também se vale do seu futuro plano de Governo para reverter o quadro. "Meu plano de Governo priorizará, sem dúvida, o social. Mas é lógico que estamos implementando ações voltadas para o interesse de toda a sociedade. Assim que as pessoas puderem avaliar minhas propostas, saberão que minha campanha tem o objetivo maior de atender e todos os segmentos da sociedade estarão sendo ouvidos", orientou a candidata.

Otaviano garante ser mais idêntico com Vitória que seus adversários

O candidato do PT, Otaviano de Carvalho, acredita no potencial de crescimento de sua candidatura. Ele destacou que a pesquisa foi realizada três dias após o lançamento de seu nome e que tanto Rita Camata (PMDB) quanto Luiz Paulo (PSDB) estão há muito tempo em campanha. Otaviano, que é ministro, disse que, apesar de não ter conhecido em Vitória nem mais de dezesseis candidatos, ele foi vencedor no período em que Vitor Buaiz estava na Prefeitura, de 1988 a 1992.

Otaviano afirmou que todo apoio é importante e que vai estar em busca de apoio como o do governador Vitor Buaiz. O candidato minimizou o desentendimento das forças do PT e disse que a unidade partidária é uma preocupação dos candidatos do partido no Estado e melhora a performance do Governo. Ele destacou que, no último sábado, o Diretor Estadual aprovou por consenso a proposta de política de alianças.

João Cezar espera crescimento

A baixa performance de João Cezar Moraes, na pesquisa, não tira sua esperança na candidatura. O candidato do PPS disse que, depois de meses no nome, estava com mais intensidade na mídia, mas com o início das negociações para uma coligação com outros partidos, as pesquisas foram obrigadas a reaver para a formação da frente.

O PPS negocia uma coligação com o PSB do vice-governador Renato Casagrande, PCB, PSN e PAN. João Cezar espera definir amanhã, em uma reunião às 19 horas na sede do partido, se a frente lança candidatura própria ou se apoia outro candidato.

O candidato do PPS destacou que, no confronto direto entre Rita Camata, Luiz Paulo e Otaviano de Carvalho, pretende destacar seus projetos apresentados nesse período, em uma discussão aberta e democrática, com o objetivo de chamar a atenção da população para o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo partido.

Durão poderá sair da disputa

Além de uma definição sobre sua candidatura, o deputado federal Luiz Durão (PT) disse que a pesquisa do Instituto Futuro reafirma a posição dos candidatos na mídia e, em que se refere ao seu nome, não sabe se vai ter um bom resultado. Durão afirmou que não sabe se vai ter um bom resultado. Durão afirmou que não sabe se vai ter um bom resultado.

— O resultado que conseguimos não é fruto do reconhecimento do trabalho que venho desenvolvendo como deputada federal. Assim que minha proposta de Governo for apresentada e as pessoas puderem avaliar quem são os candidatos mais preparados para assumir este importante papel na sociedade, o índice de rejeição tende a diminuir — afirma a candidata.

Honofre critica metodologia

O candidato do PRN, Chico Honofre, que apresenta propostas políticas como a construção de um equipamento biométrico, criação da Secretaria do Samba e transformação do prédio da Prefeitura em hospital, criticou ontem a metodologia empregada pelo Instituto Futuro na pesquisa de intenção de voto.

Honofre tem a segunda maior rejeição — 10,17% — e disse que a pesquisa não reflete a realidade de fato no quadro eleitoral. "Minha campanha ainda não foi para os ruas. Estou trabalhando nos bairros e é por isso que muita gente ainda não me conhece. Mas sou candidato e lutarei contra o resultado que impõe hoje no Estado, onde só os políticos profissionais têm voz", reclama Alvarenga.

Para o candidato, o político Sampaio ainda vive nos moldes do coronelismo. Quando começa a propaganda gratuita na TV, insiste, vai poder dar nomes aos bois e provar que "esse pessoal que está no poder cega o povo".

PDT de Colatina disputa eleição com Dilo Binda

Colatina (Sociedade) — Em clima tempestivo, o médico ex-prefeito Dilo Binda teve seu nome homologado em uma convenção do PDT para disputar a Prefeitura desta cidade nas eleições de 3 de outubro. Ele disputará a indicação com o vice-prefeito Odilson Nicheio, obtendo quatro votos dos seis disponíveis junto aos convenções. Nicheio reclamou do resultado, classificando-o como "diabólico" e se recusou a reconhecer o resultado da Comissão Executiva Prefeitural, Paulo Sá.

O plebiscito da Câmara Municipal, onde foi realizada a convenção, foi pequeno para abrigar o grande número de pessoas que compareceram na manhã de ontem para prestigiar os trabalhos. O vice-prefeito Odilson Nicheio ocupou a tribuna para manifestar seu desejo de disputar a sucessão do prefeito Theodor Gubert. Segundo ele, Dilo Binda teria dois anos de mandato na Câmara Federal e o município ficaria bem representado.

Petistas discutem em São Paulo crise no ES

O Diretório Nacional do PT se reúne hoje em São Paulo, para discutir os problemas que o partido está enfrentando no Estado, em função da política administrativa adotada pelo governador Vitor Buaiz. Os deputados estaduais Brice Bragato e Juca Alves, além da militante da Executiva Nacional do partido, Irieli Lopes, estão representando o PT-ES no encontro, que busca reverter o rompimento entre Vitor e quase todos os deputados estaduais e o índice federal.

Não será tomada nenhuma decisão na reunião, pois o objetivo é promover uma discussão prévia antes do encontro nacional do partido que acontece nos dias 6 e 7 de julho. Segundo a deputada Brice Bragato, nesta primeira reunião será feito um balanço da administração Vitor Buaiz, traçando um paralelo entre o que foi apresentado em sua discussão de campanha e o que está sendo implementado no Estado.

— Nós, deputados, estamos levando a nossa crítica ao encontro. Vamos cobrar, principalmente, que Vitor Buaiz se afastasse de suas propostas partidárias assim que assumiu o Governo. Queremos que a Executiva Nacional do partido possa ajudar sua gestão no Estado e não apenas a conduta ética do PT — explica Brice.

Fontes do partido revelam que os militantes esperam que o resultado sirva para apaziguar os ânimos das frentes petistas do Estado, que estão em tanto quanto abaladas. Para Irieli Lopes, existem pontos no pacote de medidas propostas pelo Governo que devem ser debatidos e combatidos.

Inscrições para concurso da Justiça começa hoje

Consequente hoje as inscrições para o concurso público da Justiça, voltadas para o preenchimento de 921 vagas nos comarcas do Espírito Santo. Os interessados devem procurar as agências do Conselho de todo o Estado até 5 de julho. Os valores das taxas a serem pagas são os seguintes: R\$ 22,00 (cargos de nível superior); R\$ 310,00 (nível médio); R\$ 18,00 (nível grau).

A Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo concurso, aponta em seu manual grande de candidatos. Por isso, mandou imprimir 30 mil formulários de inscrição para serem distribuídos gratuitamente nos municípios do Espírito Santo. Os salários variam de R\$ 575,00 (agentes de serviços básicos) a R\$ 3,50 mil (serviço jurídico). O candidato não pode se inscrever em mais de um cargo que exija o mesmo grau de escolaridade.

Os desempregados ou com renda familiar inferior a dois salários mínimos estão isentos de pagamento. A inscrição, nesse caso, deve ser feita diretamente em Corregedoria — endereço: Tribunal de Justiça, Estado do Espírito Santo.

No caso de inscrição, o candidato deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa paga em qualquer agência da Bancaria, juntamente com uma cópia autenticada de qualquer um desses documentos: cédula de identidade, identificação profissional, carteira de trabalho ou Previdência Social. Não é preciso foto.

No edital do concurso não foram incluídas as 223 vagas criadas para os Juizados Especiais. Essas vagas também vão ser preenchidas pelos aprovados no concurso, de acordo com sua classificação e a medida em que os Juizados forem sendo instalados. A lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa a promulgação do governador.

Buaiz diz que afinidade com Rita fortalece chapa

Foto de Cláudio Guedes (31/86/96)



Buaiz confia na sua experiência e na juventude de Rita para chegar à Prefeitura de Vitória em outubro

Luiz Paulo elogia o resultado

O candidato lucano está rindo à toa. Para Luiz Paulo Velozo Lucas, a pesquisa encomendada por A GAZETA — que o aponta na sucessão à Prefeitura de Vitória com um índice de rejeição bem menor do que de Rita Camata — mostra que o processo sucessório será bastante acirrado. Para ele, a polarização das chapas PSDB/PMDB como cabeças de chapa na disputa mostra que o ínterim eleitoral definido realmente não existia.

Polarização

O senador José Ignácio Ferreira, que apoiou a candidatura de Luiz Paulo Velozo Lucas para a sucessão na Prefeitura de Vitória, recebeu com bastante alegria o resultado das pesquisas encomendadas por A GAZETA. Segundo ele, o fator mais interessante desse processo é o índice baixíssimo de rejeição de Luiz Paulo. "A pesquisa mostrou que a candidatura do PSDB tem muito a crescer ainda. É a polarização que já se define neste início de campanha tende a se estreitar ainda mais", acredita o senador.

Apoio político

Em relação ao "padrinho" Paulo Hartung, Luiz Paulo não tem dúvidas de que o prefeito representa a figura mais importante neste contexto político. "Paulo Hartung é o maior eicitor da campanha e recebemos com bastante naturalidade esta confirmação", fala Luiz Paulo.

A alegria das lucanas cresce quando a pesquisa aponta o índice de rejeição do eleitorado. Segundo os dados, o índice de rejeição de Rita Camata é 25,83%, superior ao de Luiz Paulo. O candidato do PSDB assegura que sua campanha agora vai buscar ampliar as coligações e intensificar o trabalho corpo-a-corpo.

A pesquisa, indica uma base

Existe uma afinidade muito grande entre nós e quando começamos a propaganda eleitoral na TV vamos demonstrar nossa unidade e coesão. Esta é a opinião do deputado federal Luiz Buaiz (PL), candidato a vice-prefeito na chapa de Rita Camata, e um dos eleitores mais influentes dessa eleição.

Segundo a pesquisa do Instituto Futurs, 34,50% dos eleitores que não responderam Rita Camata na menção espontânea afirmaram que, sabendo que o vice seria Luiz Buaiz, poderiam votar na chapa dela.

O potencial de Buaiz foi comparado ao do prefeito Paulo Hartung (PSDB) e do governador Vitor Buaiz (PT). Segundo a pesquisa, 13,83% dos entrevistados responderam que votariam na chapa que invoca o candidato como vice. A pesquisa aponta ainda que o governador teve o apoio de 22,33% dos eleitores e o prefeito de 47,51%.

Equilíbrio

Luiz Buaiz perdeu as eleições de 1992 para Hartung mas não se assusta com o índice de rejeição de sua candidatura de chapa. Rita tem um muito alto índice de rejeição: 28,50%. No entanto, lidera a menção espontânea com quase 20 pontos percentuais a mais que Luiz Paulo Velozo Lucas (PSDB). Na menção espontânea ela aparece em segundo lugar, dois pontos atrás do candidato lucano. Satisfeito com o resultado, Buaiz disse que a chapa é a união da juventude com a experiência.

Para ele, o que existe contra Rita será revertido na campanha, já que os problemas são inerentes à questão do menor, de responsabilidade dos governos estadual e municipal. Luiz Buaiz destacou que é preciso regular a cidadania das crianças.

Candidata garante reverter rejeição

A candidata do PMDB à Prefeitura de Vitória, Rita Camata, se diz bastante satisfeita com o resultado da pesquisa encomendada por A GAZETA, que a aponta com 19,01% (na menção espontânea) de frente em relação ao segundo colocado, Luiz Paulo Velozo Lucas (PSDB). Mas Rita também é a candidata que apresenta o maior índice de rejeição entre todos, 28,5%. Um dado que poderia ser motivo suficiente de preocupação, mas que, para ela, é apenas uma chapa a ser vencida no bojo da campanha.

O resultado que conseguiu ao longo do tempo de reconhecimento do trabalho que vem desenvolvendo como deputada federal. Assim que minha proposta de Governo for apresentada e as pesquisas puderem avaliar quem são os candidatos mais preparados para assumir este importante papel na sociedade, o índice de rejeição tende a diminuir — afirma a candidata.

Sobre o item que trata do perfil do eleitorado e apoia Rita com boa aceitação entre jovens e classes sociais menos abastadas, a candidata também se vale do seu futuro plano de Governo para reverter o quadro. "Meu plano de Governo prioriza, sem dúvida, o ser humano. Mas é lógico que estarei implementando ações voltadas para o fortalecimento de toda a sociedade. Assim que as pesquisas puderem avaliar minhas propostas, saberei que minha campanha tem objetivos claros de atuação e todos os segmentos da sociedade estarão sendo ouvidos", afirma a candidata.

Foto de Cláudio Guedes (31/86/96)

Rita acusa Luiz Paulo de uso da máquina da PMV

A coligação da candidata a prefeita de Vitória Rita Camata (PMDB) apresentou ontem à Justiça Eleitoral denúncia contra o candidato do PSDB, Luiz Paulo Vellozo Lucas, por uso da máquina administrativa da Prefeitura em campanha. A coligação afirma que o prefeito Paulo Hartung (PSDB) está "fazendo promessas à população humilde em troca de votos", durante o programa eleitoral de TV. O procurador geral da Prefeitura, José Arimatéa Campos Gomes, diz que esta acusação é "um absurdo". "Estou tranquilo, pois não houve qualquer indício que mostre a utilização da máquina", justificou.

No horário gratuito da TV veiculado na quarta-feira à noite e ontem às 13 horas, o prefeito Paulo Hartung apareceu no horário do PSDB, assinando uma ordem de serviços em São Pedro. O locutor do programa de Luiz Paulo anunciou: "Os moradores do Bairro Grande Vitória saíram às ruas para receber Luiz Paulo. Todo mundo queria abraçar o candidato do prefeito Paulo Hartung, que também esteve no bairro. O bairro Grande Vitória começa a ser pavimentado na semana que vem. São 24 ruas calçadas, 800 famílias beneficiadas".



A coligação de Rita afirma que Hartung faz promessas em troca de votos

Promoção
Segundo o advogado da coligação de Rita, Amílrio Fimoes Filho, "o horário de propaganda eleitoral gratuita foi criado para que os candidatos divulgassem as suas propostas, e não para a promoção pessoal dos eventuais administradores, com o objetivo de beneficiar seus candidatos preferidos". "Não há condições que o

programa eleitoral do PSDB se transforme em sucursal do serviço de comunicação social da Prefeitura", sustenta o advogado. Ele pede na sua representação que a Justiça Eleitoral proíba a veiculação de imagens de inaugurações de obras ou início de obras do Governo Municipal. Pede ainda que o prefeito Paulo Hartung se abstenha de "transmover solenidades públicas em comícios e atos de campanha política". O advogado requer que seja requisitado o apoio da Polícia Federal no sentido de investigar se realmente existiu, nesta caminhada em São Pedro, promessas de obras em troca de votos.

ditada do PMDB. Nilo Martins afirmou que os partidos que compõem a frente sabiam do uso da máquina da Prefeitura em benefício do candidato tucano. "Agora, Segundo ele, o prefeito e o candidato do PSDB são "réus confessos", e a prova estará no programa do Tribunal Regional Eleitoral. Nilo espera uma manifestação do Ministério Público sobre o caso. Mas o promotor eleitoral, Eliezer de Souza, disse ontem que não viu o programa eleitoral. Ele vai aguardar a notificação oficial da coligação de Rita para requerer a fita do programa e se manifestar sobre o caso.

Defesa
O procurador-geral da Prefeitura, José Arimatéa Campos Gomes, alega que esta representação é "apenas um choro". Ele cita a resolução que trata de instituição sobre propaganda. "A legislação permite a participação de autoridades públicas em atos públicos de campanha eleitoral de candidato ou partido político, quando não há comprometimento de recurso público". O procurador sustenta que a imagem apresentada no programa não representa um comício e, por isso, não haveria condições de ser interpretada como abuso da máquina administrativa. "As câmeras do Prefeito são abertas ao público. Qualquer candidato poderia estar presente nestes eventos. Além do mais, só seria registrado uso da máquina se houvesse algum comprometimento financeiro neste caso. E isto não aconteceu", garante Arimatéa.

Procurador vai ao TSE

O procurador-geral da Prefeitura de Vitória, José de Arimatéa Campos Gomes, vai hoje a Brasília para apresentar processo contra o candidato Rita Camata (PMDB) junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Há uma semana, a coligação de Rita apresentou denúncia no Cartório eleitoral de Vitória contra o candidato Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) e a Prefeitura. A coligação acusou o prefeito Paulo Hartung de utilizar a máquina administrativa para fazer campanha para seu candidato, Luiz Paulo.

Segundo o procurador, esta acusação é uma "leviandade". Arimatéa processará a candidata por calúnia e, segundo ele, Rita não poderá invocar imunidade parlamentar. "Este é um crime que ela invocou estando afastada do exercício do mandato. A acusação é tipicamente pessoal e tem unicamente objetivos eleitorais. Por isso, a candidata não poderá responder por este crime como parlamentar", entende o procurador. Ele salienta que só fundamente "A Lei processo no artigo 138 do Código Penal: "Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime". A pena prevista é de detenção de seis meses a dois anos ou multa.

A coligação de Rita apresentou como prova para acusar o candidato um cartão de divulgação da IX Feira Comunitária do Bairro Consolação, em que aparece a inscrição: "Apoio: Prefeitura Municipal de Vitória/Secretaria de Cultura e Turismo/Luiz Paulo Vellozo Lucas". Arimatéa resalta que a Prefeitura não teve qualquer participação na realização do evento citado na denúncia. Ele apresentou o respectivo edital, em que a comunidade do bairro Consolação pode ajudar na instalação de equipamentos de som na Feira Comunitária e, em anexo, o documento da Prefeitura segundo a ação.

Gotardo tenta recurso junto ao Tribunal

O candidato a Prefeitura de Vitória pelo PSD, José Gotardo, impetrou ontem um recurso no Tribunal Regional Eleitoral contra a decisão do juiz fiscalizador Ronaldo Gonçalves de Sousa, que concedeu direito de resposta à candidata Rita Camata (PMDB) no seu programa eleitoral. Rita poderá usar o programa de Gotardo para rebater as acusações feitas pelo candidato, que afirmou na televisão que ela "protege" os assaltantes.

O jornalista Nilo Martins, assessor da campanha de Rita, disse que já está com o programa pronto para entrar no ar hoje à noite, no espaço de Gotardo. "O advogado da campanha só foi comunicado ontem às 15 horas, mas nós já estamos com o material pronto para ser entregue amanhã (hoje) às 16h30m e a candidatura (de Rita) não vai ser cancelada às 20h30m", disse o assessor. No recurso de José Gotardo, ele reclama que o juiz fiscalizador não conheceu de cunho pessoal quando afirmou que ficou "passado com as cenas de violência contra o programa". O juiz disse ainda que "programas como este (de Gotardo) só servem para descreditar a classe política". Além disso, Gotardo também discorda do tempo de um minuto concedido a candidata: "O juiz deveria ter desconhecido o tempo em que as vinhetas ficaram no ar. Ao invés disso, concedeu à candidata todo o espaço do meu horário na TV durante dois programas seguidos e isto é injusto", lamenta o candidato.

Candidato do PAN é o 1º na cédula em Vila Velha

O nome do coronel da reserva da Polícia Militar, Moacyr Cypreste, do Partido dos Aposentados (PAN), vai encabeçar a cédula eleitoral na disputa pela Prefeitura de Vila Velha, conforme sorteio realizado ontem pelo município no Cartório Eleitoral da cidade. O líder nas últimas pesquisas de intenções de votos, deputado federal Jorge Anders (PSDB), foi o último a ser sorteado e fechará a releitura dos candidatos a prefeito.

"Na distribuição dos candidatos à cédula eleitoral em Vila Velha, a sequência prossegue com o nome da professora Márcia Machado (PPS), na segunda colocação; do

veicador Domingos Tainzer (PT), na terceira; do ex-secretário municipal de Ação Social, Frei Paulo Cesar Gomes (PMDB), na quarta; do candidato do PSD, Genário da Matta na quinta posição; e, por último, Jorge Anders.

Registrada pela "Frente Pela Justiça Social", que englobava os partidos PPB/PL/PSD/PT/PPV e PSN, a candidatura de Esteves Araújo foi cancelada. Ontem seu nome não chegou a participar do sorteio para definir a ordem dos candidatos na cédula eleitoral, permanecendo o quadro de seis candidatos à sucessão do prefeito Vasco Alves (PMDB).

Nascimento
Araújo foi cancelado. Ontem seu nome não chegou a participar do sorteio para definir a ordem dos candidatos na cédula eleitoral, permanecendo o quadro de seis candidatos à sucessão do prefeito Vasco Alves (PMDB).

Sorteio ajuda Paulo Borges em Guarapari
Guarapari (Succursal) - O deputado Paulo Borges (PSDB) é o primeiro colocado na cédula dos candidatos a prefeito deste município. O suplente de deputado Paulo Loureiro (PMN) ficou com a segunda colocação. O candidato de PFL, Pedro Loyola, em terceiro, Renato Aquino (PDT), em quarto, e Alfredo Fontes (ESD), em quinta colocação. O sorteio foi feito na 24ª Zona Eleitoral pelo juiz Silvano da Silva e a promotora eleitoral Ana Maria Maiá.

Os cinco candidatos a prefeito, somente Paulo Borges e Paulo Loureiro são, na verdade, os únicos que estão na disputa para valer. Alfredo Fontes, Pedro Loyola e Renato Aquino são "híbridos", ou seja, registraram as candidaturas somente para atender às formalidades da legislação e para que os partidos pudessem lançar chapas completas de candidatos a vereador.

Das 180 candidaturas à Câmara Municipal encaminhadas para registro na 24ª Zona Eleitoral, cerca de 6%, ou seja, 10 candidaturas não conseguiram o registro, segundo o juiz eleitoral Silvano da Silva. O PFL perdeu seis registros, o PL dois, e o PDT e o PPB, um. A maioria não foi registrada porque não apresentou a documentação exigida pela Justiça Eleitoral.

Rita é a próxima a falar no 'Vota CBN'

O programa "Vota CBN", que vai ao ar hoje, às 10 horas, pela Rádio CBN (1250AM), entrevista a candidata à Prefeitura de Vitória do PMDB, deputada federal Rita Camata. Ontem, o programa contou com a presença do candidato Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), que levanta a bandeira de sua campanha a comunidade de administração Paulo Hartung.

"Estou bastante à vontade para dizer que sou apto para administrar a cidade, pois atuo no setor público há 16 anos e participei, ativamente, do governo do atual prefeito como secretário do Planejamento. Me sinto um pouco responsável por todas as realizações alcançadas", disse Luiz Paulo. O candidato bestou quando foi

perguntado sobre a participação de seu nome no programa "Vota CBN", que vai ao ar hoje, às 10 horas, pela Rádio CBN (1250AM), entrevista a candidata à Prefeitura de Vitória do PMDB, deputada federal Rita Camata. Ontem, o programa contou com a presença do candidato Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), que levanta a bandeira de sua campanha a comunidade de administração Paulo Hartung.

Acordo com a Universal incomoda os católicos
São Paulo - As informações sobre concessões feitas pelo Governo de Deus (URD), em troca de votos para os candidatos do PSDB no Rio de Janeiro, causaram mal-entendido entre líderes da Igreja Católica. Acordos desse tipo, segundo opiniões de bispos, ferem princípios éticos. Justamente neste ano, o tema da Campanha da Fraternidade é a política e a ética. Em todo o País, líderes católicos estão decididamente empenhados em promover debates e divulgar cartilhas com o objetivo de mostrar como votar de maneira responsável, sem se engatar com políticos que cuidam apenas de interesses pessoais ou de grupos.

O secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e coordenador da Campanha, dom Raymundo Damasceno, disse que não sabe exatamente que acordos foram feitos entre o Governo e a URD. Fez questão de ressaltar, porém, que qualquer acordo político que não vise o bem comum deve ser condenado. "Alianças que escondem favores pessoais ou para grupos não são éticas", afirmou. "Os eleitores devem saber distinguir entre esses acordos e aqueles que são aceitáveis porque visam ao bem de toda a população".

Em Belo Horizonte, o arcebispo dom Serafim Fernandes de Araújo, de tendência moderada, limitou-se a dizer: "Estou chocado com o que li na imprensa". Em São Paulo, o bispo-auxiliar dom Angélio Sândalo Bernartini, identificado com a ala progressista do episcopado, afirmou: "Nilo Martins afirmou que os partidos que compõem a frente sabiam do uso da máquina da Prefeitura em benefício do candidato tucano. Agora, Segundo ele, o prefeito e o candidato do PSDB são "réus confessos", e a prova estará no programa do Tribunal Regional Eleitoral. Nilo espera uma manifestação do Ministério Público sobre o caso. Mas o promotor eleitoral, Eliezer de Souza, disse ontem que não viu o programa eleitoral. Ele vai aguardar a notificação oficial da coligação de Rita para requerer a fita do programa e se manifestar sobre o caso."

Campanha em Cachoeiro marcada por acusações

Cachoeiro (Succursal) - O tem concedido que vinha marcando o discurso dos candidatos, no espaço de propaganda eleitoral gratuita no televid, em Cachoeiro de Itapemirim, começa a dar lugar a pronunciamentos exaltados à toa de acusações entre adversários. Ontem, pela primeira vez desde que começou o horário eleitoral, há duas semanas, o tempo de um partido foi reduzido para o direito de resposta.

Em sua última programação na televisão, a Frente Cachoeiro Independente (PL-PC do B e PST) veiculou um "editorial" criticando a candidatura do deputado federal Theodorico Ferraz (PTB).

José Tasso e Valério reivindicaram o direito de resposta, no início da sessão de horário eleitoral e o juiz ficou sua atitude argumentando que não se atendeu "na honra e na dignidade política". Valério, por sua vez, manifestou que a aliança foi feita "em silêncio", com o objetivo de promover uma nova liderança política no município, deputado estadual Nasser Youssef.

Agenda dos candidatos

- 06:30 - Escola Amalho Mattos, Bairro República
- 08:30 às 12:00 - Reunião Conselho Municipal do Povo "Votação Eleitoral", Centro Cívico, Zona Sul
- 12:30 - Escola Amalho Mattos, Bairro República
- 14:00 - Visita ao Bairro República
- 16:00 - Apartamentos Planície das GUT, Centro
- 20:00 - Festa de apoio a candidatura de Sérgio Dalto
- Local: Bar Carmelino - Santa Lúcia
- Rita Camata (PMDB)
- 08:00 - Reunião com grupos evangélicos em trabalho de oração e adoração
- 08:45 - Evangelizar Rio GM
- 10:15 - Coligação para o TSE
- 10:30 - Campanha no Bairro São Antônio
- 11:00 - Reunião com a Diretoria de Desenvolvimento
- 11:00 - Inauguração do CEMU
- 10:00 às 12:00 - Gravação da programação eleitoral
- 14:00 às 18:00 - Campanha em São Cristóvão, Praça dos Aposentados, Centro
- 20:00 - Convênio São Cristóvão, UOL call Rua Manoel Marques
- 21:00 - Lançamento da candidatura de Paulo Loureiro
- 22:00 - Entrega Boleto - Festa do D. Ulas Local - Centro Tecnológico de Ulas
- Onze Horsho (PPM)
- Agenda não divulgada
- João Gotardo (PSD)
- Agenda não divulgada
- Paulo George (PSG)
- Agenda não divulgada
- Ondário Hudson (PPS)
- Agenda não divulgada
- João Farnha (PTB)
- Agenda não divulgada

COMUNICADO

SERVICO MÓVEL CELULAR

A Telet comunica a todos os seus clientes que fará a substituição do software da Central de Comunicação Telefônica (CCT) do serviço celular. Com isto, poderão ocorrer algumas interrupções nas ligações telefônicas por período compreendido entre 20:00 h do dia 16/08 (sexta-feira) às 20:00 h do dia 19/08 (segunda-feira).

A empresa espera contar com a compreensão de todos.

A DIRETORIA

telet **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

POLÍTICA/Vitória

As propostas dos candidatos a prefeito

O que fazer para divulgar Vitória como destino turístico para o mercado nacional e internacional? Quais as propostas para o turismo receptivo e como explorar melhor o potencial turístico da Baía de Vitória? Estas questões foram apresentadas a todos os candidatos a prefeito de Vitória. Alguns não responderam. Começa a propostas apresentadas.



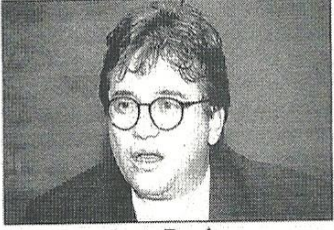
Rita Camata

Objetivos: transformar Vitória em ponto de destino turístico e um núcleo de ligação do turismo do Estado, integrando as diversas modalidades, como o eco e o agriturismo e o de praia; desenvolver o turismo de regiões através da implantação de infra-estrutura para convenções, feiras, exposições e eventos; desenvolver o turismo de lazer, como pesca esportiva, esportes náuticos (regatas, jet-ski) esporte de arca e ciclismo; criar condições de incentivos ao turismo cultural; propor a elaboração de plano integrado de desenvolvimento do turismo da Grande Vitória, região de montanhas e praias.

Projetos prioritários: Vitória, Capital do Turismo e Cultura do Estado; Centro de Convenções; Promoção e Divulgação; melhorar os serviços receptivos, de informações, hospedagem e alimentação e atividades extras de atendimento ao turista; promover artísticas e culturais; Governo do Estado e municípios turísticos a divulgação das potencialidades do Espírito Santo; melhorar o serviço de taxi.

Projeto Aeroporto: atuar articuladamente com o governo estadual e municípios da Região Metropolitana no sentido de parâmetros investimentos na ampliação e modernização do Aeroporto de Vitória.

Projeto Pólo Turístico Centro: re-



Luiz Paulo

Princípios/Conceções: o turismo é uma atividade que gera trabalho e renda, contribui para melhorar a qualidade de vida da população, contribui para a conservação e proteção ao meio ambiente natural sendo, portanto, uma das atividades mais significativas para promover o desenvolvimento sustentável da cidade de Vitória.

Tomar Vitória um destino turístico, consolidando o turismo como atividade econômica importante para a cidade, melhorando e incrementando a infra-estrutura para a prestação de serviços, integrando o setor planejamento global da cidade e criando condições para a consolidação de um turismo e meio ambiente sustentável na ilha em que vivemos.

Declarar o plano de sinalização turística e desenvolvimento, buscar uma sinalização que seja marcante da cidade, personalizando mensagens, cores e formatos, diferenciando modalidades de esportes náuticos.

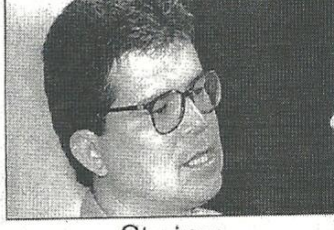
Projeto Circuito de Arca: futebol de arca, volei eventos culturais e artísticos (shows, etc)

Pólo de Produção Turística: Norte e Nordeste da Ilha.

Projeto Cais do Hidroviário: transformar o cais em ponto de apoio para passeios ecológicos na baía.

Projeto Ilha das Caieiras: integrar o circuito turístico da cidade (piscinas, produção de musicos, etc)

Projeto Paineiras: integrar ao circuito turístico.



Otaviano

Objetivos: reconhecer internacionalmente como o maior gerador de empregos e renda. Sendo Vitória uma cidade com certa de 10% da população desempregada (o que significa aproximadamente 30 mil jovens e adultos sem acesso ao trabalho), não se pode desprezar as alternativas de serviços que o turismo oferece.

Vitória, com suas belas praias, é uma cidade de para beleza natural, além de ser a porta de entrada do Espírito Santo — um Estado turístico, deve-se ter uma boa habitabilidade. As pessoas tem de gostar de morar e tem que haver proteção e um ambiente propício à realização de investimentos. Combinar ações que favoreçam o investimento, a qualidade de vida e atrações para o turista. (...)

Na verdade, Vitória foi construída de costas para o mar, pela própria posição do porto. Resgatar essa condição de cidade porto, que dizer ter em várias áreas projetos que completem a urbanização, permitam o acesso de carro no topo do muro, possibilitem a construção de mirantes, de restaurantes, de um quiosque para a venda de produtos artesanais. Assim, o turista tem o que fazer: lazer e descanso, tratamento de garçons, etc.

Integrar Vitória ao produto turístico da região sudeste e como alternativa complementar ao turismo nacional e internacional. Promover o Destino Vitória nos eventos turísticos nacionais e internacionais, em revistas especializadas, integrando-o com o entorno. Elaboração e distribuição de material promocional do município. Promover reuniões de negócios com o trade turístico das principais cidades dos estados omissores de turistas para Vitória, vendendo Vitória como destino.

O Programa de Governo é todo integrado, porque, na verdade, a segmentação setorial faz hoje muito pouco sentido. Para se ter a melhor habitabilidade, deve-se ter uma boa habitabilidade. As pessoas tem de gostar de morar e tem que haver proteção e um ambiente propício à realização de investimentos. Combinar ações que favoreçam o investimento, a qualidade de vida e atrações para o turista. (...)

Na verdade, Vitória foi construída de costas para o mar, pela própria posição do porto. Resgatar essa condição de cidade porto, que dizer ter em várias áreas projetos que completem a urbanização, permitam o acesso de carro no topo do muro, possibilitem a construção de mirantes, de restaurantes, de um quiosque para a venda de produtos artesanais. Assim, o turista tem o que fazer: lazer e descanso, tratamento de garçons, etc.

Integrar Vitória ao produto turístico da região sudeste e como alternativa complementar ao turismo nacional e internacional. Promover o Destino Vitória nos eventos turísticos nacionais e internacionais, em revistas especializadas, integrando-o com o entorno. Elaboração e distribuição de material promocional do município. Promover reuniões de negócios com o trade turístico das principais cidades dos estados omissores de turistas para Vitória, vendendo Vitória como destino.

Objetivos: reconhecer internacionalmente como o maior gerador de empregos e renda. Sendo Vitória uma cidade com certa de 10% da população desempregada (o que significa aproximadamente 30 mil jovens e adultos sem acesso ao trabalho), não se pode desprezar as alternativas de serviços que o turismo oferece.

Vitória, com suas belas praias, é uma cidade de para beleza natural, além de ser a porta de entrada do Espírito Santo — um Estado turístico, deve-se ter uma boa habitabilidade. As pessoas tem de gostar de morar e tem que haver proteção e um ambiente propício à realização de investimentos. Combinar ações que favoreçam o investimento, a qualidade de vida e atrações para o turista. (...)

Na verdade, Vitória foi construída de costas para o mar, pela própria posição do porto. Resgatar essa condição de cidade porto, que dizer ter em várias áreas projetos que completem a urbanização, permitam o acesso de carro no topo do muro, possibilitem a construção de mirantes, de restaurantes, de um quiosque para a venda de produtos artesanais. Assim, o turista tem o que fazer: lazer e descanso, tratamento de garçons, etc.

Integrar Vitória ao produto turístico da região sudeste e como alternativa complementar ao turismo nacional e internacional. Promover o Destino Vitória nos eventos turísticos nacionais e internacionais, em revistas especializadas, integrando-o com o entorno. Elaboração e distribuição de material promocional do município. Promover reuniões de negócios com o trade turístico das principais cidades dos estados omissores de turistas para Vitória, vendendo Vitória como destino.

Objetivos: reconhecer internacionalmente como o maior gerador de empregos e renda. Sendo Vitória uma cidade com certa de 10% da população desempregada (o que significa aproximadamente 30 mil jovens e adultos sem acesso ao trabalho), não se pode desprezar as alternativas de serviços que o turismo oferece.

Vitória, com suas belas praias, é uma cidade de para beleza natural, além de ser a porta de entrada do Espírito Santo — um Estado turístico, deve-se ter uma boa habitabilidade. As pessoas tem de gostar de morar e tem que haver proteção e um ambiente propício à realização de investimentos. Combinar ações que favoreçam o investimento, a qualidade de vida e atrações para o turista. (...)

Na verdade, Vitória foi construída de costas para o mar, pela própria posição do porto. Resgatar essa condição de cidade porto, que dizer ter em várias áreas projetos que completem a urbanização, permitam o acesso de carro no topo do muro, possibilitem a construção de mirantes, de restaurantes, de um quiosque para a venda de produtos artesanais. Assim, o turista tem o que fazer: lazer e descanso, tratamento de garçons, etc.

Integrar Vitória ao produto turístico da região sudeste e como alternativa complementar ao turismo nacional e internacional. Promover o Destino Vitória nos eventos turísticos nacionais e internacionais, em revistas especializadas, integrando-o com o entorno. Elaboração e distribuição de material promocional do município. Promover reuniões de negócios com o trade turístico das principais cidades dos estados omissores de turistas para Vitória, vendendo Vitória como destino.

Orlando Hudson

Para descer olhamos o Turismo Receptivo, além dos meios sem o qual não conseguimos fazer com a iniciativa privada, oferecer um calendário cultural e esportivo, dedicando e desenvolvendo o turismo na área de cultura e esporte (exposição de pintura, peças teatrais, competição de pesca, vela, feiras de artesanato, etc.).

A Prefeitura, junto com a iniciativa privada, deverá montar na ilha de para o circuito turístico da cidade (piscinas, produção de musicos, etc)

Deveriam também investir no turismo através da realização de congressos, reuniões e palestras, em parceria com a iniciativa privada. Podemos também fazer junto ao DAC para melhorar do atual aeroporto ou a construção de um novo, com o objetivo de atrairmos turistas que

Para descer olhamos o Turismo Receptivo, além dos meios sem o qual não conseguimos fazer com a iniciativa privada, oferecer um calendário cultural e esportivo, dedicando e desenvolvendo o turismo na área de cultura e esporte (exposição de pintura, peças teatrais, competição de pesca, vela, feiras de artesanato, etc.).

A Prefeitura, junto com a iniciativa privada, deverá montar na ilha de para o circuito turístico da cidade (piscinas, produção de musicos, etc)

Deveriam também investir no turismo através da realização de congressos, reuniões e palestras, em parceria com a iniciativa privada. Podemos também fazer junto ao DAC para melhorar do atual aeroporto ou a construção de um novo, com o objetivo de atrairmos turistas que

Chico Honofre

É preciso entender que Vitória tem que ter pontos turísticos, caso de shows, teatro. A água mineral que existe na Fonte Grande e o soro das lavas precisam ser explorados. A Ilha da Baía e a Ilha do Frade são lindas e serão mais exploradas para o turismo. Os hotéis e as pousadas são necessárias. Os galpões da Cadeira podem ser transformados em mercado modelo, como o que existe na Ilha. O estacionamento Humana dentro das casas de guarda, escola, música popular, casa de chá, onde as famílias podem ir fazer esporte, almorçar, jantar, piscina e dia no local. Vários outros incentivos fiscais para construtores de hotéis e empreendimentos que invistam no turismo.

Sobre o turismo marítimo, vai intensificar o tráfego aquaviário, com mais lanchas e ancoradouros perto do Jural. Vai

Terá também um teleférico que sairá da Praia da Sul para Vila Velha, passando dentro da praia. O transporte será feito através de cabo de aço e fibra de vidro.

Para divulgar internacionalmente Vitória, teremos como ancoras as empresas de turismo. Através das informações, podemos nos comunicar com o grande interior. Com um material de publicidade, vamos vender estas na universidade e no mundo inteiro. No Jural, as pessoas poderão entrar de sócio neste condomínio. Seu filho poderá estudar com a carteira de associado de Fundação. As pessoas vão receber carteirinhas para pagar do banco. Teremos folhetos explicando o nosso turismo internacional. É aí que nós vamos atrair o turismo. A Prefeitura poderá participar apenas de 10% da administração.

José Gotardo

Uma campanha pelo rádio e tv para que a população veja a importância do turismo e tenha sempre o maior carinho e atenção com quem nos visita. Fazer um vídeo para educação das nossas próprias crianças. Além, colocar no centro um balcão do turista, onde ele pode ter todas as informações que necessita e o que temos de atrações.

As prefeituras, o Governo do Estado e empresas do ramo turístico devem em conjunto produzir vídeos de divulgação para passarem no horário nobre (Jornal Nacional, por exemplo) ao longo da ano. Além disso, junto com as federações de diversos esportes, trazer competições nacionais e internacionais, jet sky, montanhismo,

Explorar que temos sol, mar e montanhas a ano inteiro. O posto, apesar de viver em metrópole, tem o charme e o ritmo do povo do interior.

Selecionando competições de nível estadual, municipal e internacional como as descritas nos itens anteriores e também a recente disputa do triatlon. Incluir Vitória no circuito de vólei de praia e futebol. Criar competições mistas de surf e surf a vela, principalmente nas férias. Incentivar cursos de mergulho, excursões às ilhas marinhas, principalmente Trindade e Martin Vaz. Colocar instituições de educação física no caladão de Camburi. Mas, primeiro, temos que acabar com a poluição do CXT, CVBD e dos esgotos que caem nas praias turísticas.

PROGRAME COM Tia Penha AS MELHORES FÉRIAS DA SUA VIDA

★★★★★ FÉRIAS DE JANEIRO: ★★★★★

DISNEY TRADICIONAL: Todos os parques de Orlando e mais Rosie O Grady's, Planet Hollywood, Hard Rock Café, Shoppings e muito mais.

DISNEY COM GARIBE: Programação completa e mais 4 dias num bellissimo Cruzeiro pelo Coribe tocando Contum, Cuzumel e Key West.

DISNEY COM SKI: Todos os parques de Orlando mais 5 dias em ASPEN com aula de ski na mais famosa estação de ski do Colorado.

LAUREMTO

ATRAÇÕES EXTRAS: JOGO DA NBA: ORLANDO MAGIC X WASHINGTON CORRIDA DE FORMULA INDY NA DISNEY.

BAIXA TEMPORADA: Próximos saídas: 03 e 10 de outubro, 16 de novembro, 09 de dezembro - 13 dias. A partir de US\$ 1.740,00 aéreo + terrestre.

FINANCIAMENTO EM ATÉ 10 PERÍODOS: FINANCIAMENTO EM ATÉ 10 PERÍODOS: CREDIT CARD, DINNERS e AMERICAN EXPRESS

225-6866

FIM DE ANO: NATAL e RÉVEILLON NA DISNEY, RÉVEILLON EM EPCOT, RÉVEILLON EM NEW YORK, RÉVEILLON EM BUENOS AIRES

mps VIAGENS E TURISMO R. Eugênio Nelo, 68 - Praia do Conto

Convenção oficializa candidaturas de Rita e Buaiç

Por Luiz Buaiç

Em clima de muita festa, o PMDB de Vitória homologou ontem a candidatura da deputada federal Rita Camata à sucessão do prefeito Paulo Hartung (PSDB). O deputado Luiz Buaiç (PL) foi oficializado como candidato a vice-prefeito. A convenção aconteceu no Centro Cultural Maria de Souza, não faltaram falas, cânticos e fogos de artifício. "É a largada para os votos", comemorou Rita.

A convenção começou às 9 horas, mas Rita e Luiz Buaiç só chegaram ao Carmélia às 11h45m. Cereada de cabos eleitorais, a deputada Galvão assumiu o comando sobre sua candidatura. Informou que continua buscando apoios em outros partidos e fez perguntas de dizer que ao disputar a Prefeitura de Vitória está tentando reaver o lugar da mulher na história política capixaba. "Luíza Grimaldi foi a primeira governadora da América Latina", lembrou.

Rita evitou comentar as eleições do secretário da Fazenda, Roberto Medeiros (PT), que na semana passada afirmou que a vitória da candidata significaria um retrocesso político, na medida em que fortaleceria a candidatura do senador Sérgio Camata (PMDB) ao Governo, em 1998. "Não vi essa entrevista", desconversou Rita. Ela, em seguida, destacou sua trajetória política, lembrando que sempre esteve identificada com as causas sociais. Questionada sobre a perspectiva de aceitar o apoio do governador Vitor Buaiç (PT), ela evitou se aprofundar no assunto e afirmou: "É muito importante ter o Governo como parceiro".

Vereadores

Rita foi ao Carmélia pela manhã apenas para votar. Logo que chegou vestiu uma camiseta de campanha e saiu cumprimentando cabos eleitorais, candidatos a vereador e lideranças políticas do PMDB e do PL. O presidente regional do PPR, deputado federal Nilton Gomes, passou por lá para cumprimentar Rita e Luiz Buaiç.



Já vestida com a camisa de campanha, Rita fez o sinal de positivo depois de ter votado na convenção de ontem.

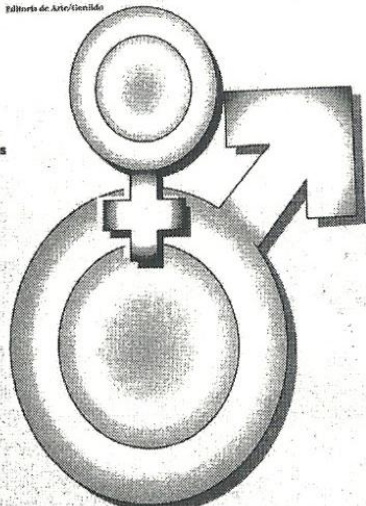
Mulher tem pouca participação na política do ES

Flávia Mignoni

Apesar de as mulheres terem direito agora a 20% das vagas de candidatas a cargos legislativos e representarem, nos maiores municípios do Estado, quase 70% do número de filiadas a partidos políticos, a correlação de forças homem/mulher não alterará, na opinião de líderes partidários capixabas, sofrer grandes alterações, com as eleições municipais de outubro. Embora as direções estejam tentando identificar "boas candidatas", o interesse em participar da vida política do país é ainda muito pequeno. "Muitas acham que política não é coisa para mulher", afirma o presidente do PFL de Vitória, deputado José Carlos Gratz. "Teremos que desenvolver um trabalho pedagógico", ressalta a deputada federal Rita Camata (PMDB). De fato, nas últimas eleições municipais, dos 10.647 concorrentes às Câmaras Municipais, apenas 1.121 eram do sexo feminino.



Partido	Homens	Mulheres
PSDB	50	05
PC do B	03	00
PSB	47	03
PT	35	05
PMDB	197	17
PDT	205	17
PFL	124	06
PTB	89	05
PL	30	04
PMN	08	01
PRN	10	02



Dados: Resultado das eleições de 1992 (o quadro pode ter sido alterado em função de mudanças de partido).



Irini: com as novas regras, as mulheres serão estimuladas a concorrer.

Luta por espaço é antiga no PT

No Partido dos Trabalhadores (PT), a luta por maiores espaços para a mulher na política é antiga. Pelo estatuto do partido, por exemplo, 30% dos cargos da estrutura partidária têm que ser ocupados por mulheres. A ex-presidente regional, Irini Lopes, lembra que, nas últimas eleições, o número de candidatas a vereador já foi superior a 20% do total de vagas em cada Câmara Municipal. Ao contrário de outros dirigentes partidários, Irini acha que a obrigatoriedade vai mudar a correlação de forças homem/mulher. "As mulhe-

Embora a participação das mulheres na política tenha crescido nos últimos anos em todo o país, elas ainda representam, quantitativamente, muito pouco no cenário político do Estado. Não existe no Espírito Santo uma só prefeita. Além disso, de 931 vereadores apenas 73 são do sexo feminino. Isso sem contar que entre os 30 deputados estaduais existem apenas duas mulheres. Quando um grupo de deputadas federais decidiu fazer no Congresso Nacional o chamado "lobby do batim", a fim de garantir mais espaços para as mulheres na vida política do país, muitos homens reagiram. Mas, com esforço, elas conseguiram aprovar uma emenda; segundo a qual 20% do mínimo das vagas de cada partido ou coligação, devem ser preenchidas por candidatas de mulheres. A emenda já está em vigor para as eleições de outubro. Apesar de todo o esforço, entretanto, as perspectivas não são nada animadoras. Os presidentes de partidos políticos no Estado bem que tentaram, no curto espaço de três meses entre a aprovação da emenda e o fim do prazo de filiação com vistas às eleições municipais, atrair mulheres para seus partidos. Mas não tiveram muito sucesso. As filiações de pessoas do sexo feminino não chegam a ser significativas. Alguns eles estão tentando identificar, em seus quadros, "candidatas em potencial", mas garantem que esse é um trabalho espinhoso.

Desinteresse

O presidente do PFL de Vitória, José Carlos Gratz, acha que seu partido encontrará uma enorme dificuldade para preencher a quota de 20% de mulheres. Ele lembra que cada partido poderá lançar candidatas para a Câmara até 120% do número de lugares a preencher. No caso de Vitória, caberão às mulheres 9 vagas na câ-



Para Luzia, "as tarefas domésticas ainda tiram o ritmo da maioria das mulheres", afastando-as da política.

pa de candidatas. "Nós temos 801 filiadas do sexo feminino na Capital, mas o desinteresse é grande", afirma. José Carlos conta que sua mulher, Rita Gratz, já foi convidada a disputar eleições. "Não aceita nem por força bruta", ressalta. Para ela, muitas ainda se sentem inibidas em participar do processo político-eleitoral. "Pode ser até que alguns partidos estejam vetando essa participação", diz. "Mas esse não é o caso de minha mulher", acrescenta, rindo.

Dificuldades

Cumprido seu terceiro mandato de deputada federal, Rita Camata (PMDB) salienta que essa é uma questão cultural. O "lobby do batim", segundo ela, teve seu mérito, mas a simples aprovação da emenda não

FILIADOS POR SEXO

Município	Homens	Mulheres
Vitória	16.556	13.519
Zelândia	6.807	3.594
São Mateus	4.245	2.782
Guarapari	5.442	4.102
Enxaras	6.173	3.405
Serra	9.594	6.295
Ita Nova	21.484	12.894
Canaãçu	12.040	9.546
Castel	2.765	2.125
Filiados ao Espírito Santo	251.337	

governador Albuino Azeredo diz que o partido vem trathando candidatas femininas já há alguns anos. Ele reconhece, entretanto, que apesar dos esforços os resultados não foram muito significativos. "Do total de vereadores que temos no Estado, apenas 4% são mulheres", justifica. Albuino não acredita que uma simples lei possa alterar o quadro. "A questão é mais complexa", argumenta. De fato a situação é complexa. O Espírito Santo tem 1.710.729 eleitores (dados do TSE de 1994). Desse total, 789.907 são mulheres. Ou seja, as elas representam mais de 45% do eleitorado. A participação nos partidos também não é pequena: chega, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a 50% do total de filiados no Estado e a quase a 70% nos maiores municípios. No entanto, nas últimas eleições municipais, dos 10.647 candidatos às câmaras municipais, apenas 1.121 eram do sexo feminino.

O presidente do PSDB de Vitória, deputado Lelo Coimbra, acha que a "reserva de mercado" das mulheres foi um passo importante. Mas os tucanos não estão muito otimistas, quanto ao lançamento de candidatas à Câmara Municipal. "Abrimos o livro de inscrição de candidaturas e, até agora, só quatro mulheres se inscreveram, custou 21 homens", informa.

Batalha

A vereadora de Vitória Luzia Toledo (PSDB) participou recentemente da Conferência Mundial de Mulheres, em Pequim, na China. Voulu

MULHER tem pouca participação na política do ES. A Gazeta, Vitória (ES), 28 de janeiro de 1996, p. 3.

Entrevista/Rita Camata

Rita condena reeleição dos atuais prefeitos

Marcos Rosetti

Deputada, a grande dúvida da eleição em Vitória hoje é saber se a senhora será mesmo candidata. Existem até candidaturas que dependem dessa decisão. O que existe de verdade?

— Não existe definição de candidatura. As conversas estão acontecendo mas em momento algum disse que seria candidata. No momento quero é assumir, exercer meu mandato de deputada federal. Mas fico satisfeita quando lembram meu nome.

— Acha que o PMDB deve ter candidato próprio na Capital?

— Essa decisão já foi tomada dentro do PMDB. O partido irá lançar candidato próprio.

— Na sua avaliação quais são os principais eleitores de Vitória, com poder para influenciar o eleitorado?

— Temos o prefeito Paulo Hartung, o governador Vitor Buatz, o senador Gerson Camata e tantos outros.

— O governador Vitor Buatz poderá vir a apoiar sua candidatura à PMV?

— Qualquer pessoa que tem o direito de concorrer, que tem seu nome colocado, claro que tem o interesse de buscar o apoio da maioria das lideranças, não só de Vitor, mas de Paulo Hartung, Camata, Luiz Buatz. Inclusive já existe uma proposta de conversa entre essas lideranças.

— Se você for candidata a prefeita e for eleita, isso pode significar que o senador Gerson Camata seria candidato ao Governo em 98?

— Eu fico até indignada quando vejo tamanha especulação. Eu acho que três, quatro anos é um processo longo, dentro de qualquer aspecto político que algumas lideranças possam ter. Não existe nada disso. Daqui a três anos é que vai-se definir o quadro para governador. Nem o processo em Vitória, onde haverá eleição este ano, não está pronto. Agora é que começam as conversas.

— E o Governo do Estado? Passa por sua cabeça ser governadora?

— Nada, isso é absurdo.

— Você está cumprindo seu terceiro mandato federal. Pensa em disputar um quarto mandato?

— Acho muito cedo para qualquer pretensão. Eu quero exercer esse mandato com responsabilidade, como tenho feito.

— Qual a avaliação que faz de seu desempenho na Câmara, em relação ao mandato atual?

— É uma coisa clara: avaliar o próprio trabalho. Mas eu faço uma auto-crítica sempre. Mas o que fiz neste primeiro ano foi com satisfação. Exerci meu papel, apresentei um número significativo de projetos. Hoje, participo de oito comissões de trabalho na Casa, é uma coisa até desumana atuar e acompanhar todas.

— E a Contribuição Financeira para o Ministério da Saúde?

Principal trunfo da sucessão municipal em Vitória, a deputada federal Rita Camata (PMDB) revela, nesta entrevista, que está cada vez mais disposta a disputar o cargo hoje ocupado pelo prefeito Paulo Hartung (PSDB).

Admite que tem conversando com lideranças políticas e partido sobre o processo sucessório na Capital, mas que não existe nenhuma definição. Acha cedo para assumir qualquer pretensão e nega que tenha dito, em qualquer momento que será candidata: "Definição só em maio", promete.

Acha, porém, que independente da sua decisão, o partido deve lançar candidato próprio a PMV. E aponta como

principais eleitores na cidade o prefeito Paulo Hartung, o governador Vitor Buatz e o senador Gerson Camata. Rita não descarta a possibilidade de contar com o apoio do governador Vitor Buatz (PT), caso opte por concorrer.

Diz que fica indignada quando associam a possibilidade de concorrer a PMV a uma possível candidatura do marido, o ex-governador Camata, também do PMDB, ao Governo do Estado em 1998. Dona de três expressivas e consecutivas voações para a Câmara Federal, ela descarta pretensões de vir a disputar o Governo do Estado. Mas diz que se fosse a governadora do Espírito Santo, elegeria como prioridades

administrativas as áreas de educação, saúde, habitação e geração de empregos.

Segundo ela, a situação de crise a que o Estado chegou foi em função de medidas equivocadas, tomadas no início do Governo. E diz que o aumento de 25% concedido pelo Governo do PT ao funcionalismo repercutiu muito na folha de pagamento, contribuindo para a crise. De forma sutil, ela condena o aumento.

Mas prevê que o Estado, a partir das empréstimos firmados nos últimos dias, terá condições de equilibrar suas finanças. "Espero que esse volume grande de recursos seja suficiente para o Estado chegar ao equilíbrio entre receita e despesa", diz.

Foto de Gilvan Lemos/ISA SA



de? A criação desse novo imposto (CPMF) tem seu apoio?

— Ninguém discute a necessidade do melhor serviço na área de saúde. Todos nós reconhecemos esta necessidade. Eu particularmente não acredito que aprovando a CPMF a situação vá melhorar. Me preocupa muito quando você tem um problema de saúde, criar um novo imposto e provisorio. E no país a tradição é que o provisorio se transforme em permanente. Fico contra.

— A convocação extraordinária do Congresso Nacional. Na sua opinião, ela se justifica?

— Eu vejo até com interesse essa convocação. Aconteceu porque o Governo entendeu que era necessária.

Pelo andar da carruagem nós estamos vendo que tem sido um custo e um esforço sem responsabilidades possíveis. O Governo quer agilizar as votações das reformas tributária, da Previdência e administrativa.

— Qual a sua expectativa em relação às emendas apresentadas à Comissão Mista do Orçamento e que estão sendo modificadas e até canceladas?

— A bancada deve manifestar-se. As emendas apresentadas foram sugeridas pelo governador do Estado, dentro de prioridades traçadas pela administração estadual. A angústia que temos é que logo esse trabalho seja perdido. Temos que lutar para reverter essa situação para que o Estado não seja prejudicado.

— E a favor de que o PMDB apoie o Governo FHC no Congresso?

— O PMDB, por sua quantidade de parlamentares, é um partido que define. Até agora tem-se comportado com a responsabilidade que o momento exige, dentro de uma postura de equilíbrio, de ponderação. E tem aprovado praticamente todas as medidas que são encaminhadas ao Congresso. Acho que esse é o comportamento que a sociedade espera do partido.

— A relação de presidente com o Congresso é boa? Pode mudar?

— As coisas estão caminhando. O próprio presidente reconhece a necessidade de um melhor diálogo. E esse é o objetivo que nós perseguimos.

— E a resposta de presidente para prefeitos, governadores e presidente da República?

— Acho que é democrático. Dá a possibilidade ao eleitor de fazer avaliação. Mas acho que é uma prática condenada mudar as regras do jogo.

Sua a favor da reeleição, mas para os atuais prefeitos agora não. Sou favorável aos próximos eleições.

— Isso quer dizer que os prefeitos eleitos em 96 poderia

concorrer à reeleição. Isso não seria legislar em causa própria, já que existem mais de 200 deputados candidatos. E eles é que vão fazer a nova lei, qualquer pessoa que vota tem o direito de ser votado. Isso é extremamente democrático e ético. Fora disso é que pode ser interpretado de maneira diferente.

— Acha que já existe uma cultura capaz de permitir que prefeitos candidatos à reeleição não usem a máquina administrativa?

— Eu espero que a população acompanhe e fiscalize a atuação dos seus representantes. É fundamental que a cobrança seja maior. Dentro deste entendimento, não seria nenhum risco a possibilidade da reeleição.

— E a reeleição do presidente. Pelo que o FHC já fez até agora acha que ele merece ser reeleito?

— É muito cedo, um ano de Governo. Tem os méritos pela estabilidade da moeda, mas isso é insuficiente. Nós temos de ter políticas na área social, emergente. Essa avaliação acredito que só pode ser feita no terceiro ano de Governo. Espero que ele faça uma boa administração.

— Na sua opinião, qual o momento ideal para o Congresso Nacional decidir sobre essa questão da reeleição?

— As regras do jogo não podem ser alteradas após o jogo iniciado. Falei disso anteriormente. Entendo que o Congresso tem esse entendimento. Não vejo possibilidade desse tipo de mudança ocorrer em ano de eleição. Pelo menos essa é a opinião de vários parlamentares, de diversos partidos com quem converso.

— No Estado, sua posição é favorável a que o PMDB apoie o Governo Vitor Buatz? O partido deve pedir cargo na administração local?

— Esse processo está sendo discutido internamente. Também serão ouvidas outras lideranças. Prefeitos vão-se manifestar. Em nível de governabilidade, tanto a bancada federal quanto a federal já estão dando apoio ao Governo.

— E os recursos que o Governo capivaba tem conseguido junto ao Governo Federal. São suficientes para o Estado sair da crise?

— O Espírito Santo está para receber um volume grande de recursos do Governo federal, além do empréstimo do Caixa Econômico Federal, existe outros. São R\$ 46 milhões do Banco Europeu de Investimentos (BEI) para o Programa de Despoluição de Ecossistemas Litorâneos, mais R\$ 24 milhões para educação — pré-escolas e ensino fundamental — mais R\$ 4 milhões, empréstimo do Vale do Rio Doce. São dívidas nenhuma o Estado (nem sido atendido bem pela União. Espero que esse volume grande de recursos seja suficiente para o Estado chegar ao equilíbrio entre receita e despesa.

— Essa situação de crise a que o Estado chegou foi em função de equivocados da administração estadual? O aumento de 25% dado pelo Governo provocou essa situação? Que prioridades elegeria se fosse governadora?

— O aumento repercutiu muito na folha, na despesa. Com certeza houve essa repercussão. Mas eu elegeria as áreas de habitação, educação, saúde e geração de empregos. São áreas que exigem políticas de curto e médio prazo. E longo prazo, por atender à demanda que existe.

'Não creio que com a aprovação da CPMF a saúde vá melhorar. Me preocupa a criação de um imposto provisorio'

'Qualquer pessoa que vá concorrer quer o apoio da maioria das lideranças, como Vitor e Paulo Hartung'

'O processo ainda não se definiu em Vitória. E só daqui a 3 anos teremos o quadro para o Governo estadual'

UFES UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CURSO DE LÍNGUAS PARA A COMUNIDADE

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO DA UFES

Conteúdo da aula em: Inglês, Espanhol, Português, Francês, Italiano, Alemão, Coreano, Grego, Russo e Espanhol para o primeiro semestre (março a junho) de 1996. Matriculas no Centro Educacional Federal (Agência 0462, Ufes).

(1) Para Início das Matrículas: 27 de fevereiro de 1996 às 19h às 19h de fevereiro de 1996. (2) Para Início das Matrículas: 27 de fevereiro de 1996 às 19h de fevereiro de 1996.

(3) Matrículas para o Início das Matrículas: 27 de fevereiro de 1996 às 19h de fevereiro de 1996. Não se admitir novas matrículas para início de matrícula.

Informações pelo telefone (0271) 325-2232 ou no Pró-Reitoria de Extensão.

UFES UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/96

O BANDES toma público que fará realizar, no dia 13/02/96, às 9:00 horas, perante a Comissão, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO, para contratação de locação de máquinas copiadoras.

O Edital será fornecido até as 18:00 horas do dia 02/02/96, na Av. Primeira de Maio, 54, Edifício Copan, 4º andar, na Cidade Administrativa.

Vitória, 26 de Janeiro de 1996.

ELIHL GOMES LEAL
Conselheiro Administrativo
Presidente

ESPÍRITO SANTO
GOVERNO DO ESTADO

A GAZETA
O JORNAL DO ESPÍRITO SANTO

Entrevista/Rita Camata

'Nunca fui candidata chapa-branca'

Vanessa Maia e André Hees

Qual a primeira providência que a senhora irá tomar na Prefeitura de Vitória?

R - A primeira medida do prefeito é Assumir, é claro.

Q E depois?

R - O primeiro ato é a indicação do Secretário e a área de saúde.

Q Existe algum projeto específico que a senhora pretende adotar imediatamente?

R - Não. Nós queremos já acelerar o processo de municipalização da saúde de Vitória. O município possui o melhor do que está aí. Vamos melhorar o atendimento ambulatorial, de exames e a parte de medicamentos. A questão da emergência: vamos melhorar também o atendimento de emergência.

Q Esta será a área prioritária do governo da senhora?

R - Saúde e educação. São as duas áreas que são a prioridade. A educação nós queremos de fato universalizar o ensino fundamental e garantir a qualidade do ensino. Hoje nós temos mais de oito mil crianças fora da sala de aula em faixa etária que deveriam estar na sala de aula.

Q Esses números são contestados pela Prefeitura.

R - São do próprio projeto "Vitória do Futuro".

Q Os números foram retrabalhados na Prefeitura?

R - Foram. Aí, porque, eu pedi dados à Prefeitura e não me foram fornecidos. O que lamento profundamente. Porque quanto cidadã, enquanto deputada e candidata a prefeita eu não só tenho o direito como eles teriam a obrigação de me fornecer esses dados, inclusive tenho fax, pedindo imediatamente os dados.

Q Esses dados foram pedidos quando?

R - A data correta eu não tenho aqui. Mas sei que pedi mais de uma vez. Foi pedido por telefone e depois foi oficializado. Então, não usamos os dados do Vitória do Futuro e do próprio Ministério da Educação e Cultura.

Q A senhora disse que a educação e a saúde serão as prioridades. Mas de que forma pretende priorizar isso?

R - É um conjunto de medidas. Na rede de saúde vou ter que fazer reformas, adaptações, adequações, para que possa dar um atendimento digno. Vou ter a parte de equipamentos. Em Vitória, só tem um aparelho de Raio X, de Jaraguá Camburi, que ficou paralisado por dois anos. Vou ter um conjunto de equipamentos, que vai permitir ao profissional cuidar dos pacientes. E tem que também melhorar o profissional. Então, a dificuldade no meu governo será o profissional, que vai ser capacitado. Na área de educação será a mesma coisa. Há necessidade de construção de escolas, mas há também a necessidade de reformas e de adaptações.

Q A senhora tem visitado muitas escolas públicas e fez uma visita especial à Prefeitura. Quais foram as principais problemas que você encontrou junto ao funcionalismo municipal?

R - O funcionalismo reclama por não ter sido valorizado. Eles estão há mais de dois anos sem reajuste. Tem o plano de carreira também. Tem a questão do Estatuto do Magistério, que está pendente. São muitos problemas que, obviamente depois que você assumir, têm uma dimensão mais profunda e complexa de ser administrado.

Q A senhora aponta uma série de falhas na administração de Paulo Hartung. Essa popularidade dele, de 91% de aprovação, a senhora acha que é exagerada?

R - Eu vejo o seguinte: Vitória tem um orçamento privilegiado. É um município que tem 22% do arrendamento do ICMS do Estado. Na Grande Vitória, 66% do ICMS da região fica em Vitória.

Q É um município que tem uma receita que permite uma administração que possa mostrar serviços e um atendimento de qualidade, procura garantir a qualidade de vida do cidadão em Vitória. Vejo que você fez muito em administração.

R - Além, dentro de mim, a prioridade foi o planejamento e o urbanismo. Isso é importante para o município. Já não estamos no momento de Vitória. Agora, você tem uma Polícia Militar que, segundo os dados da própria PM, teve 14 mil ocorrências no primeiro semestre de 1996 e 175 desses ocorrências foram na área social. E o policial e o carro da polícia servindo de

Investimentos na estrutura da rede pública de saúde e educação são as prioridades da deputada federal Rita Camata (PMDB), candidata à Prefeitura de Vitória depois de três mandatos conquistados na Câmara Federal. Formada em Jornalismo, nunca exerceu a profissão. Aos 35 anos, Rita orgulha-se de ter sido relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente e protesta contra as críticas à lei que prevê assistência social a menores e famílias carentes. Indignada com o que classifica de "uso abusivo" da máquina administrativa, ela considera o apoio do prefeito Paulo Hartung ao seu adversário Luiz Paulo Vellozo Lucas, ambos do PSDB, a principal dificuldade desta campanha. Ela admite que houve importantes realizações na atual administração, mas diz que é preciso investir mais em saneamento e urbanização dos bairros. Ela ressalta: "Vitória tem um orçamento privilegiado". Disposta, bem humorada, com um pacote de cravo e gengibre na bolsa para manter a voz em forma durante os comícios diários, a deputada afirma que está confiante na vitória no dia 3, apesar do desempenho nas pesquisas. "Vamos lutar e vamos chegar", disse Rita, nesta entrevista concedida no final de semana na redação de A GAZETA.



Foto de Nivalter Moller

ambulância para levar gestante, para levar doente para hospital. Isso demonstra, por exemplo, o problema de segurança em Vitória. Eu tenho conhecido muitos os bairros, em todos os bairros. A nossa campanha tem sido uma campanha de pé no chão, pulmo a pulmo neste município, e a gente percebe que realmente, em termos de infraestrutura e de políticas básicas, Vitória ainda tem muito a fazer. A questão dos saneamento básico, de urbanização dos bairros e a questão dos mangues, avançar? Não sei se é suficiente porque o problema ainda é muito sério.

Q Sobre a campanha, quais foram as principais dificuldades que a senhora enfrentou?

R - Diga, eu tenho toda uma trajetória política. São três mandatos de deputada, onde eu sempre tive contatos e uma atuação voltada para o trabalho, pelas minorias, pelas dificuldades com as pessoas que acreditam, que acompanham a minha trajetória, que têm no meu programa de governo.

Q O melhor governo para Vitória não existe mais, não é?

R - A minha campanha tem esta peculiaridade: poder em termos de propostas, de material, mas rica em termos de acobertamento. Não é uma eleição para o município de Vitória, mas é uma eleição para o Brasil. Então, a gente vem fazendo o que tem feito uma recepção muito grande do eleitor, no município de Vitória.

Q O tesoureiro de uma campanha disse que ela foi orçada em R\$ 1,5 milhão, mas que até então, ele de fato assegurou 60% dos recursos. O resto das receitas chegou?

R - Esta estimativa foi a que nós passamos como taxa. Mas a partir do momento em que as pesquisas começaram a mostrar uma diferença muito grande, as pessoas fecham as torneiras para quem passa maiores dificuldades e irrigam os outros candidatos. Mas nós temos uma participação muito positiva porque, todos os dias, têm pessoas que trazem 10, 50 centavos... Tem este lado: a gente vê que é uma coisa muito mais acertada. Mas a senhora está apelada por quanto partido?

R - Três: PMDB, PL e PC do B.

Q Mas a deputada José Carlos Eratz (PEL) já declarou apoio aberto a um candidato, apesar de ter candidato próprio na

coligação PFL-PTB. Fora da sua coligação, tem recebido outros apoios informais?

R - Sim: do PPB, do Nilton Baiano. Em qualquer processo eleitoral, o apoio é importante. Um voto é importante. Porque é uma diferença que representa mais votos e fundamenta. E a gente tem lutado para trazer aquelas pessoas que querem que acreditem na trajetória política que eu não peço do apoio. Preciso sim, inclusive do seu voto.

Q Qual a diferença de uma campanha para a prefeitura e para a Câmara?

R - É muito grande. Em todas as minhas três campanhas eu recebi, da população do Espírito Santo, uma quantidade muito grande. Foi a mais variada. Todos os votos que eu fui feita, não pelo que você sabe, mas pelo que você não sabe. Então, eu acho que a diferença de uma eleição para a prefeitura e para a Câmara é que, no momento de uma eleição para a prefeitura, há uma participação muito maior da população. Então, a gente tem que fazer uma campanha que seja mais aberta, mais participativa, onde o eleitor não só vota, mas também participa. Então, a gente tem que fazer uma campanha que seja mais aberta, mais participativa, onde o eleitor não só vota, mas também participa. Então, a gente tem que fazer uma campanha que seja mais aberta, mais participativa, onde o eleitor não só vota, mas também participa.

depois a sociedade como cidadão. O Estatuto é bom em termos de assistência a menor e a família. Aparentemente, a imagem ruim dele, eu acho que é muito. Por exemplo, um adolescente de 17 anos que assalte um banco, mate três ou quatro pessoas, só fica três anos preso.

Q Mas nada impede que ele seja punido. Chegando aos 18 anos, será condenado pelo Código Penal.

R - As objeções levantadas levam em conta que ele praticou o crime quando era menor e, portanto, seria julgado pelo Estatuto.

Q Sim, ele será julgado pelo Estatuto, mas tem outro processo. Se um menor de 12 anos for pego em flagrante ele pode ser preso e receber a pena. A única coisa que falta é a implantação da lei. Se ela não alcançar todos os objetivos, ninguém tem pretensão de dizer que ela é uma coisa ruim, mais perfeita. Nós vamos primeiro aplicar ao invés de distorcer a lei e ter a omissão do poder público de implantar e usar correndo com o mesmo instrumento político para me atingir.

Q O problema está, então, na divulgação do Estatuto?

R - É isso usando o Estatuto desde a eleição passada, quando eles tinham a expectativa de que eu iria disputar a eleição para a Prefeitura. Lá concepção de uma campanha contra Rita, com base no Estatuto, porque eu cobrei do poder público a implantação do Estatuto.

Q Para implantar, é o que é necessário?

R - Primeiro, uma cidade não pode ter mais de 8 mil crianças fora de sala de aula. Porque você está permitindo à essas crianças que eles estejam na rua, desassistidas da política que é obrigatório que tenham um acompanhamento. Você não tem acompanhamento. Começa aí: é uma criança cuidando de outra e uma criança dentro de uma casa, por mais humilde que ela seja, a maior atenção será a sua. E a rua não é lugar de criança.

Q A senhora já pensou em algum nome para compor o seu cartelão? Quem seria, por exemplo, a secretária de ação social?

R - Ainda não estou pensando em nomes de secretários. O que eu quero é trabalhar as propostas e os assuntos secretária serão pessoas que sejam comprometidas, que tenham um envolvimento nesta área e que entenda que realmente a prioridade será trabalhar esta área de crianças. Então, eu acho que a maior preocupação com o prefeito porque, na parte técnica, você tem excelentes técnicos para exercer o secretariado e fazer a administração séria, transparente.

Q Como é a relação da senhora com o presidente Fernando Henrique? Aquela, a senhora concorre com o candidato do partido dele, mas o PMDB é aliado do governo federal no Congresso.

R - Todas as reuniões em que eu vou lá favor, eu vou porque acho que é importante para a estabilidade econômica do país. Agora, eu entendo que você não pode só ter estabilidade econômica, você precisa ter uma política de desenvolvimento. Até a questão social, as propostas que vão para lá, eu tenho questionado e tenho visto tudo com a minha consciência, porque muitas coisas eu acho que não são boas para o país.

Q A senhora sempre teve muitos votos quando disputou a Câmara. Por que só agora resolveu sair candidato à Prefeitura?

R - Porque só agora eu me senti segura. É uma responsabilidade muito grande e eu sei que agora estou aqui para exercer a função que eu tenho um bom programa de governo.

Q A senhora sempre foi uma deputada considerada progressista. Não a incomoda fazer alianças com forças idas como conservadoras, como PL e o PFL?

R - Quem é o vice do Fernando Henrique? Qual o partido dele? Quem aplica o governo do PT na Assembleia Legislativa aqui no Estado? Eu acho que isso é uma coisa séria. Eu tenho uma trajetória política de coexistência e uma postura política. Quer ver? É difícil ter alguma votação unânime questionada. É importante que o registro isso. Doutor Luiz Paulo Vellozo, um momento nenhum, sentou e disse, eu quero discutir, eu quero ter uma participação. Ele foi uma pessoa que veio para mostrar, mostrando que era importante estar juntos, não se processar. Nós temos trabalhado e nosso programa de governo. Ele tem sido uma pessoa que tem contribuído muito

'Vitória tem uma receita que permite que uma administração possa mostrar serviços de qualidade'

'O que eu vejo é o uso abusivo da máquina. Tanto que nós entramos com um processo'

'A prioridade foi o paisagismo. Isso é importante, mas a questão do saneamento básico avançou. Não sei se é suficiente'

ENTREVISTA RITA CAMATA

'Espírito Santo está vivendo um caos'

ANGELA TEIX

Com 36 anos de idade, carregando na bagagem a experiência de uma carreira política bem sucedida - foi primeira-dama do Estado e está no seu terceiro mandato de deputada federal -, Rita Camata (PMDB), meiga na aparência mas afiada nas críticas, detonou um estilo irator. Com uma metralhadora verbal, disparou: "O Espírito Santo está vivendo um caos. O Estado só não está parado porque os empresários continuam acreditando e investindo".

No Governo Vitor Buiz, aponta várias falhas que fizeram com que o Estado mergulhasse na crise. "O governador não pode ser um mero administrador de folha de pagamento". Autora da lei que limita os gastos com pessoal em 60% da receita, Rita diz que há necessidade de se fechar a torneira, reduzindo principalmente os gastos com administração pública. Na sua avaliação, a demissão é a decisão mais imprópria e condenada.

Destacando que é no momento de crise que os grandes governantes têm a oportunidade de buscar soluções, Rita Camata mandou um recado com endereço certo: "O Governo está fazendo agora, com três anos de mandato, o que já deveria ter feito no primeiro ano de administração", acrescentando que as dificuldades não justificam a falta de ação.

A GAZETA - A senhora é a autora da lei que limita em 60% os gastos dos Estados e municípios com a folha de pessoal. No entanto, a maioria dos Estados vem ultrapassando esse limite. O Governo do Espírito Santo, por exemplo, já compromete mais de 90% da receita com gastos com pessoal, o que colabora para detonar uma crise. Na sua avaliação, esse descumprimento é fator preponderante que está afetando o Estado?

RITA CAMATA - Primeiro, há necessidade de se garantir investimentos, empregos e serviços fundamentais à sociedade. O sentido do projeto é permitir que o contribuinte tenha um retorno na prestação de serviços e na geração de investimento em seu município. Para não gerar um problema adicional, o projeto dá o prazo de três exercícios fiscais para que o município ou Estado, que está gastando acima de 60% com pessoal, possa chegar a esse patamar. É um projeto de extrema importância não só para o nosso Estado, mas para o Brasil. Não é justo, quando, como contribuinte, pagamos impostos e não recebemos os benefícios nas áreas de educação, saúde, segurança pública e saneamento básico. Esse limite de 60% para despesas com pessoal vai permitir um desenvolvimento ainda limitado. O Governo compromete em torno de 11% com a dívida pública e 10% com o custeio. Quer dizer, vai sobrar 15% para investir. É um valor muito pequeno, mas que representa um certo ganho para a sociedade.

Mas o não cumprimento do limite de 60% com gastos com pessoal não faz com que o Estado ultrapasse esse patamar ainda mais? - Sim, mas não é isso que representa um certo ganho para a sociedade. Mas o não cumprimento do limite de 60% com gastos com pessoal não faz com que o Estado ultrapasse esse patamar ainda mais? - Sim, mas não é isso que representa um certo ganho para a sociedade.

Senhora defende muito os investimentos em área social. Qual a sua avaliação sobre o Governo Fernando Henrique? Ele está correspondendo a essa expectativa?

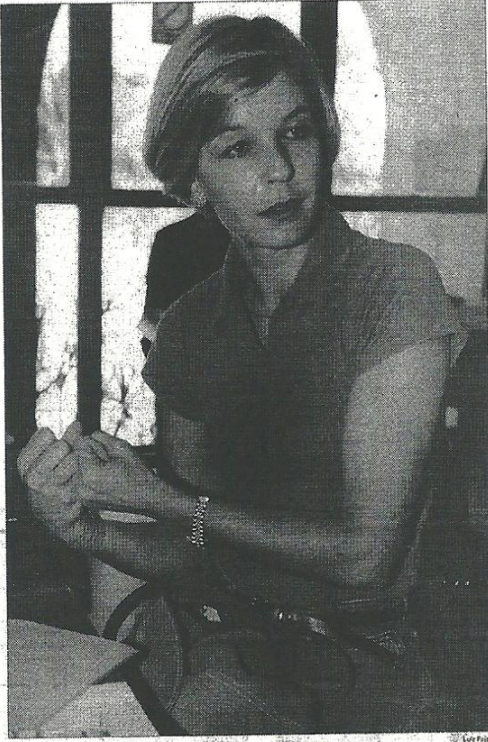
É um valor muito pequeno, mas que representa um certo ganho para a sociedade. Mas o não cumprimento do limite de 60% com gastos com pessoal não faz com que o Estado ultrapasse esse patamar ainda mais? - Sim, mas não é isso que representa um certo ganho para a sociedade.

Senhora participou da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Vitória. Que alternativas aponta para saída da crise?

Senhora participou da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Vitória. Que alternativas aponta para saída da crise? - O problema é que o governador não está fazendo nada para mudar a situação. O Espírito Santo está enfrentando, mas a média dos Estados tem problemas. Ter uma visão de esforço em conjunto é o que o governador deveria fazer. Não é só o Espírito Santo que está com problemas. Ter uma visão de esforço em conjunto é o que o governador deveria fazer.

O governador Vitor Buiz está casado em um movimento que visa envolver governadores de outros Estados na busca de uma solução conjunta para a crise. Segundo Vitor, a crise é nacional, e não local. A senhora concorda com isso ou acha que o governador poderia estar fazendo muito mais do que isso?

O governador Vitor Buiz está casado em um movimento que visa envolver governadores de outros Estados na busca de uma solução conjunta para a crise. Segundo Vitor, a crise é nacional, e não local. A senhora concorda com isso ou acha que o governador poderia estar fazendo muito mais do que isso?



RITA CAMATA

acompanhado pela receita do Estado. Foi uma decisão que não foi consolidada nos dados e na capacidade de caixa do Estado. Este foi o principal erro que o Governo cometeu. O outro é quanto à falta de um comando, de uma política administrativa, o que dificulta tanto a situação do Governo quanto a da bancada. Eu, que estou no meu terceiro ano de mandato, nunca vi uma bancada tão unida, tão coesa quando se trata de defender os interesses do Estado e o desenvolvimento do Espírito Santo, independentemente de o governador ser do partido que é e enfrentar todas as dificuldades. Ter uma bancada comprometida com o Espírito Santo é um dever nosso. Eu mesma apresentei um projeto, que vai entrar para a pauta em agosto, que inclui 27 municípios do Norte do Estado na área de atuação do Sudeste.

O governador Vitor Buiz está casado em um movimento que visa envolver governadores de outros Estados na busca de uma solução conjunta para a crise. Segundo Vitor, a crise é nacional, e não local. A senhora concorda com isso ou acha que o governador poderia estar fazendo muito mais do que isso?

O governador Vitor Buiz está casado em um movimento que visa envolver governadores de outros Estados na busca de uma solução conjunta para a crise. Segundo Vitor, a crise é nacional, e não local. A senhora concorda com isso ou acha que o governador poderia estar fazendo muito mais do que isso?

O governador Vitor Buiz está casado em um movimento que visa envolver governadores de outros Estados na busca de uma solução conjunta para a crise. Segundo Vitor, a crise é nacional, e não local. A senhora concorda com isso ou acha que o governador poderia estar fazendo muito mais do que isso?

mas tem sempre uma área que possa sobressair na administração. No Espírito Santo nós vivemos um caos. A saúde está um caos, a segurança pública enfrenta problemas sérios, a área da agricultura não recebe incentivo, a área da educação está fraca. Eu tenho uma grande preocupação porque o Governo do Estado, que se diz um Governo dos trabalhadores, teria que ter um desempenho satisfatório pelo menos na área social. O eleitor, o cidadão, tinha uma expectativa e está sendo negado. Não há qualquer perspectiva de melhoria de vida, de realização, que foram apresentadas no programa de governo durante a campanha.

A Assembleia Legislativa já aprovou praticamente todas as propostas do Governo, dando condições para ser implementada a reforma administrativa. No entanto, como destaca o próprio presidente da AL, José Carlos Grata, o Governo ainda não deu nenhum retorno e a situação continua na mesma. Os salários dos funcionários permanecem atrasados e não há dinheiro para investimento em nenhuma área. A senhora considera que o Estado está parado?

Eu acho que o Estado só não está parado por causa da inércia política, que continua acreditando e investindo. Além disso, a potencialidade do Espírito Santo é muito grande, com vocação para área de serviços. Em termos de vocação, o Estado ficou em terceiro lugar no país. Os empresários têm demonstrado uma crença nesta capacidade e potencialidade do Espírito Santo. Os municípios, apesar de suas limitações e dificuldades, estão fazendo com que as coisas possam acontecer, independentemente ou não do apoio do Governo do Estado.

Senhora disputou a Prefeitura de Vitória mais perdeu. Com os olhos críticos, construtivistas, como a senhora avalia estes primeiros sete meses da administração Lutz Paulo?

Eu acho que é muito cedo para fazer comentários. Eu só espero que ele cumpra os compromissos de

campanha e correspondência às necessidades do município de Vitória. A receita é significativa, uma vez que mais de 20% do ICMS fica no município e ainda há o aumento no IPTU. Nas áreas de educação e saúde, Vitória pode fazer muito mais do que vem fazendo. Em nível de baixa renda, o saneamento e a urbanização são extremamente necessários nos bairros mais carentes. Também não se pode perder de vista a questão da região metropolitana. Não adianta ter um trabalho de assistência social, de promoção social, se não houver a visão da Grande Vitória. É isto que colocamos durante a campanha e nós esperamos e torcemos para que, de fato, consigam realizar estes ganhos, que são necessários e justos para a sociedade de Vitória e da Grande Vitória.

A aprovação da reforma previdenciária e administrativa, em tão pouco tempo, não representa um avanço, um mérito de retorno e a situação continua na mesma. Os salários dos funcionários permanecem atrasados e não há dinheiro para investimento em nenhuma área. A senhora considera que o Estado está parado?

Eu acho que o Estado só não está parado por causa da inércia política, que continua acreditando e investindo. Além disso, a potencialidade do Espírito Santo é muito grande, com vocação para área de serviços. Em termos de vocação, o Estado ficou em terceiro lugar no país. Os empresários têm demonstrado uma crença nesta capacidade e potencialidade do Espírito Santo. Os municípios, apesar de suas limitações e dificuldades, estão fazendo com que as coisas possam acontecer, independentemente ou não do apoio do Governo do Estado.

Devo colocar o meu trabalho em julgamento para a população do Espírito Santo. Se acharem que grandis não vai continuar, o povo vai julgar a minha atuação como deputada. Eu pretendo continuar em minha humildade, muito grata, lutando principalmente pelas causas da área social, que têm sido a

'DIFICULDADES NÃO PODEM JUSTIFICAR FALTA DE AÇÃO DO GOVERNO. O CIDADÃO TINHA UMA EXPECTATIVA E AGORA SENTE QUE ESTÁ SENDO NEGADA A ELE A PERSPECTIVA DE MELHORAR DE VIDA, COMO VITOR PROMETEU'

Devo colocar o meu trabalho em julgamento para a população do Espírito Santo. Se acharem que grandis não vai continuar, o povo vai julgar a minha atuação como deputada. Eu pretendo continuar em minha humildade, muito grata, lutando principalmente pelas causas da área social, que têm sido a

minha devoção enquanto representante do Estado do Espírito Santo na Câmara Federal.

Como a senhora avalia a disputa e as chances do seu marido, Gerson Camata (PMDB), ao Governar o Estado?

Olha, eu tenho andado muito pelo interior do Estado e há uma cobrança muito grande, um apelo, para que ele volte a governar o Espírito Santo. Isto pela experiência que ele tem e pelo perfil que representa. Neste momento, tem que haver uma força política despojada, despretensiosa de validade pessoal, que possa aglutinar as principais lideranças do Estado com um projeto único - que é recolocar o Estado no seu curso de crescimento e desenvolvimento econômico e social, que é a grande expectativa que existe. A liderança para a candidatura vai ter que representar este desprendimento pessoal, esta capacidade de unidade em torno de um projeto de resgate político.

O secretário de Fazenda, Rogério Medeiros, admitiu que o Espírito Santo é um Estado prefallido. Isto significa que quem quer que seja o próximo governador vai enfrentar muitas dificuldades para governar, porque vai se deparar com um Estado com um caos deficitário e sem dinheiro para investimentos...

O Espírito Santo é um Estado rico e com grande potencialidade. É um dado que ninguém pode questionar. É claro que o Estado passa por dificuldades, mas tem que haver um bom projeto de desenvolvimento, capaz de buscar e atrair investimentos. Também tem que ter uma administração que reflita, dentro da modernidade, o papel atribuído a serviço do cidadão. Mesmo com a crise, não é intransponível. Você tem que ter projetos e a capacidade de vender estes projetos para atrair investimentos para fazer com que o Espírito Santo retome este vocação para o desenvolvimento, sobressaindo no contexto nacional.

Senhora defende muito os investimentos em área social. Qual a sua avaliação sobre o Governo Fernando Henrique? Ele está correspondendo a essa expectativa?

É um valor muito pequeno, mas que representa um certo ganho para a sociedade. Mas o não cumprimento do limite de 60% com gastos com pessoal não faz com que o Estado ultrapasse esse patamar ainda mais? - Sim, mas não é isso que representa um certo ganho para a sociedade.

Senhora participou da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Vitória. Que alternativas aponta para saída da crise?

Senhora participou da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Vitória. Que alternativas aponta para saída da crise? - O problema é que o governador não está fazendo nada para mudar a situação. O Espírito Santo está enfrentando, mas a média dos Estados tem problemas. Ter uma visão de esforço em conjunto é o que o governador deveria fazer. Não é só o Espírito Santo que está com problemas. Ter uma visão de esforço em conjunto é o que o governador deveria fazer.

Bancada vota contra prorrogação do FEF

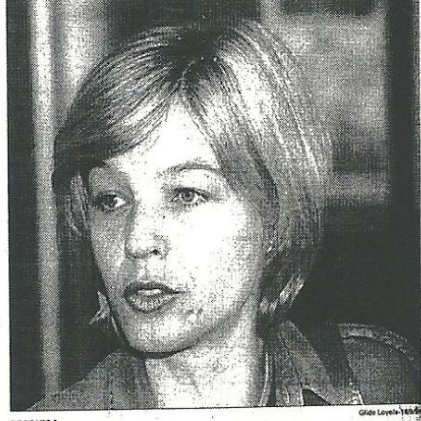
Deputados federais capixabas são contra a prorrogação do Fundo para 99 e sustentam que só o Espírito Santo perde 190 milhões

Luciana Canuto e Marcos Rosetti

A bancada federal capixaba já fez a questão e decidiu que votará contra a prorrogação da vigência do Fundo de Estabilização Fiscal, o antigo Fundo Social de Emergência, até o fim de 1999. A Comissão Especial da Câmara que vai examinar a proposta para a prorrogação do FEF se reúne todos os dias para votar a matéria. Antes mesmo de a deputada Yeda Crusius (PSDB-RS) apresentar o seu relatório à comissão, os parlamentares federais do Estado já sinalizaram que não irão concordar com a prorrogação do fundo.

Para eles, os Estados e municípios não podem mais ser penalizados com cortes de recursos em detrimento do projeto de saneamento financeiro da Vitória. O FEF é gerido principalmente pelos recursos provenientes de uma parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Desde que o FEF foi criado, em 1991, os Estados e municípios têm tido uma perda anual em torno de 20%, o que representa um valor de R\$ 2 bilhões. O Espírito Santo perde cerca de R\$ 190 milhões. Segundo dados do Governo federal, a arrecadação deste dinheiro foi revertida para o custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários, auxílios assistenciais e "programas do relevante interesse econômico e social" para o país.



COBRANÇA Buaziz exige clareza na aplicação dos recursos: 'A CFMF até agora não melhorou a saúde'

PESQUISA Rita recorreu ao TCU para ter avaliação da aplicação dos recursos retidos pelo FEF

DIFFICULDADE - Este discurso não sensibiliza mais os parlamentares capixabas, que reclamam da situação caótica do Estado e não unidem as forças que o Espírito Santo não pode mais ficar sem estes recursos, pois tanto o Governo estadual quanto a maioria dos municípios enfrentam um momento financeiro delicado.

O deputado Nilton Baniato (PPB), coordenador da bancada federal, disse que os deputados capixabas não votariam esta matéria em bloco mas ressaltou que todos eles têm se mostrado contrários à prorrogação do FEF. Baniato também admite que os deputados estão sofrendo muita pressão dos governantes capixabas. O próprio presidente da Associação dos Municípios do Estado (Amun), Rui Barreiros, esteve pessoalmente em Brasília na quarta-feira passada e percorreu os gabinetes de todos os deputados da bancada capixaba para demonstrar a insatisfação dos prefeitos em relação à prorrogação deste fundo.

Os parlamentares federais tranquilizam os administradores públicos capixabas e alguns, inclusive, já apresentam propostas de mudança para este projeto do Executivo. O deputado João Miguel Fiuza Rosa, por exemplo, defende a proposta de emenda do deputado Firmiano de Castro (PSDB-CE) que pede que os Estados e municípios carentes sejam propostos de contribuir para o FEF e o Espírito Santo, explica Fiuza Rosa, está incluído nesta proposta.

O deputado diz que a pressão dos governantes estaduais e municipais de todo o país tem sido muito grande e ainda arcaica dizer que, se o Governo não recuar e mudar a sua proposta de emenda, certamente irá perder a votação na Câmara. "Apesar de a Câmara ser igual a nuvem, mudar a toda hora, acredito que o Governo terá dificuldade para aprovar a emenda nos próximos dias que ela está proposta".

RECURSO DO FUNDO É 'TAPA-BURACO'

A deputada Rita Canuto (PMDB) encontrou um estudo no Tribunal de Contas da União (TCU) para fazer uma análise sobre a aplicação do FEF nas áreas prioritárias apresentadas pelo Governo. A partir desse estudo, a deputada concluiu que existe incoerência na distribuição dos recursos do Fundo e isso, sugere ela, "mostra que o FEF tem sido utilizado para pagar buracos nas contas públicas". "Esta questão fica evidente quando você analisa o crescimento surpreendente dos gastos do fundo com as despesas da defesa nacional e de segurança pública", critica.

Os dados do TCU mostram que em 1995 o Governo gastou 3,58% dos recursos do FEF com as áreas de Defesa Nacional e Segurança. No ano seguinte, gastou 13,57% suplantando, com isso, os recursos destinados em 1996 para as áreas de Saúde e Educação. Rita Canuto ainda questiona esses dados, dizendo que a maior parte dos recursos aplicados na Defesa Nacional e Segurança Pública são destinados para o pagamento de pessoal das Forças Armadas - R\$ 1,9 bilhão.

Do restante, R\$ 649 milhões são destinados para a manutenção das organizações militares; R\$ 160,6 milhões para a coordenação da Polícia Militar; R\$ 291,4 milhões para a coordenação dos serviços policiais; R\$ 96,1 milhões para a Polícia Rodoviária Federal; e R\$ 82,2 milhões para o policiamento de natureza civil (fiscalização tributária, entre outros).

ABANDONO - Para a deputada, o Governo está "virando as costas" para os Estados e municípios, pois se preocupa somente em acabar com o seu déficit público. "O Governo quer resolver o seu problema de caixa, não se importando com a situação financeira dos Estados e municípios, que têm registrado nos últimos anos

um número crescente de trabalhadores desempregados", critica-se Rita Canuto.

O deputado Luiz Buaziz (PL) também não poupa críticas ao Executivo e diz que o Governo federal está "abusando do Congresso". Buaziz se mostra ressentido com as declarações que o presidente Fernando Henrique tem tido à imprensa, afirmando que os deputados federais estão atrapalhando o programa de reforma do país. "Como a gente pode concordar com alguns projetos apresentados pelo Governo? Éste, por exemplo, que quer prorrogar o FEF até o final do milênio, é problemático pois vai cobrar alguns Estados e municípios em dificuldade e a gente não pode concordar com isso", defendeu o deputado, completando que o Governo deveria escolher melhor a forma em que aplica os recursos que arrecada com os impostos.

Como exemplo, Buaziz cita a cobrança da CFMF, que foi criada para subsidiar a saúde pública. O deputado sustenta que esse imposto já ultrapassou as suas expectativas de arrecadação mas, mesmo assim, não melhorou em nada a saúde do país. "Queremos saber o que está sendo feito com este dinheiro, pois o Governo federal está abusando da tributação, usando o Congresso para isso, e até agora não deu o devido retorno à sociedade", combate.

VITÓRIA - O deputado João César (PT) faz um alerta, dizendo que, caso o Fundo seja aprovado, todos os municípios capixabas perderão recursos, mas ele também diz que já existe uma proposta de incluir no FEF apenas aqueles locais que tiveram mais de 156 mil habitantes. "Pela proposta que a relatora (deputada Yeda Crusius-PSDB-RS) quer aceitar, quatro municípios da Grande Vitória perderiam recursos e apenas Vitória seria

poisada, porque tem um número de habitantes abaixo do estipulado", afirma Coser, que é membro da comissão especial.

Ele é contra o FEF e resalta que somente Vitória deixará de receber R\$ 1,7 milhão, caso o fundo seja renovado. Vila Velha perderá R\$ 941 mil; Cariacica, R\$ 841 mil; e Serra, R\$ 943 mil. "Vamos lutar para que esses municípios também sejam excluídos da proposta do Governo. Esse projeto é prejudicial à sociedade, pois tira recursos de Estados e municípios pobres", considera.

O deputado Roberto Valadão (PMDB), que é vice-presidente da comissão que analisa o FEF, também é contrário à aprovação do projeto conforme a proposta do Governo. Ele salienta que já existe uma vitória da pressão exercida pelos prefeitos: o fato de o Governo ter concordado com a exclusão de vários municípios. O deputado defende a exclusão do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e do FEF (Fundo de Participação dos Municípios) para a manutenção do Fundo de Estabilização Financeira e sugere que este mecanismo seja mantido somente com recursos do FCTE, da CFPM e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Quatro parlamentares que não apóiam o FEF é o deputado Marcos Vicente (PSDB). Ele sustenta que os municípios já estão por demais sacrificados e que a maioria não suporta corte de receita. "O FEF já tirou o que tinha que tirar", resume. A deputada Etevalda Grassi (PTB), governista com Marcos Vicente, também promete votar contra o Fundo. Ela tem motivos de sobra para isto, pois caso o FEF seja aprovado, o município de Linhares - que ela representa na Câmara - perderá R\$ 581 mil. "Eu sou contra. Esta PEC não deve passar".

Relatora pretende reduzir as perdas

BRASILIA (Socunual) - A proposta de exclusão do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) os pequenos municípios brasileiros só depende do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, informou a deputada federal Yeda Crusius (PSDB-RS). Em entrevista para A GAZETA, a relatora da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que prorroga o FEF disse que por esse critério só quatro municípios do Espírito Santo teriam perdas: Vitória, Cariacica, Vila Velha e Serra. Os demais ficariam isentos. Ela explicou, no entanto, que o assunto está em debate junto ao ministro, e que não existe decisão tomada.

"Prezando apresentar meu relatório em simultâneo com o ministro. Não podemos comprometer a estabilidade econômica do país, mas também não podemos penalizar os municípios pobres. Mas ainda iremos analisar outras emendas apresentadas por parlamentares na comissão", disse. A deputada pediu para a próxima terça-feira a apresentação do seu parecer para ser submetido à votação, provavelmente no dia seguinte. De acordo com a proposta que a relatora quer aceitar, municípios com até 156.216 mil habitantes seriam excluídos da PEC. A deputada ressaltou que sofre pressões de parlamentares e prefeitos.

CONVITE

A Rede Gazeta convida você para as palestras

"O Consumidor da Virada do Século".
Álvaro Moura - Diretor de Marketing da Rede Gazeta

"Resultados da Pesquisa de Recall 97 - Região Norte".
José Luiz Orrico - Diretor do Funari Instituto de Pesquisa.

LINHARES
10 de junho - 3ª-Feira
às 19h30m
no Sesi de Linhares

COLATINA
11 de junho - 4ª-Feira
às 19h30m
na Fundação Castelo Branco em Colatina

ENTRADA FRANCA

Informações: Linhares - (027) 264-2939 - Colatina - (027) 722-2878

REDE GAZETA

SENADO FEDERAL
Comissão do Corredor Centro-Leste de Exportação

1º SEMINÁRIO REGIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

Expositores: Ricardo Santos, Paulo Augusto Vivascoqui, Sebastião José Ballarini, Marcos Tadeu Rosa, Arthur Coutinho, Paulo Fraga, Arlindo Villaschi, Almir Bresson, Amâncio Loureiro Júnior, Pedro Burnier e Sandra Maria Ferraz Söhling.

CONVIDADO ESPECIAL
Professor Aurélio Wander Bastos
Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça

ALCA **UNIÃO EUROPEIA**

MERCOSUL

REGIÃO NOROESTE
DATA: 14 de junho de 1997
No Ginásio Municipal de Esportes
das 8 às 18h25m em Colatina-ES

Abertura:
Senador José Ignacio Ferreira
(Presidente da Comissão do Corredor Centro-Leste do Senado Federal)

Participação Especial:
Governador do Estado, Dr. Vitor Buaziz

MUNICÍPIOS ABRANGIDOS NA REGIÃO NOROESTE
Colatina, Água Branca, Baixa Guanabara, Montenegro, Pancas, Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Mariálandia, São Domingos do Norte, Vila Valério e São Gabriel da Palha.

TEMÁRIO CENTRAL
"Desenvolvimento no Espírito Santo para o Século XXI"
"Oportunidades Econômicas: Produção por Grupo de Município"
"Perspectiva de Desenvolvimento Industrial na Região"
"O Espírito Santo no Perspectiva do MERCOSUL e da Globalização"
"Diversificação Econômica e Exportação no Desenvolvimento Estadual"

PARTICIPE INSCREVENDO-SE:
Na Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Colatina (027) 722-5000
Na Sede do Projeto em Vitória - (027) 223-3132 e 223-3688 - FAX (027) 223-1843

INSCRIÇÕES GRATUITAS

Disque Polícia
225-4026

Municípios do ES são incluídos na Sudene

Câmara Federal aprovou emenda incluindo 27 municípios do Norte na jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

A Câmara Federal aprovou na sessão de ontem a inclusão de 27 municípios do Norte do Espírito Santo, já com pedidos de estado de emergência solicitados, na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em razão das secas que vêm se repetindo na região. O Estado do Rio de Janeiro aproveitou do plenário da Câmara, com a decisão favorável ao Espírito Santo e conseguiu aprovar também um sistema de incentivos fiscais para o Norte fluminense.

Uma emenda de plenário havia sido apresentada em julho último pela deputada Rita Camata (PMDB) ao projeto de lei que inclui 56 municípios do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e que já foi objeto de aprovação pelo Senado. Com a aprovação da emenda beneficiando o Espírito Santo, o projeto terá que retornar ao Senado, antes de ser submetido à sanção do presidente da República.

ABRANGÊNCIA - Os municípios contemplados pela emenda da deputada Rita Camata são Baixo Guandu, Colatina, Linhares, Mariápolis, Rio Bananal, São Domingos do Norte, Paqueta, Suroeste, Alto Rio Novo, Aquino Branco, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Jaguaré, Mantena, Barra de São Francisco, Vila Pavão, Água Doce do Norte, Nova Venécia, São Mateus, Conceição da Barra, Boa Esperança, Pinheiros, Ecoporanga, Pontal, Belo, Montanha, Mucuri e Pedro Canário.

Durante o encaminhamento da emenda no processo de ontem, o relator da matéria, deputado Nilmar Miranda (PT-MG), deu parecer contrário à inclusão dos municípios capixabas no projeto, beneficiando os municípios do Vale do Jequitinhonha, em seu Estado. Sua alegação é que esta região não fazendo o pleito há mais de 20 anos. O deputado João Carlos Coser (PT-ES) interveio em apoio à emenda de Rita Camata, sobre-

pujando o obstáculo.

Após a votação, Rita Camata disse que sua emenda não encontrou resistência no Senado, citando o apoio que o presidente daquela Casa, senador Antônio Carlos Magalhães, hipotecou à reivindicação dos municípios capixabas, em sua recente visita ao Espírito Santo. Do mesmo modo, ela relatou que o presidente Fernando Henrique Cardoso se reuniu com simpatia a inclusão dos municípios capixabas na área da Sudene. Citou também a participação decisiva da bancada do Espírito Santo no Senado, ressaltando a posição do senador Elicio Álvares, líder do Governo na Casa.

A deputada embasou sua emenda justificando que os municípios capixabas em questão têm características geográficas e sócio-econômicas semelhantes às do Nordeste, especialmente os do Sul da Bahia. Considerou levantamento do Instituto Nacional de Meteorologia e Climatologia (Inmet), segundo o qual a precipitação pluviométrica na região compreendida pela emenda é baixíssima, ficando na casa de 60 a 140 milímetros anuais.

RENDA - Outro dado enfocado por Rita Camata foi o fato de que 60% das famílias dos municípios capixabas por ela considerados na emenda, têm mais de um terço de suas famílias com renda per capita inferior à média nacional, que é de 3,42 salários mínimos. Ela citou também que a situação vem se agravando anualmente, sobretudo a seca deste ano, que já passa dos seis meses, causando prejuízos de cerca de R\$ 200 milhões, aliado a este fato o grande êxodo rural para as periferias das cidades maiores.

O que se opor com a inclusão na área de jurisdição da Sudene é atenuar o desequilíbrio intra e inter-regional - salientou Rita Camata, afirmando que tal situação permitirá que estes municípios obtenham incentivos fiscais, fomentando a atração de empresas e a geração de emprego, renda e tributos.



BENEFÍCIO
Rita Camata apresentou emenda ao projeto que beneficiava Minas Gerais

Governador destaca alternativa

O governador em exercício e secretário de Estado da Agricultura, Renato Casagrande, salientou que a extensão dos incentivos da Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) aos municípios do Norte do Espírito Santo representa uma nova alternativa de desenvolvimento para a região, cuja economia é muito concentrada na agropecuária.

Casagrande salientou que os benefícios da Sudene prevêm recursos mais baratos, inclusive para a agricultura, e oferecem incentivos também para projetos industriais. O governador em exercício avalia ainda que a inclusão dos municípios capixabas na Sudene deve permitir maior participação destes municípios nos programas sociais do Governo federal.

Ele ressaltou que, por enquanto, a aprovação da emenda na Câmara Federal é apenas a primeira etapa do processo. "Ainda falta a aprovação do Senado e a sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso para que a medida se efetive", salientou.

A expectativa, entretanto, é de que esses dois outros passos também sejam vencidos, até porque, em seu último contato com o presidente da República, o governador Vitor Buzik expôs esse pleito, que foi bem recebido pelo presidente. Para a aprovação no Senado, Casagrande enfatizou que o Governo deve mobilizar a bancada capixaba.

PERSPECTIVA

ÂNGELO PASSOS

Negócios correm nos trilhos

Têm negócios nos trilhos. O Ministério dos Transportes está projetando grande crescimento participativo da carga ferroviária na economia brasileira. Pelos cálculos, saltará dos atuais 21% para 32%, em apenas cinco anos. Só que esta projeção não vale para o Espírito Santo. Aqui o processo será muito mais rápido, em função dos investimentos da Companhia Vale do Rio Doce, da Ferrovia Litorânea, e da intensificação de cargas na região de influência do Corredor Centroeste.

Um notável embalo no trem de mercadorias que passa pelo Espírito Santo vai ocorrer já a partir de novembro, com a expansão do Porto de Tubarão, que integra a logística completa de transportes. Basta lembrar a infra-estrutura à espera de cargas: um armazém para fertilizantes com capacidade para 30 mil toneladas e um armazém geral com quatro mil metros quadrados. Além, a Vale do Rio Doce está buscando negócios na área de transportes, que hoje já representa aproximadamente 20% do seu faturamento. Os grandes atrativos para captação de mercadorias são integração modal, custos competitivos e referência de qualidade, conquistada pela Vale. Com relação a Barra do Riacho, mesmo que não venha a arrendar a área portuária, a Vale tentará vender serviços de transporte de carga através da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Com o investimento de R\$ 67,2 milhões na ampliação do complexo de Tubarão, a Vale tem-se declarado aberta a parcerias. É claro, ela quer mercadoria para transportar, oferecendo modal de alta eficiência. A atração emergente é o Terminal de Produtos Diversos (TPD) para minúsculo de cargas como grãos, fertilizantes e contêineres. Somente o berço para grãos tem capacidade para movimentar três milhões de toneladas de cargas por ano. O berço para contêineres poderá descarregar 800 toneladas/hora. E para todas essas cargas a Vale dispõe de acesso ferroviário.

Os trilhos da Vale que cortam o Espírito Santo são integrados a uma extensa malha que atende à demanda de cargas dos Estados do Centro-Leste, como Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, e do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A propósito, a Estrada de Ferro Vitória a Minas bateu em julho último o recorde de tonelada transportada: 9.689.248. Isso equivale a 360.000 carretas.



PETROBRAS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
ESP - ES
AVISO DE ADIAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 142.26.1810/97
Objeto: Aquisição de uma ambulância. Adiantado: Com relação ao Edital supra, publicado em resumo neste veículo, no dia 25/02/97, salientamos as falhas de entrega das propostas para o dia 28/02/97, e o adiamento das propostas para o dia 30/02/97, às 10 horas, na Comissão de Licitação da Exploração e Produção do Espírito Santo (SAP-ES/GERM). Consulte ou adquire o Edital: Rodovia BR-101, Km 67,5, São Mateus/ES. Fones: (067) 781-4229 / 781-4345.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Ministério da Fazenda
CENTRAL DE LOGÍSTICA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS EM VITÓRIA/ES
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 012/97
A CP/ES da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CENAL/VF - torna público o Aviso de Licitação de Tomada de Preços nº 012/97. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento, com entrega e acostamento das unidades móveis em rodovia: 481 metros, 327 garfagens, 320 armários

Previdência estadual tem pouca adesão

Até agora poucos celetistas se registraram para contribuir com a previdência estadual e se aposentar com salário integral

Está sendo baixa a adesão dos servidores públicos estaduais ao Sistema de Previdência Complementar, instituído através de lei pelo Governo do Estado. Abertas as inscrições desde 23 de fevereiro, somente 20 celetistas se registraram para contribuir com a previdência estadual e se aposentar com o valor integral do salário da ativa. As inscrições vão até o dia 28 de abril e, segundo a coordenadora de Previdência Complementar da Secretaria de Administração (Sear), Marise Magno de Andrade, não haverá prorrogação.

A Sear está percorrendo os órgãos para esclarecer os celetistas (das empresas públicas e autarquias) os objetivos do programa, cujo principal benefício é garantir a complementação da aposentadoria paga pelo INSS. A maior dúvida

dos servidores, conforme Marise Andrade, é quanto ao valor dos descontos, que começam a partir do pagamento do salário de fevereiro e que varia de acordo com o valor do salário.

FAIXA SALARIAL - O Sistema atinge somente os servidores públicos segurados do INSS e permitirá a complementação de aposentadorias por tempo de serviço e parciais, com o Estado pagando a diferença entre o valor pago pela Previdência federal e o salário do servidor na ativa. Para tanto, os que optarem pelo sistema passarão a ter descontos em folha as contribuições mensais, definidas de acordo com a faixa salarial do beneficiado. O desconto começará a incidir sobre o salário de fevereiro.

Marise Magno Andrade informou

que os descontos são bastante variados, mas que há casos em que ele será de R\$ 200 mensais. Como incidirá sobre os salários de pelo menos quatro meses (fevereiro a abril), já que será retroativo, o Governo do Estado decidiu que parcelará esse desconto. O número de parcelas não está ainda definido, mas os técnicos da Sear defendem que seja pelo menos em cinco vezes. O prazo para os celetistas que atuam no Executivo aderirem ao sistema encerra no dia 28 de abril, mas aqueles que forem admitidos posteriormente a essa data terão a opção no ato da admissão. As adesões devem ser feitas nos órgãos de origem. Para obter a complementação previdenciária é preciso que o servidor tenha no mínimo dez anos de serviços prestados à administração estadual. A adesão é proibida para o servidor que tiver

seu processo de aposentadoria concluído pelo INSS e que tenha recebido o primeiro benefício. As contribuições incidirão sobre o total do salário mensal, sendo que, para a parcela de remuneração equivalente até 50% do teto máximo da contribuição da Previdência Social (R\$ 1.031,87), o desconto mensal será de 3%; superior a 50% e até 100% do teto, de 5%; superior a 100% e até 300%, desconto de 18% e superior a 300% do teto máximo previdenciário, 22% de desconto. O servidor com salário de R\$ 515,94 terá um desconto único de 3%, sem deduções. De R\$ 515,95 a R\$ 1.031,87, desconto de 5% com R\$ 1.031,88 a R\$ 3.095,61 (18%), com dedução de R\$ 144,48, e acima de R\$ 3.092,62, desconto de 22% e R\$ 268,28 de dedução.



DIFERENÇA
Rita Camata: "Já se foi a época marcada pelos interesses paroquiais".

Rita defende atuação da bancada federal

A deputada federal Rita Camata (PMDB) fez ontem um balanço positivo do desempenho da bancada do Espírito Santo no Congresso e destacou os recursos obtidos devido à união dos parlamentares. "Estou no meu terceiro mandato e em momento algum houve um espírito tão forte de unidade como agora. Os dez deputados e os três senadores capixabas têm tido só um objetivo: a luta pelo crescimento do Espírito Santo. Já se foi a época marcada pelos interesses paroquiais", disse a deputada durante almoço-palestra promovido pelo Ibec (Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças), no Cerimonial Itamaraty.

O desempenho da bancada tem sido criticado nos últimos meses por lideranças de diversos partidos, como o prefeito de Cachoeiro, Theodorico Ferraro (PTB), e o deputado José Carlos Gratz (PEL). Rita, entretanto, aproveitou a palestra para fazer uma espécie de prestação de contas do que têm feito os parlamentares.

Ela destaca que no último dia 19, por exemplo, o presidente Fernando Henrique Cardoso assegurou o repasse de R\$ 500 milhões para o Estado. "Os recursos virão neste ano e vamos poder implantar projetos como o corredor litorâneo, ligando Vitória a Cachoeiro, e os investimentos no porto de Barra do Riacho", disse a deputada, ressaltando a participação da iniciativa privada nos projetos. Ela citou ainda a aprovação da redução da dívida do Estado, o empréstimo de R\$ 170 milhões da Caixa Econômica, para de-

missão voluntária de servidores da segunda ponte de Colatina e a duplicação dos terminais telefônicos do Estado.

SUDENE - Dentre as conquistas da bancada, ela mencionou também a emenda que possibilitará a inclusão de 27 municípios do Norte do Espírito Santo na Sudene. Autora da emenda, ela espera que a proposta seja aprovada no Senado ainda neste semestre. Apesar das dificuldades financeiras da Sudene, Rita observou que os municípios abrangidos poderão se beneficiar, do Finor, uma linha de financiamento do BNDES.

No início da palestra - a deputada falou sobre "A mulher e o contexto mundial no limiar do século 21" - Rita destacou o progresso no sentido de conquistar a igualdade e elogiou a legislação brasileira, considerando uma das mais avançadas do mundo, mas observou que a discriminação ainda é grande.

Alguns exemplos de discriminação apresentados por Rita, apesar de as mulheres representarem metade da população brasileira, no Governo Federal, elas ocupam apenas 14% dos cargos de chefia, e todos no segundo ou terceiro escalão. "Atualmente, não temos nenhuma ministra". No Brasil, elas ocupam apenas 7% dos cargos eletivos. O índice, em termos mundiais, é de, 13%. Em todo o mundo, as mulheres têm salário 25% inferior ao dos homens, na mesma função. No Brasil, a diferença atinge 41,3%.

A CIDADE SÓ FALA NISSO.

CD'S EM 5X SEM ENTRADA E SEM JUROS

TITANIC
MUSIC FROM THE MOTION PICTURE
"GANHADOR DE 11 ESTATUETAS DO OSCAR" (MELHOR TRILHA SONORA/DRAMA, MELHOR CANÇÃO, SOM, FILME, DIREÇÃO, FOTOGRAFIA, MONTAGEM, DIREÇÃO DE ARTE, FIGURINO, EFEITOS ESPECIAIS, E EFEITOS SONOROS).

AMIGOS
MUSIC FROM THE MOTION PICTURE
"MELHOR CANÇÃO" (MELHOR CANÇÃO)

CELINÉ DION
INCLUINDO "MY HEART WILL GO ON" OSCAR DE MELHOR CANÇÃO

TERRA SAMBA
LIBERAR O GAL

GLÓDUM

GRAMMY

Super oferta 15,90 a vista

Super oferta 15,90 a vista

Super oferta 15,90 a vista

Super oferta 15,90 a vista

Super oferta 16,50 a vista

PREVIDÊNCIA estadual tem pouca adesão. A Gazeta, Vitória (ES), 28 de março de 1998, p. 2.

Relatório mostra redução de pobreza

Dados mais recentes do Governo mostram que crise russa provocou novo aumento

BRASILIA - Entre 1990 e 1996, 125 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza, conforme dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), divulgados ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Internamente, no entanto, o Governo tem dados mais recentes mostrando um novo aumento da pobreza, entre novembro de 1997 até o final do ano passado, quando o país passou a viver os efeitos da crise russa. A pesquisa é restrita a um percentual pequeno da População Econômica - nomeadamente a PEA, mas aponta para mais de 300 milhões.

De acordo com os técnicos do Ipea, a Cepal considera como pobre a pessoa cuja renda mensal seja inferior a R\$ 120,00. Em 1990, havia 67,5 milhões de pobres no Brasil, segundo os dados divulgados pelo Ipea. Seis anos depois, o número caiu para 55 milhões. Dentre os pobres, 33 milhões eram considerados indígenas - cuja renda por pessoa é inferior a R\$ 60,00 mensais - em 1990. Em 1996, o número caiu para 23 milhões.

Essa queda mais expressiva da pobreza aconteceu na área rural. "Foi um resultado extraordinário e o Brasil liderou as estatísticas", comemorou o presidente do Ipea, Roberto Mariani.

A pesquisa mais recente sobre

emprego no Brasil foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, o IBGE mostrou que entre meados de 1997 e o final do ano passado, houve um recrudescimento da pobreza. Surgiram 340 mil pobres na população pesquisada de 17 milhões de pessoas economicamente ativas (o que equivale a apenas 25% da PEA nacional) em seis regiões metropolitanas: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Paraná (PR), Salvador (BA) e Recife (PE).

Amadeo alertou que a pesquisa do IBGE é restrita e não pode servir de base para projeção de dados nacionais. Mas, segundo o secretário, para que os reflexos da crise russa - cujo impacto foi vivido no Brasil a partir de agosto do ano passado - tenham novamente pobres os 12,5 milhões de pessoas que saíram da linha de pobreza entre 90 e 96, seria preciso uma queda brutal no Produto Interno Bruto (PIB). "Estamos trabalhando para minimizar o impacto da crise, mantendo programas importantes de compensação, como as cestas básicas, o seguro desemprego e a previdência rural", disse o secretário, explicando que a Cepal elaborou justamente a existência de programas de compensação.

09 de maio. Dia das Mães. Ricarem ainda mais bonitas.



Projeto aprovado ontem é de autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES)

Atestado de gravidez não pode ser exigido

BRASILIA - Foi aprovado ontem, em votação simbólica um projeto de lei de autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES) que visa facilitar o acesso da mulher ao mercado de trabalho. O projeto, que se tornou lei, prevê inclusive a concessão de benefício fiscal à empresa que incentivar a mão-de-obra feminina. As empresas também ficam proibidas de pedir atestado de esterilidade ou testes de gravidez antes da contratação de mulheres.

O projeto define que passam a ser proibidas a publicação de anúncios de empregos onde haja preferência por sexo, idade cor ou situação familiar, salvo os casos em que a atividade exercida seja "pública e notória" assim exigido.

Também está definido que cada infração à lei será punida com multa administrativa de cinco vezes o valor do maior salário pago pelo empregador, elevada em 50% em reincidência. As multas vão manter o Fundo de Capacitação Profissional da Mulher, também criado pela lei, vinculado ao Ministério do Trabalho.

FHC diz que Fundef resgata magistério

BRASILIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem em seu programa de rádio "A Palavra do Presidente" que está sendo realizada uma revolução silenciosa na educação, com adoção de medidas que estão resgatando a importância do magistério. Ele anunciou também que, no final do mês, serão reunidos em Brasília todos os representantes dos Conselhos Estaduais de Acompanhamento do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

"A finalidade é orientar os conselhos sobre a utilização dos recursos do Fundef", disse, acrescentando que esse dinheiro só pode ser gasto para melhorar as escolas, pagamento dos professores e no que for preciso para que o ensino seja bom.

Fernando Henrique acrescentou também que 60% dos recursos do fundo são para remunerar melhor o professor. "Em no primeiro ano do Fundef, os professores de ensino fundamental tiveram um aumento de 12,9% - 13% - um aumento real, que foi bem mais que a inflação. No Nordeste do Brasil, onde os salários antes eram miseráveis, o aumento médio dos professores com Magistério foi muito maior: 49%.

BRASILIA - O Conselho Federal de Medicina Veterinária e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro deram entrada em ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar uma lei que determinou a esterilização dos cães das ruas paulistai e de outras cidades em 120 dias. A lei foi sancionada após vários ataques a petições pelos cães dessa rua.

As entidades questionam a lei, assinada em 9 de abril pelo governador Anthony Garotinho (PDT). Os conselhos afirmam que a Constituição

Conselho vai ao STF para preservar cães

BRASILIA - O Conselho Federal de Medicina Veterinária e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro deram entrada em ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar uma lei que determinou a esterilização dos cães das ruas paulistai e de outras cidades em 120 dias. A lei foi sancionada após vários ataques a petições pelos cães dessa rua.

As entidades questionam a lei, assinada em 9 de abril pelo governador Anthony Garotinho (PDT). Os conselhos afirmam que a Constituição



Gildo Loyola

PROPOSTA

Rita Camata adiantou que a intenção do representante da Unesco é formar uma parceria com o Governo do ES

Representante da Unesco virá ao ES para discutir violência

O representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no Brasil, Jorge Werthein, virá ao Espírito Santo, no próximo mês, para uma reunião com o governador do Estado, José Ignácio Ferreira (PSDB). No encontro, eles irão discutir a implementação de programas contra a violência, tendo como público alvo os jovens. A meta da Unesco para este ano é voltar sua atenção para a juventude.

Ontem de manhã, a deputada federal Rita Camata (PMDB) esteve com José Ignácio para agendar o encon-

tro. “O governador ainda não definiu a data da reunião, mas ficou entusiasmado com o interesse de Werthein”, explicou a deputada. De acordo com ela, a intenção do representante da Unesco é formar uma parceria com o Governo do Estado.

O projeto seria implementado com o apoio das secretarias de Educação, Cultura e Esportes. “Queremos profissionalizar os jovens”, explicou Rita Camata. O interesse de voltar os programas aos jovens está diretamente ligado ao aumento do índice de violência, conforme explicou Rita Camata.

De acordo com o trabalho da Unesco intitulado “Mapa da violência: os jovens do Brasil”, Vitória é a capital com maior índice de mortes violentas entre jovens de 15 a 24 anos. A capital detém ainda a maior taxa brasileira de mortes em acidentes de trânsito na população em geral – 70,1 óbitos em cada 100 mil habitantes.

Entre os jovens de 15 a 24 anos, faixa etária de interesse da pesquisa da Unesco, Vitória aparece como a capital onde mais jovens morrem em decorrência da violência. São 220,7 óbitos por violência entre cada 100 mil jovens.

REPRESENTANTE da Unesco virá ao ES discutir violência. A Gazeta, Vitória (ES), 11 de abril de 1999.

POLÍCIA

Vitória (ES),
quarta-feira,
18 de agosto de 1999

19

A GAZETA

Número de policiais envolvidos em mortes na Serra pode chegar a 10, segundo um participante da comissão especial criada para apurar a ação de exterminadores. A comissão surgiu a partir da denúncia de um casal, em um cartório desse município, sobre a existência de um grupo de matadores. A Polícia espera prender os assassinos, logo.

Grupo de extermínio da Serra pode ter matado 30

Documento lista nomes de seis pessoas envolvidas em mortes, inclusive policiais militares

SANDRO FUZATO

O número de assassinatos cometidos pelo grupo de extermínio que atua no município da Serra pode chegar a 30. A informação é de uma fonte credenciada que participa da comissão especial criada para apurar os crimes praticados pelo grupo. Essa mesma fonte afirmou que, além do grupo de extermínio, outros policiais estão praticando crimes isoladamente no município, e que pode chegar a dez o número de policiais envolvidos em homicídios na Serra.

cinco horas - o secretário de Segurança, José Rezende, e o chefe de Polícia Civil, Selma Cristina Couto, afirmaram que a Polícia está preparando as últimas ações e espera prender, nos próximos dias, os envolvidos no grupo de extermínio. "Essas reuniões com delegados, Ministério Público e Poder Judiciário são para fazermos um conjunto de esforços e assim controlarmos essa situação", afirmou o secretário.

José Rezende e o chefe de Polícia mostraram cautela para falar sobre as investigações dos inquéritos que envolvem o grupo de extermínio. Adiantaram que as diligências da PIC têm sido concluídas com êxito até o momento. "Só não podemos divul-

gar quais os êxitos que temos obtido. Só daremos informações consistentes, com nomes dos envolvidos e tudo mais, depois que tudo estiver esclarecido e os culpados nas cadeias", afirmou José Rezende.

A GAZETA divulgou ontem parte do teor do documento que motivou toda a mobilização da cúpula da Segurança Pública capixaba. Neste documento, estão listados os nomes de seis pessoas envolvidas - inclusive policiais militares - no grupo de extermínio. Porém, estes nomes não serão divulgados até que a Polícia conclua as investigações.

Mutirão

Das reuniões de ontem parti-

ALERTA

Município pode ter mais quadrilhas

O secretário de Segurança Pública, José Rezende, admitiu, no início da noite de ontem, que podem haver outros grupos de extermínio agindo no município da Serra. "Não há apenas esse grupo com envolvimento de policiais, há também outros grupos que estão matando na Serra", afirmou o secretário. Porém, José Rezende preferiu ser cauteloso e não divulgou tudo que sabe sobre os matadores profissionais. "Não posso divulgar tudo que já conseguimos levantar. Se falar tudo que sabemos eu vou atrapalhar o serviço da própria Polícia Civil. Assim, eu estaria prejudicando a sociedade capixaba, ao invés de ajudá-la", explicou o secretário. Outra informação divulgada por José Rezende é que as motivações dos crimes praticados pelos integrantes dos grupos de extermínio são várias. "Eles matam por prazer, a mando e por envolvimento com o tráfico de drogas", disse José Rezende, preferindo não articular números, e diz que não sabe quantas são as vítimas dos grupos de extermínio.

Selma quer urgência na apuração

Tiãno Barbosa

A chefe de Polícia Civil, Selma Couto, quer urgência na investigação do grupo de extermínio que está agindo na Serra. Ela, contudo, faz um verdadeiro apelo: "Entendemos que isto requer urgência urgentíssima. Mas é óbvio que sobre o curso das investigações não temos total controle, pois isto não depende só de nós. Depende das provas, da cooperação das pessoas. Existem pessoas amedrontadas, que não têm coragem de falar. Mas nós queremos enfatizar que as pessoas precisam tomar coragem, precisam denunciar as pessoas que estão efetivamente participando disto aí (do grupo de extermínio)".

Com exclusividade, A GAZETA publicou ontem trechos do documento que foi o estopim para a criação de uma comissão especial, pela Secretaria de Segurança, destinada a apurar a ação do grupo de extermínio na Serra. Registrado em cartório e assinado por duas pessoas, o documento cita seis nomes de envolvidos nas execuções e narra 11 crimes, com 34 vítimas.

A chefe de Polícia Civil disse ontem que escolheu "a dedo" os responsáveis pelas investigações: "Nós pretendemos instalar uma comissão com delegados, pegando o efetivo da Serra e mais reforço. Vamos concentrar esforços, inclusive até a escala especial, para combater este tipo de crime. Mas estamos esperando um contato do Ministério Público e do próprio secretário de Segurança, de forma a instalarmos o trabalho com pessoas especificamente voltadas para trabalhar neste assunto, neste problema, que é sério". Abaixo, a entrevista de Selma Couto, chefe de Polícia Civil.

Estes policiais da comissão deixariam de cuidar do dia-a-dia para se dedicarem só ao grupo de extermínio?
Não, com certeza não. Iria-



Selma Couto apela à população para que coopere com o trabalho de investigação contra os matadores. Os responsáveis pelas apurações serão escolhidos "a dedo".

Atitude

mais escrivães. Estas pessoas serão escolhidas como? Serão escolhidas a dedo, com certeza. Pessoas até que não tenham qualquer tipo de vínculo com delegados, que sejam vindo até mesmo do Interior, pessoas novas. Mas unindo, juntando com as informações de um delegado experiente que já conhecemos.

Este delegado seria o coordenador da comissão?

Não, acredito que o coordenador seria o Ministério Público, que deve indicar dois membros. Os demais integrantes da comissão seriam policiais civis sob o comando de delegados. Mais de um delegado.

O documento que temos em mãos, de uma pessoa que denuncia o grupo de extermínio da Serra, cita policiais civis. Serão investigados?

Existem pessoas que tenham nome de policial civil participando do extermínio. Agora, se houver comprovadamente a participação de qualquer policial civil íntegro, com certeza, adotará medidas mais enérgicas possíveis contra estes policiais.

O documento não cita policiais civis como assassinos do grupo de extermínio, mas mostra a complicidade de alguns nomes. Neste sentido, o que será feito?

Nós vamos apurar energeticamente, instaurar procedimentos administrativos e criminais contra possíveis envolvidos. Mas eu acredito que a participação de policial civil, o que é inadmissível, é mínima.

Existe expectativa de quando a apuração da comissão sobre grupo de extermínio estará concluída?

Entendemos que isto requer urgência urgentíssima.

Quem tiver informação sobre o grupo de extermínio da Serra pode denunciar sem se identificar, ligando para o 222.3359, telefone da Delegacia de Homicídios. Há ainda o 222.5456 (Corregedoria de Polícia) e 225.4026 (Disque-Denúncia). Muitos crimes são solucionados a partir de informações anônimas. A testemunha pode ainda me procurar pessoalmente, ou ao secretário de Segurança (José Rezende). Ou mesmo procurar o Ministério Público. Mas precisa denunciar. Isto não pode continuar. A pessoa não será identificada, da mesma forma que a pessoa que fez a denúncia contra o grupo de extermínio está mantida em sigilo e sob proteção", afirmou ontem a chefe de Polícia Civil, Selma Couto.

Enivaldo presidirá CPI da Violência na Grande Vitória

O deputado Enivaldo dos Anjos (PDT) e Gilson Gomes foram eleitos, ontem, o presidente e o relator, respectivamente, da CPI da Violência na Grande Vitória. A eleição aconteceu às 16h30, durante a primeira reunião da comissão, no plenário da Assembleia Legislativa. Também foram escolhidos os demais membros do grupo de trabalho, que é composto, no todo, por nove parlamentares.

A segunda reunião acontecerá na próxima segunda-feira, às 10 horas. Os deputados ouvirão o depoimento do prefeito da Serra, Sérgio Vidigal (PDT), o autor do pedido de abertura da CPI na Assembleia.

Em entrevista à imprensa, Vidigal denunciou a ação de grupos de extermínio no município da Serra, onde ocorre o maior número de homicídios na Grande Vitória.

Rita Camata critica omissão federal

Brasil - Sucursal - Em pronunciamento, ontem, na Câmara dos Deputados, a deputada Rita Camata (PMDB-ES) criticou o Ministério da Justiça pela "quase omissão" em atender aos pleitos feitos por ela, através da Comissão de Direitos Humanos, em maio de 1997, para combater a criminalidade no Espírito Santo.

"Nada, ou quase nada, se fez para a concretização do mesmo", desabafou a deputada, que subiu à tribuna em virtude da reportagem do jornal Folha de São Paulo, publicada no domingo, colocando Vitória como a capital mais violenta do país.

Potencial

Para Rita Camata, é triste registrar que o Espírito Santo volta a ocupar a mídia nacional da forma mais infeliz. "É preciso superar essa escalada da violência", assinalou. Segundo a deputada, é necessário responder com alti-

vez, determinação, "e mostrar ao povo trabalhador do nosso Estado que não vamos deixar que esse quadro de impunidade, intranquilidade e vergonha nacional permaneça".

Finalizando seu pronunciamento, ela disse que o Espírito Santo deve ser para o Brasil um exemplo de potencialidade, cultural, política e econômica, "onde as famílias possam estar tranquilas, e que essa tranquilidade seja repassada aos nossos filhos".

Além de Gilson Gomes e Enivaldo, a comissão é composta pelo vice-presidente, Marcos Gazzari (PSDB), e pelos membros Luiz Pereira (PFL), Gilson Lopes (PFL), Nonô Lube (PTB), Wilson Japonês (PSB), Luiz Carlos Moreira (PMDB) e José Esmeraldo (PSDB).

vez, determinação, "e mostrar ao povo trabalhador do nosso Estado que não vamos deixar que esse quadro de impunidade, intranquilidade e vergonha nacional permaneça".

IMPOTÊNCIA EJACULAÇÃO PRECOCE
A Medicina hoje pode oferecer ao homem uma solução definitiva para 1 hora de mais, mesmo ejaculando precocemente. Consulte o **CLIMEM** A CLÍNICA DO HOMEM 223-0299

Companhia Vale do Rio Doce
DIRETORIA DE FERROS DO SISTEMA SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
COLETA DE PREÇOS GABUS Nº S0301/99
Objeto: Execução de Obras Civis, Funcionamento e Montagem para Melhorias da Estação de Tratamento de Efluentes Industriais (ETE) das Oficinas de Locomotivas, Melhorias no Tratamento Sanitário e Melhorias nas Lignas de Esabitação da Área II da CVRD. Localizadas na Ponta de Espinha, Vitória-ES, compreendendo entre outros, aproximadamente 1.400m² de concreto, 7.150m³ de escavações, etc.
Participantes: Proponentes elegíveis oriundos dos países membros do BIRD.
Órgão Financiador da Obra: Banco Mundial.
Mais informações em Edital publicado no Diário Oficial do Estado de 17/08/99, através do endereço na Internet: <http://www.cemil.com.br/licita/cont-southwest.htm> ou contactar o Sr. Juarez Vieira dos Santos - Tel. (0xx27) 336-3356

Atenção
A IMOBILIÁRIA UNIVERSAL INFORMA A PROMOÇÃO DE LOTES POR R\$ 990,00 A VISTA OU COM PRESTAÇÕES DE R\$ 50,00 MENSAIS. É SÓ ATÉ O DIA 22/08/99. LIGUE JÁ: 200-2728.
NÃO PERCA ESTA OPORTUNIDADE. VENHA CONHECER HOJE MESMO. LEVAMOS VOCÊ AO LOCAL SEM COMPROMISSO.
ESTAMOS DE PLANTÃO EM CAMPO GRANDE, NA AV. EDEGAR GARCIA, 206, EM FRENTE AO OLEGARINHO.
200-2728

Rita Camata critica omissão federal

Brasília - Sucursal - Em pronunciamento, ontem, na Câmara dos Deputados, a deputada Rita Camata (PMDB-ES) criticou o Ministério da Justiça pela "quase omissão" em atender aos pleitos feitos por ela, através da Comissão de Direitos Humanos, em maio de 1997, para combater a criminalidade no Espírito Santo.

"Nada, ou quase nada, se fez para a concretização do mesmo", desabafou a deputada, que subiu à tribuna em virtude da reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, publicada no domingo, colocando Vitória como a capital mais violenta do país.

Potencial

Para Rita Camata, é triste registrar que o Espírito Santo volta a ocupar a mídia nacional da forma mais infeliz. "É preciso superar essa escalada da violência", assinalou. Segundo a deputada, é necessário responder com alti-

vez, determinação, "e mostrar ao povo trabalhador do nosso Estado que não vamos deixar que esse quadro de impunidade, intranquilidade e vergonha nacional permaneça".

Finalizando seu pronunciamento, ela disse que o Espírito Santo deve ser para o Brasil um exemplo de potencialidade, cultural, política e econômica, "onde as famílias possam estar tranqüilas, e que essa tranqüilidade seja repassada aos nossos filhos".

IMPOTÊNCIA EJACULAÇÃO PRECOCE

A Medicina hoje pode oferecer ao homem uma ereção prolongada por 1 hora ou mais, mesmo ejaculando precocemente. Consulte o

CLIMEM
A CLÍNICA DO HOMEM
223-0299

Av. ... 2200

Intersindical define ações na segunda-feira

Os sindicalistas deverão protocolar, até o final desta semana, ações contra as medidas de contenção de gastos, aprovadas na Assembleia

A Intersindical dos Servidores Públicos e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-ES) terão, na segunda-feira, às 13 horas, uma reunião para definir as ações que deverão ser tomadas na Justiça, contra a retenção de 20% dos salários dos funcionários estaduais e a redução de 30% da jornada de trabalho. O encontro, que acontecerá no Tribunal de Justiça do Estado, onde o Sindicato dos Policiais Civis (Sindipol), no edifício Ames, centro de Vitória, deverá contar com a participação de um grupo de advogados.

A previsão do presidente do Sindipol, Hayilton de Oliveira, é a de que, até o final da próxima semana, as ações sejam protocoladas. Cada sindicato irá apresentar, no Tribunal de Justiça do Estado, um mandado de segurança preventivo, para anular a retenção salarial e redução da jornada. Segundo as assessorias jurídicas dos sindicatos e da CUT-ES, o confisco compulsório de uma parcela dos salários do funcionalismo infinge o disposto na constituição que estipula a irredutibilidade dos salários.

Além disso, as assessorias questionam a imposição da jornada de trabalho dos servidores em até 30%, com redução proporcional dos salários. Um projeto, preventivo deste tipo de redução, foi aprovado pela Assembleia Legislativa. Para os sindicalistas, esta medida não poderia ser tomada mediante um acordo do Governo com as entidades que representam os funcionários.

Outro item do pacote de medidas do Governo a ser questionado é o contingenciamento dos salários estaduais, referente ao mês de novembro, novembro e dezembro de 1998. O Governo só deverá começar a quitar essa dívida com os servidores em maio. Os vencimentos atrasados deverão ser pagos em três parcelas, segundo o secretário de Estado de Administração, Anísio Carlos Pimentel.



DRAMA Rita Camata: 'Eu me sinto angustiada porque os Estados não fizeram uma preparação para se adequar à lei'

Rita contesta demissões em função da Lei Camata e critica Estados

A deputada federal Rita Camata (PMDB) reclamou do comportamento de vários governadores que vêm realizando demissões de funcionários, alegando estar se adequando à Lei Camata — de autoria da deputada. A lei prevê que os Estados possam até 60% da receita com a folha de pagamento do funcionalismo. "Eu me sinto angustiada porque os Estados não fizeram uma preparação para se adequar à Lei. Os governadores não tiveram a preocupação de reduzir gastos e, agora, vemos como única alternativa a demissão dos servidores", afirmou.

Na próxima semana, a Câmara de Deputados deverá votar mudanças na Lei Camata, entre elas a que reduz em 20% o número de funcionários que ocupam cargos comissionados. Limita as vantagens dos servidores e proíbe o repasse de verbas da União para os Estados que não se adequaram à lei. De acordo com a deputada, a lei — aprovada em 1995 — estabeleceu um prazo de três anos para que os governadores se adequassem. "O problema é que não aconteceu. Eles fizeram novas contratações e aumentaram salários de maneira irresponsável", contestou.

Como principal exemplo, ela citou o caso do Espírito Santo. "Vitor Buaziz (PV) concedeu 26% de aumento para o funcionalismo no início de seu Governo e não pensou nas consequências", disse. No entanto, ao comentar sobre as medidas adotadas pelo governador José Iginio Ferrirri (PSDB), como a retenção de parte dos salários dos servidores, Rita Camata ressaltou que não vê outra saída.

Marcelino repreende união com oposição

A cúpula do PMDB está dividida. Não agradou aos dirigentes peemedebistas a participação de uma de suas principais lideranças, o ex-prefeito Vasco Alves, no bloco de partidos de centro-esquerda que vai questionar na Justiça a legalidade do pacote de medidas baixadas pelo governador José Iginio Ferrirri (PSDB). O presidente regional, deputado Marcelino Fraga, desautorizou ontem Vasco a iniciar-se representando do PMDB nos comícios convocados pelo PT, PSB e PMN, além dos deputados Max Mauro e Max Filho, do PTB.

"O PMDB não foi sequer convidado a participar desses comícios e a proposta de Vasco Alves junta com a oposição é por uma questão pessoal e não partidária", disse Marcelino Fraga ao assinalar que o partido também não tem a ver com a nota oficial divulgada pelo bloco de oposição, criticando as alternativas encontradas pelo governador José Iginio Ferrirri para conter a crise financeira do Estado. Na nota, no entanto, Vasco Alves é identificado como ex-prefeito de Caracica e de Vila Velha, embora sua figura esteja diretamente associada ao PMDB, legenda pela qual disputou, com Jo-

se Iginio, o Governo do Estado nas eleições passadas.

EXPECTATIVA — De acordo com o presidente regional do PMDB, o partido não definiu uma posição clara de apoio nem de oposição ao Governo José Iginio Ferrirri. Entendendo as crises financeiras, o PMDB, segundo ele, está mais na expectativa de aguardar o desenrolar da administração estadual, ou efetuar medidas emergenciais, para então tomar uma decisão a respeito. Marcelino Fraga admitiu que não gostou de ver o nome de PMDB associado aos partidos de centro-esquerda que estão se opondo às medidas baixadas por José Iginio. E frisou que Vasco Alves não está credenciado para representar os peemedebistas nesses encontros.

A oposição decidiu juntar nas respectivas assessorias jurídicas para, coletivamente, elaborar e impetrar as Justiça ações questionando a constitucionalidade de uma série de medidas anunciadas pelo governador, entre elas a retenção de 20% dos salários de todos os servidores do Executivo. Marcelino Fraga garantiu que a advogada que presta assessoria para o PMDB já foi orientada a não participar desse processo. "Não vamos colocar advogado nenhum para entrar em ação contra o Governo", frisou o dirigente peemedebista ao assinalar, por outro lado, que a participação de Vasco nos encontros de oposição não é possível de qualquer punição partidária exatamente porque o PMDB não formalizou qual será sua posição perante o novo Governo.

"Na nota divulgada pelo bloco de oposição os três partidos que oficialmente estão representados — PT, PMN e PSB (Max Mauro e Max Filho) também não estariam representando o PTB", além de criticar as alternativas de José Iginio para reequilibrar as finanças, também consideraram o apoio incondicional que a maioria dos deputados estaduais deu ao pacote, além da postura da Mesa Diretora de impedir maior discussão das matérias. Marcelino é deputado estadual e é aliado político da Mesa Diretora.



BRONCA Marcelino desautorizou Vasco a se intitular representante do PMDB

ADIN — Enquanto os sindicatos não apresentarem mandados de segurança, a CUT estadual irá protocolar, também na próxima semana, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, alegando que as leis de contenção salarial e de redução da jornada não obedecem aos princípios constitucionais. Representantes da Central participaram do reunião de segunda-feira, no Sindipol, com o objetivo de discutir a medida com a assessoria jurídica dos sindicatos.

Uma outra ADIn contra o pacote de governamentalização da Prefeitura (PMD) deverá ser protocolada pelos partidos de centro-esquerda do Estado, como o PT, PSB, PMN, PTB e PMDB. Advogados dessas siglas afirmam, porém, que a medida ainda não está definida, ou quarta-feira, para definir os termos da ação.

Dois sindicatos que integram a Intersindical, o Sindipol, o Sindicato dos Policiais Civis e o Sindicato dos Policiais Militares, também marcarão para o dia 10 de fevereiro, a partir das 14 horas, em frente ao Palácio Archetti, a assembleia geral unificada. Na ocasião, os servidores deverão definir as ações coletivas que se desenvolverão para lutar contra as medidas que afetam a categoria. Não está descartada a possibilidade de deflagração de uma greve geral.

Temer acha 'razoável' prazo de 90 dias para equipe do Governo

SÃO PAULO — O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (EMDB-SP), considera razoável o prazo de 90 dias dado quinta-feira pelos líderes governistas à equipe econômica para que as discussões mediantes adotadas pelo Governo sejam resultado. "Não há estimativa de tempo razoavelmente curta, as medidas que foram tomadas têm que começar a operar seus efeitos", disse o deputado em São Paulo. "Do contrário, é preciso verificar o que há com a economia do país, pois não podemos ficar um ou dois anos vivendo de sobressaltos", ressaltou.

O deputado participou ontem de manhã da comemoração do primeiro ano de implantação do Código de Trânsito Brasileiro, e foi

II CURSO DE PREVENÇÃO SOBRE DROGAS

ESPECIALIZAÇÃO: Pré-requisito, 3º grau
Duração: 09 meses

Parceria com a Universidade de Brasília

CAPACITAÇÃO: Pré-requisito 2º grau
Duração: 06 meses

Aulas em um final de semana de cada mês - início Março/99

Informações e Inscrições: Tel.: 239-1934

Realização: Centro de Estudos e Pesquisa da APADD

homageado pelo prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PPB).

Temer disse que o Congresso Nacional não pode ser responsabilizado pelo atual momento econômico do país. "O Congresso tentou aquilo que foi solicitado para o ajuste fiscal", disse, citando as reformas constitucionais, administrativas e a CPMF. Segundo ele, a CPMF deve ser votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara na próxima semana. Depois, o projeto será encaminhado para uma comissão especial. Temer acha possível acelerar a aprovação do imposto sobre cheques. "O relator da comissão especial poderá, depois de dez sessões, dar o seu parecer e colocar o projeto em votação", explicou. O

presidente da Câmara ressaltou, entretanto, que o prazo de 90 dias para que a cobrança da nova alíquota da CPMF entre em vigor terá de ser respeitado, uma vez que é constitucional.

Apesar da ameaça do Governo federal de dificultar os empréstimos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul no exterior, o presidente da Câmara dos Deputados acredita no "diálogo de conciliação" entre todos governadores e a União sobre a questão das dívidas estaduais. "Acho que os governadores vão conversar com o Governo federal e vão se entender", afirmou. "Numa federação é assim: os Estados e a União conversam, se ajustam e cada um vai onde pode ir".

Verão Fino.

Faça turismo, parca peso, e livre-se do stress!

O verão 99 chegou. E você, que gosta de praia e sol, deve estar em forma.

O SPA NOVA GUARAPARI e SPA permanente, com vista panorâmica para o mar, tratamento natural, acompanhamento médico, nutricional, psicológico, incluindo condicionamento físico, estética corporal e facial.

Além de ficar com o corpo ideal para o verão, você vai gostar das delícias da natureza e o aconchego de um lugar inesquecível.

Venha para o SPA NOVA GUARAPARI, você vai se sentir o máximo!

Contamos também com atendimento nos finais de semana.

SPA HOTEL Nova Guarapari, 100 metros de praia, 100 metros de mar, 100 metros de sol.

Advogado diz que Talvane teve relação promíscua com pistoleiro

BRASÍLIA — O advogado do deputado Talvane Albuquerque (sem partido-AL), José de Moura Rocha, disse ontem que seu cliente, em contatos telefônicos, teve uma relação "promíscua" com o pistoleiro Chapéu de Couro. "No Nordeste, todo político tem relacionamento promíscuo com delinquentes", ressaltou.

Albuquerque pode ter seu mandato cassado se houver essa mesma constatação pela comissão de sindicância criada na Câmara para apurar o envolvimento de parlamentares no assassinato da deputada Celi Cunha (PSDB-AL), no dia 16 de dezembro, em Maceió.

Talvane é alvo de duas investigações: uma ética, na Assembleia para apurar se houve quebra de decoro parlamentar do deputado e outra penal, na polícia alagoana, na qual aparece como principal suspeito de mandante do assassinato da deputada. "Na investigação penal, está fácil para um advogado de primeiro ano de defender meu cliente inocente, mas na moral vou ter de sustentar

que, considero Rocha.

HABEAS — O advogado entrou ontem com um pedido de habeas corpus preventivo de seu cliente, solicitando a transferência do inquirido da polícia alagoana para a jurisdição da procuradoria-geral da República. Segundo ele, as razões para o pedido são que a polícia alagoana "por incompetência" já ultrapassou o prazo de 30 dias para concluir suas investigações.

A comissão de sindicância da Câmara também fez o pedido de transferência das investigações para a Polícia Federal por considerar também incompetente o inquirido apresentado pela polícia de Alagoas.

"Se o inquirido continuar nas mãos da Justiça alagoana, no parecer da polícia alagoana por interesses políticos", justificou o "defensor", de acordo com o advogado, foi quem interveio na inquirição do assassinato da deputada. "Durante os contatos telefônicos gravados, houve tem-

po desse tipo de coisa", disse.

DEPOIMENTO — O depoimento dos dois assessores de Talvane acusados de executores de Celi Cunha oito horas, quinta-feira. O relator da comissão de sindicância criada na Câmara para investigar o assassinato de Celi, deputado Robson Tuma (PS), afirmou que houve "contradições importantes" nos depoimentos que favoreceram o andamento do relatório. Tuma tem até o dia 28 para apresentar seu parecer.

Os assessores, Jadirilson da Silva e Alécio Alves, foram detidos pela Polícia Federal depois do depoimento à comissão — eles tinham prisão preventiva decretada, acusados pela polícia alagoana de serem os executores do crime.

Devem ficar à disposição da comissão até a entrega do relatório e depois levados para Alagoas. Ontem, o terceiro assessor do deputado, José Bezerra Júnior, foi preso em João Pessoa (PB).

Mulher tem acesso legal a mercado de trabalho

Lei combate formas de discriminação enfrentadas pelo sexo feminino ao buscar emprego

Brasília — O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou e o *Diário Oficial* publicou ontem a lei 9.799, de autoria da deputada

Rita Camata (PMDB-ES), que trata do acesso da mulher ao mercado de trabalho. Pela lei, os empregadores ou seus "prepostos" ficarão proibidos de fazer "revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias". Outro dispositivo da lei garante às mulheres que não deverão ser exigido delas a apresentação de atestados ou exames para comprovação de esterilidade ou gravidez, seja na admissão ou na permanência no emprego.

Fernando Henrique vetou qua-

tro artigos do projeto original por considerar que os dispositivos já constavam de outras leis. Um desses artigos, porém, foi vetado porque garantia estabilidade de emprego à mulher que entrasse na Justiça contra seu patrão com base na igualdade de direitos entre homens e mulheres. "Tal como proposto, o comando estimularia o ajuizamento dessa espécie de ação como forma preventiva de se alcançar a estabilidade no emprego, o que, afinal, apenas teria efeito

contrário ao desejado, trazendo maiores restrições à empregabilidade da mulher", diz o texto que explica as razões do veto.

Outro dispositivo da lei — que, na prática, insere artigos na Consolidação das Leis do Trabalho — proíbe a publicação de anúncios de emprego nos quais haja referência ao sexo do trabalhador. Isto só poderá acontecer se a natureza da atividade exigir a discriminação de maneira "pública e notória". Também é vedado "recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa de trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez". Estas variáveis não poderão ser consideradas para fins de remuneração.

A nova lei garante ainda às empregadas grávidas a dispensa do horário de trabalho para realização de, no mínimo, seis consultas médicas e exames complementares. A empregada nesta situação poderá ainda pedir a transferência de função quando as suas condições de saúde exigirem. Ficará assegurada a retomada da função anterior assim que a funcionária retornar ao trabalho. Por fim, há um dispositivo que incentiva o aperfeiçoamento profissional de ambos os sexos para empresas com mais de 100 empregados. (A/B)



Nestor Müller
Rita Camata foi a autora da lei que facilita a entrada da mulher no mercado de trabalho

Mérito

Norte do Estado ganha incentivos

ZANETE DAGALTO - 08/03/99

Uma emenda da deputada Rita Camata permite que 27 cidades do Norte recebam mais recursos

O Congresso Nacional aprovou emenda, de autoria da deputada federal Rita Camata (PMDB), que beneficia municípios do Norte do Espírito Santo.

Ela apresentou essa emenda à medida provisória que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, no sentido de que 27 municípios do Norte sejam contemplados com incentivos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE).

A emenda foi aprovada na segunda-feira e vai beneficiar atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais, microempresas que utilizem matérias-primas e mão-de-obra locais, projetos de irrigação de produtores, associações e cooperativas.

Os incentivos, através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), serão concedidos já a partir da segunda quinzena deste mês, através de financiamento de projetos aprovados e de acompanhamento técnico, feito por profissionais do banco.

“Os 27 municípios já fazem parte da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A aprovação da emenda é uma vitória para o Norte do Estado”, afirmou Rita Camata.

Para explicar as linhas de crédito e a forma como os incenti-



Rita Camata: benefícios para miniprodutores rurais do Norte

vos poderão ser solicitados, cinco funcionários do BNB realizam visitas aos municípios, mantendo contato com produtores.

Os vereadores de Nova Venécia, por intermédio da deputada, estão solicitando ao BNB que instale uma agência no município para facilitar as negociações.

O presidente da Câmara Municipal de Nova Venécia, José Elias (PDT), disse que, apesar de a região contar com incentivos da Sudene e do FNE, os produtores consideram que as visitas dos técnicos do BNB são in-

suficientes para se conseguir uma boa negociação.

Outro problema apontado por ele diz respeito à elaboração de projetos. Segundo Elias, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Espírito Santo (Emcaper) está sem condições de elaborá-los por falta de técnicos e agrônomos.

O gerente do BNB, responsável pelos agentes de desenvolvimento, Sebastião Gonçalves dos Santos, disse que a instalação de uma agência na região está descartada.

PANORAMA POLÍTICO

Missão Maciel

Indiferente à pé de cal lançada pelo presidente da Câmara, Michel Temer, o vice-presidente Marco Maciel prosseguiu nas articulações em busca de consenso sobre a reforma política. Almoçou ontem com o senador Antônio Carlos Magalhães, de cujo apoio dependem os projetos que estão no Senado ACM. Acha a reforma necessária, mas é contra o financiamento público de campanhas.

É também contra a convocação extraordinária do Congresso em julho para tratar do assunto. Mas nem Maciel nem o PT, no momento os protagonistas mais envolvidos com a questão, defendem agora esta ideia, que andou circulando. Amanhã, Maciel reúne-se com outros líderes do PFL, com o mesmo sentido de missão: viabilizar as reformas políticas.

É claro que uma conversa entre dois grandes blocos do PFL, como ele e ACM, que pousam na mesma árvore mas não no mesmo galho, não gira só sobre essa reforma: um tanto utópica que Maciel agora tenta pegar à unha. Mas é deste tema, naturalmente, que ele preferia tratar após o almoço, no gabinete.

Fala com indistinta satisfação do encontro que teve com a cúpula do PT na semana passada. Passa longe da pergunta sobre o que fez com que ele consiga dialogar com a oposição, e não o presidente FH. Sai por outro lado.

É justo reconhecer que o PT, hoje, é um partido com projeto de poder. Um partido com reais possibilidades de vir a governar o Brasil. Logo, tem interesse na governabilidade e trata da reforma política com responsabilidade.

A questão social e a estabilidade política, diz ele, são hoje os dois problemas cruciais do Brasil. A estabilidade e o melhor funcionamento das instituições, são alcançáveis com mudanças no sistema político, ajudadas, e muito, no enfrentamento da questão social.

O ponto talvez mais rele-



Dedução de repouso pefelista. ACM e Marco Maciel devem ter tratado ontem da candidatura de Sarney, do PMDB, à presidência do Senado. ACM quer apoiá-la. Contra Jader Barbalho.



O que se faz

De Genebra, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, diz que nunca o Brasil teve tão boa presença na reunião anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Não responde a nenhuma acusação na agenda negativa. Pelo contrário, diz o ministro. Ontem, o Brasil e mais 27 países foram homenageados como os únicos a adotarem, até agora, a Resolução 282, a que pune e proibe qualquer forma de trabalho degradante. Dornelles discursou hoje, destacando mudanças na legislação, o programa de combate ao trabalho infantil e o treinamento de três milhões de trabalhadores no ano passado.

Reação aos alertas

É bom ver o Governo ouvindo alertas, como o dos ambientalistas, feitos na semana passada. O ministro

■ cmagala@coluna.com.br ■ www.boltopico.com.br

vante da lista de propostas - o financiamento público de campanhas - encontrou a oposição, também relevante, de ACM. O senador acha que a população não aprovará o gasto de dinheiro público com política, em sentido menor. E que o dinheiro das empreiteiras continuará irrigando campanhas. A resistência deve existir, mas pode ser superada, diz o vice. Os outros pontos, sabe-se, são a fidelidade partidária, a votação em lista para a escolha de deputados, o fim das coligações em eleições proporcionais e, aquela que a oposição repele, a exigência de um desempenho mínimo dos partidos nas eleições.

Este ano ainda pode se votar algo? Maciel acha que o ano será necessariamente perdido por conta do pleito municipal. Se os principais atores quiserem, poderão organizar um calendário que permita o debate e a tramitação, ficando apenas a votação para depois.

Mas viu-se ontem mesmo que um importante ator, Michel Temer, não está com o mesmo empenho neste assunto. Nem seu partido, o PMDB. E o PFL, em 2002? Terá candidatura própria, responde o vice de pronto. Se a eleição fosse hoje, o candidato de presidente ou de um dos partidos que o apoiam não enfrentaria uma situação muito adversa? Admite que sim, que o Governo perdeu popularidade, mas não a credibilidade. Que é ainda possível reconquistar o apoio majoritário da população. Mas esta parte da conversa não lhe agrada. Ou não convém a um vice discreto como ele só.

Sindicatos dão ultimato ao Governo estadual

As entidades ameaçam dar dossiê ao Banco Central se o Palácio não pagar juros do rotativo

VERMILHA FERNANDES

A Intersindical do Serviço Público Estadual deu um ultimato ao Governo do Estado. Se até às 12 horas de hoje não for negociada uma solução para o pagamento integral dos juros do crédito rotativo, um representante do movimento sindical entregará hoje, ao Banco Central, um dossiê contendo toda a história do empréstimo.

A operação financeira, que ficou conhecida como rotativo, foi realizada no final de 1998. Como não tinha dinheiro para quitar os salários dos servidores, o ex-governador Vítor Biaziz abriu uma espécie de cheque especial com o valor do salário do servidor

junto ao Banestes. Metade dos juros do empréstimo, referente à remuneração de outubro daquele ano, seria assumida pelo Governo, e o restante pelos servidores. A dívida, que no final do ano passado chegava à casa dos R\$ 64 milhões, acabou se transformando numa disputa judicial que ainda não teve solução.

"Nós não temos mais nada a perder. Já recorremos a todas as instâncias tentando negociar o pagamento integral dos juros do rotativo pelo Governo, mas, até agora nada. Diante disso, decidimos denunciar todo o esquema envolvendo o Banestes e o Governo do Estado na concessão do empréstimo", disse o presidente do sindicatistas e um dos coordenadores da Intersindical, Haylson de Oliveira.

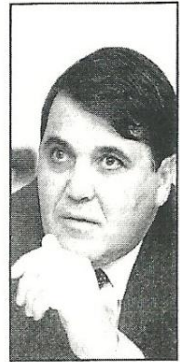
O movimento sindical solicitou a intervenção do Banco Central, como instituição reguladora e fiscalizadora do sistema financeiro, para que verificasse a legalidade da operação, o envolvimento da diretoria do Ba-

nestes e das últimas duas administrações estaduais, de Vítor Biaziz (sem partido) e José Ignácio Ferreira (PSDB).

Anexos

As entidades, assinado por cinco dos sete sindicatos que compõem a Intersindical, foram anexadas às leis aprovadas pela Assembleia Legislativa, que tratam do assunto, além de extratos bancários e reportagens publicadas nos jornais locais. Uma cópia do relatório será entregue ainda ao Ministério Público Federal, também em Brasília.

A entrega do documento será comunicada aos servidores públicos estaduais em ato público a ser realizado pela categoria, às 13 horas de hoje, na Praça Otto. "O presidente do Banestes, Desde-te Lorenção, se prontificou a articular uma reunião com o Fazenda e o próprio banco, para discutirmos o assunto. Se tal não acontecer até o meio-dia de hoje, vamos entregar o dossiê", acrescentou Oliveira.



Desde-te Lorenção será procurado por sindicalistas

Seis concorrem à vaga no TJ

O procurador-geral da Justiça de Comas, Wolmar Bermudes, anunciou ontem os nomes dos inscritos para formar a lista sêxtupla em que serão designados os candidatos à nova vaga de desembargador do Tribunal de Justiça (TJ). Como só seis pessoas se inscreveram, todos tomarão parte da lista que será encaminhada ao Tribunal.

Os nomes dos procuradores que vão compor a lista sêxtupla são Sérgio Luiz Teixeira Camata, Sérgio Bário Machado, Miriam Silveira, Ulysses Gusman, Eley de

Souza e Ronald de Souza. A vaga foi aberta com a aposentadoria compulsória do desembargador Geraldo Correia Lima, que completou 70 anos no último dia 23.

O prazo de inscrições para os nomes que vão compor a lista terminou às 18 horas de segunda-feira. Segundo o procurador-geral, que também é o presidente da Comissão Eleitoral para a formação da lista sêxtupla, os procuradores estão de acordo com as exigências da Constituição Federal para a ocupação do cargo. Todos têm mais de 35 anos de

idade e menos de 60, e já atuam há mais de 10 anos no Ministério Público. "Os membros da comissão eleitoral vão se reunir hoje para apreciar os pedidos de inscrição, mas já posso adiantar que todos serão deferidos", assinalou Bermudes.

Publicação

Após o deferimento dos pedidos de inscrição, os nomes dos inscritos serão publicados no Diário Oficial de amanhã, conforme adiantou Bermudes. Depois disso, será marcada a

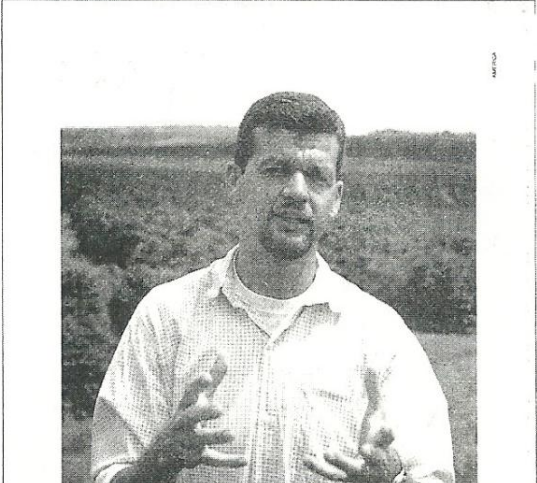
eleição dos nomes da lista. Embora só seis procuradores tenham feito a inscrição para a lista sêxtupla, o presidente da Comissão Eleitoral explicou que a eleição é obrigatória.

"É uma exigência legal. Além disso, é preciso determinar o número de votos que cada um teve", detalhou. Bermudes afirmou ainda que a eleição deverá ser na sexta-feira da próxima semana. Todos os promotores e procuradores do Ministério Público podem votar na eleição para a composição da lista.

Avaliação destaca Rita e Hartung

Brasília - Sucursal - A sétima edição da série "Os Cabeças do Congresso Nacional", publicada anualmente pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e que será divulgada no final deste mês, terá na lista dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional o nome do senador Paulo Hartung (PPS) e da deputada Rita Camata (PMDB). O resultado não muda em relação ao ano passado, quando os dois representantes capixabas já constavam na pesquisa do Diap.

A antecipação do nome dos dois parlamentares do Espírito Santo foi feita, ontem, pelo conselheiro do órgão, Renato Revoredo Kuneri. Paulo Hartung, líder do PPS no Senado, é definido pelo Diap como um político criativo, ousado e bom articulador. Em relação à Rita Camata, o Diap a tem como excelente articuladora e formuladora de projetos de lei.



Avaliação destaca Rita e Hartung

Brasília - Sucursal - A sétima edição da série "Os Cabeças do Congresso Nacional", publicada anualmente pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e que será divulgada no final deste mês, trará na lista dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional o nome do senador Paulo Hartung (PPS) e da deputada Rita Camata (PMDB). O resultado não muda em relação ao ano passado, quando os dois representantes capixabas já constavam na pesquisa do Diap.

A antecipação do nome dos dois parlamentares do Espírito Santo foi feita, ontem, pelo conselheiro do órgão, Itamar Revoredo Kunert. Paulo Hartung, líder do PPS no Senado, é definido pelo Diap como um político criativo, ousado e bom articulador. Em relação à Rita Camata, o Diap a tem como excelente articuladora e formuladora de projetos de lei.

Luiz Paulo mantém liderança

[VITÓRIA] NA PESQUISA REALIZADA PELO INSTITUTO FUTURA PARA A REDE GAZETA, O ATUAL PREFEITO POSSUI 61% DAS INTENÇÕES DE VOTO

Andréia Lopes

O prefeito de Vitória, Luiz Paulo Velloso Lucas (PSDB), candidato à reeleição, possui 61% das intenções de voto, segundo uma pesquisa elaborada pelo Ibope para a Rede Gazeta. A coleta dos dados foi feita entre os dias 11 e 13 de agosto, com 400 eleitores da capital. Os números mostram que, se as eleições fossem hoje, Luiz Paulo seria reeleito no primeiro turno.

O deputado federal Nilton Balano (PPB) e o presidente da Câmara de Vitória, Huguinho Borges (PMDB) apareceram em seguida, empatados tecnicamente com 9% e 7% das intenções de voto, respectivamente.

A candidata do PT, Iriny Lopes, teve o nome apontado por 2% dos entrevistados. Os que não sabem ou não opinaram representam 12%. Outros 10% disseram que votariam em branco ou nulo.

Esses dados foram coletados na pesquisa estimulada, quando o Instituto mostrou aos entrevistados a relação com o nome de todos os candidatos que concorrem à prefeitura da capital.

Na menção espontânea, as intenções de voto de Luiz Paulo caem para 40%, mas ele continua na liderança, segundo o Ibope. Balano e Huguinho empatam novamente com 4%, cada um, das intenções de voto. Iriny Lopes não foi citada pelos entrevistados. O número de indecisões na

menção espontânea cresce para 44%, enquanto o índice de votos branco e nulo é de 8%.

O Ibope listou o nome de todos os candidatos e perguntou aos entrevistados em quais eles nunca votariam. A candidata mais apontada (35%) foi a petista Iriny Lopes. A maior rejeição de Iriny (39%) está entre os entrevistados que ganham entre dois e cinco salários mínimos.

A rejeição de Nilton Balano é de 26%, e a de Huguinho, de 25%. Os que não votariam em Luiz Paulo representam 12% dos entrevistados. Os que não opinaram representam 27%, enquanto 8% disseram que "podem votar em qualquer um".

O Ibope também perguntou aos eleitores da capital quem eles acham que vai ganhar a eleição. Segundo a pesquisa, 71% prevêm que Luiz Paulo será reeleito. A maioria daqueles que acham que Luiz Paulo vai ganhar a eleição (85%) possui curso superior completo ou incompleto.

Para 7% dos entrevistados, o prefeito será Nilton Balano, e para 6%, Huguinho Borges ganhará a eleição. Os que não sabem ou não opinaram representam 17%. O nome da candidata Iriny Lopes, segundo o Instituto, constava no material apresentado aos entrevistados, porém, não foi citado por nenhum deles. O intervalo de confiança estimado da pesquisa é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 4,9 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Para eleitor, honestidade é característica essencial

Para a maioria dos eleitores da Capital (63%), a principal característica que um candidato deve ter é a honestidade. Em seguida é a competência, apontada por 36% dos entrevistados, e a atenção que ele dá ao povo (34%).

O Ibope listou 16 qualidades que as pessoas costumam levar em conta na hora de votar para prefeito. Para 21% dos entrevistados, o candidato deve ser a favor dos pobres, e 17% acham que o político deve ser bem relacionado para viabilizar medidas benéficas.

A minoria considera importante um candidato que seja a favor dos funcionários municipais, que seja a favor do governador do Estado ou que seja novo na política.

Dos 400 entrevistados, 55% estão muito interessados ou possuem interesse médio pelas eleições de 1º de outubro. Outros 45% apresentam pouco ou nenhum interesse pelo pleito. Apenas 1% não sabe ou não respondeu. Dentre os "muito interes-

sados", a maioria (30%) possui o ginásio completo ou incompleto. Nesse grupo, 23% possuem renda familiar superior a cinco salários mínimos.

Saúde e desemprego

O Instituto listou, ainda, 17 áreas em que as pessoas vêm enfrentando problemas de maior ou menor gravidade e pediu que o entrevistado indicasse quais delas provocam maior preocupação. A saúde foi apontada pela maioria (62%) dos entrevistados, seguida do desemprego (59%), segurança pública (53%) e educação (42%).

Dentre aqueles que apontaram a saúde como o maior problema, 63%, ou seja, a maioria, possuem renda familiar de dois a cinco salários mínimos. O desemprego foi apontado, principalmente (62%), por aqueles que recebem até dois salários mínimos. A maioria (63%) daqueles que apontaram a segurança como o maior problema possui renda familiar superior a dois salários mínimos.



A deputada estava muito feliz: "Quería que todas as mães pudessem ter a mesma graça de ter um filho saudável"

[NASCIMENTO]

Rita e Gerson Camata comemoram a chegada do novo herdeiro

O mais novo herdeiro da família Camata nasceu na tarde de ontem, às 13h05, na Maternidade Santa Úrsula, em Vitória. Com 50,5 centímetros e pesando 3,655 quilos, Bruno é "um meninão", segundo o pai, o senador Gerson Camata (PMDB).

"Tranquilo e saudável, graças a Deus, tem olhos azuis como os avós", revelou o senador, cheio de cuidados para evitar que o filho "pegue gripe", e mal conseguindo disfarçar a alegria. "A Rita ficou muito emocionada, chorou mais do que o bebê", observou o senador.

"A emoção é muito grande, não dá para conter. Quería que todas as mães pudessem ter a mesma graça de ter um filho saudável. E muito

bom", acrescentou Rita, de 39 anos, que aguardava para o início da noite de ontem a chegada de sua filha, Enza Rafaela, de 14 anos, de Brasília.

Enza foi avisada no início da tarde de ontem, pelo pai, do nascimento de seu irmão. "Ela ficou eufórica, queria saber todos os detalhes, como ele era, e pediu para vir para Vitória ainda hoje (ontem). Ela desejava demais esse irmãozinho", contou o senador. Quanto ao futuro político de Bruno, "só Deus saberá", segundo Gerson. "O que desejo é que ele seja uma luz em nossas vidas".

Nome

A escolha do nome de Bruno vem sendo "debatida" na família

Camata há alguns meses. A preferência inicial dos pais era por Antônio, não aceita por Enza, e até Davi. "Quem acabou escolhendo foi meu afilhado, Felipe, filho de Evandro e Andressa Coser, que vão ser os padrinhos de Bruno. Toda vez que perguntávamos a ele como seria o nome do bebê ele dizia que era Bruno, e acabou sendo Bruno", contou o senador.

Há uma semana de completar nove meses de gravidez a deputada começou a sentir as primeiras contrações ainda na noite de segunda-feira. As 10 horas de ontem, com o aumento das contrações, ela foi encaminhada para a maternidade. A previsão é de que ela deixe a maternidade até amanhã cedo.

[O MESMO DE SEMPRE]

Propaganda começa na TV mas candidatos não apresentam novidades

O horário eleitoral gratuito começou ontem, com as propagandas dos candidatos a vereadores. Em 30 minutos de programa, os concorrentes a uma vaga na Câmara de Vitória não apresentaram muitas propostas diferentes de outros anos. A maioria repetiu bordões do tipo "saúde-educação-segurança". Mas também houve propostas curiosas, como a de um candidato que prometeu a construção de praças em todos os bairros da

capital para a prática de esportes.

Como em todas as eleições, este ano também apareceram candidatos com nomes peculiares e apelidos, como os candidatos Dr. Dirceu, Bofão, Passarinho, Otinho, Dominguiños, Gracinha, Zezé Bigode, Cabo Elton, Cirilo do Sabão e "Côco", entre outros.

Outro fato comum na propaganda política foram os representantes de entidades de classe, que se licen-

ciaram dos cargos para concorrerem à eleição. Foram mostrados representantes de diferentes categorias, como das marisqueiras e dos garçons. Também houve candidatas que prometeram defender os direitos das mulheres e da família.

Frases como "eleitor-amigo", "100 poder amigo emana do povo", "não às drogas", foram algumas dos slogans dos candidatos para atrair a atenção do eleitor.



Chico Mendes

A deputada estava muito feliz: "Quería que todas as mães pudessem ter a mesma graça de ter um filho saudável!"

[NASCIMENTO]

Rita e Gerson Camata comemoram a chegada do novo herdeiro

O mais novo herdeiro da família Camata nasceu na tarde de ontem, às 13h05, na Maternidade Santa Úrsula, em Vitória. Com 50,5 centímetros e pesando 3,655 quilos, Bruno é "um meninão", segundo o pai, o senador Gerson Camata (PMDB).

"Tranquilo e saudável, graças a Deus, tem olhos azuis como os avós", revelou o senador, cheio de cuidados para evitar que o filho "pegue gripe", e mal conseguindo disfarçar a alegria. "A Rita ficou muito emocionada, chorou mais do que o bebê", observou o senador.

"A emoção é muito grande, não dá para conter. Quería que todas as mães pudessem ter a mesma graça de ter um filho saudável. É muito

bom", acrescentou Rita, de 39 anos, que aguardava para o início da noite de ontem a chegada de sua filha, Enza Rafaela, de 14 anos, de Brasília.

Enza foi avisada no início da tarde de ontem, pelo pai, do nascimento de seu irmão. "Ela ficou eufórica, queria saber todos os detalhes, como ele era, e pediu para vir para Vitória ainda hoje (ontem). Ela desejava demais esse irmãozinho", contou o senador. Quanto ao futuro político de Bruno, "só Deus saberá", segundo Gerson. "O que desejo é que ele seja uma luz em nossas vidas".

Nome

A escolha do nome de Bruno vem sendo "debatida" na família

Camata há alguns meses. A preferência inicial dos pais era por Antônio, não aceito por Enza, e até Davi. "Quem acabou escolhendo foi meu afilhado, Felipe, filho de Evandro e Andressa Coser, que vão ser os padrinhos de Bruno. Toda vez que perguntávamos a ele como seria o nome do bebê ele dizia que era Bruno, e acabou sendo Bruno", contou o senador.

Há uma semana de completar nove meses de gravidez a deputada começou a sentir as primeiras contrações ainda na noite de segunda-feira. Às 10 horas de ontem, com o aumento das contrações, ela foi encaminhada para a maternidade. A previsão é de que ela deixe a maternidade até amanhã cedo.



Rita quer aumentar a cota de candidatas para 50%



Luiza Toledo e Fátima Couzi

As tucanas Fátima e Luiza defendem que mulheres 'devem votar em mulheres' e acreditam que será preciso 'um trabalho de comadre' para conscientizá-las para a política



Fátima Couzi: 'A mulher é menos corrompida'

Mulheres lutam para conquistar voto feminino

VALMIRA FERREZ

A conquista do voto feminino é a maior bandeira das mulheres nesse final de século. 68 anos após terem garantido o direito de votar. As capixabas que já passaram pelo crivo das urnas são unânimes em afirmar: mulher não vota em mulher. Para mudar esse quadro, assimilar não bastará apenas reservar uma cota maior de vagas nas listas de candidatas a cargos eletivos municipais, estaduais e federais, conforme proposto pela deputada federal Rita Camata (PMDB-ES), em projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados no início deste ano.

Será preciso um grande trabalho para estimular as mulheres - que representam 51% da população brasileira e 49% do eleitorado do país - a participarem efetivamente da política. Se isso não for feito, e rapidamente, assinala a única deputada estadual nessa legislatura, Fátima Couzi (PSDB), as próximas eleições vão registrar um número reduzido de candidatas eleitas.

"O que está faltando é uma conscientização maior da própria mulher, que está desorientada, desorientada com a política, mas que precisa acreditar que ela é capaz. Daí a importância de uma campanha de conscientização pelo voto feminino, um trabalho de comadre mesmo. Mulher precisa acreditar em mulher, precisa apoiar outra mu-

lher, precisa acreditar que somos capazes, que temos força para mudar uma estrutura que nos é desastrosável. Precisa votar em mulher e garantir a presença feminina nas câmaras, na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, além dos cargos no Executivo", conclama Couzi.

Revolução

A conquista do direito ao voto - garantido em 24 de fevereiro de 1932 - foi uma grande revolução que possibilitou, segundo a conselheira-diretora da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB-ES) e membro do Fórum das Mulheres, Ivone Vilanova, inúmeras outras vitórias. "Ela conquistou diversas garantias, como sua inserção no mercado de trabalho, além de reivindicar direitos trabalhistas, e passou a lutar por igualdade profissional com os homens. Foi a partir desta data também que se verificou um grande crescimento nos movimentos de mulheres no país inteiro", conta.

As dificuldades, no entanto, ainda são grandes. Ao contrário dos representantes do sexo masculino, as do sexo feminino que

enfrentam o mercado de trabalho e os quadros políticos têm que superar uma série de obstáculos, tais como dupla e, às vezes, até tripla jornada, discriminações diversos, e a falta de apoio dos parceiros e, até mesmo, da família.

"Ainda é uma grande luta para a mulher chegar ao poder, seja no mercado privado ou no público. Não é brincadeira. Não podemos nos afastar de uma tripla jornada de trabalho que acaba dificultando o abraçar de uma

luta partidária, e sem paixão não se faz política", assinalou Luiza Toledo, primeira capixaba e primeira tucana no país a ocupar uma vaga no Senado Federal, e ex-vice-prefeita de Vitória.

Pesquisa

Por outro lado, acrescenta a senadora, que também é presidente regional do PSDB, a sociedade vem cobrando uma maior participação da mulher, principalmente na política.

MUDANÇA

Rita quer igualdade de oportunidades

Um projeto da deputada federal Rita Camata (PMDB-ES), proposto no início deste ano, pretende ampliar o percentual de participação feminina nas listas de cargos eletivos municipais, estaduais e federais, dos atuais 30% para 50%. Na justificativa da mensagem, Rita assinala que "apesar do crescimento da presença das mulheres nas organizações da sociedade civil, a ainda reduzida participação feminina no âmbito dos partidos políticos, no Parlamento e nos altos cargos do Executivo e do Judiciário". Se aprovada, a mudança deverá ser aplicada nas eleições de 2002. Os partidos que não cumprirem o objetivo sofrerão sanções que vão de uma multa de 30 mil dólares a perda de 50% das candidaturas a que terão direito de apresentar. De acordo com a deputada, na justificativa de seu projeto, "para se vencer a exclusão são necessários mecanismos que proporcionem igualdade de oportunidades, ficando claro que não se está propondo proteção à mulher, mas consentindo a exclusão de pessoas, simplesmente porque são mulheres".

"Uma pesquisa realizada recentemente pela Vox Populi/CNT (Confederação Nacional dos Transportes) é um exemplo claro disso. A mulher foi apontada como a mais confiável, mais honesta, mais competente, mais firme, mais capaz e mais responsável. E ainda, na ocupação de cargos públicos os entrevistados as elegeriam prefeitas, governadoras e até presidente do país. Isso é para ser comemorado e mostra que há um espaço que precisa ser ocupado", assinala a senadora.

A ex-deputada federal Edelvalda Grassi atribui essa tendência ao fato de a mulher abraçar as causas com mais afinco e ser menos sujeita à corrupção. "A mulher é menos corrompida e só luta por determinadas causas. Também não entra em certos jogos, negociações que os homens são mais inclinados. Ela não caminha com esse tipo de atitude que é mais facilmente aceita pelos homens", acredita.

Por outro lado, esse comportamento acaba criando algum tipo de dificuldade, avalia Grassi, principalmente na hora de obter recursos para o financiamento

das campanhas. "Podem ter certeza: tem muita diferença entre uma campanha de mulher e a de um homem", afirma Grassi.

Discriminação

Mas, nem mesmo depois de eleita, afirma Fátima Couzi, a discriminação não acaba. "Meu dia-a-dia não é fácil nessa Casa (Assembleia), com 29 deputados. Sou assídua, participo das comissões, tenho grande responsabilidade com meu mandato, mas sofro discriminação diariamente. Não se caíam de dizer: 'Ela é pra frente', ou 'Lá vai ela'. Sou pra frente mesmo, nem melhor nem pior do que ninguém, mas estou presente em todos os cantos nesta Casa", enfatiza Fátima, que não deixa de frequentar nem mesmo o banheiro da presidência da Assembleia, onde, por falta de espaço, os deputados se reúnem para discutir a aprovação de projetos com mais privacidade.

Essas barreiras, no entanto, não devem impedir as mulheres de se candidatar, garantem as capixabas que possuem ou já possuem a frente de um mandato parlamentar. "Tão cedo não as mulheres que tem a desconfiança dos homens", afirma Grassi, que pretende disputar uma nova eleição "em breve".

Capixaba foi primeira deputada

Ela tinha fama de ser firme, combativa e de não "arrear o pé de suas convicções". A primeira deputada estadual eleita no país, a capixaba Judith Ribeiro Castelo, morreu em 1994, deixando um legado político e social que ainda inspira as mulheres que lutam por igualdade profissional e política.

"Ela autora de projetos políticos. Guardo em minha casa um deles até hoje. Com ela não tinha discriminação, não tinha dificuldade. Era boa de briga. Era a sustentadora em várias campanhas e sei do que falava. Nunca recuou em nada e nunca se afastou de seus pontos de vista. Enfrentava qualquer palanque", recorda Dirceu Cardoso, 83 anos, ex-deputado estadual e ex-executor.

Como única mulher na Assembleia, também enfrentou suas dificuldades e as famosas brincadeiras dos "colegas" deputados.

Ela mesma revelou, em entrevista à A Gazeta, em 1978, que recebeu dos parlamentares o apelido de "galinha chocada" por ocupar uma posição carente na Assembleia Legislativa. "Quanto mais chocada aqui é de quem é eleito".

Judith iniciou sua vida política em 1933, quando seu irmão, Rômulo Castelo lançou sua candidatura. Apesar da expressiva votação, não conseguiu ser eleita. No entanto, não pôde tomar posse. Um ano depois, voltou a se candidatar, pelo Partido Social Democrático (PSD), tendo sido eleita para a sua primeira legislatura. Nos anos seguintes foi sucessivamente reeleita, até 1964, quando abandonou a política.

Em 1981, em entrevista concedida à A Gazeta, ela revelou: "Foi uma fase ótima, com muitos projetos úteis para o homem da campanha e o filho do detento, e a criação

do Instituto de Educação. Sal-pobre, com Cr\$ 4 mil no banco". Foi nesse ano que ela também rompiu uma outra barreira para as mulheres, ao tentar posar na Academia Capixaba de Letras, sendo a primeira mulher a ocupar uma cadeira naquela casa.

Exclusividade

Ao contrário das atuais parlamentares capixabas, Judith não defendia a exclusividade do voto feminino para as mulheres. "Muita não tem vontade, quer nos ajudar, mas não quer trabalhar pelo bem comum", assinala a ex-deputada em outra entrevista ao mesmo jornal, em 1978.

Dentre os projetos apresentados por Judith destaca-se o "90/90", que concedia licença de quatro meses, com direito a remuneração, às servidoras gestantes, sem discriminação de categoria ou função. Em vários

momentos também assegurou a construção, reforma e ampliação de escolas em diversos municípios capixabas. Uma boa parte de seus projetos também foi dedicada a obras no município de Serra, onde nasceu e iniciou sua vida política.

Outra personalidade feminina importante na história capixaba nasceu em Guaçu, Emiliana Emery foi a primeira brasileira a ter um título de doutora. Ela será homenageada, por intermédio de uma lei, no dia 1º de março, na Assembleia das Mulheres em março em comemoração a ser realizada na Assembleia Legislativa, em sua nova sede, na Avenida do Sul.

"Não podíamos deixar passar em branco um pedágio tão importante da história do Estado, principalmente para as mulheres, e em particular para mim, como única deputada e também de Guaçu", contou Fátima Couzi.



Combativa

Judith Ribeiro chegou à Assembleia em 1944 e deixou-se por quatro mandatos consecutivos

MUDANÇA

Rita quer igualdade de oportunidades

Um projeto da deputada federal Rita Camata (PMDB-ES), proposto no início deste ano, pretende ampliar o percentual de participação feminina nas listas de cargos eletivos municipais, estaduais e federais, dos atuais 30% para 50%. Na justificativa da mensagem, Rita ressalta que, "apesar do crescimento da presença das mulheres nas organizações da sociedade (...), ainda é reduzido o número de mulheres na direção dos partidos políticos, no Parlamento e nos cargos do Executivo e do Judiciário". Se aprovada, a mudança deverá ser aplicada nas eleições de 2002. Os partidos que não cumprirem estarão sujeitos a punições que vão de uma multa de 30 mil Ufirs a perda de 50% das candidaturas a que teria direito de apresentar. De acordo com a deputada, na justificativa de seu projeto, "para se vencer a exclusão são necessários mecanismos que proporcionem igualdade de oportunidades, ficando claro que não se está propondo proteção à mulher, mas contestando a exclusão de pessoas simplesmente porque são mulheres".

MULHERES lutam para conquistar o voto feminino. A Gazeta, Vitória (ES), 20 de fevereiro de 2000, p. 6.

COLUNA DA FÉ

Altas reflexões sobre o Jubileu 2000

Um timo de peso escreve vários artigos para a revista *Portus*, dos missionários jesuítas italianos, em uma série dedicada a sondar a opinião de diversas personalidades do mundo intelectual e pastoral a respeito do Jubileu. Foram reunidos no livro *O Grande Jubileu do Ano 2000* (152 páginas), lançado pela Paulinas. O plano geral da obra está no subtítulo: "A fé, a vida, a cultura, a perspectiva crítica e o horizonte universal".

O livro traz um debate franco e crítico sobre os temas da fé e da nova evangelização, partindo de um balanço histórico destes dois mil anos do anúncio da salvação e na perspectiva dos desafios que se colocam para a Igreja no limiar

do terceiro milênio. Entre os 19 autores, dois nomes muito conhecidos dos brasileiros: D. Paulo Evaristo Arns e D. Heidegger Chizzari. Na introdução, Bartolomeu Sorge aponta o Jubileu do ano 2000 como uma tentativa de superação da polaridade entre teologia, política e movimentos de tendência inímicista. Há também a palavra de um rabino, um professor de Japão e de um católico da Itália (Gianfranco Razzari), que descrevem a característica de peregrinos, comuns aos cristãos. Na segunda parte, o questionamento de um professor de história. O terceiro grupo de artigos trata do assunto na perspectiva latino-americana. O quarto se ocupa do Jubileu na Ásia e na África.

MENSAGEM
Bom é louvar o Senhor e cantar salmos ao teu nome, ó Altíssimo. (Salmo 91:1)

Militar evangélico

O X Congresso Nacional da União dos Militares Evangélicos do Brasil será em Casaguará, em julho do ano que vem. Lançamento oficial marcado para quarta-feira, às 18h30, no auditório do Hospital da Polícia Militar (HPM), em Vitória.

Em Santa Mônica

Uma missa festiva faz parte da comemoração dos 20 anos de existência da Igreja Católica em Santa Mônica. Domingo, às 18 horas, presidida pelo bispo auxiliar D. Odilone Moreira. Quinta-feira, a partir das 20h30, apresentação gospel, com a cantora Lauriete, banda e teatro.

PONTOS DE LUZ

RÉPLICA DA CRUZ DA PRIMEIRA MISSA - Continua hoje em Lufthansa a programação em torno da peregrinação da réplica da cruz da Primeira Missa no Brasil e da imagem de N. S. Aparecida. Na CEB São Francisco de Assis (Capão da Meia),

RÉPLICA DA CRUZ DA PRIMEIRA MISSA II - Programação, em Lufthansa, às 19h, missa, com bênção das famílias e do documento programático, às 19h30, celebração com a comunidade, às 20h, terço, às 20h30, celebração de adoração da Santa Cruz, às 21h30, missa, com a participação dos alunos da terceira idade. Celebração da saúde e dos enfermos, às 22h, celebração do Anjo da Guarda e despedida da imagem e da cruz, com cantata para a Paróquia São Pio X, em Interlagos.

■ Fax para a coluna: 3233-2222 e e-mail: colunadafed@revistaabaz.com.br - tel. 323-8013, após 18h

BACHELAR EM TEOLOGIA - A Faculdade de Educação Teológica Léguas, anuncia o próximo módulo para o Bacharel em Teologia. Começa amanhã e vai até sábado. Será na Igreja Assembléia de Deus no Parque Mosquito, que fica na Rua Marcondes de Souza, 140, Tels. 336-9013 e 343-8084.

MISSA NA IGREJA SÃO GONÇALO - Hoje, às 18 horas, em substituição de todos os irmãos e famílias falecidas, da Venerável Anacoreta de Nossa Senhora do Bom Morir e Assuagem, fica na Cidade Alta, no Centro de Vitória.

FOR MAG E MELHORES EMPREGOS - Vigília da Pastoral Operária, na Praça da Catedral, em Vitória, sexta-feira. Depois da missa às 18h, com uma participação dos melhores, pastores e sindicalistas.

Gravidez após 35 anos ainda é muito arriscada

As mulheres devem adotar cuidados extras porque há riscos para elas e para os bebês



Mariê Campinho de Souza, com o irrequieto João Lucas, diferente dos irmãos mais velhos que influenciaram seu comportamento e ajudaram na criação.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho causou uma revolução na concepção de estrutura familiar. Hoje, a jovem deseja cursar uma faculdade, aprender idiomas no exterior, tornar-se independente, adiar ao máximo o matrimônio e a responsabilidade de gerar e educar um filho.

Trata-se de um processo irreversível na atualidade. Hoje são milhares de mulheres em busca da conquista de seu espaço num mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Amparadas na descoberta de novas técnicas médicas que possibilitam levar adiante uma gravidez com sucesso, concebendo um bebê saudável, não são poucas as que decidiram adiar o projeto de ter filhos para quando o "momento certo" chegar.

Hoje, para diversas profissionais liberais e donas de casa, a "ocasião adequada" para engravidar pode vir após os 35 anos, quando constatarem que estão no auge do amadurecimento pessoal e profissional. A decisão por uma gravidez tardia, no entanto, deve ser planejada e acompanhada por um médico, em vez de ser um ato impulsivo.

Diferenças

também no grupo de risco as gestantes diabéticas, hipertensas, portadoras de doenças cardíacas e renais, que apresentam problemas na placenta e que já tiveram um bebê natimorto em qualquer época da vida.

Riscos

Hoje não são poucas as mulheres com mais de 35 anos, dispostas a conceber a seu filho. Celebidades como as apresentadoras Xuxa e Bibi Figueiredo, a atriz (Lizy) e a cantora Madonna obtiveram filhos durante a gravidez e na hora do parto, concebendo "pimpolhos" saudáveis e fortes.

Apesar da evolução da Medicina, as futuras mães estão arriscando a sua saúde e do seu bebê, uma vez que terão que conviver, por nove meses, com uma gravidez de risco, conforme adverte a ginecologista e obstetra Angelis Desiré Jareski. Entram

Novo diagnóstico

A técnica do rastreamento pré-natal possibilita um diagnóstico precoce mais preciso de algumas doenças surgidas durante a gravidez. As patologias detectadas pelo exame são a Síndrome de Down e as malformações do tubo neural - deficiências na medula espinhal e no cérebro. O exame consiste na coleta de sangue da veia da gestante. O líquido, submetido à análise bioquímica conjuntamente com os dados clínicos da paciente - idade, peso e idade gestacional - será capaz de estimar o risco da ocorrência de enfermidades. O teste proporciona segurança à gestante, uma vez que o risco de o feto apresentar a síndrome aumenta com a idade materna. Por exemplo, há o risco de surgir um caso entre 380 gestações aos 35 anos e um caso entre 30 gestações aos 45 anos.

Independência

"Independente". Essa foi a palavra que Mariê usou para definir a personalidade forte do caçula da família. Ela confirmou que nasceu de uma mãe entre de 35 e 40 anos e de um pai de 35. "Como os dois irmãos protegem e acobertam os erros, João se sente no direito de abusar da liberdade", declarou. Ela considera que o comportamento agitado, autêntico e, às vezes, explosivo de João, é um decréscimo da grande inteligência de idade do pequeno em relação aos irmãos.

Uma gestação tranquila aos 38

Diz o médico que ser mãe é possível na terceira idade. Indicações para mulheres que se permitem gerar filhos após uma idade considerada avançada. Todas as entrevistadas são unânimes em afirmar que ser mãe aos 35, aos 38 ou aos 40 anos "é uma graça concedida por Deus".

Mariê Campinho de Souza, de 41 anos, residente no bairro Cascal, Vila Velha, que planejou a gravidez e deu à luz ao terceiro filho aos 38 anos, afirmou que o período dos nove meses de gestação foi uma

experiência ótima e tranquila. "Realizei todos os exames, além do pré-natal. O parto, que foi normal, não teve complicações. O acompanhamento médico e o apoio familiar foram fundamentais", contou Mariê, que é mãe do irrequieto João Lucas, de três anos; de Cecília, 12 e Tiago, com 16 anos.

Mariê relatou que o plano de engravidar sempre foi o de conceber três filhos. Porém, em razão da gestação numa idade avançada, ela procurou adotar certos cuidados com a alimentação,

Quatro meses mais saudáveis



Exemplo. Atriz da telenovela que criou a geração de quatro meses, Rita Camata gerou Bruno aos 39

A servidora do Tribunal de Contas do Espírito Santo, Márcia Gomes Garcia Moraes, de 42 anos, usufruiu, há três anos, de direito à licença maternidade, concedido à gestante sem prejuízo do emprego e do salário, no período de cento e vinte dias, de autoria da deputada federal Rita Camata. A parlamentar capixaba, aos 39 anos, deu à luz, na última terça-feira, ao segundo filho, Bruno.

"Os quatro meses são necessários porque é saudável para os primeiros contatos com o bebê", afirmou Márcia. Mãe das jovens Mariôli, de 12, e Janaina, de 15 anos, ela levou o maior susto quando soube que estava grávida da pequena Marina, hoje com três anos. "Não havia planejado a gravidez e a enarei como um desafio por causa da minha idade", relatou a mestradora do bairro Santa Mônica, em Vila Velha. O período de gestação não foi

tranquilo, segundo Márcia. Ela contou que ficou nervosa de levar adiante uma gravidez concebida numa idade avançada. Porém, o acompanhamento médico foi decisivo para lhe proporcionar segurança. Apesar de ter vivenciado um quadro formado por cólicas, insônia e enjoos, que marcaram a gravidez de Marina.

Qualidade do ar		
Estação	IQA	Poluente
Laranjeiras	66	O3
Carapina	38	PM10
Jardim Camburi	53	PTS
Encosta da Sui	55	PM10
Vila Velha-bes	42	O3
Carinica	71	PTS
Vila Velha centro		Em construção
Vitória centro		Em construção

Poluentes	
Q3	Crédito
PM10	Partículas inaláveis
SO2	Dióxido de enxofre
NO2	Dióxido de nitrogênio
HC	Hidrocarbonetos
PTS	Partículas totais em suspensão
CO	Monóxido de Carbono

IQA	
Índice de Qualidade do Ar	
Bom	0 - 50
Regular	51 - 100
Inadequada	101 - 200
Má	201 - 300
Péssima	301 - 400
Crítica	401 - 500

Quatro meses mais saudáveis



Chico Goedert
 Autora da lei que criou a licença de quatro meses, Rita Camata gerou Bruno aos 39

Exemplo

A servidora do Tribunal de Contas do Espírito Santo, Márcia Gomes Garcia Moraes, de 42 anos, usufruiu, há três meses, da licença à licença maternidade, concedido à gestante sem prejuízo do emprego e do salário, no período de cento e vinte dias, de autoria da deputada federal Rita Camata. A parlamentar capixaba, aos 39 anos, deu à luz, na última terça-feira, ao segundo filho, Bruno.

"Os quatro meses são necessários porque é saudável para os primeiros meses com o bebê", afirma Márcia. Mãe das irmãs Marisol, de 12, e Jasmim, de 13 anos, ela levou o maior susto quando soube que estava grávida da pequena Marina, hoje com três anos. "Não havia planejado a gravidez e a encarei como um desafio por causa da minha idade", relatou a moradora do bairro Santa Mônica, em Vila Velha. O período de gestação não foi

tranquilo, segundo Márcia. Ela contou que ficou receosa de levar adiante uma gravidez com tanta idade avançada. Porém, o acompanhamento médico foi decisivo para lhe proporcionar segurança. Apesar de ter vencido um quadro formado por cólicas, insônia e enjoos, que marcaram a gravidez de Marina.

Diferente das gestações anteriores, a terceira gravidez tornou-se um desafio que a mãe enfrentou até o fim. Apesar de as complicações terem permanecido após o nascimento da criança, principalmente no ato da amamentação, Márcia, hoje, é feliz por momentos de felicidade e ternura. "O importante é cercá-la de carinho e acompanhar sua evolução", acentuou.

Em casa cuidando de Bruno, a deputada Rita Camata está sentindo os benefícios da lei que criou e que tem beneficiado milhares de mães e bebês

PANORAMA POLÍTICO

Fernando e Mário

Entre tanta espuma política que flutuou nos últimos dias, apenas dois fatos, se se revelarem consistentes, têm importância na projeção do futuro. O PSDB avisou que não será mais o bom moço do bloco no poder e Fernando Henrique decidiu mudar de partido em relação ao PFL e a seu grande cacique, ACM. Mas é sempre bom lembrar o traço volátil da silhueta tucana, incluindo-se a de FH.

Mário Covas arranhava a fronteira do isolamento brigando por uma relação mais ativa e menos servil com o PFL. E com o apetite reservado aos pratos que chegam tarde que ele suborja a mudança do presidente. "Sem dúvida, Fernando está mais à vontade, mudou de tom, está mais afirmativo", Mário, que é como o chama o presidente, está gostando muito e não esconde. Dentre suas questões, feitas em voz alta ou em pensamentos, a mais recorrente foi sempre os excessos permissivos do PFL. O presidente não apenas concedeu como também justificou sua política. Foi com a percepção de que ACM mandava no Governo, letal para a imagem de FH.

Eu já brigava com Deus e o mundo rejeitando desastres e defendendo a autoridade do presidente. Fico feliz de saber mais que fazer isso - diz ele. Mas FH mudou ou é apenas uma variação de humor? Covas sabe apenas o que deseja. "O jogo consistia, que promete bons resultados, incluiu as condições políticas do presidente. Espero que ele continue cada vez mais afirmativo."

Recordo, como exemplo, a que FH fez na semana passada em São Paulo, a seu lado, falando sobre o aumento do salário-mínimo, segundo que a solução seria dada pelo ministro da Previdência, Waldeck Ornelas. Tito na pleura. O ministro, ligado a ACM, saiu na véspera com a declaração de que a Previdência não seria empilhão ao

aumento defendido por seu partido. Dependia de autorização da Fazenda. Covas vibrou com FH, que repetiria a reprimenda pública e em particular. O PFL defendeu a pele do ministro, que recolheu-se.

Mas a definição do salário-mínimo, Covas concorda, foi pautada pelo PFL, que já ganhara o fundo de combate à pobreza.

Outras forças políticas levantaram estas e outras questões e não foram ouvidas. Mas estou certo de que isso agora está mudando.

Paralelas, para outro final de mudança de FH em relação ao PFL, que não foi comovido por Covas. No ano da reação ao episódio PFL para a primeira posição na Câmara, o PFL atacava FH usando o mínimo e a energia das MP's como arma. No momento, fingendo esquecer-se da presença de um arauto pedroso, FH desafiou o exaltado com outro auxílio: estava comendo das radículas e impondo ao PFL a quem fêz fora. Não permitia a suspensão de qualquer participação da imprensa tucana. Se as associações continuassem, demitiria os pedreiros, por mais alto que fosse o caso do rompimento. Tucana, certamente, mas em alguma milícia a carreira obrigou ao PFL, que tentou o tom e buscou diálogo.

Atitudes assim de Fernando, Mário está adorando. O que o irrita agora é a suposta candidatura presidencial de Pedro Malan.

De Mário Covas sobre a candidatura Malan: "Não creio, não gosto, não apóio. Serrei contra". Nada pessoal. Considera apenas que Malan não olha nem vê o Brasil pelo ângulo que acha correto.

Salário mínimo, nova proposta

Está sendo concluído no Ministério do Trabalho um estudo propondo nova regra para o salário mínimo. Sugere que, em abril, o Governo baixe uma medida provisória estipulando o valor de referência, abaixo do qual ninguém pode ganhar. Ao mesmo tempo, mandaria um projeto de lei ao Congresso, alterando a CLT no que diz respeito ao valor unificado. Os Estados ficariam autorizados a conceder aumentos, por lei estadual de iniciativa do governador, um adicional segundo a peculiaridade e a situação da economia local. O adicional teria limite. Um exemplo com que se trabalha no estudo. Este ano o valor do salário-mínimo seria fixado em R\$ 145, podendo os Estados conceder um adicional, no máximo, R\$ 15. Assim, as variações ficariam entre R\$ 145 e R\$ 160. São Paulo, Rio de Janeiro poderiam pagar o máximo e Estados mais pobres, como Alagoas ou Piauí, ficariam no mínimo. A situação não importaria muito. O que a proposta busca é evitar impacto sobre a Previdência e dar flexibilidade aos Estados.

E-mail para esta coluna: cruviniel@p1b.igloolig.com.br

INSTALE SUA EMPRESA NA SERRA-ES.
O 14º MUNICÍPIO MAIS DINÂMICO DO BRASIL.*

TIMS

o mais completo CONDOMÍNIO EMPRESARIAL DA AMÉRICA LATINA

FONE (71) 324.9133 - FAX (71) 324.9010 - BR101 KM 211 - CONTORNO DE VITÓRIA - SERRA - ES
www.vitaport.com.br - www.tims.com.br

ENTREVISTA / Rita Camata

Rita: 'Estava prevendo todas essas mudanças'

Brasília - Sucesso! - A gravidez deixou a deputada federal Rita Camata (PMDB) mais bonita. É o tempo todo só sorrisos e transpira feminilidade. E para enfatizar seus admiradores (e até desafetos), ela deu uma novidade na visual: pintou o cabelo em tom de acajú, e ficou bom. Em seu segundo mês de gestação, a parlamentar capixaba está procurando dividir, dentro do possível, seu trabalho no Congresso e os cuidados com a maternidade.

A gravidez veio em tão boa hora, que Rita tirou de "letra" as acusações feitas contra seu marido, o senador Gerson Camata (PMDB), com insinuações de que teria ligação com o crime ao lado. Apesar de ser ficado indignada a deputada confessa que teve pena daqueles que tentaram desfigurar a imagem de Camata, no mesmo tempo em que critica o "denuncismo" sem fundamentação contra o Espírito Santo.

Em relação à política local, Rita é favorável a que o diretório municipal do PMDB lance candidatura própria à Prefeitura de Vitória. Quanto ao seu futuro político, diz que ainda não se decidiu por uma candidatura ao Senado. A única certeza que tem atualmente, afirma, é de que não pode deixar de viver com este momento de renovação, referindo-se à gravidez. "Estava prevendo essa mudança na minha vida e estou muito feliz".

A GAZETA - A senhora também acredita que está havendo uma onda de "denuncismo vazio" contra o Espírito Santo?

RITA CAMATA - Isso estranheia a todos nós, cidadãos que amam e conhecem o Espírito Santo. É um desrespeito muito grande que se presta à população. A denúncia faz parte do processo democrático, mas desde que tenha fundamento, que contribua para um processo de apuração de suas instituições, dos valores éticos e morais. Mas, o que nós estamos assistindo, é um festival que em nada contribui a essa finalidade, ao contrário.

A dimensão que estão dando à criminalidade no Espírito Santo é injustificada?

O Espírito Santo tem problemas como vários outros Estados. Agora, temos que levar a sério uma política de segurança pública e preservar nossas instituições. É esse é o grande erro do derrotismo sem fundamentação, porque quando você coloca um desdém nas investigações, faz com que o cidadão não tenha mais fé e creça em nenhuma instância pública. Isso é muito sério. Mas temos problemas de segurança pública, sim. Precisamos de apoio do Governo Federal para requalificação da polícia, requalificação dos profissionais da área, dignidade salarial para que possam cumprir o seu papel.

Qual foi a reação da senhora quando o seu marido, senador Gerson Camata, também foi envolvido em denúncias?

Foi de muita indignação. Mas o povo capixaba demonstrou respeito à tentativa de envolver Camata. Quem conhece ele, sabe que nunca houve qualquer aproximação com o quadro que tentaram pintar. A população do Espírito Santo foi solidária, foi testemunha da livre e de quem é o homem público Gerson Camata. Tive pena das pessoas que tentaram usar um veículo de comunicação nacional para destruir e desqualificar, com tamanha safadeza, um homem que construiu seu patrimônio moral dentro do Espírito Santo. O primeiro gesto que tive foi de conversar com a

Grávida de dois meses de seu segundo filho, a deputada federal Rita Camata (PMDB-ES) fala pela primeira vez da gestação inesperada que, segundo ela, veio em um momento de mudanças em sua vida

OSÉ CARLOS MATTEDI



Rita se renova: a deputada prepara outras mudanças, que vão muito além do novo tom café nos cabelos

Enza, o Gerson também, para mostrar que, infelizmente, pessoas mesquinhas tentavam envolver o pai dela em circunstâncias que ele não tinha qualquer comprometimento.

Como analisa a atuação do Governo José Ignácio em todo esse episódio?

Com honestidade, de maneira séria mas tímida (risos). O Governo tem 13 anos e não me permitiria que, como governador do Espírito Santo, a imagem do meu Estado fosse tão maculada, com autoridades de fora se manifestando de maneira inconsequente. Ele deveria ter tirado uma posição mais dura, e firme, não só no sentido de responder toda roseira que ele que tivesse mantido a família Santa, mas também com políticas afirmativas para reverter essa situação. É o que esperamos ainda do Governo José Ignácio.

Um projeto da senhora aumenta a participação feminina nas listas de candidatas a cargos eletivos, de 30% para 50%. A deputada não acha que as mulheres deveriam conquistar esse espaço e, até ser maioria, ao invés de ganhar esse direito?

Não acredito que, por lei, você altere muita coisa. Mas nós queremos, com esse projeto, assegurar que os partidos políticos capixabes permitam que a mulher brasileira não só seja militante mas que participe do processo eleitoral, porque não é tão fácil para a mulher fazer política. A mulher é esposa, dona de casa, mãe, líderança com perspectiva de traduzir essa liderança em ações concretas no Legislativo. Mas, muitas vezes, os partidos não permitem essa possibilidade a nós mulheres. O homem faz política 24 horas por dia. Nós, não, pois temos uma distribuição de tarefas. E, 45% das pessoas economicamente ativas são mu-

lheres, e uma em cada quatro famílias é chefiada por uma mulher; 48% do eleitorado são mulheres e 53% da população do país também. Mas as condições são adversas ao do homem, principalmente num processo partidário, numa disputa eleitoral. E outro grande desafio é o financiamento das campanhas. Tenho uma emenda e vou trabalhar pelo financiamento público de campanhas, o que vai assegurar uma participação maior de mulheres. Sempre nos perguntamos: como vou disputar um cargo? Onde vou recorrer em busca de recursos para fazer minha proposta de atuação? Isso é um desafio e a gente quer provocar os partidos para que eles qualifiquem a mulher e que a gente possa conquistar essa igualdade.

As mulheres capixabas, hoje, são mais politizadas do que antigamente, ou estão ainda sendo pouco participativas?

As mulheres capixabas estão atuando de maneira extremamente propositiva e afirmativa. Agora falta uma consciência de que tudo na nossa vida tem política, independentemente se você está num partido político. Nós respiramos política quando reivindicamos uma melhor mensalidade na escola, quando lutamos para que o posto de saúde tenha um atendimento mais humanizado, etc. A mulher capixaba está preparada e está convocada a participar das eleições municipais deste ano.

O diretório municipal do PMDB deveria lançar candidatura própria em Vitória?

Eu acho importante. Não tenho participado tão proximamente dessa discussão, mas manifesto interesse para que o partido apresente uma proposta à sociedade, sendo uma opção no processo eleitoral. Em termos partidários seria importante que o PMDB tivesse uma aliança, agora, ele apresentando um programa de Governo. O PMDB sempre foi um partido que esteve muito próximo ao sentimento das ruas, e o partido está se distanciando de sua bandeira dos

Um sistema parlamentarista não necessita obrigatoriamente de partidos fortes?

Essa foi sempre a máxima, mas o próprio sistema parlamentarista exige o fortalecimento dos partidos. Isso passa pela fidelidade partidária, o voto distrital misto, ou seja, a reforma política tem que ser prioritária nessas pautas. O parlamentarismo é comprovadamente um modelo de sistema mais democrático e de transparência, além de comprometimento em termos de propostas. A cultura nossa é mais presidencialista no Brasil, mas a nível de mundo e de modernidade, a experiência que demonstrou mais eficiência em termos de ganhos para a sociedade é o modelo parlamentarista.

A gravidez veio em boa hora? Foi planejado ou não?

Eu sempre foi decidida por muitos anos. A vida já gente é tão sacrificada que o homem seria que, daí a um, dois anos da implementação de Inza, que tem 14 anos, a gente tivesse outro filho, mas foi um período difícil, estava no meu primeiro mandato como Constituinte. Quem está na vida pública acaba deixando a vida pessoal para um outro momento, vive esse conflito mas veio a gravidez e estou muito feliz. É um momento de graça da mulher quando ela está gestando, onde você passa também por uma renovação de vida - para mim, para Gerson e Inza. Minha filha queria demais um irmãozinho.

E o senador? Como reagiu a nova paternidade?

(Risos) Ele ficou logo ansioso quando eu disse para ele que estava atrasada a minha menstruação (risos). Ele perguntou o que estava acontecendo, e eu disse que não sabia mais que poderia vir novidade por aí. E ele, como uma pessoa ponderada que é, mandou que eu realizasse o ritmo de trabalho pois eu não tenho mais 20 anos.

O novo visual também é fruto desse seu momento?

Intuitivamente, eu estava prevendo toda essa mudança na minha vida. Mudei o visual antes de engravidar. Foi toda uma energia e é uma coisa que a gente se sente refletir e renovar. Depois veio a gravidez e o novo milênio.

2 Vitória (ES), domingo, 30 de julho de 2000

POLÍTICA

A GAZETA

O candidato do PTB à Prefeitura de Vila Velha, Max Filho, está liderando a corrida sucessória no município, com 57,97% das intenções de voto. O dado é de uma pesquisa Instituto Futura, que ouviu 400 pessoas. A consulta apontou o prefeito Jorge Anders, do PSDB, com 21,52% da preferência do eleitorado.

PRAÇA OITO

Disputa fora das ruas

As eleições em Vitória e Vila Velha guardam semelhanças em vários pontos. Nos dois casos, enfrentam-se abertamente os grupos do governador: José Ignácio (PSDB) e senador Paulo Hartung (PPS). Em Vila Velha, Ignácio está com Jorge Anders (PSDB), e Hartung com Max Filho (PTB). Em Vitória, o grupo de Ignácio quer indicar, de qualquer jeito, a vice de Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), e dependendo do andar da carruagem, esse grupo poderá até tirar Luiz Paulo do páreo.

Uma das hipóteses ventiladas pelos palacianos mais radicais, nesse caso, é o apoio oficial do Governo à candidatura de Nilton Baião (PPB), com o qual o PSDB na vice, excluindo de vez Luiz Paulo da disputa. Fosse isso, o grupo não poderia ser minoritário, mas a hipótese não está descartada. De todo modo, a mudança na vice de Luiz Paulo reabre uma polêmica na sucessão em Vitória. Antes de viajar para a Disney com a família, o deputado José Carlos Gratz, presidente do PFL de Vitória, que integra a frente de Luiz Paulo, disse que, se for para mudar a vice, teria de ser para pôr alguém do PFL, o deputado maior percentual da coligação, ao lado do PSDB. "Cabeça de chapa e vice do PSDB eu não aceito. Também vou querer indicar alguém", disse Gratz.

Tanto Max quanto Luiz Paulo enfrentam processos de impugnação de candidatura. Luiz Paulo, por não ter observado, no início, a resolução do PSDB, que proibiu alianças

com o PPS; e Max, primeiro pelo uso indevido de verbas de correspondência, que lhe custou a perda de elegibilidade no TSE, e depois, pelo suposto uso do helicóptero da Governadoria para gravar imagens de fazendas que pertenciam a Anders.

Coincidentemente, Luiz Paulo e Max Filho despontam como favoritos na disputa em seus respectivos municípios, com os mesmos 57% das intenções de voto na menção estimulada. Esses candidatos, apesar de favoritos, poderão deixar de ser os nomes elegebais de apreciação do eleitorado se os processos para tirá-los do páreo forem bem-sucedidos. As eleições correm o risco de serem definidas na máquina partidária ou nos tribunais, em vez de nas ruas. Vitória e Vila Velha somam uma quarta do total do eleitorado do Estado. O grupo que sair vitorioso em outubro próximo, nesses colégios eleitorais, terá avançado um bom caminho rumo à sucessão de 2002.

A pesquisa da Futura em Vila Velha, divulgada hoje, revela uma surpresa, que é a diferença entre Max e Anders. O prefeito de Vila Velha teria somente 23% das intenções de voto, enquanto os 57% de Max, apesar de sua administração ser bem-avaliada. A gestão de Anders tem 32% de bom e ótimo contra 18% de ruim e péssimo e 47% de regular. Mas Anders é o candidato dedicado, estudado, vindo com propostas, apresentando projetos, debatendo, trabalhando, tentando honrar o mandato. Até que desistia e voltou ao humor. No final do mandato, recusou-se a disputar a reeleição.

Política não resolve nada e ainda me atrapalha o serviço.

PALESTRA - O professor Márcio Camarossano, da PUC de São Paulo, um dos maiores especialistas do país em Direito Administrativo, faz palestra nesta quarta-feira no auditório da Ematira, no Centro, às 18h30m. A entrada é gratuita. Ele falará sobre o tema "Reforma Administrativa com ênfase no regime jurídico dos servidores". Autor de diversas obras, ele é PhD na área, pela PUC, além de advogado militante e consultor da OAB paulista.

EXPECTATIVA - A semana será marcada pela expectativa quanto ao desfecho da crise tucana.

FOLCLORE - Esta foi divulgada na Internet, na coluna de Cláudio Huzar de, e se trata de um verso de Collier, o humorista Manoel da Nóbrega desfrutava de grande prestígio junto à população, em sua época, por isso ganhou fácil uma eleição para deputado estadual em São Paulo, em 1946. Era deputado dedicado, estudado, vindo com propostas, apresentando projetos, debatendo, trabalhando, tentando honrar o mandato. Até que desistia e voltou ao humor. No final do mandato, recusou-se a disputar a reeleição.

Política não resolve nada e ainda me atrapalha o serviço.

ENTREVISTA \ Rita Camata

Rita curte a gravidez mas quer voltar à ativa

A deputada diz que tentará conciliar a rotina do Congresso com a vida de mãe, logo após nascimento do filho

VILMARA FERNANDES

Agida por natureza, a deputada federal Rita Camata (PMDB) não consegue disfarçar a ansiedade pela chegada do fim de agosto. É para quando está previsto o nascimento de seu filho. "Estou louca para ver a cara do piquitinho", comenta. Ela se prepara para viver, pela primeira vez, a licença maternidade, um projeto de sua autoria aprovado no Constituinte de 1988. Nesse entrevista ela revela que, sem esquecer os "deveres de mãe e esposa", voltará às atividades parlamentares ainda em seu período de licença.

Deputada, como está sendo viver uma gravidez aos 39 anos?

Eu estou super feliz. Primeiro porque desinha muito esse bebê, e segundo porque esse é um momento que você tem mais estabilidade pessoal, no casamento, na vida profissional, e está mais madura. Você tem algumas limitações, já não tem mais aquela disposição dos 20 anos, mas sem dúvida nenhuma estou curtindo muito, muito mesmo, e descejo demais ver a cara do pequeninho.

Foi preciso ficar de "mollo"?

Um pouco não posso abanar meus braços um tempo, mas não me faz não conseguir ficar parada. Tenho reduzido um pouco o ritmo de trabalho, a pedido do médico, mas sempre com presença e acompanhando todo o processo, que se passa sem maiores problemas. Acusaram-me coisas normais que uma gestante tem, mas que exige um pouquinho mais de cuidado pela fragilidade de placenta, mas graças a Deus está tudo bem. Queriu muito que todas as mulheres pudessem ter esse acompanhamento, que é fundamental não só para a tranquilidade da mãe, da gestante, do casal, mas também para ter a certeza de saber que seu filho está sendo gerado com saúde e acompanhamento. É um esforço grande que temos que fazer em nível de saúde pública para assegurar as mulheres nesse fase, para reduzir a mortalidade materna e a mortalidade infantil em nosso país.

O senador Gerson Camata (PMDB) conseguiu convencê-la a deixar de fumar?

A campanha foi cerrada. Dede, da Enza, minha filha, e da minha consciência também, que é o cigarro é um mal. Eu reduzi muito o fumo e sou eu que posso dar alguma opinião, diria não comece a fumar. De fato é um vício terrível, consentido socialmente, mas que traz a dependência física e até mecânica. As pessoas que são mais tímidas tem necessidade de alguma coisa para ocupar suas mãos. O melhor é não ter o primeiro contato com a porcaria do cigarro. Depois é mais difícil.

E o nome do bebê, já foi definido ou há uma disputa na família?

A família é democrática e a gente exerce isso para valer no dia-a-dia. Estamos conversando e vamos ver... Acho que vai ser quando nascer, olhar a carinha dele e o nome vai surgir na hora. Não vai ser antes não. (risos).

A senhora se prepara para viver pela primeira vez a licença maternidade, um projeto de sua autoria, que hoje é uma lei.

Foi uma conquista obtida na realidade, em 1988, quando foi assegurado o princípio da licença



Expectativa

Rita aguarda o filho para o fim de agosto, e só deve definir o nome após ver "a carinha" do bebê

maternidade. Depois de doze anos eu vou ter o direito que toda mulher brasileira tem de usufruir desse benefício, que é fundamental na vida não só da mulher, mas especialmente da criança, para que nos 120 dias possa dar o amor, o carinho, a segurança e o aleitamento materno, que é a alimentação fundamental para a vida da criança. Fico feliz e honrada de ter podido participar desse processo de conquista da mulher capixaba e da mulher brasileira. Um benefício do qual eu não abro mão e a que toda mulher tem direito.

A senhora pretende ter o filho em Vitória?

Com certeza ele será um capixabinha.

Quando a senhora pretende retornar às atividades? Pretende participar da campanha eleitoral?

No decorrer da licença pretendo retornar a Brasília, até porque Enza está lá. E também, mesmo estando de licença, é possível conciliar a maternidade com a atividade parlamentar. Eu pretendo dar a um mês estar vindo a questão de emendas ao orçamento, alguns projetos e ideias que estou desenvolvendo e que devem ser apresentados como o meu retorno oficial. Mas dá para ficar parada lá a campanha ou vou ser difícil para fazer, por causa do bebê também, e por estar amamentando. Com certeza vou fazer minha

atividade parlamentar, de mãe, de esposa, e não esquecer da Enza, que mesmo depois de 14 anos, sempre pedindo irmozinho, a gente tem que estar presente.

Como a senhora está acompanhando a disputa pela prefeitura da Capital, pontuada pela crise entre os tucanos capixabas?

A ambição pelo poder não é brincadeira não. Eu prefiro falar do PMDB, meu partido tem candidato que esse sentimento interno venha prejudicar os interesses do Estado, e esse sentimento e esforço da maioria dos membros da bancada, para romper esse personalismo, tem peso que tem uma personalidade mais difícil, dispare do coletivo. Temos que superar essas dificuldades. É um relacionamento que não tem, muitas vezes, deixado todos os membros da bancada mais à vontade no impeto de lutar pelo Espírito Santo dentro desse coletivo. Mas quando se chega e chama a gente vai, tem audácia, tenta reverter as dificuldades, como foi o caso do orçamento. Só não é um relação tão espontânea como acontece em outras bancadas.

Um dos membros da bancada, o deputado João César (PT), foi alvo, recentemente, de denúncias envolvendo os obras superfaturadas do TRT-SP.

Tem certeza que os esclarecimentos vão mostrar que ele não teve culpa nenhuma. A ele, como relator da comissão, está sendo atribuída uma responsabilidade que não acredito que tenha, de maneira nenhuma. Mas é importante o esclarecimento dessas coisas para que de fato, as pessoas que não têm nenhum compromisso venham ter uma vida melhor da a público como é.

E o seu futuro político, deputada? Pretende disputar o Senado em 2002?

Primeiro quero amamentar o piquitinho, cuidar do bebê (risos). Depois quero conciliar o meu trabalho com responsabilidade. Nunca tive projeto eleitoral - é até uma coisa que hoje se tem que ter, já que cada eleição é um processo muito difícil. O que eu sempre fiz

Pentium III 550 MHz & K6 II 500 MHz completos com Kit Multimídia 52X + Fax Modem 56k

Pentium III 550 MHz 1.480,00
+ 12x 119,90
+ 12x 123,33

K6 II 500 MHz 1.248,00
+ 12x 99,99
+ 12x 104,00

Impressora Xerox c/ micro: R\$ 195,00

Tudo o que você imaginava.

227-8433
Rua Itaipava, 100
340-6134 - Vila Velha

IMAGINE
Onde o cliente encontra o melhor preço e o melhor atendimento.

R. Sérgio Muler F. de Souza, 156 - Jardim das Flores - Vitória - ES - Não deixe de ir!

Rita curte a gravidez mas quer voltar à ativa

Agilada por natureza, a deputada federal Rita Camata (PMDB) não consegue disfarçar a ansiedade pela chegada do final de agosto. É para quando está previsto o nascimento de seu filho. "Estou louca para ver a cara do piquitinho", comenta. Ela se prepara para viver, pela primeira vez, a licença maternidade, um projeto de sua autoria aprovado na Constituição de 1988. Nesse entrevista ela revela que, sem esquecer os "deveres de mãe e esposa", voltará às atividades parlamentares ainda em seu período de licença.

Deputada, como está sendo viver uma gravidez aos 39 anos?

Eu estou super feliz. Primeiro porque desejava muito esse bebê, e segundo porque esse é um momento que vou ter mais estabilidade pessoal, no casamento, na vida profissional, e está mais madura. Você tem algumas limitações, já não tem mais aquela disposição dos 20 anos, mas sem dúvida nenhuma estou curtindo muito, muito mesmo, e desejando demais ver a cara do pequenininho.

Foi preciso ficar de "mão-lho"?

Um pouco não posso alisar mais. Tenho um temperamento que me faz não conseguir ficar parada. Tenho reduzido um pouco o ritmo de trabalho, a pedido da médica, mas sempre com prioridade e acompanhando todo o processo, que se passa sem maiores problemas. Aconteceram coisas normais que uma gestação tem, mas que exige um pouquinho mais de cuidado pela fragilidade de placenta, mas graças a Deus está tudo bem. Querida muito que todas as mulheres pudessem ter esse acompanhamento, que é fundamental não só para a tranquilidade da mãe, da gestante, do casal, mas também para ter a satisfação de saber que seu filho está sendo gerado com saúde e acompanhado. É um esforço grande que temos que fazer em nível de saúde pública para assegurar as mulheres nessa fase, para reduzir a mortalidade materna e a mortalidade infantil em nosso país.

O senador Gerson Camata (PMDB) conseguiu convencê-la a deixar de fumar?

A campanha foi cerrada. Dele, da Enza, minha filha, e da minha consciência também, de que o cigarro é um mal. Eu reduzi muito o fumo e se eu pudesse dar alguma opinião, diria: não comece a fumar. De fato é um vício terrível, consentido socialmente, mas que traz a dependência física e até mecânica. As pessoas que são mais tímidas tem necessidade de alguma coisa para ocupar suas mãos. O melhor é não ter o primeiro contato com a porcaria do cigarro. Depois é mais difícil.

E o nome do bebê, já foi definido ou há uma disputa na família?

A família é democrática e a gente exerce isso para valer no dia-a-dia. Estamos conversando e vamos ver... Acho que vai ser quando nascer, olhar a carinha dele e o nome vai surgir na hora. Não vai ser antes não. (risos).

A senhora se prepara para viver pela primeira vez a licença maternidade, um projeto de sua autoria, que hoje é uma lei.

Foi uma conquista obtida na constituinte, em 1988, quando foi assegurado o primeiro da licença

A deputada diz que tentará conciliar a rotina do Congresso com a vida de mãe, logo após nascimento do filho

VILMARA FERNANDES



Edição Loyola

Expectativa

Rita aguarda o filho para o fim de agosto, e só deve definir o nome após ver "a carinha" do bebê

maternidade. Depois de doze anos eu vou ter o direito que toda mulher brasileira tem de desfrutar desse benefício, que é fundamental na vida não só da mulher, mas especialmente da criança, para que nesses 120 dias possa dar o amor, o carinho, a segurança e o aleitamento materno, que é a alimentação fundamental para a vida da criança. Fico feliz e lisonjeada de ter podido participar desse processo de conquista da mulher capixaba e da mulher brasileira. Um benefício do qual eu não abro mão e a que toda mulher tem direito.

A senhora pretende ter o filho em Vitória?

Com certeza ele será um capixabinho.

Quando a senhora pretende retornar as atividades? Pretende participar da campanha eleitoral?

No decorrer da licença pretendo retornar a Brasília, até porque Enza estuda lá. E também, mesmo estando de licença, é possível conciliar a maternidade com a atividade parlamentar. Eu pretendo daí a um mês estar vendo a questão de emendas ao orçamento, alguns projetos e idéias que estou desenvolvendo e que devem ser apresentados como o meu retorno oficial. Não dá para ficar parada. Já a campanha eu vou ter dificuldade para fazer, por causa do bebê rabinha, e por estar amamentando. Com certeza vou fazer minha

atividade parlamentar, de mãe, de esposa, e não esquecer da Enza, que mesmo depois de 14 anos, sempre pedindo irmãozinho, a gente tem que estar presente.

Como a senhora está acompanhando a disputa pela prefeitura da Capital, pontuada pela crise entre os tucanos capixabas?

A ambição pelo poder não é brincadeira não. Eu prefiro falar do PMDB. Sou do PMDB, meu partido tem candidato que se apresenta, e espero que essa candidatura represente políticas públicas no setor de saúde, segurança, na área social e que passe a contribuir para esse debate político e administrativo de Vitória e até de outros municípios. Não vou ter a disponibilidade de participar 100% da campanha. Mas, sem dúvida, como membro do PMDB, podendo contribuir, vou fazê-lo de forma responsável, dentro desse processo político e eleitoral.

E o seu futuro político, deputada? Pretende disputar o Senado em 2002?

Primeiro quero amamentar o piquitinho, cuidar do bebê (risos). Depois quero concluir o meu mandato com responsabilidade. Nunca tive projeto eleitoral - é até mais coisas que hoje se tem que ter, já que cada eleição é um processo muito difícil. O que eu sempre fiz

foi prestar conta do meu mandato e me apresentar para um próximo processo seletivo. O que eu quero é terminar meu mandato, estar na metade dele. Toda essa preocupação existe, e a gente vê muita discussão, briga, e muito atraso nas administrações, seja municipal estadual ou federal, por essa coisa louca de você estar num processo já pensando no desdobramento dele daqui a dois, quatro anos. O país não pode viver isso. Temos que ter compromisso com o desenvolvimento econômico do nosso Estado, com ganhos sociais que isso possa representar, e lutar pela estabilidade do servidor, do trabalhador, da garantia do emprego. E não ficar nessa ambição dos projetos pessoais, se questionando "como vou fazer para me dar bem daqui a quatro anos". Isso tudo é consequência do que vamos construir hoje. Eu tenho muito isso presente no dia-a-dia do meu trabalho. O que eu puder fazer para que o Espírito Santo retome o seu desenvolvimento, vou fazer.

E a atuação da bancada capixaba, como está?

A bancada tem momentos em que é convocada e participa do esforço em prol do Espírito Santo. Eu posso te afirmar que já tivemos bancadas onde a unidade era maior, com muita honestidade. Essa é uma bancada um pouco difícil. Quando os interesses do Estado são colocados numa mesa, numa discussão, há o esforço do conjunto da bancada e não podemos ser outra atitude, responsável e dever, porque é uma bancada pequena, com uma representatividade política pequena em comparação a outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. Temos que estar unidos e temos que ter a capacidade de buscar parcerias com outras bancadas. Isso aconteceu em legislaturas passadas: Um exemplo é a inclusão do Norte do Estado na Sudene. Tivemos grandes parceiros em Minas Gerais. Se fosse o esforço só da bancada capixaba, nós não teríamos conseguido. A bancada tem que ter essa consciência.

O que tem dificultado esse relacionamento? As diversidades partidárias, problemas políticos.

Tudo isso junto. Mas a gente não pode deixar que esse sentimento menor venha prejudicar os interesses do Estado, e esse tem sido o esforço da maior parte dos membros da bancada. Para romper esse personalismo, tem pessoas que tem uma personalidade mais difícil, dispere do coletivo. Temos que superar essas dificuldades. É um relacionamento que não tem, muitas vezes, deixado todos os membros da bancada mais à vontade no impeto de lutar pelo Espírito Santo dentro desse coletivo. Mas quando se chega e chama a gente vai, tem audiência, tenta reverter as dificuldades, como foi o caso do orçamento. São não é uma relação tão espontânea como acontecia em outras bancadas.

Um dos membros da bancada, o deputado João Coser (PT), foi alvo, recentemente, de denúncias envolvendo as obras superfaturadas do TRTSP.

Tenho certeza que os esclarecimentos vão mostrar que ele não teve culpa nenhuma. A ele, como relator da comissão, está sendo atribuída uma responsabilidade que não acredito que tenha, de maneira nenhuma. Mas é importante o esclarecimento dessas situações para que, de fato, as pessoas que não têm nenhum comprometimento tenham a sua vida voltada a público como é.